



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LIX – Nº 069 – QUARTA-FEIRA, 5 DE MAIO DE 2004 – BRASÍLIA - DF

MESA		
Presidente José Sarney – PMDB – AP 1º Vice-Presidente Paulo Paim – BLOCO – PT – RS 2º Vice-Presidente Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO 1º Secretário Romeu Tuma – PFL – SP 2º Secretário Alberto Silva – PMDB – PI	3º Secretário Heráclito Fortes – PFL – PI 4º Secretário Sérgio Zambiasi – BLOCO – PTB – RS Suplentes de Secretário 1º João Alberto Souza – PMDB – MA 2º Serys Shlessarenko – BLOCO – PT – MT 3º Geraldo Mesquita Júnior – BLOCO – PSB – AC 4º Marcelo Crivella - PL – RJ	
LIDERANÇAS		
LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO – 19 (PT-13, PSB – 3, PTB – 3) LÍDER – PT Ideli Salvatti - PT Vice-Líderes Roberto Saturnino – PT Ana Júlia Carepa – PT Flávio Arns – PT Fátima Cleide – PT LÍDER - PSB - 3 João Capiberibe – PSB Vice-Líder PSB Geraldo Mesquita Júnior LÍDER - PTB - 3 Duciomar Costa – PTB LIDERANÇA DO PMDB - 22 LÍDER Renan Calheiros – PMDB Vice-Líderes Hélio Costa Sérgio Cabral Luiz Otávio Ney Suassuna Garibaldi Alves Filho Romero Jucá Papaléo Paes	LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA – 29 PFL– 17, PSDB – 12 LÍDER Efraim Morais - PFL Vice-Líderes Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL LÍDER – PFL – 17 José Agripino - PFL Vice-Líderes Paulo Octávio Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho José Jorge João Ribeiro LÍDER - PSDB - 12 Arthur Virgílio – PSDB – AM Vice-Líderes Antero Paes de Barros Lúcia Vânia Leonel Pavan Álvaro Dias	LIDERANÇA DO PDT – 5 LÍDER Jefferson Péres – PDT Vice-Líder Almeida Lima LÍDER – PL – 3 Magno Malta – PL Vice-Líder Aelton Freitas LIDERANÇA DO PPS – 2 LÍDER Mozarildo Cavalcanti – PPS LIDERANÇA DO GOVERNO LÍDER Aloizio Mercadante – PT Vice-Líderes Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes – PPS Hélio Costa – PMDB Marcelo Crivella – PL Ney Suassuna – PMDB Ideli Salvatti – PT
EXPEDIENTE		
Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia	

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 49ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 4 DE MAIO DE 2004

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Ofício do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

Nº 83/2004, de 16 de abril passado, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 41, de 2004, do Senador José Agripino.

12006

1.2.2 – Avisos de Ministros de Estado

Nº 217/2004, de 27 de abril passado, do Ministro dos Transportes, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.155, de 2003, do Senador Marcelo Crivella.

12006

Nº 1.219/2004, de 28 de abril passado, do Ministro da Justiça, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.554, de 2003, do Senador Leonel Pavan.

12006

1.2.3 – Leitura de requerimentos

Nº 520, de 2004, de autoria do Senador Paulo Paim e outros Srs. Senadores, solicitando voto de aplauso ao Grupo – RBS, em comemoração a seu aniversário no dia 1º de maio, e ao jornal Zero Hora, que completa hoje 40 anos. ..

12006

Nº 521, de 2004, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando ao Ministro de Estado das Comunicações as informações que menciona.

12007

Nº 522, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao jornalista Mário Adolfo, pelo transcurso do 21º aniversário de circulação do Suplemento infantil CURUMIM, de Manaus.

12008

Nº 523, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão as informações que menciona.

12008

Nº 524, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior as informações que menciona.

12008

Nº 525, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministro de Estado da Saúde as informações que menciona.

12009

1.2.4 – Comunicação da Presidência

Deferimento do Requerimento nº 511, de 2004, de autoria da Senadora Serys Sihessarenko, solicitando a criação de Comissão Especial Temporária com o objetivo de planejar e coordenar a execução da programação do Ano da Mulher – 2004.

12009

1.2.5 – Pareceres

Nº 423, de 2004, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre a Mensagem nº 43, de 2004, que Submete à apreciação do Senado Federal, a indicação do Senhor *Alfredo Luiz de Almeida Cardoso*, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

12009

Nº 424, de 2004, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre a Mensagem nº 44, de 2004, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor *Gilson Caleman*, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

12010

1.2.6 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senador nº 110, de 2004, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que altera a Lei nº 6.905, de 11 de maio de 1981, para destinar a renda líquida de um concurso anual de prognóstico sobre o resultado de sorteios de números para as Associações da Cruz Vermelha Brasileira.

12011

Projeto de Lei do Senado nº 111, de 2004, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que veda a exigência de conhecimento de língua estrangeira nos concursos públicos e nos exames vestibulares de instituições de ensino superior.

12013

Projeto de Lei do Senado nº 112, de 2004, de autoria do Senador César Borges, que altera o art. 13 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso, para atribuir aos Defensores Públicos o poder de referendar transações relativas a alimentos.

12014

1.2.7 – Discursos do Expediente

SENADOR *MOZARILDO CAVALCANTI*, como Líder – Leitura de nota do Parlamento Amazônico pedindo a abertura de negociações que ponham fim à greve da Polícia Federal.

12016

SENADOR *MARCELO CRIVELLA* – Análise da importância das Forças Armadas no contexto

econômico e social do País. Defesa de um orçamento anual de 2,1% do PIB para as Forças Armadas.....	12017	Nº 529, de 2004, de autoria do Senador José Agripino e outros Srs. Senadores, solicitando voto de aplauso ao jurista Maurício Corrêa, no momento em que, compulsoriamente, deixa o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal. Usam da palavra os Srs. Jefferson Péres, Antonio Carlos Magalhães, Arthur Virgílio, Hélio Costa, Alvaro Dias, José Agripino e José Jorge.....	12050
SENADOR OSMAR DIAS – Parabeniza o governo pela edição da MP 183/2004.....	12021		
SENADOR JUVÉNCIO DA FONSECA – Elaboração de quadro de dificuldades encontradas no País, em contraposição à força do agronegócio no Brasil, responsável pelo saldo na balança de pagamentos, pelo oferecimento de empregos e pelo aumento do PIB.....	12024	Nº 530, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Senador e hoje também Acadêmico Marco Maciel, pela sua posse como membro da Academia Brasileira de Letras. Usam da palavra os Srs. José Agripino, Arthur Virgílio, Ney Suassuna e Jefferson Péres...	12053
SENADOR JEFFERSON PÉRES , como Líder – Críticas ao valor de R\$260,00 anunciado para o salário mínimo.....	12026	Nº 531, de 2004, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, solicitando que seja enviado às autoridades israelenses no Brasil um apelo no sentido de resguardar a vida, a liberdade e os direitos humanos do físico nuclear Mordechai Vanunu.....	12054
SENADOR EFRAIM MORAIS , como Líder – Comentários ao artigo intitulado “Pensar e falar”, de autoria da jornalista Miriam Leitão.....	12027	Nº 532, de 2004, de autoria do Senador Hélio Costa, solicitando autorização para representar o Senado Federal no evento Cumbre Hemisférica de Congresos Nacionales de Lás Américas Sobre Libertad de Prensa, que se realizará em Washington, nos Estados Unidos da América do Norte, no período de 9 a 11 do corrente.....	12055
SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Comparação dos aumentos concedidos pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao salário mínimo, criticando seu baixo valor atual.....	12030	1.2.9 – Ofícios	
SENADOR JOSÉ AGRIPINO , como Líder – Apoio aos pronunciamentos dos Senadores Jefferson Péres e Arthur Virgílio, criticando o valor anunciado para o salário mínimo e a política social implementada pelo governo.....	12035	Nº 180/04, de 4 do corrente, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal, solicitando a exclusão do Senador Tião Viana da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 5, de 2003-CN.....	12055
SENADOR PAULO PAIM – Apoio à votação da “PEC paralela” da Previdência. Defesa da criação de grupo de trabalho formado por Senadores e Deputados para a construção de uma nova proposta de salário mínimo. Discriminação sofrida pelos atores negros do filme “Cidade de Deus”. Resumo do seminário sobre emprego e renda. Apresentação de voto de aplauso ao Grupo RBS, pelo aniversário de sua fundação.....	12035	Nº 47/2004, de 4 do corrente, da Liderança do PT na Câmara dos Deputados, de substituição de membro da Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 173, de 2004.....	12055
SENADOR JOÃO TENÓRIO – Análise sobre a indústria sucroalcooleira nacional.....	12040	Nº 18/2004, de 4 do corrente, da Liderança do PPS no Senado Federal, solicitando o desligamento do Senador João Batista Motta de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.....	12056
1.2.8 – Leitura de requerimentos		1.3 – ORDEM DO DIA	
Nº 526, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, Efraim Morais e José Agripino, solicitando voto de aplauso ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pela vitória do Brasil na Organização Mundial de Comércio – OMC, que condenou os subsídios pagos ao algodão pelos Estados Unidos.....	12048	Item 1	
Nº 527, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, Efraim Morais e José Agripino, solicitando voto de aplauso ao ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, pela vitória do Brasil na Organização Mundial de Comércio – OMC, que condenou os subsídios pagos ao algodão pelos Estados Unidos....	12049	Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 2004, que dispõe sobre os contratos de gestão entre a Agência Nacional de Águas e as entidades delegatárias das funções de Agência de Águas relativas à gestão de recursos hídricos de domínio da União e dá outras providências, proveniente da Medida Provisória nº 165, de 2004. Aprovado o Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 2004, com destaques. Transferida a votação da Emenda nº 13, destacada para a Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária do dia 05 de maio de 2004. ..	12056
Nº 528, de 2004, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, solicitando voto de pesar pelo falecimento, 1º do corrente, do ex-Ministro da Agricultura, ex-Deputado e ex-Senador da República, Eduardo Catalão.....	12049	Item 2	
		Projeto de Lei de Conversão nº 22, de 2004, que proíbe a exploração de todas as modalidades de jogos de bingo, bem como os jogos em máquinas eletrônicas, eletromecânicas ou mecânicas, co-	

nhecidas como “caça-níqueis”, independentemente dos nomes de fantasia e dá outras providências, proveniente da Medida Provisória nº 168, de 2004. **Apreciação sobrestada** em virtude da não conclusão do item 1. 12091

Item 3

Projeto de Resolução nº 68, de 2003 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 1.810, de 2003, Relator: Senador Jonas Pinheiro), que autoriza a Prefeitura Municipal de São Paulo a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de cem milhões e quatrocentos mil dólares dos Estados Unidos da América, de principal, destinada a financiar, parcialmente, o Programa de Reabilitação da Área Central do Município de São Paulo – Procentro. **Apreciação sobrestada** em virtude da não conclusão do item 1. 12091

Item 4

Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 293, de 1999-Complementar, de autoria do Senador Gerson Camata, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo. **Apreciação sobrestada** em virtude da não conclusão do item 1. 12091

Item 5

Mensagem nº 17, de 2004 (nº 21/2004, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado a indicação da Senhora Leda Lúcia Martins Camargo, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República de Moçambique. **Apreciação sobrestada** em virtude da não conclusão do item 1. 12091

Item 6

Mensagem nº 21, de 2004 (nº 44/2004, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado a indicação do Senhor Mauro Luiz Lecker Vieira, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Argentina. **Apreciação sobrestada** em virtude da não conclusão do item 1. 12092

Item 7

Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2002 (nº 5.226/2001, na Casa de origem), que altera o art. 159 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (dispõe sobre a Carteira Nacional de Habilitação). **Apreciação sobrestada** em virtude da não conclusão do item 1. 12092

Item 8

Projeto de Lei da Câmara nº 98, de 2003 (nº 7.511/2003, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera dispositivos da Lei nº 7.501, de 27 de junho de 1986, e dá outras

providências. (Dispõe sobre o Plano de Classificação de Cargos do Ministério das Relações Exteriores) Apreciação sobrestada em virtude da não conclusão do item 1. 12092

Item 9

Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2004 (nº 7.068/2002, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que dispõe sobre a transformação de funções comissionadas em cargos em comissão no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Superior do Trabalho e dá outras providências. **Apreciação sobrestada** em virtude da não conclusão do item 1. 12092

Item 10

Projeto de Decreto Legislativo nº 854, de 2003 (nº 44/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção sobre Procedimento de Consentimento Prévio Informado para o Comércio Internacional de Certas Substâncias Químicas e Agrotóxicos Perigosos, adotada em 10 de setembro de 1998, na cidade de Roterdã. **Apreciação sobrestada** em virtude da não conclusão do item 1. 12092

Item 11

Projeto de Decreto Legislativo nº 858, de 2003 (nº 731/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Dispensa de Tradução de Documentos Administrativos para Efeitos de Imigração entre os Estados Partes do Mercosul, a República da Bolívia e a República do Chile, celebrado em Florianópolis, em 15 de dezembro de 2000. **Apreciação sobrestada** em virtude da não conclusão do item 1. 12092

Item 12

Projeto de Decreto Legislativo nº 892, de 2003 (nº 612/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia para a Construção de uma Ponte sobre o Rio Acre, nas proximidades das Cidades de Brasiléia e Cobija, assinado em Brasília, em 28 de abril de 2003. **Apreciação sobrestada** em virtude da não conclusão do item 1. 12092

Item 13

Projeto de Decreto Legislativo nº 893, de 2003 (nº 817/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Décimo Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 36, firmado entre os Governos dos Estados Partes do Mercado Comum do Sul – Mercosul e o Governo da República da Bolívia, concluído em Montevidéu, em 19 de junho de 2001. **Apreciação sobrestada** em virtude da não conclusão do item 1. 12093

Item 14

Projeto de Decreto Legislativo nº 894, de 2003 (nº 818/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes, adotada, naquela cidade, em 22 de maio de 2001. **Apreciação**

ção sobrestada em virtude da não conclusão do item 1.	12093	Item 15 Projeto de Decreto Legislativo nº 895, de 2003 (nº 959/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Financeira relativo aos projetos “Projetos Demoss-trativos Grupo A – PD/A – Subprograma Mata Atlântica” (PN 2001.6657.9) e “Amazonian Regional Protected Areas – Arpa” (PN 2002.6551.2), concluído entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha, celebrado em Brasília, em 10 de junho de 2003. Apreciação sobrestada em virtude da não conclusão do item 1.	12093
Item 16 Projeto de Decreto Legislativo nº 940, de 2003 (nº 758/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação entre Instituições de Ensino Superior dos Países-Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa celebrado pelo Governo da República Federativa do Brasil no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, em Praia, Cabo Verde, em 17 de julho de 1998. Apreciação sobrestada em virtude da não conclusão do item 1.	12093	Item 16 Projeto de Decreto Legislativo nº 940, de 2003 (nº 758/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação entre Instituições de Ensino Superior dos Países-Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa celebrado pelo Governo da República Federativa do Brasil no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, em Praia, Cabo Verde, em 17 de julho de 1998. Apreciação sobrestada em virtude da não conclusão do item 1.	12093
Item 17 Projeto de Decreto Legislativo nº 941, de 2003 (nº 820/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Concessão de Visto Temporário para Tratamento Médico a Cidadãos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, assinado em Brasília, em 30 de julho de 2002. Apreciação sobrestada em virtude da não conclusão do item 1.	12093	Item 17 Projeto de Decreto Legislativo nº 941, de 2003 (nº 820/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Concessão de Visto Temporário para Tratamento Médico a Cidadãos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, assinado em Brasília, em 30 de julho de 2002. Apreciação sobrestada em virtude da não conclusão do item 1.	12093
Item 18 Projeto de Decreto Legislativo nº 945, de 2003 (nº 819/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Agência Espacial Européia sobre a Cooperação Espacial para Fins Pacíficos, celebrado em 1º de fevereiro de 2002, em Paris. Apreciação sobrestada em virtude da não conclusão do item 1.	12093	Item 18 Projeto de Decreto Legislativo nº 945, de 2003 (nº 819/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Agência Espacial Européia sobre a Cooperação Espacial para Fins Pacíficos, celebrado em 1º de fevereiro de 2002, em Paris. Apreciação sobrestada em virtude da não conclusão do item 1.	12093
Item 19 Projeto de Lei do Senado nº 516, de 2003 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.861, de 2003, da Comissão de Educação), que autoriza o Poder Executivo a criar a Fundação Universidade Federal do Cariri (UFCariri). Apreciação sobrestada em virtude da não conclusão do item 1.	12093	Item 19 Projeto de Lei do Senado nº 516, de 2003 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.861, de 2003, da Comissão de Educação), que autoriza o Poder Executivo a criar a Fundação Universidade Federal do Cariri (UFCariri). Apreciação sobrestada em virtude da não conclusão do item 1.	12093
Item 20 Projeto de Resolução nº 37, de 2003, de autoria do Senador Alberto Silva, que institui o Grupo Parlamentar China-Brasil e dá outras providências. Apreciação sobrestada em virtude da não conclusão do item 1.	12093	Item 20 Projeto de Resolução nº 37, de 2003, de autoria do Senador Alberto Silva, que institui o Grupo Parlamentar China-Brasil e dá outras providências. Apreciação sobrestada em virtude da não conclusão do item 1.	12093
		Item 21 Projeto de Resolução nº 57, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que autoriza a cessão, para cobrança, da dívida ativa dos Municípios a instituições financeiras e dá outras providências. Apreciação sobrestada em virtude da não conclusão do item 1.	12094
		Item 22 Projeto de Resolução nº 58, de 2003, de autoria do Senador José Jorge, que denomina “Sala Senador Apolônio Salles” a sala de reuniões da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado Federal. Apreciação sobrestada em virtude da não conclusão do item 1.	12094
		1.3.1 – Discursos encaminhados à publicação SENADOR ALVARO DIAS – Apoio às estratégias elencadas no Plano de Metas da Organização das Cooperativas Paranaenses – OCEPAR, para o quinquênio 2005/2010, e a importância do mercado árabe para a expansão do agronegócio brasileiro.	12094
		SENADOR ROMERO JUCÁ – A contribuição do excelente desempenho da agricultura brasileira para a melhora do horizonte da economia, tanto interna quanto externamente, representada por 42% das exportações.	12095
		SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Cumprimentos à pesquisadora Adriana Martins, premiada por trabalho científico na Amazônia. Registro do artigo intitulado “FMI em foco”, de autoria do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso publicado no jornal Correio Braziliense, de 02 do corrente.	12096
		SENADOR PEDRO SIMON – Consequências econômico-sociais que afligem os agricultores dos quatro Estados da região Sul atingidos pela estiagem. Destaque às propostas legislativas apresentadas em favor da agricultura nacional.	12098
		SENADOR PAPALEÓ PAES – Homenagem ao piloto Ayrton Senna, falecido há dez anos.	12102
		SENADORA SERYS SLHESSARENKO – Investimentos do governo federal em áreas relevantes para o projeto de desenvolvimento sustentável do país, por intermédio das empresas estatais.	12103
		SENADOR DELCÍDIO AMARAL – Homenagem à Itaipu Binacional, que comemora neste mês seus trinta anos de existência.	12105
		SENADOR AUGUSTO BOTELHO – Transcurso, ontem, do Dia do Parlamento.....	12107
		1.3.2 – Comunicação da Presidência Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária, amanhã, às 14 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia anteriormente designada. .	12109
		1.4 – ENCERRAMENTO 2 – DISCURSO PRONUNCIADO EM SÉSSÃO ANTERIOR Proferido pelo Senador José Sarney, na sessão do dia 30 de abril de 2004.	12116

Maio de 2004

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

Quarta-feira 5 12005

3 – EMENDAS

Nºs 1 a 47, apresentas ao Projeto de Lei nº 4, de 2004-CN (Mensagem nº 60/2004-CN, nº 163/2004, na origem). 12122

4 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 779 a 790, de 2004. 12171

SENADO FEDERAL

**5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
– 52ª LEGISLATURA**

**6 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PER-
MANENTES**

**7 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PAR-
LAMENTAR**

8 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

9 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

**10 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-
CIDADÃ BERTHA LUTZ**

CONGRESSO NACIONAL

**11 – CONSELHO DA ORDEM DO CON-
GRESSO NACIONAL**

**12 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SO-
CIAL**

**13 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUN-
TA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)**

**14 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE
DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)**

Ata da 49^a Sessão Deliberativa Ordinária, em 4 de maio de 2004

2^a Sessão Legislativa Ordinária da 52^a Legislatura

Presidência dos Srs. José Sarney, Paulo Paim e Eduardo Siqueira Campos

ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Almeida Lima – Aloizio Mercadante – Alvaro Dias – Antero Paes de Barros – Antonio Carlos Magalhães – Antônio Carlos Valadares – Arthur Virgílio – Augusto Botelho – César Borges – Delcilio Amaral – Demostenes Torres – Duciomar Costa – Edison Lobão – Eduardo Azeredo – Eduardo Siqueira Campos – Eduardo Suplicy – Efraim Morais – Fátima Cleide – Fernando Bezerra – Flávio Arns – Garibaldi Alves Filho – Geraldo Mesquita Júnior – Gilberto Mestrinho – Hélio Costa – Heloísa Helena – Heráclito Fortes – Ideli Salvatti – Jefferson Peres – João Alberto Souza – João Capiberibe – João Ribeiro – João Tenório – Jonas Pinheiro – Jorge Bornhausen – José Agripino – José Jorge – José Maranhão – José Sarney – Juvêncio da Fonseca – Leomar Quintanilha – Leonel Pavan – Lúcia Vânia – Luiz Otavio – Magno Malta – Maguito Vilela – Mão Santa – Marcelo Crivella – Marco Maciel – Marcos Guerra – Mozarildo Cavalcanti – Ney Suassuna – Osmar Dias – Papaléo Paes – Paulo Elifas – Paulo Octávio – Paulo Paim – Pedro Simon – Ramez Tebet – Reginaldo Duarte – Renan Calheiros – Roberto Saturnino – Rodolpho Tourinho – Romero Jucá – Romeu Tuma – Roseana Sarney – Sérgio Cabral – Sérgio Guerra – Sérgio Zambiasi – Sibá Machado – Tião Viana – Valdir Raupp – Valmir Amaral.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)
– A lista de presença acusa o comparecimento de 72 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

OFÍCIO DO MINISTRO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

Nº 83/2004, de 16 de abril passado, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 41, de 2004, do Senador José Agripino.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)
– As informações foram encaminhadas, em cópia, ao requerente.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, avisos de Ministros de Estado que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

São lidos os seguintes:

AVISOS DE MINISTROS DE ESTADO

Nº 217/2004, de 27 de abril passado, do Ministro dos Transportes, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.155, de 2003, do Senador Marcelo Crivella; e

Nº 1.219/2004, de abril passado, do Ministro da Justiça, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.554, de 2003, do Senador Leonel Pavan.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)
– As informações foram encaminhadas, em cópia, aos requerentes.

O requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 520, DE 2004

Nos termos do Art. 222 do Regimento Interno da Casa, requeiro voto de aplauso ao Grupo RBS, em comemoração a seu aniversário no dia

1º de maio, e ao jornal Zero Hora, que completa hoje 40 anos.

Sala das Sessões, 4 de maio de 2004. – **Paulo Paim – Ideli Salvatti – Leonel Pavan – Pedro Simon – Jorge Bornhausen – Sérgio Zambiasi – Patrícia Sabóia – José Jorge.**

LEGISLAÇÃO CITADA

REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

TÍTULO VIII Das Proposições

CAPÍTULO I Das Espécies

SEÇÃO III Dos Requerimentos

SUBSEÇÃO IV Dos Requerimentos de Voto de Aplauso ou Semelhante

Art. 222. O requerimento de voto de aplauso, regozijo, louvor, solidariedade, congratulações ou semelhante só será admitido quando diga respeito a ato público ou acontecimento de alta significação nacional ou internacional.

§ 1º Lido na hora do expediente, o requerimento será remetido da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania ou à de Relações Exteriores e Defesa Nacional, conforme o caso.

§ 2º O requerimento será incluído na Ordem do Dia da sessão deliberativa imediata àquela em que for lido o respectivo parecer.

§ 3º A Mesa só se associará à manifestação de regozijo ou pesar quando votadas pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nos termos do art. 222, §1º do Regimento Interno, o requerimento será despachado à Comissão competente.

Assinam esse requerimento os três Senadores de Santa Catarina, do Paraná, do Rio Grande do Sul, e o Senador Romeu Tuma, de São Paulo.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 521, DE 2004

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e de acordo com os arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam fornecidas, pelo Ministro de Estado das Comunicações, os relatórios da administração, as demonstrações financeiras exigidas pela legislação societária em vigor, acompanhadas das respectivas notas explicativas e pareceres de auditoria independente, e os pareceres do conselho fiscal, dos últimos cinco anos, da empresa Telecomunicações Brasileiras S.A. (TELEBRÁS) e bem assim que sejam prestadas as seguintes informações a respeito da citada companhia:

- a) descrição das atividades hoje desenvolvidas pela Telebrás;
- b) quantitativo dos empregados da empresa, inclusive dos cedidos a outros órgãos da Administração Pública;
- c) descrição de suas principais fontes de recursos;
- d) composição de sua diretoria e de seus conselhos fiscal e de administração; e
- e) remuneração estabelecida para seus diretores e membros dos conselhos fiscal e de administração.

Justificação

O setor de telecomunicações brasileira sofreu profunda reforma em tempos recentes. Entre outras medidas adotadas, decidiu-se por privatizar as empresas sob controle estatal que prestavam esses serviços. Desse modo, assistimos à alienação das empresas que antes faziam parte do chamado Sistema Telebrás, com toda a controvérsia que cercou aquela operação.

Não obstante, verifica-se que, apesar da privatização, a Telebrás continua a existir. Os jornais de 29 de março de 2004 trouxeram edital de convocação de assembleia geral ordinária daquela companhia. Entre os temas a serem tratados, incluíam-se o exame das demonstrações financeiras e a fixação da remuneração de seus diretores.

Sem dúvida, tal convocação é de causar espécie, pois é do entendimento da sociedade brasileira que tal empresa já havia sido vendida. Por certo que não desempenha mais suas atividades típicas de exploração de serviços de telecomunicações, pois consta que todas as concessionárias e autorizatárias desses serviços pertencem à iniciativa privada.

Dessa forma, faz-se necessário esclarecer quais as funções ora executadas por essa empresa, qual o motivo de ainda não ter sido extinta. Além disso, é mister saber de onde vêm os recursos utilizados para a manutenção de sua estrutura e cobertura dos gastos

de folha de pagamento, até que ponto essas despesas oneram o Orçamento da União. Do mesmo modo, é pertinente indagar qual a remuneração que se paga a seus dirigentes.

Por essas razões, calcados na Constituição Federal e no Regimento Interno desta Casa, somos levados a apresentar este requerimento de informações, dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações, autoridade à qual se vincula a Telebrás.

Sala das Sessões, 4 de maio de 2004. – **Álvaro Dias.**

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O requerimento lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 522, DE 2004

Requer Voto de Aplauso ao jornalista Mário Adolfo, pelo transcurso do 21º aniversário de circulação do Suplemento Infantil Curumim, de Manaus.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao jornalista amazonense Mário Adolfo, no momento em que completa “maioridade” o Suplemento Infantil Curumim, do jornal **Amazonas em Tempo**.

Requeiro, também, que deste Voto de Aplauso, sejam cientificados o homenageado e o jornal **Amazonas em Tempo**.

Justificação

Com periodicidade semanal, o Suplemento Infantil Curumim, que circula há 21 anos como encarte do jornal Amazonas em Tempo, é uma excelente publicação, que educa e diverte o público a que se dirige. Criado pelo desenhista Mário Adolfo, o Suplemento baseia-se no personagem desse notável artista plástico, o próprio Curumim, e, ao longo desse período de 21 anos, agora, portanto, completando a maioridade, sempre esteve voltado para a educação complementar infantil, com motivos principalmente da Amazônia. A homenagem ora requerida é, pois, merecida.

Sala das Sessões, 4 de maio de 2004. – **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência encaminhará o voto solicitado.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 523, DE 2004

Requer, ao Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, informações acerca da denúncia de retenção de recursos destinados a programas sociais, para cumprir meta de superávit primário.

Requeiro, de acordo com o art. 216, do Regimento Interno, combinado com o que dispõe o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e considerando a competência fiscalizadora do Congresso Nacional, que sejam solicitadas, ao Excelentíssimo Senhor Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, informações acerca de denúncias do jornal **Correio Braziliense**, de que recursos destinados a programas em favor do trabalhador, estariam sendo retidos para cumprir metas de superávit primário acertadas com o Fundo Monetário Internacional, esclarecendo montantes e justificativas.

Justificação

O Jornal **Correio Braziliense** denuncia, na edição do dia 1º de maio de 2004, que o Governo, sob o pretexto de cumprir metas de superávit primário acertadas com o FMI, estaria retendo verbas orçamentárias destinadas a programas em favor dos trabalhadores.

Sala das Sessões, 4 de maio de 2004. – **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 524, DE 2004

Requer ao Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, informações do BNDES acerca do programa de microcrédito.

Requeiro, de acordo com o art. 216, do Regimento Interno, combinado com o que dispõe o art. 50, § 2º, da Constituição Federal e considerando a competência fiscalizadora do Congresso Nacional, que sejam solicitadas, ao Excelentíssimo Senhor Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, informações, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social-BNDES, acerca do programa do microcrédito, lançado em junho de 2003, mas que segundo denuncia o jornal **O Estado de S. Paulo**, ainda não liberou nenhum financiamento, esclarecendo:

- 1 – Motivos do atraso;
- 2 – Recursos disponíveis para esse programa.

Justificação

O Jornal **O Estado de S. Paulo** denuncia, na edição do dia 1º de maio de 2004, que até hoje não foi liberado nenhum financiamento pelo programa de microcrédito, lançado pelo Governo Federal há quase um ano, pelo que formulou o presente requerimento de informações ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Sala das Sessões, 4 de maio de 2004. – **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 525, DE 2004

Requer informações ao Ministro da Saúde, acerca da entrega de cinco ambulâncias velhas, dadas como novas, ao município de Ribeirão Preto, SP.

Requeiro, de acordo com o art. 216, do Regimento Interno, combinado com o que dispõe o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e considerando a competência fiscalizadora do Congresso Nacional, que sejam solicitadas, ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde, informações acerca do ocorrido com a entrega ao município de Ribeirão Preto/SP, de ambulâncias dadas como novas, mas na verdade velhas, segundo o jornal **Folha de S.Paulo**, esclarecendo:

- 1 – Motivos da chamada “maquiagem”;
- 2 – As ambulâncias a serem distribuídas a outros municípios são igualmente velhas e simplesmente “maquiadas”?

Justificação

O Jornal **Folha de São Paulo** denuncia, na edição do dia 1º de maio de 2004, que o Governo Federal, através do Ministério da Saúde, procedeu à entrega, ao Município de Ribeirão Preto, de ambulâncias velhas, dadas como novas, pelo que formulou o presente requerimento de informações ao Ministério da Saúde
Sala das Sessões, 4 de maio de 2004. – **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Os requerimentos lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim – Bloco/PT – RS) – A Presidência comunica ao Plenário que a Senadora Serlys Slhessarenko encaminhou à Mesa o **Requerimento nº 511, de 2004**, que “solicita a criação de Comissão Especial Temporária com o objetivo de planejar e coordenar a execução da programação do Ano da Mulher – 2004”.

Na mesma proposição, S. Exª também requer que a comissão seja constituída de um representante de cada Partido com assento no Senado Federal.

O art. 58 da Constituição Federal, em seu § 1º, determina que “na constituição das Mesas e de cada comissão, é assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participam da respectiva Casa.”

Como o Requerimento trata apenas de “planejar e coordenar a execução da programação do Ano da Mulher – 2004”, não tendo qualquer objetivo que envolva o processo legislativo, a Presidente recebe e defere o Requerimento, por analogia, nos termos do art. 70 do Regimento Interno, tendo em vista que a pauta encontra-se sobrestada por medidas provisórias.

A Mesa oficiará aos Srs. Líderes partidários para que indiquem os nomes que comporão a referida comissão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sobre a mesa, pareceres que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 423, DE 2004

Da Comissão de Assuntos Sociais, sobre a Mensagem nº 43, de 2004, (nº 160/04, na origem), que submete à apreciação do Senado – Federal, a indicação do Senhor Alfredo Luiz de Almeida Cardoso para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

A Comissão de Assuntos Sociais, em votação secreta realizada em 29 de abril de 2004, apreciando o relatório apresentado pelo Senhor Senador Sérgio Guerra, sobre a Mensagem nº 43, de 2004, opina pela aprovação da indicação do Senhor Alfredo Luiz de Almeida Cardoso, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, por 21 votos Sim, 2 Não e Abstenções 00 Total: 23

Sala das Comissões, 29 de abril de 2004. – **Lúcia Vânia**, Presidente, – **Sérgio Guerra**, Relator.

Relatório

Relator: Senador **Sérgio Guerra**

O Senhor Presidente da República, por meio da Mensagem nº 43, de 2004 (Mensagem nº 160, de 8-4-2004, na origem), com base no art. 52, inciso III, alínea f da Constituição Federal, e de conformidade com os termos do parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, e do § 1º do art. 5º do Decreto nº 3.327, de 5 de janeiro de 2000, submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor

Alfredo Luiz de Almeida Cardoso para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

O curriculum vitae, anexado à referida Mensagem, demonstra que o indicado é graduado em Medicina pela Faculdade de Medicina da Universidade Federal Fluminense (1985) e especialista em Clínica Médica e em Terapia Intensiva. Realizou curso em nível de pós-graduação em Administração – MBA Executivo pela Coppead, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Consta, ainda, do curriculum vitae do indicado o relato, entre outras, as seguintes atividades profissionais: médico da Força de Apoio da Marinha do Brasil, responsável pela aplicação da Política de Atenção à Saúde, pelo controle epidemiológico e pelo planejamento e execução de operações navais; Chefe do CTI do Hospital de Clínicas de Niterói, RJ; Diretor do Hospital de Clínica Mário Leoni, em Duque de Caxias, RJ; Diretor da Rede de Centros Médicos da Empresa de Serviços Hospitalares (ESHO), do Grupo – Amil; Superintendente da ESHO; Diretor-Geral do Hospital Barra d'Or; – Diretor-Geral do Hospital Copa d'Or; Diretor Técnico da Empresa de Gestão – Hospital do HIS – Gestal.

O indicado integrou o corpo docente do Centro de Instrução Especializado da Aeronáutica, onde ministrou instrução no Curso de Administração Hospitalar. Participou de inúmeras jornadas e cursos nas áreas de terapia intensiva e de gestão hospitalar. Participou de vários eventos internacionais, tais como o VIII Congresso Mundial de Terapia Intensiva, em Madrid; o IX Congresso Mundial de Medicina de Emergência e Desastre, em Estocolmo; e o Hospital Strategy & Governance in Latin América, em Miami.

Finalmente, no presente momento, ocupa as funções de Diretor da Phoenix (empresa de consultoria na área de processos técnicos e administrativos de hospitais e operadoras de saúde).

Em face do histórico pessoal e profissional apresentado, entendemos dispor esta Comissão dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação do nome do Senhor Alfredo Luiz de Almeida Cardoso para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Sala da comissão. – **Lúcia Vânia**, Presidente – **Sérgio Guerra**, Relator – **Ana Júlia Carepa** – **Ideli Salvatti** – **Flávio Arns** – **Sibá Machado** – **Nilton Freitas** – **Geraldo Mesquita Júnior** – **Mão Santa** – **Ney Suassuna** – **Papaléo Paes** – **Paulo Otávio Eduardo Azeredo** – **Reginal Duarte** – **Patrícia Saboya Gomes** – **Fernando Bezerra** – **Tião Viana** – **Hélio Costa** – **César Borges** – **Demóstenes Torres** – **Sérgio Guerra** – **Marcos Guerra**.

PARECER Nº 424, DE 2004

Da Comissão de Assuntos Sociais, sobre a Mensagem nº 44, de 2004 (nº 161/04, na origem), que Submete à apreciação do Senado Federal, a indicação do Senhor Gilson Caleman para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS”.

A Comissão de Assuntos Sociais, em votação secreta realizada em 29 de abril de 2004, apreciando o relatório apresentado pela Senhora Senadora Ana Júlia Carepa, sobre a Mensagem nº 44, de 2004, opina pela aprovação da indicação do Senhor Gilson Caleman, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, por 21 votos Sim, 2 Não e Abstenções 00 Total.

Sala das Comissões 29 de abril de 2004. – **Lúcia Vânia**, Presidente – **Ana Júlia Carepa**, Relatora.

Relatório

Relatora: Senadora Ana Júlia Carepa

O Senhor Presidente da República, por meio da Mensagem nº 44, de 2004, (Mensagem nº 161, de 8-4-2004, na origem), com base no art. 52, inciso III, alínea f, da Constituição Federal, e de conformidade com os termos do parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, e do § 1º do art. 5º do Decreto nº 3.327, de 5 de janeiro de 2000, submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor Gilson Caleman para exercer o cargo de Diretor da Agencia Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

O **curriculum vitae**, anexado à referida Mensagem, demonstra que o indicado é graduado em Medicina pela Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo, com especialização médica na área de Homeopatia.

O indicado é mestrando em Medicina Baseada em Evidências, na Universidade Federal de São Paulo. Anteriormente, realizou cursos de especialização e aperfeiçoamento em: Hansenologia; Administração Hospitalar e de Sistemas de Saúde; e Procedimentos de Auditoria. Realizou, ainda, o Curso de Didática para Medicina Geral e Comunitária, promovido pelo Centro Latino Americano de Tecnologia Educacional para a Saúde (OPAS).

Consta, igualmente, do curriculum vitae do indicado o relato, entre outras, das seguintes funções: Coordenador Geral dos Projetos Especiais da Secretaria de Assistência à Saúde do Ministério da Saúde (MS); Coordenador-Geral e, posteriormente, Diretor do Departamento de Desenvolvimento, Controle e Avaliação dos Serviços de Saúde, da Secretaria de Assistência

à Saúde do MS; Secretário de Assistência à Saúde Substituto, do MS; representante do Ministério da Saúde na Comissão Interministerial para elaboração de alternativas de financiamento do SUS; Consultor do Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Saúde (Conass), para a elaboração da Norma Operacional Básica nº 1/96, do MS; Consultor do Convênio entre a Fundação Unicamp e a Cassi visando a reorientação da assistência médica aos beneficiários; Diretor Técnico do Hospital das Clínicas de Manilha; Consultor do **Institute for Health Sector Development**, da Inglaterra, junto à Secretaria Estadual de Saúde do Ceará; Consultor da Agência de Saúde Suplementar do Rio de Janeiro; Diretor Técnico do Hospital Regional de Assis (SP).

O indicado é professor concursado do Departamento de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina de Marília. Além das atividades docentes, exercidas principalmente no Estado de São Paulo, ele integrou diversas comissões na área pública e privada, pronunciou grande número de palestras e conferências e possui trabalhos e livros publicados.

Finalmente, no presente momento, ocupa as funções de Diretor Administrativo da Faculdade de Medicina de Marília; de Diretor Tesoureiro da Fundação Municipal de Ensino Superior de Marília; e de Consultor do Departamento de Desenvolvimento, Controle e Avaliação de Serviços de Saúde junto à Secretaria de Assistência à Saúde do Ministério da Saúde.

Em face do histórico pessoal e profissional apresentado, entendemos dispor esta Comissão dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação do nome do Senhor Gilson Caleman para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

Sala da Comissão, 29 de abril de 2004. – **Lúcia Vânia**, Presidente – **Ana Júlia Carepa**, Relatora – **Ide- li Salvatti** – **Fernando Bezerra** – **Flávio Arns** – **Tião Viana** – **Sibá Machado** – **Aelton Freitas** – **Geraldo Mesquita Júnior** – **Mão Santa** – **Ney Suassuna** – **Palmeiro Paes** – **Hélio Costa** – **Paulo Octávio** – **César Borges** – **Demóstenes Torres** – **Eduardo Azeredo** – **Sérgio Guerra** – **Reginaldo Duarte** – **Marcos Guerra** – **Augusto Botelho** – **Patrícia Saboya Gomes**.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Os pareceres lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 110, DE 2004

Altera a Lei nº 6.905, de 11 de maio de 1981, para destinar a renda líquida de um concurso anual de prognóstico sobre o resultado de sorteios de números para as Associações da Cruz Vermelha Brasileira.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 1º e 2º da Lei nº 6.905, de 11 de maio de 1981, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º A Caixa Econômica Federal fará realizar, a cada ano, um concurso de prognósticos esportivos, promovido com base no Decreto-Lei nº 594, de 27 de maio de 1969, e um concurso de prognósticos sobre o resultado de sorteios de números, promovido com base na Lei nº 6.717, de 12 de novembro de 1979, cujas rendas líquidas serão destinadas às associações de Cruz Vermelha Brasileira, em todo o território nacional.

§ 1º As rendas líquidas previstas neste artigo serão destinadas ao custeio das atividades filantrópicas previstas nos estatutos sociais da Cruz Vermelha Brasileira e serão impenhoráveis.

§ 2º As datas de realização dos concursos de que trata este artigo, a cada ano, serão fixadas pela Caixa Econômica Federal, dentre os concursos programados.

§ 3º Para os efeitos do disposto neste artigo, considera-se renda líquida a resultante da arrecadação do concurso, deduzidas as parcelas destinadas à Caixa Econômica Federal e ao pagamento de prêmios e do imposto sobre a renda.

Art. 2º A Caixa Econômica Federal repassará diretamente à Cruz Vermelha Brasileira – Órgão Central a renda líquida de cada concurso realizado nos termos desta Lei, a qual redistribuirá esses recursos equitativamente entre o órgão central e as filiais estaduais e municipais, de acordo com os critérios estabelecidos pelo seu Conselho Diretor Nacional.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Lei nº 6.905, de 11 de maio de 1981, determina que a Caixa Econômica Federal realize, a cada ano, um concurso de prognósticos esportivos, promovido com base no Decreto-Lei nº 594, de 27 de maio de 1969, cuja renda líquida é destinada à Cruz Vermelha Brasileira.

A Caixa Econômica tem realizado esses concursos, mas os recursos efetivamente destinados à Cruz Vermelha têm sido insuficientes para cumprir o propósito da Lei. De fato, segundo informações da Caixa Econômica Federal, os três últimos concursos, realizados em 15 de junho de 2002, 31 de março de 2003 e 5 de janeiro de 2004, resultaram em valores ínfimos para aquela entidade filantrópica, de apenas R\$90.507,18, R\$118.993,74 e R\$65.503,64, respectivamente.

Com esses montantes anuais, é impossível prestar atendimento, ainda que em caráter complementar, a suas quatorze filiais estaduais, trinta e cinco filiais municipais e, também, seu órgão central, localizado no Rio de Janeiro, além de quatro hospitais, quatro escolas de enfermagem e cursos profissionalizantes na área de saúde pública, artesanato e informática.

A propósito, vale lembrar que a missão da Cruz Vermelha compreende, entre outros pontos, e, principalmente, a organização e execução, dentro do plano nacional, dos serviços de socorro de emergência às vítimas de calamidades públicas, assistência pós-desastre e prevenção de catástrofes, sejam quais forem suas causas. Só esse ponto já seria suficiente para justificar maior destinação de recursos para a entidade.

Além disso, a entidade necessita de recursos para fazer frente aos seguintes investimentos:

1. aquisição de equipamentos oftalmológicos necessários ao funcionamento do seu Centro da Visão, que já recebeu doação de quatrocentos itens de instrumentos cirúrgicos da Cruz Vermelha Alemã;
2. reativação de sua escola de enfermagem;
3. apoio ao Programa "Fome Zero" do Governo Federal;
4. formação e captação de voluntários, cursos para formação de prevenção e criação de brigadas, mobilização para a doação de sangue, prevenção da dengue e de outras doenças infecto-contagiosas e campanhas contra o estigma e a discriminação da AIDS/HIV, entre outras.

Por esses motivos, estamos propondo a alteração da Lei nº 6.905, de 1981, a fim de incluir a realização de um concurso de prognósticos sobre o resultado de sorteios de números, a critério da Caixa Econômica Federal, cuja renda líquida, no conceito definido no projeto, seja também destinada à Cruz Vermelha Brasileira.

Diante do exposto, conto com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposta.

Sala das Sessões, 4 de maio de 2004. _ Senador Marcelo Crivella.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI N° 6.905, DE 11 DE MAIO DE 1981

Destina a renda líquida de Concursos de Prognósticos Esportivos à Cruz Vermelha Brasileira e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º A Caixa Econômica Federal fará realizar a cada ano, 1 (um) concurso de prognósticos esportivos, promovido com base no Decreto-Lei nº 594, de 27 de maio de 1969, cuja renda líquida será destinada à Cruz Vermelha Brasileira, sociedade civil filantrópica.

§ 1º A renda líquida prevista neste artigo será destinada ao custeio das atividades filantrópicas previstas no estatuto da Sociedade.

§ 2º A data de realização do concurso de que trata este artigo, a cada ano, será fixada pela Caixa Econômica Federal, dentre os concursos programados.

§ 3º Para os efeitos do disposto neste artigo, considera-se renda líquida a resultante da arrecadação do concurso, deduzidas as parcelas destinadas à Caixa Econômica Federal e ao pagamento de prêmios e do imposto sobre a renda.

Art. 2º A Caixa Econômica Federal repassará diretamente à Cruz Vermelha Brasileira a renda líquida de cada concurso realizado nos termos desta lei, a qual redistribuirá esses recursos eqüitativamente entre o seu órgão central e as filiais estaduais e municipais da entidade.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 11 de maio de 1981; 160º da Independência e 93º da República. – **JOÃO FIGUEIREDO** – **Ernane Galvães**.

DECRETO-LEI N° 594, DE 27 DE MAIO DE 1969

Institui a Loteria Esportiva Federal e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o § 1º do art. 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968,

Decreta:

Art. 1º Fica instituída a Loteria Esportiva Federal, para a exploração, em qualquer parte do Território Nacional, de todas as formas de concursos de prognósticos esportivos.

Art. 2º Fica o Conselho Superior das Caixas Econômicas Federais, através da Administração do serviço de Loteria Federal, com a colaboração das Caixas Econômicas Federais, incumbidas de dar execução aos serviços relacionados com concursos de prognósticos esportivos.

Art. 3º A renda líquida obtida com a exploração da Loteria Esportiva Federal será, obrigatoriamente, destinada a aplicações de caráter assistencial, educacional e aprimoramento físico, e será distribuída de acordo com programação expedida pelo Poder Executivo, observadas as seguintes taxas:

a) 40% (quarenta por cento) para programas de assistência à família, à infância e à adolescência, a cargo da Legião Brasileira de Assistência;

b) 30% (trinta por cento) para programas de educação física e atividades esportivas;

c) 30% (trinta por cento) programas de alfabetização.

Art. 4º O Conselho Superior das Caixas Econômicas Federais, dentro do prazo de 90 (noventa) dias a partir da sua vigência, deverá apresentar ao Ministro da Fazenda anteprojeto de regulamentação do presente Decreto-lei, para ser submetido ao Presidente da República.

Art. 5º A Loteria Esportiva Federal fica sujeita ao pagamento de cota de previdência de 10% (dez por cento) sobre a importância bruta de sua receita, a qual será integralmente recolhida ao Banco do Brasil S.A., em guia própria, a conta do Fundo de Liquidez da Previdência Social".

Art. 6º Considera-se renda líquida, para os efeitos deste decreto-lei a que resultar da renda bruta, deduzidas exclusivamente as despesas de custeio e manutenção dos serviços da Loteria Esportiva Federal, que se deverão manter dentro dos limites fixados pelo Poder Executivo.

Art. 7º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Brasília, 27 de maio de 1969; 148º da Independência e 81º República – **A. COSTA E SILVA – Antônio Delfim Netto – Favorino Bastos Mércio – João Paulo dos Reis Velloso.**

LEI Nº 6.717, DE 12 DE NOVEMBRO DE 1979

Autoriza modalidade da concurso de prognósticos da Loteria Federal regida pelo Decreto-Lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967, e dá outras providências.

O Presidente da República , faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º A Caixa Econômica Federal fica autorizada a realizar, como modalidade da Loteria Federal regida pelo Decreto-Lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967, concurso de prognósticos sobre o resultado de sorteios de números, promovido em datas prefixadas, com distribuição de prêmios mediante rateio.

Art. 2º O resultado líquido do concurso de prognósticos, de que trata o artigo anterior, obtido depois de deduzidas do valor global das apostas computadas, as despesas de custeio e de manutenção do serviço, o valor dos prêmios, e a cota de previdência social de 5% (cinco por cento), incidente sobre a receita bruta de cada sorteio, destinar-se-á às aplicações previstas no item II, do art. 3º, da Lei nº 6.168, de 9 de dezembro de 1974, com prioridade para os programas e projetos de interesse para as regiões menos desenvolvidas do País.

Art. 3º O concurso de prognósticos de que trata esta lei será regulado em ato do Ministro de Estado da Fazenda, que disporá obrigatoriamente sobre a realização do concurso, a fixação dos prêmios, o valor unitário das apostas, bem como sobre o limite das despesas com o custeio e a manutenção do serviço.

Art. 4º O item I do artigo 2º da Lei nº 6.168, de 9 de dezembro de 1974, passa a ter a seguinte redação:

"I – A renda líquida da Loteria Federal, em qualquer de suas modalidades, e da Loteria Esportiva Federal."

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 12 de novembro de 1979; 158º da Independência e 91º da República. – **JOÃO FIGUEIREDO – Karlos Rishbieter.**

PROJETO DE LEI DO SENADO FEDERAL Nº 111, DE 2004

Veda a exigência de conhecimento de língua estrangeira nos concursos públicos e nos exames vestibulares de instituições de ensino superior.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É vedada a exigência do conhecimento de línguas estrangeiras nas provas eliminatórias dos exames vestibulares a cursos de instituições de ensino superior e nas realizadas por entidades promotoras de concursos públicos.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica aos concursos e provas de seleção de candidatos a cursos, a empregos e a cargo ou função pública nos quais o conhecimento de língua estrangeira seja indispensável para o ingresso e posterior exercício.

Art. 2º Esta lei entra em vigor nos 180 (cento e oitenta) dias após a sua publicação.

Justificação

Realmente não se entende que num País de 180 milhões de brasileiros, que falam a língua portuguesa, um estudante seja eliminado num exame vestibular porque “não passou” numa prova de língua estrangeira ou que um cidadão, candidato a emprego público, não seja classificado pelo mesmo motivo.

Ninguém ignora que o conhecimento, pelo menos do inglês básico ou do espanhol, é de fundamental importância para o exercício de um grande número de profissões, o mesmo acontecendo com os estudantes de nível superior quando precisam recorrer a publicações estrangeiras ou, mesmo, modernamente, a um “site” em inglês da Internet.

Essa circunstância, entretanto, não deve ser válida para impedir o seu acesso à universidade ou do cidadão a emprego ou a cargo público, até porque, por força de lei, qualquer documento em língua estrangeira que transitar na burocracia governamental terá de ser, obrigatoriamente, traduzido para o vernáculo.

Nada impede que alguém seja estudante, seja bacharel, freqüente um curso de língua estrangeira e, ainda, um servidor público de alto nível ou um profissional liberal faça o mesmo, no seu interesse, para melhor desempenho da sua atividade.

Obrigar, no entanto, alguém a falar, a escrever ou mesmo a entender uma língua estrangeira, para poder habilitar-se a um concurso público ou num vestibular, é exagero, mormente quando se tratar daqueles candidatos oriundos da escola pública, onde não se ministra o ensino de outro idioma, que não o pátrio. A possibilidade desse candidato ser reprovado no exame não nos parece ser sensato, mas, sim, dar às provas de idiomas estrangeiros apenas o caráter classificatório, isto é, não eliminatório, a exemplo dos títulos constantes do currículo do candidato.

Outro ponto que vale ressaltar é o fato de que os valores pagos no aprendizado de qualquer idioma estrangeiro, não obstante tratar-se de gastos com instrução, tais despesas não estão contempladas no rol das quais passíveis de dedução do imposto de renda.

De resto, cabe observar que o presente Projeto ressalva os concursos ou os exames “vestibulares” em que o conhecimento de língua estrangeira é indispensável para a graduação em curso específico superior ou para a posse em cargo ou emprego público dos que, por exemplo, tenham exercido no exterior.

O Projeto, também, não conflita com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, na medida em que, os

seus artigos 26 § 5º e 36 III, que “obrigam” o estudo de um idioma estrangeiro, cuidam de questões curriculares e, não, de provas para a aferição do conhecimento dessa matéria, exigido, atualmente, para o acesso às universidades ou a funções públicas, em especial as de nível superior.

Sala das Sessões, 4 de maio de 2004. – **Marcelo Crivella.**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 26. Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

.....
§ 5º Na parte diversificada do currículo será incluído, obrigatoriamente, a partir da quinta série, o ensino de pelo menos uma língua estrangeira moderna, cuja escolha ficará a cargo da comunidade escolar, dentro das possibilidades da instituição.

.....
Art. 36. O currículo do ensino médio observará o disposto na Seção I deste Capítulo e as seguintes diretrizes:

I – destacará a educação tecnológica básica, a compreensão do significado da ciência, das letras e das artes; o processo histórico de transformação da sociedade e da cultura: a língua portuguesa como instrumento de comunicação, acesso ao conhecimento e exercício da cidadania;

II – adotará metodologias de ensino e de avaliação que estimulem a iniciativa dos estudantes;

III – será incluída uma língua estrangeira moderna, como disciplina obrigatória, escolhida pela comunidade escolar, e uma segunda, em caráter optativo, dentro das disponibilidades da instituição.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 112, DE 2004

Altera o art. 13 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso, para atribuir aos Defensores Públicos o

poder de referendar transações relativas a alimentos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 13 da Lei nº 10.741, de 10 de outubro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 13. As transações relativas a alimentos poderão ser celebradas perante o Promotor de Justiça ou Defensor Público, que as referendará, e passarão a ter efeito de título executivo extrajudicial nos termos da lei processual civil. (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Constituição Federal de 1988 enumerou em seu Capítulo IV as “Funções Essenciais à Justiça”, nele inserindo, além da Advocacia e da Advocacia Pública, instituições como o Ministério Público e a Defensoria Pública, estabelecendo expressamente em seu art. 134 que “a Defensoria Pública é instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados, na forma do art. 5º, LXXIV”.

Entre as funções institucionais da Defensoria Pública, constantes do art. 4º da Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994, está a promoção, extrajudicial, da conciliação entre as partes em conflito de interesses (inciso I), o que implica dizer que ao Defensor Público compete não apenas a representação judicial dos necessitados, mas também, a relevante função social de apaziguar conflitos extrajudicialmente, funcionando como uma espécie de mediador.

Neste sentido, revela-se importante estender aos Defensores Públicos o poder conferido pelo Estatuto do Idoso aos Promotores de Justiça para referendar transações relativas a alimentos, com a finalidade de revestir de coercitividade os acordos entabulados perante aquela autoridade.

Saliente-se que tal medida incrementará sobremaneira o acesso à justiça dos idosos, abrindo-se mais uma alternativa para a solução de conflitos e reduzindo o número de procedimentos apreciados pelas Promotorias de Justiça.

Sala das Sessões, 4 de maio de 2004. – **César Borges.**

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

LXXIV – o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos;

Art. 134. A Defensoria Pública é instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados, na forma do art. 5º, LXXIV.)

Parágrafo único. Lei complementar organizará a Defensoria Pública da União e do Distrito Federal e dos Territórios e prescreverá normas gerais para sua organização nos Estados, em cargos de carreira, providos, na classe inicial, mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a seus integrantes a garantia da inamovibilidade e vedado o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais.

**LEI COMPLEMENTAR Nº 80,
DE 12 DE JANEIRO DE 1994**

Organiza a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios e prescreve normas gerais para sua organização nos Estados, e dá outras providências.

Art. 4º São funções institucionais da Defensoria Pública, dentre outras:

I – promover, extrajudicialmente, a conciliação entre as partes em conflito de interesses;

II – patrocinar ação penal privada e a subsidiária da pública;

III – patrocinar ação civil;

IV – patrocinar defesa em ação penal;

V – patrocinar defesa em ação civil e reconvir;

VI – atuar como Curador Especial, nos casos previstos em lei;

VII – exercer a defesa da criança e do adolescente;

VIII – atuar junto aos estabelecimentos policiais e penitenciários, visando assegurar à pessoa, sob quaisquer circunstâncias, o exercício dos direitos e garantias individuais;

IX – assegurar aos seus assistidos, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral, o contraditório e a ampla defesa, com recursos e meios a ela inerentes;

X – atuar junto aos Juizados Especiais de Pequenas Causas;

XI – patrocinar os direitos e interesses do consumidor lesado;

XII – (VETADO)

XIII – (VETADO)

§ 1º (VETADO)

§ 2º As funções institucionais da Defensoria Pública serão exercidas inclusive contra as Pessoas Jurídicas de Direito Público.

§ 3º (VETADO)

LEI Nº 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003

Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

Art. 13. As transações relativas a alimentos poderão ser celebradas perante o Promotor de Justiça, que as referendará, e passarão a ter efeito de título executivo extrajudicial nos termos da lei processual civil.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Os projetos lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Há oradores inscritos.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Pela ordem,

Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Pois não, Senador Osmar Santos.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Osmar Santos é um grande locutor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Uma grande homenagem a Osmar Santos também.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pela ordem.)

– Sr. Presidente, eu gostaria de pedir que V. Ex^a me inscrevesse para uma comunicação inadiável no momento oportuno.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– V. Ex^a está inscrito em primeiro lugar. Este Senador se inscreve em segundo lugar em razão da ordem de chegada

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR)

– Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR)

Pela ordem.) – Solicito a V. Ex^a, Sr. Presidente, que me inscreva como Líder para falar antes da Ordem do Dia e também após a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim – Bloco/PT – RS)

– Está assegurada a palavra a V. Ex^a.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Concedo a palavra a V. Ex^a.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Pela ordem.)

– Sr. Presidente, eu gostaria de me inscrever para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Está assegurada a palavra às Sr^{as}s e Srs. Senadores na seguinte ordem: Senador Osmar Dias, Senador Paulo Paim, Senador Lúcia Vânia. Na prorrogação da Hora do Expediente, S. Ex^{as}s terão assegurado o uso da palavra por cinco minutos, para uma comunicação inadiável, nos termos do art. 158, § 2º do Regimento Interno.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço minha inscrição como Líder, antes da Ordem do Dia se possível, após o terceiro orador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– A palavra será assegurada a V. Ex^a.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Sem Partido – AL)

– Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Concedo a palavra a V. Ex^a.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Sem Partido – AL. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria de preservar minha inscrição como primeira suplente das comunicações inadiáveis, assim como faz o Senador Osmar Dias.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Está assegurada a palavra a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Concedo a palavra ao nobre Senador Mozarildo Cavalcanti, como Líder, por cinco minutos, pelo PPS, para uma comunicação urgente de interesse partidário, nos termos do art. 14, inciso II, alínea “a”, do Regimento Interno.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR)

Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, quero ler expediente que recebi do Parlamento Amazônico, entidade que agrupa todas as assembléias legislativas dos Estados da Amazônia, Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e Goiás, vazado nos seguintes termos:

O Parlamento Amazônico, preocupado com a greve da Polícia Federal, que já se arrasta por 50 dias [isso na data do ofício, dia

28 de abril] e, a continuar esse impasse, tornar-se-á a nossa Amazônia mais vulnerável à ação dos narcotraficantes, contrabandistas, devastadores, biopiratas, guerrilheiros das repúblicas vizinhas e de outros adeptos do ilícito, que encontrarão campo aberto para a prática de suas atividades criminosas, requeremos de V. Ex^a:

a) que interceda junto à Casa Civil da Presidência da República, no sentido de se construir um canal de discussão e deliberação entre o Governo Federal e os Policiais Federais em greve.

Informamos a V. Ex^a que estamos encaminhando expediente com o mesmo conteúdo a todos os Deputados Federais e Senadores dos Estados Amazônicos.

Rio Branco, Acre, 28 de abril de 2004.

– Deputado **Sérgio de Oliveira Cunha**, Presidente do Parlamento Amazônico.

Sr. Presidente, faço esse registro e apelo público aqui da tribuna do Senado, para que o Governo realmente observe que a greve da Polícia Federal não causa apenas transtornos nos aeroportos às pessoas que querem embarcar e àqueles que querem tirar seus passaportes. É muito importante, talvez mais importante até, a questão das fronteiras da Amazônia. Essas, naturalmente, já são desguarnecidas, porque o efetivo da Polícia Militar, quando está todo em serviço, é insuficiente para garantir adequadamente a segurança das nossas fronteiras. E, lógico, estando os agentes da Polícia Federal em greve, essa situação se agrava sobremaneira, deixando a todos nós, brasileiros, preocupados, porque é por lá que entram as armas e as drogas que abastecem o esquema do narcotráfico no Rio de Janeiro principalmente, mas também em outras cidades brasileiras.

Portanto, faço esse apelo ao Governo Federal, para que seja, efetivamente, constituído um grupo capaz de fazer essa interlocução e encontrar uma solução para a greve que já se arrasta há quase dois meses.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Passamos a palavra ao primeiro orador inscrito, nobre Senador Marcelo Crivella.

V. Ex^a dispõe de 20 minutos.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PL – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é patente que as Forças Armadas, assim como outros órgãos do Estado brasileiro, passam nos últimos anos por uma grave crise orçamentária que lhe compromete o exercício de

sus funções constitucionais. É possível que, anterior a isso e como seu determinante principal, estejamos diante de uma crise de identidade do próprio setor de defesa nacional, pela ausência de uma definição clara da estratégia brasileira, dos seus fins e dos seus instrumentos de execução, em face das grandes transformações internas e internacionais nas últimas décadas, que tornaram superada a estratégia anterior.

Tudo isso é fruto, em última instância, de uma falta de orçamento às Forças Armadas. Entendemos que, para um país em desenvolvimento, a função de defesa é fundamental. Aliás, nisso, estamos apenas seguindo a rota aberta pelos países desenvolvidos, em especial os Estados Unidos, que têm dado todo o apoio à sua estrutura e estratégia de defesa.

Não podemos perder de vista que a retomada do desenvolvimento passa, obrigatoriamente, pela necessidade de o Estado voltar a investir, gerar demanda. E essa retomada de desenvolvimento, Sr. Presidente, deve começar por investimentos nas Forças Armadas.

Alguém poderia dizer que outros setores do Estado também precisam de investimentos, mas é importante notarmos que nenhum outro setor do nosso Estado tem as características das Forças Armadas. Elas não são sindicalizadas e nem sofrem ingerências políticas no trato do seu orçamento, o que faz com que o dinheiro aplicado vá diretamente para o desenvolvimento de ciência, de tecnologia de uma série de indústrias que formam uma órbita – investimentos na alimentação, no vestuário, no calçado, gerando, principalmente, ciência e tecnologia em uma pauta de exportação de produtos com alto valor agregado. E nesse caso específico das Forças Armadas, a sua contribuição ao desenvolvimento pode se dar em vários campos, desde que provida de suficientes recursos.

É uma visão míope considerar Exército, Marinha e Aeronáutica exclusivamente como unidades de custo. São unidades de prestação de serviços essenciais, desde os ligados diretamente à defesa, sejam os muitos serviços indiretos prestados à sociedade e à economia. O consumo das Forças Armadas gera investimentos e empregos no setor privado, a tecnologia desenvolvida nos institutos militares reforça a produtividade na indústria civil e, ainda, faz com que a presença das Forças Armadas nas áreas remotas seja um braço de serviços públicos essenciais à coletividade.

Além disso, as Forças Armadas são uma porta de entrada importante para centenas de milhares de jovens que têm aí seu acesso a uma vida melhor.

Vivemos, hoje, no Brasil, uma teoria liberal que nos tem imposto sacrifícios, a meu ver, inúteis, Sr. Presidente. Essa idéia de Estado mínimo, de superávit, de

juros altos, esses fetiches que a mídia, muitas vezes dominada pelo pensamento financeiro internacional, tenta nos impor de que quando o C-Bonds subir ou o risco Brasil cair ou as Bolsas tiverem índices mais altos e o dólar cair, nós, então, enfim, encontraremos o caminho do progresso e desenvolvimento. Pouco importa isso para o nosso povo.

Vivemos, hoje, uma crise social e econômica sem precedentes na nossa história. Se contarmos os levantamentos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em termos de desemprego aberto e subemprego, são mais de 20 milhões de brasileiros que se encontram em uma situação muito aflitiva.

Este País precisa voltar a crescer! É preciso que haja investimentos! E esses investimentos só voltarão a existir quando houver a demanda, e essa demanda, os economistas já conhecem isso há mais de 70 anos, precisa ser implementada com gastos públicos e, de certa forma, até deficitários.

A Teoria Keynesiana diz que, em situações de estagnação econômica como esta que vivemos aqui no Brasil, vale a pena até construir pirâmides. É claro que isso seria um grande desperdício com as necessidades que temos de investimentos em infra-estrutura, em educação, em estradas.

Por isso, Sr. Presidente, é que hoje venho a esta tribuna para defender um Orçamento anual estável de pelo menos 2,1% do PIB para as Forças Armadas. É por aí que podemos gerar demanda, tecnologia, ciência e defendermos nossas fronteiras. Há um projeto tramitando nesta Casa que aguarda apenas que as medidas provisórias sejam votadas para que seja lido o relatório em regime de urgência neste plenário. Esse projeto dá poder de polícia à Marinha, ao Exército e à Aeronáutica, cada um no seu setor, para que possamos estrangular as cadeias de suprimento do crime organizado, quando poderemos vir a ter sucesso.

Nenhum de nós defende a ação do Exército, da Marinha ou da Aeronáutica em tiroteios em áreas de comunidades carentes com fuzis e metralhadoras. Imagine, armamento pesado de soldados, de fuzileiros navais em meio a civis, o que seria um absurdo. Mas é exatamente nas fronteiras que o Exército pode, sim, evitar que armas e tóxicos invadam o nosso País; a Aeronáutica, fiscalizando nosso espaço aéreo; a Marinha, a nossa costa e nossos portos.

Mas para que isso seja possível, é necessário que o Exército, a Marinha e a Aeronáutica tenham um orçamento adequado para cumprirem esse novo papel que o Congresso Nacional lhes reserva por meio desse projeto que agora tramita em regime de urgência. Não podemos entender uma defesa forte de um País fraco, economicamente fraco.

O Senador Paulo Paim tem discutido o salário mínimo, mas enquanto tivermos um superávit de R\$70 bilhões não nos vão sobrar recursos nem para investir no salário-mínimo, nem para fazermos a defesa do nosso território, nesse momento de tanto desemprego, da maior crise econômica e social da nossa história. E vivemos uma crise sem precedentes, em uma época muito diferente das crises do passado, pois agora temos uma Constituição com cidadania estendida: os pobres participam do processo e vão mostrar isso na próxima eleição.

O Sr. Almeida Lima (PDT – SE) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MARCELO CRIVELLA (PL – RJ) – Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Almeida Lima (PDT – SE) – Quero congratular-me com V. Ex^a, sobretudo quando se reporta à questão das Forças Armadas devendo passar a ter uma função mais útil, não que hoje não seja útil – é, sim –, mas precisa ser mais útil diante dos problemas que vivenciamos hoje em nosso País. Há muito já se diz da necessidade do uso das Forças Armadas para o combate à criminalidade. Sim, por que não? Afirmam que essa é uma função das Polícias Militar e Civil, o que não é verdade. Quando temos um problema de criminalidade como esse a que V. Ex^a se refere, do Rio de Janeiro e dos grandes centros, que decorre na maioria das vezes do tráfico de armas, de drogas, como poderemos ter uma fronteira tão vasta como a nossa fiscalizada, com o crime reprimido, se não com a participação das Forças Armadas? Outro dia, defendi, aqui, inclusive a sua transferência, se não total, mas de forma expressiva, concentrada hoje na região leste do nosso País para a Região Norte e Centro-Oeste, onde realmente o Brasil necessita da presença dessas Forças. E se fala do uso especial próprio na defesa do País, na guerra. E que guerra maior do que essa que o povo brasileiro vivencia diariamente? Afirmam que o Exército, a Marinha, a Aeronáutica – as Forças Armadas – não estão preparadas, não têm aquele preparo tão peculiar à Polícia Militar e à Polícia Civil. Mas isso já se afirma há muito tempo. E por que durante todo esse tempo ela não se preparou exatamente para essa missão? Tenha V. Ex^a, portanto, o meu aplauso pelo pronunciamento que faz.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PL – RJ) – Muito obrigado, Senador Almeida Lima.

Concedo um aparte ao Senador Ney Suassuna, nobre Senador da Paraíba.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Senador Marcelo Crivella, sempre fui contrário a que as Forças Armadas permanentemente se envolvam no combate à criminalidade. Fiz uma pergunta a um motorista de

táxi, há poucos dias, depois que jogaram uma granada no nosso Batalhão, no caminho do aeroporto: "Diga-me uma coisa amigo" – eu havia feito a mesma pergunta e ouvido a mesma resposta de um outro motorista –, "você usa tóxico?" Ele disse que não. "Nem cocaína nem maconha?" Ele novamente disse que não. "Mas se o senhor quiser comprar, levará mais de meia hora?" Ele respondeu: "Claro que não, Senador. Arranjo num minuto". Então como é que a polícia passa 30 dias por mês, 12 meses por ano, e não sabe onde estão as bocas de fumo? Claro que há corrupção! Soube, pelo mesmo motorista, que um soldado recebe R\$800,00 por mês da Corporação e R\$1 mil por semana em cada local de boca de fumo. Então, é óbvio que se as Forças Armadas fizerem sempre esse serviço, terminará ocorrendo o mesmo fenômeno. No entanto, V. Ex^a está muito correto quando fala das fronteiras ou de operações especiais. Seria extremamente salutar quatro mil pessoas cercarem uma favela, fazerem uma varredura, tomarem todos os armamentos, prenderem todo mundo. Poderia haver ações de desarmamentos em nossas grandes cidades ou em certas regiões que estão em dificuldades. Lamentavelmente, só colocam as Forças Armadas nas ruas quando há um encontro de presidentes. Aí há tanques de guerra e tudo o que se precisa. Passado o evento, eles não podem mais se misturar com a população. No caso do Rio de Janeiro, no caso das grandes cidades, porque não é só o Rio de Janeiro, ou até de certas regiões, como é o polígono da maconha no Nordeste – o problema está disseminado pelo Brasil afora –, temos que fazer operações especiais. Sou inteiramente favorável a isso! Como força complementar e temporária, podíamos usar, com muita racionalidade, as nossas Forças Armadas.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PL – RJ) – Muito obrigado, Senador Ney Suassuna.

A verdade é que o crime organizado precisa ser combatido na origem, quando as armas e os tóxicos entram pela fronteira. Ali, o Exército, no espaço aéreo, a Aeronáutica e, no litoral, a Marinha têm um papel relevante a exercer.

A outra ponta é a lavagem do dinheiro. Ninguém vende cocaína ou pratica crime se não puder usar o dinheiro depois. Liberando a Polícia Federal, a PF poderá agir no combate à lavagem do dinheiro.

Assim, teríamos o combate ao crime organizado nas duas pontas principais: no início e na finalidade.

Concedo um aparte ao Senador Tião Viana.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Senador Marcelo Crivella, estou acompanhando o pronunciamento de V. Ex^a, um pronunciamento sereno, analítico, que extrapola um discurso comum de denúncia sobre escassez orçamentária. V. Ex^a consegue retratar a

necessária visão estratégica do Estado brasileiro sobre o efetivo papel das Forças Armadas como parte fundamental de um escudo da sociedade, de todo o corpo social e de toda a Federação. É um pronunciamento atual, necessário, devido à fragilidade de um setor das Forças Armadas. Como vimos nos jornais, houve um assalto a um pelotão das Forças Armadas, com desvio de armas pesadas e perigosas. V. Ex^a faz uma análise madura quando diz que não é necessário destinar mais dinheiro, mas apenas não contingenciar o que é aprovado, na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, para as Forças Armadas. Seria o maior passo para assegurar o cumprimento de metas estratégicas dentro das Forças Armadas. Temos o dever de entender que o mundo em que estamos vivendo, o mundo do terceiro milênio, onde a luta do fundamentalismo islâmico contra a sociedade ocidental e a falta de visão estratégica, que é um verdadeiro terrorismo de Estado, do governo americano, impõem uma concepção mais valorosa e mais inteligente do papel das Forças Armadas em um País tão expressivo como o Brasil. O pronunciamento de V. Ex^a é atual, não se prende ao denuncismo orçamentário pequeno e amplia a necessidade de o Governo brasileiro olhar com os olhos do amanhã para as Forças Armadas. V. Ex^a tem a minha solidariedade.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PL – RJ) – Muito obrigado, Senador Tião Viana. Eu gostaria de registrar, já que V. Ex^a fez esse aparte, que, como ex-oficial das Forças Armadas, sinto-me profundamente envergonhado cada vez que somem armas – e dessa vez sumiram 22 fuzis de um depósito da Aeronáutica no Rio de Janeiro.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PPS – RR) – Senador Marcelo Crivella, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. MARCELO CRIVELLA (PL – RJ) – Em seguida, Senador.

É um vexame! Desta tribuna, tenho clamado aos céus e aos líderes militares para que demitem comandantes de batalhão. Lembro-me do Regulamento Militar, que diz que o comandante é responsável por tudo o que acontece e deixa de acontecer na sua unidade.

Lamento que, nas mãos dos bandidos do meu Estado, hoje se encontrem 22 fuzis que podem disparar 500 tiros por minuto, a mais de 400 metros, como limite de utilização.

Quero parabenizar o Comandante da Aeronáutica que, pelo menos desta vez, demitiu os diretores desse depósito. Não consigo entender por que uma unidade não-operacional tem um depósito de munição e tantos armamentos pesados próximo ao muro contíguo

a uma favela, a uma comunidade carente, em região muito perigosa.

Concedo um aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PPS – RR) – Senador Marcelo Crivella, o pronunciamento de V. Ex^a é muito oportuno. Quem quer a paz tem que se preparar para a guerra. Na verdade, nossas Forças Armadas vêm sendo sucateadas no sentido mais amplo possível da palavra há muito tempo, tanto no que tange ao aparelhamento quanto à valorização do militar em si. É chegado o momento de discutir adequadamente o valor que se tem de dar às Forças Armadas – é uma vergonha o valor destinado aos seus equipamentos, ao seu reaparelhamento, ao treinamento de seus integrantes e a sua modernização –, assim como discutir seu novo papel, de acordo com a atualidade. Ficar esperando uma guerra convencional com as armas que temos hoje é ficar fazendo de conta que temos Forças Armadas adequadas. Parabenizo V. Ex^a por trazer este tema ao debate. Gostaria de concluir o Senado Federal a rapidamente aprovarmos a legislação com vistas à modernização adequada das nossas Forças Armadas.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PL – RJ) – Senador Mozarildo Cavalcanti, sem dúvida, defendendo um orçamento de 2,1% do PIB – e este pronunciamento vai nesse sentido – porque as Forças Armadas são a porta de entrada de milhares de jovens. Foi o meu caminho. Sou de família pobre e consegui estudar porque passei oito anos nas Forças Armadas.

As Forças Armadas geram produtos de alto valor agregado. A Marinha tem hoje o beneficiamento de urânio de uma ultracentrífuga de tecnologia de Primeiro Mundo. Temos a Embraer, que faz muito sucesso no exterior. Além disso, as Forças Armadas têm ao seu redor uma série de indústrias civis que poderão gerar milhares de empregos.

Não acredito que a sociedade brasileira consiga aguentar mais uma década de estagnação econômica com esses altos índices de marginalização, de crise econômica e social. Poderemos mergulhar numa crise econômica sem precedentes.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MARCELO CRIVELLA (PL – RJ) – No século passado, na Europa, nasceu o nazismo e o fascismo quando altos níveis de desemprego e a constituição de cidadania estendida coabitavam no mesmo tempo.

Sr. Presidente, antes de terminar o meu pronunciamento, peço a V. Ex^a que me conceda a oportunidade de ceder um aparte à Senadora Heloísa Helena.

A Sr^a Heloísa Helena (Bloco/PT – AL) – Senador Marcelo Crivella, não tratarei do crime organizado no Rio de Janeiro, que assusta mentes e corações esplândidos no Brasil, porque o problema se alastrá por todas as cidades brasileiras. O problema é mais exacerbado no Rio de Janeiro e divulgado nos importantes telejornais do País. Mas, se não dinamizarmos a economia, gerarmos emprego e oferecermos às crianças de até dez anos educação, lazer, esporte, atividades que re-aproximem as relações familiares, elas vão se tornar olheiras do narcotráfico e consumidoras de drogas. O problema vai acontecer em Maceió, em qualquer outra cidade brasileira. Sentimos muito pelo Rio de Janeiro, como se fosse a nossa Maceió, mas sabemos que o mesmo ocorre na periferia de todas as cidades brasileiras, apenas sem que seja noticiado nos telejornais. Sei que o caso ocorrido no pavilhão da Aeronáutica representa apenas mais um retrato do esfacelamento e da desestruturação das nossas Forças Armadas. Tive oportunidade – por isso sinto-me na obrigação de fazer este aparte – de conhecer dois projetos extremamente importantes das Forças Armadas. Um deles é desenvolvido na Antártida, sob a responsabilidade da Marinha e da Aeronáutica. Não imaginam V. Ex^{as} o empenho dos oficiais pesquisadores, que permanecem na Antártida por dois anos e têm contato com suas famílias apenas via Internet, em uma situação extremamente difícil. Lá pesquisam, Senador Tião Viana, as doenças crônico-degenerativas, um trabalho extremamente importante. O mesmo ocorre na Amazônia. Todo o mundo, hoje, debate a soberania limitada e a administração compartilhada da Amazônia. E apenas o Exército brasileiro está lá. E nós, que estivemos com o Exército brasileiro, conhecemos a situação gravíssima em que se encontram os seus integrantes, isolados, sem condições de trabalho, com suas famílias jogadas em alpendres, mas totalmente dedicados. Considero a proposta de V. Ex^a de fundamental importância, porque nenhum país pode ser considerado uma nação sem justiça social e sem suas Forças Armadas fortalecidas, para garantir a soberania nacional.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PL – RJ) – Muito obrigado, Senadora.

Para concluir, Sr. Presidente, o setor de defesa é, simultaneamente, uma expressão da força e da pu-

jança da economia e um instrumento de desenvolvimento econômico e social. Assim, discutir a crise das Forças Armadas é discutir a crise de desenvolvimento. E discutir a sua reestruturação é discutir a retomada da economia.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MARCELO CRIVELLA (PL – RJ) – Não pode ser de outra forma: não pode haver defesa forte em um país economicamente fraco.

O Brasil experimenta a mais grave crise social de sua História, determinada, fundamentalmente, por uma política contracionista fiscal e monetária. O Estado arrecada cada vez mais e gasta menos.

Defendemos, Sr. Presidente, que o Estado volte a investir, principalmente em nossas Forças Armadas, garantindo um orçamento estável e anual de pelo menos 2,1% do PIB, para que elas possam cumprir sua missão constitucional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias, por cessão do Senador Eduardo Siqueira Campos. Em seguida, usará da palavra o Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, o Governo editou mais uma medida provisória, a Medida Provisória nº 183, mas, desta vez, creio que acertou. Ela representa o cumprimento da palavra do Senador Aloizio Mercadante.

Quando analisou a Medida Provisória nº 164, o Senado Federal analisou principalmente a isenção dos impostos para os insumos agropecuários e matérias-primas para fabricação dos insumos agropecuários. Se não tivéssemos modificado aqui o texto vindo da Câmara, isentando os insumos agropecuários e as matérias-primas, os produtores brasileiros teriam um custo adicional de cerca de R\$3,2 bilhões. Esse valor deixaria o setor produtivo, deixaria de aquecer a economia dos Municípios no interior, onde a agricultura é, sem dúvida nenhuma, fator de desenvolvimento. Esses R\$ 3,2 bilhões deixariam as mãos dos produtores e dos trabalhadores, no interior do País, para, quem sabe, seguir o mesmo caminho de boa parte da arrecadação de tributos hoje: o pagamento da dívida externa e dos juros da dívida.

Conseguimos, depois de três dias de intensas reuniões, que iam até tarde da noite, convencer o Governo e a Receita Federal de que a Medida Provisória nº 164 era um verdadeiro veneno contra um setor que tem sido responsável pelo saldo positivo da balança comercial, que, só neste primeiro quadrimestre, alcançou mais de US\$8 bilhões. O que significa que o Brasil consegue uma balança comercial positiva graças especialmente ao agronegócio, que tem dado uma grande contribuição ao País. E seria um retrocesso para o País, para a sociedade brasileira, para a geração de empregos, para a economia nacional, se nós tivéssemos permitido que aquela medida provisória fosse aqui aprovada do jeito que veio da Câmara.

Ela foi alterada, mas, na quinta-feira passada, Senador Juvêncio da Fonseca, veio a surpresa. A Câmara modificou a decisão do Senado Federal e derrubou a isenção de PIS e Cofins para os insumos agropecuários e matérias-primas. Vou repetir: o custo desses dois impostos nos insumos agropecuários chegaria a R\$ 3,2 bilhões. Haveria um aumento, no custo de produção, de cerca de 10%. Principalmente porque o fertilizante, quando se faz o cálculo do custo de produção de qualquer cultura, tem uma participação de cerca de 40% no custo de produção dos insumos. Se os insumos chegam a cerca de 70% do custo total de produção operacional de uma lavoura, o adubo, o fertilizante significará de 28% a 30%.

E o Governo estava impondo sobre os ombros do produtor rural brasileiro a cobrança desse imposto, atingindo desde o grande até o pequeno, indistintamente. E quem ficava, evidentemente, com o lucro eram os grandes importadores de fertilizantes, que tinham o crédito presumido de 80%. Eles se creditavam, mas, antes, repassavam o preço cheio aos agricultores brasileiros. Então, esses intermediários ganhavam duas vezes.

É claro que eles ficaram bravos e insatisfeitos. E foram à Câmara pressionar os Deputados para que alterassem a medida provisória aqui aprovada, em que corrigimos os defeitos e os problemas advindos da votação na Câmara dos Deputados.

Na quinta-feira, fomos surpreendidos e ficamos esperando que o Líder do Governo, Aloizio Mercadante, cumprisse a palavra que deu ao grupo de Senadores que estava negociando durante toda a semana passada. E, agora, a palavra foi cumprida, e temos aqui a Medida Provisória nº 183, que restaura o que havíamos incluído aqui no Senado. E quero acreditar que o Senado Federal votará favoravelmente a essa medida provisória, e a Câmara dos Deputados também. A Câmara não deve insistir nesse equívoco de dispensar a isenção de PIS e Cofins sobre os insumos agropecuários, atendendo ao interesse dos grandes importadores, que irão cobrar do pequeno produtor, plantador de feijão do Sul, do Norte e do Nordeste do País, o custo acrescido de 10%. O fertilizante terá esse aumento se não houver isenção do PIS e Cofins. No entanto, o grande industrial que fez a importação terá 80% de crédito presumido e, é óbvio, vai ganhar ao creditar e ao cobrar do produtor rural o adubo com preço majorado em 10%.

Quero alertar o Senado Federal para um outro imposto que o Governo está tentando criar. Parece-me que a Câmara aprova tudo como quer o Governo, e, por isso, não podemos admitir que a Medida Provisória nº 177, que ainda está naquela Casa, seja aprovada

na sua forma original. Vejam o que essa medida provisória está propondo. A própria ementa da Medida Provisória nº 177 já diz o que ela significará: "Medida Provisória nº 177, de 25 de março de 2004, que dispõe sobre o adicional ao frete para renovação da Marinha Mercante e do Fundo da Marinha Mercante e dá outras providências".

Dispor sobre o adicional ao frete, na verdade, significa dizer que qualquer valor de transporte marítimo será acrescido de uma ampliação da taxa imposta sobre o frete marítimo – porque ela já existe, mas vai ser aumentada – para o Fundo da Marinha Mercante. Ou seja, o Governo está propondo a criação ou a ampliação de mais um imposto, que vai ter um peso enorme no setor de produção. Qualquer navio que chegar carregado de fertilizante ou de outro insumo, qualquer navio que sair carregado de soja, de milho ou de qualquer produto de exportação terá o seu frete acrescido, o que não se justifica, porque o custo portuário, no Brasil, é o mais alto do mundo. Aqui, em média, o custo para uma tonelada ser embarcada é de US\$7. Do outro lado, na Argentina, esse valor é de US\$3 a tonelada. Aqui, para chegar a um porto, um caminhão percorre, em média, 1.250 km, e 70% do frete são rodoviários. Já temos, portanto, um problema de logística que nos tira a competitividade, pois pagamos mais pelo frete rodoviário que os Estados Unidos, que transportam 80% das suas cargas por meio marítimo, aquaviário, o que, evidentemente, produz um frete muito menor do que o nosso, rodoviário.

Além disso, deve-se levar em conta o estado em que se encontram as rodovias. O Senador Juvêncio da Fonseca solicita-me um aparte, mas S. Exª não precisa nem me dizer como estão as rodovias de Mato Grosso do Sul, porque imagino: devem estar como as do Paraná e as do Pará, do Senador Duciomar Costa. O representante de qualquer Estado que se levantar para falar de rodovia vai dizer o mesmo: que aqui não há mais estradas para escoar a produção. Já pagamos todos os impostos – pedágio, IPVA –, tudo que justificaria a conservação das rodovias, mas elas estão em estado precário.

No porto, apesar de o custo de embarque ser o mais alto dentre todos os competidores, ainda teremos que pagar esse imposto previsto na Medida Provisória nº 177. Isso é insuportável, e, daqui a pouco, a vantagem que temos no setor do agronegócio, no mercado internacional, será anulada pelo apetite governamental de cobrar mais impostos e arrecadar mais. Para quê? Para pagar juros e dívida externa.

Concedo o aparte ao Senador Juvêncio da Fonseca.

O Sr. Juvêncio da Fonseca (PDT – MS) – Senador Osmar Dias, o pronunciamento de V. Exª é importantíssimo, alertando esta Casa e a Câmara dos Deputados para esse imposto adicional. Observe V. Exª que a Cide foi criada visando à recuperação das estradas, a fim de que pudesse haver um melhor escoamento dos produtos nacionais, a um custo menor de transporte. No entanto, a Cide está sendo retida como parte do superávit primário para pagar juros externos e juros da dívida pública, e o mesmo vai acontecer com esse adicional da Marinha Mercante. Não se iluda, Senador, pois, com isso, haverá um pouco mais de imposto para que o Governo Federal cumpra seus compromissos com o FMI, com o mercado financeiro internacional. Jamais essa arrecadação será destinada à melhoria da infra-estrutura, de que precisamos tanto para o nosso desenvolvimento. Era essa a minha contribuição ao seu pronunciamento.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Muito obrigado, Senador Juvêncio da Fonseca. Incoro seu aparte ao meu pronunciamento, porque ele passa, sem dúvida alguma, a fazer parte do que vou dizer a seguir: nunca vi tanto apetite para cobrar imposto como agora. Não sei quantas vezes fomos convocados, neste ano, para votar aumento de imposto. No final do ano passado, a última matéria a ser votada, a Medida Provisória nº 135, tratava desse mesmo assunto.

Todo esse dinheiro arrecadado também ensejaria, no meu entendimento, desenvolvimento para os portos, mas, ao observarmos o Porto de Paranaguá, constatamos um caos total, porque o Governo Federal nele não faz investimentos e porque o Governo estadual aplica uma logística, um modelo de administração que, no meu entendimento, é desastroso, tanto que se está exportando por aquele porto muito menos do que no ano passado. Isso já é do conhecimento nacional. Há também as dificuldades decorrentes da decisão do Governo estadual de tornar o Paraná livre dos transgênicos, quando a legislação nacional permite o plantio desses produtos, desde que cadastrados no Ministério.

Agora, até o Greenpeace manda no Porto de Paranaguá, como ficou demonstrado ontem, quando a ONG impediu o carregamento de um navio proveniente da Argentina porque foi informada de que a carga de 30 mil toneladas era de soja transgênica.

Hoje, no Brasil, o produtor precisa matar um leão por dia. Ele precisa lutar e rezar muito para o clima ajudar. O Senador Paulo Paim sabe o quanto o Rio Grande do Sul sofreu, e o Paraná também, com a estiagem deste ano. Houve uma quebra de safra enorme; muitos Municípios enfrentaram uma situação de calamidade, e o desemprego cresceu.

O preço dos adubos cresceu em 40%, e a média dos insumos, nos quatro primeiros meses do ano, Senador Paulo Paim, foi de 25%, mas não temos inflação que justifique esses aumentos.

Se, de um lado, o Governo taxa a produção e o trabalho, deveria também fiscalizar e exigir um pouco mais de respeito por parte das grandes empresas que comandam o mercado de insumos no Brasil, para que não houvesse o roubo, o assalto ao produtor nacional que está ocorrendo. Não se justifica o preço do adubo ter subido tanto assim: 40% em quatro meses, o que significa 10% ao mês. Não se justifica, Senador Juvêncio da Fonseca, que um produtor pague pelo menos 25% a mais por qualquer insumo que esteja produzindo, além de ter que agüentar esse debache de uma ONG impedir o embarque no porto.

O porto de Paranaguá não merece esse tipo de acontecimento, não merece uma administração que o transforme em um porto de alto risco para as empresas que exportam para o Brasil, as quais já cobram um frete duas vezes maior que o exigido há um ano, exatamente em função do risco de o navio chegar ao porto e ficar 20 dias parado. Isso gera custo tanto para o dono do navio ou do estaleiro, quanto para o empresário brasileiro que está importando, porque o valor vai sendo acrescido à mercadoria importada. Além disso, o conceito do Porto, que sempre foi de primeira linha, hoje já não é mais o mesmo.

Nunca pedi intervenção no Porto de Paranaguá – não sou de pedir intervenção ao Governo Federal. Mas o Governo Federal tem responsabilidade por se tratar de uma concessão. Então, ele precisa interferir – é diferente de intervir – para que o Porto de Paranaguá volte à normalidade. Porque aquela fila de caminhões que chega a 120 quilômetros não faz bem aos caminhoneiros, que ficam sem sanitários, sem tomar banho, sem uma alimentação decente. Aquilo é, sem dúvida alguma, zombar dos caminhoneiros, que chegam a seis mil na fila.

Agora, vem uma ONG e interfere na administração do Porto, e ninguém toma providência! A ONG diz que não pode carregar o navio e o navio não é carregado! Para onde vai o conceito do Porto?

Sr. Presidente, estamos vivendo uma situação em que o Governo Federal pensa em cobrar mais impostos; no entanto, não cumpre sua responsabilidade perante a sociedade brasileira, porque, mesmo cobrando mais impostos, o Governo se omite diante de situações como a do Porto de Paranaguá.

Sr. Presidente, faço um alerta ao Líder do meu Partido – que tem sido de uma eficiência atestada por todos os Senadores – acerca da Medida Provisória nº 77, que impõe mais uma taxação sobre a produção

nacional, tanto a importadores como a exportadores. A taxa cobrada pela Marinha Mercante vai ser aumentada exatamente para compor o Fundo da Marinha Mercante. Só que esse aumento será muito grande. O frete vai custar muito mais. Hoje, qualquer produto para ser colocado no porto tem um custo de aproximadamente US\$23.50 a tonelada, contra US\$15.00 na Argentina e US\$13.00 nos Estados Unidos. Nossa embarque é de US\$7.00 a tonelada, contra US\$3.00 na Argentina e US\$2.00 nos Estados Unidos. Portanto, se aprovada essa medida provisória, a nossa taxa de Marinha Mercante, como colocada, vai aumentar o custo de toda a produção nacional. Aliás, a Câmara tem aprovando tudo, porque, quando mudamos aqui, para melhor, como aconteceu com a Medida Provisória nº 164, os Deputados fazem com que retorne à situação original para atender a não sei que interesses. Isso tem que ser explicado. Que interesses foram atendidos tirando a isenção dos insumos agropecuários? Estou preocupado – repito –, porque a Medida Provisória nº 177 vai aumentar, sim, o custo de toda a produção nacional.

Sr. Presidente, apresentei duas emendas, em tempo hábil, pois temos cinco dias para apresentar emendas a medidas provisórias, e uma delas é exatamente para isentar alimentos e produtos agropecuários. Não tem cabimento se cobrar mais um tributo sobre os alimentos, quando vemos um enorme contingente da população que sequer está conseguindo se alimentar. Aí, sem dúvida nenhuma, estaremos negando todo o discurso do Fome Zero de uma vez só. Se se impõe mais um imposto sobre a comida, deixa-se mais gente sem comer, porque a comida vai ficando mais e mais cara. Não tenham dúvidas: em relação ao PIS e à Cofins, se não houver consciência por parte da Câmara dos Deputados para votar e aprovar a Medida Provisória nº 183 – que foi, repito, o cumprimento da palavra dada pelo Senador Aloizio Mercadante –, os alimentos vão subir 10%. É o mínimo que pode acontecer, porque são 10% a mais no custo de produção.

Sr. Presidente, no dia em que o Senado votou a medida provisória isentando os insumos agropecuários, uma grande empresa, que havia fechado um negócio com uma cooperativa envolvendo quatro mil toneladas de fertilizantes, imediatamente cancelou o referido negócio, esperando que a Câmara derrubasse a nossa isenção. Depois, voltou a propor o mesmo fertilizante 10% acima do preço. É desse jeito que vamos inviabilizando o setor produtivo. É desse jeito que vamos criando mais desempregados. É desse jeito que vamos emperrando o desenvolvimento. Aí, busca-se uma explicação do porquê de o Brasil estar praticamente com sua economia travada, estagnada.

Talvez porque este Congresso também esteja sendo conivente, quando não omisso, com as propostas do Governo no sentido de aumentar os custos do setor produtivo brasileiro.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS.) – Concedo a palavra ao Senador Juvêncio da Fonseca.

Enquanto S. Ex^a se dirige à tribuna, sei que o Senador Leonel Pavan deseja pedir a palavra pela ordem.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria de falar pela Minoría, antes da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS.) – Está assegurada a palavra a V. Ex^a, pois o requerimento já chegou à Mesa.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, praticamente há dois meses não faço uso da palavra nesta tribuna. Na verdade, um período de hibernação, porque não gosto de ser pessimista, não gosto de fazer oposição radicalizada. Venho do Executivo, fui duas vezes Prefeito de uma capital, portanto, gosto das realizações, dos resultados. E, aqui, no Congresso Nacional, temos lutado muito, Presidente Paulo Paim, contra o que chamamos de falta de resultados em favor da nossa população.

Sr. Presidente, está sendo lançado um programa de saúde – em cuja solenidade já está confirmada a presença do Senhor Presidente da República, tendo em vista a importância do acontecimento –, que, já no seu início, apresenta o que hoje se configura como a síndrome do enfraquecimento do Estado: as ambulâncias que serão entregues estão “maquiadas”. Ou seja, são ambulâncias cujos modelos são de até oito anos atrás. Portanto, não pode fazer parte do nosso discurso um programa de saúde como esse!

Tivemos aqui a votação da reforma da previdência, na qual V. Ex^a, Sr. Presidente, foi um dos heróis desta Casa, atuando para que ela não oferecesse maiores prejuízos ainda aos aposentados. Passamos por momentos difíceis e tristes. No entanto, confiamos na promessa do Presidente, trazida por V. Ex^a, de que aquelas reivindicações não atendidas seriam contempladas pela PEC paralela. A PEC paralela encontra-se no momento na Câmara dos Deputados e vem, em seguida, para o Senado, mas não estamos vendo o cumprimento efetivo de uma palavra sequer de solidariedade diante do compromisso assumido para com a Nação de promover as alterações necessárias. E foi o

Governo que empenhou sua palavra. O rolo compressor que fez aprovar aqui a reforma tributária deveria ser o mesmo utilizado para a aprovação da PEC paralela: a palavra do Presidente em favor dos aposentados e dos trabalhadores.

Imaginei que, agora, Senador Jefferson Péres, quando fossem fixar o salário mínimo, que o pleiteado pelo nosso Presidente Paulo Paim fosse atendido e chegássemos à casa dos R\$300,00, pelo menos. Mas, ficamos em R\$260,00. O nosso discurso não pode ser de otimismo. Na minha terra, a população pede que eu esteja presente nesta tribuna ferindo os problemas nacionais. Mas, será que todos os dias que vamos ferir os problemas nacionais o assunto tem que ser negativo: falta de otimismo, baixo astral e baixa auto-estima? A Nação precisa, de uma vez por todas, ter as rédeas do desenvolvimento na mão para que possamos disputar esta tribuna todos os dias para falar bem do Governo e dos seus programas, para exaltarmos nosso povo, que é trabalhador, inteligente e competente e que toca este País.

Ano passado, 2003, vimos a capacidade de arrecadação do Estado: foram R\$62 bilhões a mais do que em 2002! Qualquer nação que arrecada esse montante ou mais em um ano é próspera. É o espetáculo do desenvolvimento, é o instrumento necessário para fazer com que a nação desperte para o seu avanço econômico.

E não acontece nada. O investimento em desenvolvimento e em infra-estrutura, no ano passado, foi de apenas R\$2 bilhões. Não há como explicar para a população, mediante discursos sóbrios, consistentes, que estamos no caminho certo. Precisamos participar desse trabalho político, ferindo os problemas. E como é triste ferir os problemas todo dia quando o Estado não cumpre seus deveres para com seu povo!

Além disso, as mazelas que verificamos no mundo político, no mundo da corrupção, os casos Waldomiro Diniz são um deboche para a Nação brasileira. Não levantaram as provas, não trouxeram transparência ao que aconteceu, mas as denúncias estão ali ditas claramente. Nas eminências pardas do Governo existe responsabilidade, como existe responsabilidade também no crime de assassinato do Prefeito Daniel, ocorrido em Santo André. Já morreram seis testemunhas, mas o Governo não deixa que a investigação aconteça por meio de CPI. A violência grassa neste País como se fosse hoje a nossa instituição. O bandido substitui o Estado. O território dos grandes conglomerados urbanos, as regiões metropolitanas são territórios mais do narcotráfico do que do exercício do poder pelo Estado.

Que dificuldade! Armas da Aeronáutica estão sendo furtadas. Eles entram pelo portão principal, pelo portão lateral, por todos os portões, furtam uma Kombi e, todos ilesos, somem, desaparecem. E outras armas estão nas mãos dos bandidos, armas das Forças Armadas. O povo está perplexo. Como exigir de um Senador que tenha aqui um discurso otimista, de apoio, de auto-estima? Difícil.

Mas existe uma área, aquela tão falada pelo Senador Osmar Dias, a do agronegócio, que é a nossa grande sustentação. A sustentação do Governo está no agronegócio. É a terra que dá a riqueza para o Brasil hoje – a agricultura e a pecuária. O maior número de empregos, a nossa balança de pagamentos, o nosso PIB, toda essa sustentação é dada por intermédio do agronegócio, que deveria ser a galinha dos ovos de ouro do Estado, ser tratado com carinho e ser a prioridade do Governo Federal. Mas sequer paz no campo existe hoje, porque até os próprios representantes dos Ministérios insuflam as invasões de terras produtivas, inclusive com a destruição do patrimônio de propriedades produtivas.

O mesmo ocorre com a questão indígena, porque o índio não é tratado com o devido respeito, como vimos em Rondônia. Senador Gilberto Mestrinho, V. Ex^a conhece a grande Amazônia e sabe que a disputa não era pelo território indígena ou pelo simples garimpo. Até a Funai participava daquela luta fratricida, a maior chacina que já vi acontecer no mundo amazônico, em que 29 homens foram trucidados, assassinados justamente porque há ali uma grande riqueza: diamante. Segundo informações, há minas na extensão de 200 quilômetros da reserva, e os diamantes são da maior pureza que existe, com o maior índice de aproveitamento para confecção de jóias. Entretanto, estão lá como se estivéssemos vivendo o ano de 1500, com os índios vivendo sobre as riquezas minerais sem saber o que fazer com elas. Hoje, em 2004, nem o Estado brasileiro sabe o que fazer com essa riqueza. Se sabe, não o faz porque não quer, porque é conivente com esse contrabando internacional das nossas pedras preciosas.

E como é fácil manter a vigilância em tudo isso. E como não é difícil, Senador Gilberto Mestrinho, haver uma política de defesa dos nossos minerais, da riqueza do nosso subsolo. O índio está lá e poderia perfeitamente ser o usufrutário também do resultado disso. Mas, infelizmente, o Estado parece que não se prepara porque não quer. Há uma negligência, uma incompetência, uma falta de preparo, uma distância

total dos problemas nacionais que nos deixam aflitos. O que fazer?

Concedo um aparte a V. Ex^a, Senador Gilberto Mestrinho.

O Sr. Gilberto Mestrinho (PMDB – AM) – Nobre Senador Juvêncio da Fonseca, a questão indígena do Brasil é uma farsa porque, durante muitos anos, convivemos – especialmente nós, da Amazônia, onde está a maior concentração indígena do País – muito bem com os índios. Eu mesmo sou um exemplo. Já disse aqui que minha avó era índia. Mas, de uns tempos para cá, criou-se uma nova profissão no Brasil: protetor de índio. E esses falsos protetores de índios, que são padres, pastores, organizações internacionais etc, vêm influindo decisivamente, tentando criar um *apartheid* entre os índios e os não-índios. E isso tem dado motivo a essas questões. Houve uma fase em que, quando se descobria uma reserva ou uma ocorrência mineral, chegavam helicópteros, inclusive da FAB, levando índio para aquela área que fora descoberta, para a caracterizarem como sendo indígena. Com isso, eles têm neutralizado a ação de expansão mineral na Amazônia. A questão é clara. Dizem que se poderia fazer a exploração nas áreas indígenas, dando participação ao índio, mas desde que por intermédio de empresas organizadas, o que seria mais racional, para acabar com essa falácia dos falsos caciques indígenas que exploraram as tribos e os garimpeiros. O Brasil deve muito aos garimpeiros, que foram os responsáveis pela descoberta de toda a ocorrência mineral do País. É ele quem chega primeiro e depois é enxotado. Agora mesmo, no caso de Rondônia, 29 garimpeiros, oficialmente – extra-oficialmente são muito mais –, foram massacrados por índios. E esses garimpeiros não tiveram uma voz em sua defesa. Ao contrário, o Presidente da Funai, de maneira criminosa – devia ter sido demitido no ato –, declarou que o índio estava defendendo sua propriedade. Amanhã, os proprietários de terra poderão armar-se e matar todos os invasores, porque, segundo o representante do Governo, também estarão defendendo sua propriedade. Então, há um clima de desordem. Agora mesmo, querem demarcar em área contínua a reserva Raposa Serra do Sol – última parte da fronteira amazônica que ainda não estava demarcada, que ainda não estava sob a falsa proteção da demarcação, exatamente a entrada do Escudo das Guianas, a região mineral mais rica do País –, onde a própria formação étnica mostra que isso não é possível, porque lá vivem cinco grupos diferentes, que não se dão entre si: os ingaricós, separados, pois não querem ver outro tipo de índio; os patamo-

nas, os macuxis, os uapixanas e os taurbepangues. E, agora, os protetores de índio – o Governo, não, pois o Presidente Lula tem resistido a isso, e justiça se faça – querem que a demarcação seja contínua, contra a vontade dos próprios índios que lá vivem. Foi assim que fizeram na reserva ianomâmi, quando a pressão internacional exigiu a demarcação de uma área maior do que Portugal para seis mil índios. Lamentavelmente, o Brasil está assim: o índio pode fazer o que quer. Agora eles anunciam a sua associação, a sua união com uma organização criminosa, o MST, que invade terras, desrespeita a lei, não respeita o direito de propriedade. E há um novo grupo: os sem-teto. E não podemos mais pensar na proteção das Forças Armadas, porque os próprios quartéis estão sendo invadidos, roubados, saqueados. A situação é difícil. O Governo tem que abrir os olhos, tem de ver com seriedade esse problema indígena e o da segurança no País todo, que se completam. Parabéns a V. Ex^a pelo discurso.

O SR. JUVÉNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Obrigado pelo aparte, Senador Gilberto Mestrinho. V. Ex^a é profundo conhecedor das questões indígenas deste País.

Mas o certo, Srs. Senadores, é que o Estado brasileiro está enfraquecido. O Brasil não exerce mais, nesses instantes que estamos vivendo, a sua força institucional de Estado. Tudo isso começa a preocupar profundamente, porque a legislação penal, principalmente, está afrouxando-se cada vez mais, facilitando que aqueles que cometem delito sequer sejam presos – e o cumprimento da pena lhes é até benéfico, se presos e condenados.

Ninguém tem medo da cadeia hoje, e é por isso que se fala em reforma do Judiciário. Sobre ela, poderia lançar entre os meus Pares uma tese de otimismo, que não seria verdadeira, porque a reforma que aí está diz respeito aos tribunais, às carreiras, mas não ao Código de Processo Civil. Já trouxe a esta tribuna um caso de Mato Grosso do Sul: só em segunda instância, uma ação rescisória recebeu 72 recursos, durante o recurso de apelação no Tribunal de Justiça. Isso não é reforma do Judiciário.

Entre tudo que está acontecendo, há o discurso de que acabamos com a inflação, de que somos alunos corretos das regras internacionais do mercado financeiro. Nossas lideranças nacionais são decantadas em todo o mundo; o FMI dá diploma de eficiência para o Brasil. As nações maiores deste planeta dizem que o Brasil está no caminho certo, mas esse também não pode ser um discurso de otimismo nosso, porque, a par disso – que para mim é uma falácia –, está o grande

desemprego, crescente neste País, e a perda do poder aquisitivo do salário do trabalhador. A população está empobrecendo, os investimentos estão escassos, vários trabalhadores tem-se dirigido para uma atividade alternativa, em busca de sobrevivência.

Sr^{as}s e Srs. Senadores, passei dois meses, praticamente, sem usar da palavra nesta tribuna, justamente porque não queria fazer um discurso pessimista, essencialmente de Oposição. Mas a espera é por demais; não há fato novo que aconteça, Senador José Agripino, que nos possa trazer alento, motivação e inspiração para um grande discurso em defesa das propostas brasileiras neste momento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Concedo a palavra, como orador inscrito, antes da Ordem do Dia, ao Líder do PDT, o nobre Senador Jefferson Péres.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Sr. Presidente, pela ordem.

Peço minha inscrição pela Liderança do PDT, para falar após a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS.) – Conforme requerimento que já chegou à Mesa, a palavra está assegurada a V. Ex^a.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, há cinco dias, o País vive sob o impacto do novo salário mínimo, de R\$260,00. Houve, portanto, um reajuste de apenas R\$20,00, ou seja, o trabalhador brasileiro que ainda recebe o mínimo terá um acréscimo diário de R\$0,66 em seu salário – não se paga a tinta da caneta presidencial, que não sei se é da marca Mont Blanc.

Mas não tripudiarei, Srs. Senadores. Xingando o Presidente da República, exigindo salário de R\$350,00, eu poderia fazer média, mas, antes de ingressar na vida pública, tomei vacina tríplice e fiquei imunizado contra o que chamo de a trindade maldita da política brasileira: corrupção, oportunismo e demagogia. Aliás, contra a corrupção eu já estava imunizado desde criancinha; a vacina serviu para o oportunismo e a demagogia.

Quando já era oposição ao Governo Fernando Henrique Cardoso – no seu segundo mandato, passei do Governo para a Oposição – e o Presidente concedia reajustes modestos ao salário mínimo, compatíveis com as finanças públicas, nunca critiquei S. Ex^a. Eu era voz destoante na Oposição. Eu me sentiria indigno, se agora criticasse o Presidente Lula por ter sido responsável com as finanças públicas, por saber que um aumento

maior seria tremendamente impactante sobre o INSS, sem falar nas pequenas Prefeituras do País.

Não posso deixar de criticar o então candidato Luiz Inácio Lula da Silva e os que o acompanhavam, quando faziam esse discurso não responsável, exigindo do então Governo um aumento de salário mínimo que sabiam impraticável. Ao fazerem esse discurso ontem, cobrando do Governo aumento substancial do salário mínimo, das duas, uma: ou ele e seus assessores não sabiam do que falavam e foram incompetentes, ou sabiam perfeitamente que era impossível a concessão do aumento e, nesse caso, agiram desonestamente. Não há terceira hipótese.

Senador Paulo Paim, apoiarei, em nome do PDT, qualquer proposta consistente de aumento de salário mínimo. Creia-me, em nenhum momento ponho em dúvida a sua sinceridade, conhecida de todo o Brasil, nesta luta, nesta bandeira que V. Ex^a desfraldava já na Câmara dos Deputados e desfralda agora. Qualquer proposta consistente que aponte as fontes de receita terá o meu apoio. Se não fizerem isso, o PDT, pelos seus cinco Senadores, vai votar pelo salário mínimo de R\$260,00, ainda que isso nos custe votos, porque oposição irresponsável, enquanto eu for o Líder, nós não faremos.

O problema do salário mínimo é muito sério, está preso na arapuca das contas públicas e em outra arapuca maior, num obstáculo muito maior, a respeito do qual ainda hoje o José Pastore chamava atenção, que é a massa brutal de trabalhadores na informalidade, os quais, se fossem incluídos, gerariam uma receita substancial de imediato com um valor de benefício muito menor, o que talvez fosse suficiente para melhorar o reajuste do salário mínimo.

Não se tem uma política pública. Até hoje, não se discutiu com responsabilidade a inclusão desses realmente excluídos da sociedade brasileira, que são os trabalhadores do mercado informal, resolvendo assim o problema do INSS.

Dou uma sugestão para que possamos, agora, aumentar em R\$10,00 o salário mínimo: as emendas individuais do Orçamento deste ano somam R\$1,480 bilhão; o impacto direto na Previdência de um aumento de mais R\$10,00 seria de R\$1,600 bilhão, um pouco mais do que isso. Vamos abrir mão! Eu assino embaixo! Abro mão de todas as minhas emendas individuais para conceder, pelo menos, mais R\$10,00 para o bolso do trabalhador brasileiro.

Agora, não me venham com propostas demagógicas porque o PDT não embarcará nessa canoa. Vai arcar com o custo da impopularidade, mas, no Governo ou na Oposição, temos que ser absolutamente responsáveis. Já era tempo de uma discussão maior,

mais aprofundada, para haver uma política consistente de recuperação gradual do salário mínimo, até chegarmos, em um ano talvez, a US\$100 e, depois, ao menos ao salário mínimo da Argentina, que é de US\$150, e não ficarmos neste valor aviltante de US\$90 apenas, inferior até ao do nosso vizinho Paraguai.

O Congresso Nacional devia ser mobilizado para, ao invés de um discurso eleitoreiro, construir, Senador Paulo Paim, uma proposta consistente para o futuro.

Era o que eu tinha dizer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Passamos a palavra, pela Liderança da Minoria, ao nobre Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, o Líder do Bloco da Minoria, Senador Efraim Moraes, usará os 5 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Passamos a palavra ao nobre Senador Efraim Moraes, que falará pela Minoria, e, em seguida, ao Senador Arthur Virgílio, pela Liderança do PSDB.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Como Líder da Minoria. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, nossa palavra hoje é para registrar um artigo da jornalista Miriam Leitão, intitulado “Pensar e falar”, publicado na coluna Panorama Econômico. Disse a conceituada analista econômica:

O presidente Lula fala demais. De forma irrefletida. Diariamente, os jornais relatam suas impropriedades, escorregões e gafes. No jantar da bancada do PTB, ele fez algo mais perigoso: misturou uma dose de uísque com o improviso. Vangloriou-se dos seus contatos internacionais, desafiou o governo anterior para debate, falou que o país vive na pendura e disse que os líderes da América Latina vivem no século XIX. E tudo numa noite só.

Nestes 16 meses de governo, Lula tem dado poucas entrevistas e nenhuma coletiva formal no Planalto, como seus antecessores. Prefere fugir das perguntas incômodas e falar livremente o que lhe vem na cabeça. “Um dia acordei invocado e liguei para Bush”, exibiu-se. Chefes de Estado pensam estrategicamente até os contatos supostamente informais. Cada palavra do Presidente em contato com um líder de outro país tem que seguir um objetivo previamente traçado. Por isso, na próxima vez que acordar invocado, não deve ligar para ninguém antes de refletir sobre o quê, por quê, com que objetivo o presidente do Brasil quer falar com outro mandatário.

Lula nos improvisos anuncia decisões não tomadas; dá como certas providências que

não executa; confunde conceitos e faz frases lamentáveis em todos os aspectos. Presidentes são líderes; quando falam, ajudam a fortalecer valores. Por isso, todo o cuidado é pouco. Ao discursar no Nordeste, em março, disse que “não é livro que ensina a governar”. Num País que estudou pouco, lê pouco, na região com os menores índices de escolaridade do Brasil, a frase é perigosa. Pode ser entendida pelos jovens como uma autorização para abandonar estudo e leitura. Das duas armas precisamos para enfrentar os desafios do século XXI. Lula interrompeu os estudos no quinto ano do fundamental pelas dificuldades que vivia na época. Entende-se. Depois, não estudou porque não quis. Isso é mais difícil de entender. Tem todos os motivos para orgulhar-se de sua trajetória, mas hoje o mercado exige cada vez mais escolaridade dos jovens. Na Bienal do Livro, o paralelo que fez entre “a preguiça desgramada” de andar na esteira e ler um livro foi esdrúxulo. Cercado de livros e de jovens, Lula, antes de falar, deveria ter pensado sobre os valores que ele, como líder, deve defender.

O arquivo de suas palavras já registra uma galeria de frases erradas, ditas no lugar errado. “Quando Napoleão foi à China”, disse ele, referindo-se a um fato que a história não registra. Referindo-se a um fato que a História não registra. Ao falar do acidente em Alcântara, em que morreram 22 pessoas, foi indelicado: “Há males que vêm para bem.” Ao falar no Clube do Exército, para uma platéia de militares, atirou: “Não adianta ter um bando de generais e um bando de soldados. A palavra “bando” é inadequada. Numa homenagem às mulheres: “Minha mãe era uma mulher que nasceu analfabeta”. Se soubesse ler ao nascer, seria um fenômeno para a ciência. Em pelo menos duas ocasiões, ofendeu países que estava visitando: na Namíbia, disse que a capital era tão limpa que nem parecia africana; na Índia, sobre o Taj Mahal: “Um país que constrói um monumento daquela magnitude tem tudo para ser mais desenvolvido do que é atualmente”. Qualquer pessoa pode errar nos improvisos, mas é difícil encontrar alguém que, errando tanto, estando tão exposto, continue com o mesmo arriscado hábito.

“Eu quero dizer a vocês com a sinceridade de que um homem pode falar a outro homem.” Isso de falar de homem para homem é velho demais e não faz sucesso com as mulheres.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr. Presidente, vou concluir. Peço a V. Ex^a dois minutos de tolerância.

Supri-me implicitamente no discurso, menos ainda. “Na Amazônia, vivem 20 milhões de cidadãos que têm mulheres e filhos.” Uma dúvida conceitual: as mulheres são apenas agregadas dos cidadãos? Uma dúvida estatística: o total da população da Região Norte, incluindo homens e mulheres, é de 13,5 milhões na estimativa de 2002.

Há trechos dos seus discursos que não fazem sentido algum. São palavras simplesmente sem nexo. Em outros momentos, ele desdiz num dia o que disse no anterior. No dia 3 de abril, disse: “Fiz mais em 15 meses do que muita gente em 500 anos”. Quatro dias depois: “Tem gente que governou este País nos últimos 30 anos, e a grande maioria ainda está no poder. E agora cobram de nós, como se pudéssemos fazer em 500 dias o que eles não fizeram em 500 anos.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Vou concluir, Sr. Presidente, pedindo a V. Ex^a que este artigo seja publicado na íntegra.

Mas a palavra final diz o seguinte:

Mas tudo isso o presidente sabe. No dia 7 de maio do ano passado, numa reunião no Nordeste, ele disse: “Não é boa política falar tanto tempo quando as palavras têm cada vez mais valor, na verdade que a política está a exigir de nós. Político bom é o que pensa e depois fala.” Nem naquele dia ele conseguiu conter sua loquacidade compulsiva. Falou de improviso mais 50 minutos.

Para completar, depois de anunciado durante toda a semana, o Presidente foi ao programa do Ratinho. A própria jornalista Patrícia Kogut disse que a entrevista do Ratinho com Luiz Inácio Lula da Silva, no SBT, rendeu sete pontos de média. E vejam bem que, enquanto isso, a novela conseguiu 42%. Média de 7%, depois de anunciado, num programa como o do Ratinho. O Senador Mão Santa, sozinho, quando vem a esta tribuna, tem 10% de audiência em todo o País.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR EFRAIM MORAIS EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

PANORAMA ECONÔMICO

Miriam Leitão
paneco@oglobo.com.br

Pensar e falar

O presidente Lula fala demais. De forma irrefletida. Diariamente, os jornais relatam suas impropriedades, escorregões e gafes. No jantar da bancada do PTB, ele fez algo mais perigoso: misturou uma dose de uísque com o improviso. Vangloriou-se dos seus contatos internacionais, desafiou o governo anterior para debate, falou que o país vive na pendura e disse que os líderes da América Latina vivem no século XIX. E tudo numa noite só.

Nestes 16 meses de governo, Lula tem dado poucas entrevistas e nenhuma coletiva formal no Planalto, como seus antecessores. Prefere fugir das perguntas incômodas e falar livremente o que lhe vem na cabeça. "Um dia acordei invocado e liguei para Bush", exibiu-se. Chefs de Estado pensam estrategicamente até os contatos supostamente informais. Cada palavra do presidente em contato com um líder de outro país tem que seguir um objetivo previamente traçado. Por isso, na próxima vez que acordar invocado, não deve ligar para ninguém antes de refletir sobre o quê, por quê, com que objetivo o presidente do Brasil quer falar com outro mandatário.

Lula nos improvisos anuncia decisões não tomadas; dá como certas providências que não executa; confunde conceitos e faz frases lamentáveis em todos os aspectos. Presidentes são líderes; quando falam, ajudam a fortalecer valores. Por isso, todo o cuidado é pouco. Ao discursar no Nordeste, em março, disse que "não é livro que ensina a governar". Num país que estudou pouco, lê pouco, na região com os menores índices de escolaridade do Brasil, a frase é perigosa. Pode ser entendida pelos jovens como uma autorização para abandonar estudo e leitura. Das duas armas precisamos para enfrentar os desafios do século XXI. Lula interrompeu os estudos no quinto ano do fundamental pelas dificuldades que vivia na época. Entende-se. Depois, não estudou porque não quis. Isso é mais difícil de entender. Tem todos os motivos para orgulhar-se de sua trajetória, mas hoje o mercado exige cada vez mais escolaridade dos jovens. Na Bienal do Livro, o paralelo que fez entre a "preguiça desgramada" de andar na esteira e ler um livro foi esdrúxulo. Cercado de livros e de jovens, Lula, antes de falar, deveria ter pensado sobre os valores que ele, como líder, deve defender.

O arquivo de suas palavras já registra uma galeria de frases erradas, ditas no lugar errado. "Ouando Napoleão

foi à China", disse ele, referindo-se a um fato que a História não registra. Ao falar do acidente em Alcântara, em que morreram 22 pessoas, foi indelicado: "Há males que vêm para bem." Ao falar no Clube do Exército, para uma platéia de militares, atirou: "Não adianta ter um bando de generais e um bando de soldados." A palavra "bando" é inadequada. Numa homenagem às mulheres: "Minha mãe era uma mulher que nasceu analfabeta." Se soubesse ler ao nascer, seria um fenômeno para a ciência. Em pelo menos duas ocasiões, ofendeu países que estava visitando: na Namíbia, disse que a capital era tão limpa que nem parecia africana; na Índia, sobre o Taj Mahal: "Um país que constrói um monumento daquela magnitude tem tudo para ser mais desenvolvido do que é atualmente." Qualquer pessoa pode errar nos improvisos, mas é difícil encontrar alguém que, errando tanto, estando tão exposto, continue com o mesmo arriscado hábito.

"Eu quero dizer a vocês com a sinceridade que um homem pode falar a outro homem." Isso de falar de homem para homem é velho demais e não faz sucesso com as mulheres. Suprimi-las implicitamente no discurso, menos ainda. "Na Amazônia, vivem 20 milhões de cidadãos que têm mulheres e filhos." Uma dúvida conceitual: as mulheres são apenas agregadas dos cidadãos? Uma dúvida estatística: o total da população da Região Norte, incluindo homens e mulheres, é de 13,5 milhões, na estimativa de 2002.

Há trechos dos seus discursos que não fazem sentido algum. São palavras simplesmente sem nexo. Em outros momentos, ele desdiz num dia o que disse no anterior. No dia 3 de abril, disse: "Fiz mais em 15 meses do que muita gente em 500 anos." Quatro dias depois: "Tem gente que governou este país nos últimos 30 anos, e a grande maioria ainda está no poder. E agora cobram de nós, como se pudéssemos fazer em 500 dias o que eles

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS.) – Senador Efraim Moraes, V. Ex^a será atendido, na forma do Regimento.

Passamos a palavra ao nobre Senador Arthur Virgílio.

Registrarmos a presença entre nós da sempre Senadora Iris de Araújo. E também, nas galerias, das lideranças dos trabalhadores dos bingos, capitaneadas pelo Moacir, presidente da federação a que são filiados.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS.) – Pois não, Senador.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, foi encaminhado à Mesa ofício da Li-

não fizeram em 500 anos."

Contradições e platitudes desgastam a imagem do governante. Gafes costumam ofender e isso, na diplomacia principalmente, deve ser evitado.

Precipitações constrangem o próprio governo. Na última terça-feira, cometeu o erro duas vezes: disse que vai dobrar o número de recrutas das Forças Armadas, sem explicar de onde virá o dinheiro; depois, avisou no ABC que anunciaría durante a semana boas novidades sobre a correção da tabela do Imposto de Renda, o que ainda não fez.

O presidente da República não pode ser ventriloquo dos assessores, nem deve perder a espontaneidade com que conquistou o país. O ideal é que, em ocasiões mais formais, leia. Nas informais, fale com naturalidade. Mas deve pensar previamente, até nos improvisos, que mensagem quer passar para cada público, em cada ocasião e naquela específica circunstância. Deve comandar as próprias palavras e não ser comandado por elas.

Mas tudo isso o presidente sabe. No dia 7 de maio do ano passado, numa reunião no Nordeste, ele disse: "Não é boa política falar tanto tempo quando as palavras têm cada vez mais valor, na seriedade que a política está a exigir de nós. Político bom é o que pensa e depois fala." Nem naquele dia ele conseguiu conter sua loquacidade compulsiva. Falou de improviso mais 50 minutos.

Audiência

- A entrevista de Ratinho com Luiz Inácio Lula da Silva, no SBT, rendeu sete pontos de média, a mesma do programa neste horário. Enquanto isso, a Globo marcou 42 pontos e a Record e a RedeTV!, dois.

derança da Minoria para que eu possa usar, após o Expediente, o horário da Liderança, por vinte minutos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS.) – Senador César Borges, V. Ex^a será atendido. Falará em terceiro lugar após a Ordem do Dia.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, falando ainda e mais uma vez de salário mínimo, temos que, no primeiro ano do Governo anterior, o aumento real foi de 22,6%. Posso pegar aleatoriamente outros meses. Houve um mês terrível, em 2002, com apenas 1,27% de ganho real, Senador José Agripino. A média dos oito anos, cheios de crises internacionais, do Governo Fernando Henrique Cardoso, foi de 5% mais ou menos.

No primeiro ano, o Presidente Lula deu 1,2% de aumento real. No segundo ano, dá 1,7% de aumento real.

É de se registrar que, vigorando em 1999 um salário mínimo de R\$136,00, o Presidente Fernando Henrique – eu era Líder do Governo naquela época – concedeu R\$15,00 apenas de aumento, e o mínimo, em 2000, passou a R\$151,00. Isso significou 5,39% de ganho real. Ou seja, em 2000, o Presidente Fernando Henrique Cardoso concedeu R\$15,00 ao salário mínimo, equivalendo isso a 5,39% – é muito mais do que 1,2%, muito mais do que 1,7%, muito mais do que 1,2% somado com 1,7%.

Agora, o **Correio Braziliense**, em reportagem bem recente – do sábado, se não me engano –, publicou pela primeira vez foto que o jornal **O Globo** publicou hoje. O título de **O Globo** é “Mudou o tom”. É uma pena que não dê para mostrar com tanta nitidez, porque a foto é um charme. São pessoas que vêm muito televisão, uma prova de que são brasileiros que se ligam no dia-a-dia das pessoas. Chico Anysio fazia um quadro em que falava assim: “E o salário mínimo, ó!” E Chico Anysio fazia um gesto que indicava que era pequenino.

Então, nesta foto, todos aqui, adultos, barbados uns, outros não, mas todos com plena capacidade de deixar suas barbas crescerem, aqui estão as figuras, com fisionomias melancólicas, tristes. O Ministro Berzoini não consegue, nem na hora da ironia, ser alegre. Está aqui o Berzoini: E o salário mínimo, ó – e faz o gesto de que o salário mínimo é pequenino–, criticando o salário mínimo do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Está aqui o Líder Mercadante, meu querido amigo, constrangido. Bom economista que é, está aqui, sério. E o salário mínimo, ó! E mostra que é pequenininho.

Um caso me decepciona um pouco, porque se trata de uma figura que reputo a mais equilibrada desse ministério: até o Ministro Palocci, que não pode ter aprendido rudimentos de economia só depois de ter sido nomeado, pois deveria saber disso antes, até o meu amigo Ministro Palocci está aqui: E o salário mínimo, ó! Deste tamanhinho!

Está aqui o Ministro dos Esportes, Agnelo Queiroz, numa posição olímpica, de atleta indo para Atenas: E salário mínimo, ó!

Estou querendo destacar as pessoas mais ilustres. Está aqui o meu querido amigo, Prefeito de Aracaju, Marcelo Déda: E o salário mínimo, ó!

Senador José Jorge, é assim que eles falam: Ó! É bem pequenininho. Referiam-se ao ganho real de 5,73%.

Estou tentando identificar as figuras. Tem mais gente ilustre, mais gente boa aqui. Está aqui o Ministro José Dirceu. E cheguei a pensar que era o então Deputado Haroldo Lima, mas a Senadora Heloísa Helena me corrigiu. Olhei bem de perto, coloquei os óculos, e vi que é o Deputado José Dirceu e ele está felicíssimo da vida. Ninguém consegue ver o Ministro José

Dirceu sorrir mais, principalmente depois do episódio Waldomiro Diniz. Ele não sorri mais. Acho que nem no tal jantar de desagravo – não entendi o porquê – dos artistas ele ficou tão feliz como está aqui, de camisa aberta, com um ar que eu não diria debochado, sou uma pessoa de boa-fé – não diria que sou puro –, mas feliz da vida com o que imaginava fosse um impasse criado para outro Governo. E aqui está o José Dirceu: E o salário mínimo, ó! Muito bem.

Sr. Presidente, concluo de maneira bem breve: por que essa carga de desgaste do Presidente Lula? Por que essa carga de desgaste sobre o Governo? É precisamente porque o Governo deu um salário mínimo menor do que esse, deu um salário mínimo tão pequeno que os dedos encostam um no outro. Será por isso? Não é só por isso. É porque o PT ganhou as eleições praticando um grave estelionato eleitoral, prometendo que dobrava em quatro anos o valor real do salário mínimo. É porque eles ganharam as eleições prometendo algo que lhes está sendo legitimamente cobrado pelos trabalhadores de salário mínimo. E agora eles não têm respostas para dar, porque toda a base de apoio se corrói na contradição entre o Governo ideal, prometido na campanha, e o Governo da realidade, que não vai para o plano do ideal, até porque não consegue sequer manobrar a máquina administrativa, que se tem comportado como um cavalo indomável, colocando no chão os falsos peões.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Não trabalham com competência a idéia de domar a máquina pública brasileira.

Seria normal o Presidente conceder um aumento maior em um ano e, em outro, um aumento menor. É normal, sim, a preocupação com a Previdência Social e com as contas públicas. O que não é normal é ganhar a eleição à base do deboche contra o que o outro Governo considerava possível. E, agora, tenta-se convencer todos de que esse Governo é composto por pessoas sem passado, sem fotografia. Há pelo menos uma fotografia que estou enviando para publicação nos Anais em que há figuras fantásticas: todos aparecem com cara de garotos em férias, abandonando a pose de estadistas da Esquerda brasileira. Todos parecem garotos em férias que aqui se estão divertindo, quem sabe, à custa do povo brasileiro.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Já concluo, Sr. Presidente.

Eles diziam que o salário mínimo daquela época era ínfimo. E digo, Sr. Presidente, que o povo está farto, que o Governo do Presidente Lula é que é pequeno. Esse é o tamanho do Governo que está sendo mostrado à Nação.

Nada como um dia após o outro, nada como um político aprender que é bom manter sua coerência, porque quem não é coerente termina pagando o alto preço de ser cobrado perante essa exigente, indomável, irredenta, valente, lúcida e, cada vez mais, politizada sociedade brasileira.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

4 • Brasília, sábado, 1 de maio de 2004 • CORREIO BRASILEIRO

POLÍTICA / TEMA DO DIA

Política Social

Repetindo procedimento já tradicional no Congresso a cada ano, parlamentares alinhados ou não com o governo reagem ao reajuste fixado para o salário mínimo prometendo alterações. E raramente fazem

É o PT, mas com discurso de outros governos

FERNANDA NARDELLI

DA EQUIPE DO CORREIO

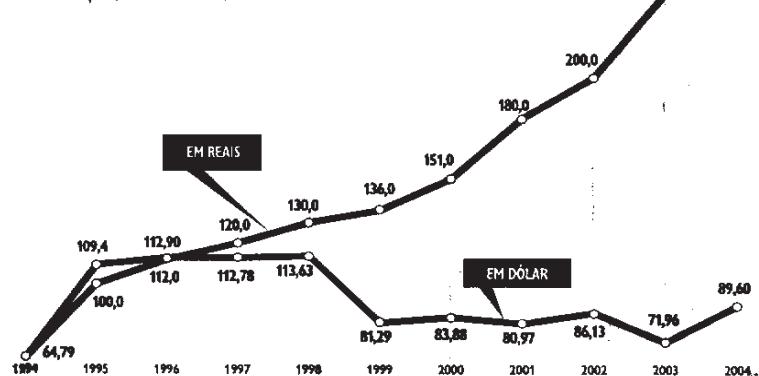
Os argumentos do governo para não conceder um aumento maior para o salário mínimo não são novos. Durante anos, o Partido dos Trabalhadores — na oposição — questionou as justificativas que agora, no poder, utilizou ao anunciar o reajuste de R\$ 20. O aumento no déficit da Previdência Social, que paga 14,3 milhões de benefícios no valor de um salário mínimo, é o principal problema apontado pela equipe econômica.

Lembretamento feito pelo Correio sobre o reajuste do piso brasileiro nos últimos onze anos (veja gráfico) mostrou que a Previdência e o desequilíbrio das contas dos municípios sempre figuram entre os motivos para um aumento menor do que o esperado. Em 1995, o então ministro da Fazenda, Pedro Malan, também temia um aumento da inflação como consequência de um salário maior. A oposição reclamava. "O governo sempre brincou de dizer que não podia dar um mínimo decente. Nunca quis pegar no lápis e fazer seus cálculos", declarou em 1994 o então deputado do PDT, Miro Teixeira (RJ), hoje filiado ao PPS e ex-ministro do governo petista.

Em 1996, depois de uma longa reunião que terminou de madrugada, o presidente Fernando Henrique estabeleceu um salário mínimo de R\$ 112 — concedendo um aumento de R\$ 12. Frustrou oposição e sindicalistas. A Central Única dos Trabalhadores (CUT) defendia um valor de R\$ 485,00. Hoje, oito anos depois, a entidade continuou

OS REAJUSTES DO SALÁRIO MÍNIMO

Em julho de 1994, quando foi implantado o Plano Real, o trabalhador assalariado recebia, no mínimo R\$ 64,79. Dez anos depois, esse salário é 3,7 vezes maior



decepção com o governo, mas com menos radicalismo. Defendia para 2004 um salário de R\$ 300 — reivindicação que não foi atendida pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Protesto petista

Alguns dos petistas mais atuantes na prolongada negociação do reajuste, anunciado esta semana, protagonizaram um protesto veemente contra um aumento de R\$ 15 concedido por Fernando Henrique Cardoso em 2000. Na madrugada do dia 10 de maio daquele ano, o governo aprovou o salário mínimo de R\$ 151 e deputados como José Dirceu, Antonio Palocci e Ricardo Berzoini (hoje ministros do governo) ironizavam o reajuste com gestos que

indicavam que o salário proposto pelo governo era irrisório. Ao ver o protesto dos petistas — que imitavam o personagem do humorista Chico Anysio, Professor Raimundo, quando falava do salário —, o deputado Alberto Goldman (PSDB-SP) se irritou e disparou: "Desse tamaninho é outra coisa de vossas excelências".

Desde então, a postura dos petistas mudou muito. No primeiro ano do governo Lula, a equipe econômica — composta pelos deputados que participaram do protesto — passou o salário de R\$ 200 para R\$ 240, com um aumento real de apenas 1,85%. O valor não foi o esperado mas, como o presidente havia sido eleito com forte respaldo popular e esperança de mu-

dança, a população se mostrou tolerante. "Mais importante do que falar no valor agora do salário mínimo é reafirmar a intenção que ele assumiu na campanha, de dobrar o valor real do salário mínimo em quatro anos", declarou o presidente da CUT, Luiz Marinho, à época.

A promessa de Lula de dobrar o salário durante o mandato presidencial também não é novidade. Fernando Henrique Cardoso prometeu a mesma coisa, já repetindo um compromisso que Tancredo Neves firmou em 1984, ao conversar com o próprio Luiz Inácio Lula da Silva. A ideia era reajustar 25% a cada ano. Com a morte de Tancredo, José Sarney assumiu a Presidência e ficou no poder por cinco anos. Saíu sem duplicar o mínimo.

Alckmin sobe
tom das críticas

Os governadores tucanos de São Paulo e de Minas Gerais trocaram de papéis ao comentar o valor do reajuste concedido ao mínimo. O governador paulista, Geraldo Alckmin, geralmente mais comedido, considerou hoje "inaceitável" o novo valor do salário mínimo. Já o mineiro Aécio Neves, frequentemente mais incisivo, preferiu tom mais comedido. Justificou a decisão do Palácio do Planalto e avisou que não iria fazer coro aos que "sempre criticam os aumentos pequenos".

Alckmin cobrou o corte de gastos públicos e criticou decisões do governo federal. "Não pode aumentar porque isso tem impacto na Previdência. Agora, pelo segundo ano consecutivo, dar aumento real na casa de 1% é inaceitável", reclamou. "Você não tem dinheiro para aumentar o salário mínimo, mas tem dinheiro para aprovar um projeto no Congresso para contratar três mil funcionários sem concurso público, amigos e apadrinhados. Então, não é correto. Comprar avião de 50 milhões de dólares não é correto", criticou o governador.

Já Aécio Neves, chamou a atenção para os "aspectos eventualmente negativos" que um aumento "exorbitante" poderia provocar nas contas da Previdência. "Não cabe aqui defender, aplaudir ou questionar o salário. Se é esse que o governo acha que é adequado, paciência", justificou. Ele avisou que não iria aproveitar o momento para fazer críticas ao governo. "Não vou fazer disso, de forma oportunista, um instrumento de crítica ao governo federal".

O GLOBO

DOCUMENTO A QUE SE REFERE

O PAÍS

Coragem com o mínimo

Dirceu diz que enquanto salário estiver atrelado à Previdência reajuste será insuficiente

Ameaças ainda longe de mudanças

MELAYNE BOAVENTURA
DA EQUIPE DO CORREIO

O governo depende de uma solução administrativa e outra política para aprovar no Congresso a Medida Provisória (MP) que reajusta o valor do salário mínimo, publicada ontem no Diário Oficial. Depois das críticas disparadas desde o anúncio do reajuste na quinta-feira, os parlamentares se mobilizam para mudar a MP e elevar o aumento. A reação era prevista. A ação do governo pode, no entanto, sufocar as insatisfações. Na Câmara, a aprovação da MP depende basicamente do atendimento dos pedidos dos parlamentares. Eles exigem a liberação de recursos do Orçamento e a nomeação para cargos na administração pública. No Senado, a situação é mais complicada. Passa pela posição do governo diante da emenda que propõe a reeleição dos presidentes das duas casas.

Entre os senadores, é frágil a maioria governista. A oposição tem um número expressivo de parlamentares. Mas a passagem da MP pelo Senado se tornará uma dor-de-cabeça para o governo principalmente se a disputa no PMDB em torno da reeleição dos presidentes das duas Casas res-

ultar no Palácio do Planalto: atingido pela decisão do PMDB de ficar contra a emenda da reeleição, o presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), aliado fiel, foi um dos primeiros a defender uma mudança na MP. Para piorar, os senadores do PT tiveram as reações mais furiosas ao novo valor do mínimo. A senadora Serlys Shessarenko (PT-MT) considerou "inaceitável" o reajuste. O vice-presidente do Senado, Paulo Paim (PT-RS), voltou à tribuna ontem para avisar que modificará a MP se votará contra o governo.

Na Câmara, o governo já aguarda os discursos veementes e emocionados. Já se tornou praxe a reação indignada ao baixo reajuste. Mas partidos como PL, PTB, PP e PMDB, mesmo insatisfeitos com o valor, não enfrentarão o governo se os pedidos forem atendidos. "O governo vai mostrar as razões que determinaram este valor, e a tendência é aprovarmos a MP", prevê o líder do PTB na Câmara, José Múcio Monteiro (PE).

Risco de revés

O cenário muda totalmente se não forem liberadas as emendas parlamentares, com recursos incluídos por congressistas no Orçamento da União. Se isso ocorrer, o governo enfrentará a votação da MP sob intenso fogo cruzado, e poderá sofrer um revés. No dia 15 de junho vence o prazo de tramitação e a MP passa a trancar a pauta da Câmara. As vésperas do prazo final para liberação de recursos federais — limitado pela lei eleitoral —, a MP do salário mínimo poderá se transformar em moeda de troca para parlamentares insatisfeitos. "Se o país começa a caminhar, a gerar emprego e os investimentos são liberados, a insatisfação diminui", reconhece Mabel.

O governo terá mais trabalho para convencer os partidos de esquerda, ligados aos movimentos sociais. São as legendas que historicamente cobram um aumento significativo do mínimo e, junto com o PT, terão de explicar o reajuste modesto. O PPS, por exemplo, apresentou dois projetos de lei. A indignação do presidente do partido, Roberto Freire (PE), espalhou-se pela bancada de deputados. "O segundo 1º de Maio do governo Lula, com o índice do salário mínimo anuncia- do pelo Palácio do Planalto".

Isabel Braga e Adriana Vasconcelos

BRASÍLIA

O chefe da Casa Civil, José Dirceu, disse ontem que o Brasil precisa ter coragem para desvincular o salário-mínimo dos benefícios pagos pela Previdência Social. Para o ministro, seria a única forma de aumentar o seu valor real. Ao discursar na abertura do Fórum Nacional para Expansão do Porto de Santos, Dirceu afirmou que o governo agiu com responsabilidade ao dar o aumento de apenas R\$ 20, elevando o mínimo para R\$ 260.

— Ou o Brasil tem coragem de desvincular o salário-mínimo da Previdência ou o salário-mínimo será sempre um salário que não corresponde nem mesmo à necessidade de expansão do mercado interno.

Dirceu lembrou que o governo não propôs a desvinculação do salário-mínimo dos benefícios da Previdência. Para o ministro, este problema precisa ser debatido pelo Congresso e pela sociedade.

— O mínimo no Brasil está vinculado à Previdência e isso tem impedido um aumento maior. É uma questão que precisa ser discutida pelo país.

"Audácia é ter responsabilidade"

• Ao ser lembrado de que o PT defendava a solução quando era oposição, sob o argumento de que provocaria a defasagem dos benefícios da Previdência, Dirceu afirmou:

— Eu disse e repito que a sociedade precisa discutir esta questão. Não é só uma questão do Congresso; o governo faz parte deste debate e a sociedade também.

Segundo Dirceu, o governo estava ciente de suas limitações ao estabelecer em R\$ 260 o novo mínimo:

— A gente tem que ter clareza das limitações, sem perder a esperança, a fé, o otimismo e sem deixar de ter audácia. E audácia neste momento é ter a responsabilidade, como fizemos agora, de não dar um aumento maior que R\$ 260. Poderíamos ter dado R\$ 300, mas teríamos um impacto de R\$ 12 bilhões nos gastos públicos.

Sobre a pressão no Congresso para aumentar o valor do mínimo, o ministro afirmou que o Legislativo souberão para decidir. Mas lembrou que o Orçamento e a economia não permitem aumento maior.

Genoino diz que PT errou na oposição

• O presidente nacional do PT, José Genoino, fez ontem um mea-culpa admitindo que o partido, no passado, deveria ter tratado o assunto "com mais consistência".

— Quando o PT estava na oposição, deveria ter tratado a questão do salário-mínimo com mais consistência. A responsabilidade de governar o Brasil é muito maior. Temos que trabalhar como nunca por crescimento e emprego para aumentar a renda do trabalhador.

Genoino cobrou do PT apoio ao reajuste proposto pelo governo:

— O PT tem de defender essa posição. Temos que priorizar o crescimento. A geração de empregos é a maior prioridade do governo. Todos defendemos um mínimo maior, mas não tivemos condições de fixar uma taxa superior à que foi decidida.

Na Câmara, porém, o líder da bancada, deputado Arlindo Chinaglia (SP), disse ontem que pretende discutir com o governo uma margem de negociação em relação ao mínimo:

— A bancada é e continua sendo favorável a um salário-mínimo maior, pela dimensão social que ele tem. Mas somos solidários ao governo.

Mas ele não está disposto a liderar ação contra a decisão do governo.

— Vamos procurar o governo para saber a margem que temos. A bancada quer mais, mas tenho certeza que o governo está agindo com responsabilidade. Vamos conversar e fazer uma tensão levíssima, moderada, para ver se o governo pode abrir os cofres.

► NO GLOBO ONLINE:

Opine: O governo conseguirá dobrar o valor do mínimo até 2006?

www.aglobe.com.br/pais

'Temos consciência de que o mínimo é pequeno'

Aumentar mais sem ter recursos previstos seria 'total irresponsabilidade', diz Lula

Lula disse:	Aloizio Mercadante disse:	José Genoino disse:	José Dirceu disse:
<ul style="list-style-type: none"> EM OUTUBRO DE 1998: "O mínimo deveria ser de R\$ 1.100 se levasse em conta o valor real de 1939. Os que recebem o mínimo deveriam receber pedidos de desculpas" EM MAIO DE 2004: "Tivemos o cuidado de dar o reajuste da inflação e um pouquinho mais" 	<ul style="list-style-type: none"> EM OUTUBRO DE 2000: "O salário-mínimo de R\$ 151 para R\$ 159 dá um reajuste de R\$ 0,28 por dia. E o mínimo é absoluta prioridade neste país" EM ABRIL DE 2004: "O caminho que encontramos foi dar este reajuste de R\$ 20, aumentando o valor para R\$ 260. O reajuste possível é este" 	<ul style="list-style-type: none"> EM MARÇO DE 2000: "Uma vergonha nacional (o mínimo de R\$ 151), para o Congresso e para todos os trabalhadores que ganham o mínimo" EM MAIO DE 2004: "Foi uma medida necessária. Quando o PT estava na oposição, deveria ter tratado a questão do salário-mínimo com mais consistência." 	<ul style="list-style-type: none"> EM NOVEMBRO DE 2002: "R\$ 211 é pouco. Deveremos ter uma proposta em que o PT possa dizer aos trabalhadores que eles são prioridade" EM MAIO DE 2004: "O governo precisa ter coragem para desvincular o salário-mínimo da Previdência, se não ele será sempre baixo"

Cristiane Jungblut

• **BRASÍLIA.** Em sua primeira manifestação pública sobre o aumento do salário-mínimo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva admitiu ontem que o reajuste foi insuficiente, mas afirmou que o rombo nas contas da Previdência Social impediu que o governo desse um valor maior do que R\$ 260. Segundo ele, o problema está nos aposentados que recebem da Previdência, e não na iniciativa privada, que, segundo ele, conseguiria arcar com um mínimo de até R\$ 450. Lula disse que seria irresponsabilidade elevar o mínimo para R\$ 300.

— Temos consciência de que o mínimo é pequeno, sabemos que é preciso que o povo tenha um pouco mais e tentamos resolver isso aumentando o salário-família — disse ele no programa quinzenal "Café com o presidente".

Criar "condições para a recuperação definitiva do mínimo"

Segundo o presidente, os ministros Antonio Palocci (Fazenda) e José Dirceu (Casa Civil) também queriam um reajuste maior:

— É por isso que não podemos dar o salário-mínimo que eu, particularmente, gostaria de dar. Tenho certeza de que os ministros Antonio Palocci e o José Dirceu gostariam de dar um aumento que pudesse chegar a R\$ 300. Agora, fazer isso sabendo que não tem dinheiro seria total irresponsabilidade nossa.

Apesar das dificuldades econômicas, o presidente prometeu que "em algum momento serão criadas as condições para a recuperação definitiva do salário-mínimo". No programa, gravado no domingo em São Bernardo do Campo, Lula ainda se comprometeu a trabalhar para tornar o mínimo "muito melhor do que em qualquer momento da História do Brasil":

— Qual é o nosso problema ao decretarmos o salário-mínimo? É o rombo da Previdência. Temos este ano um déficit de R\$ 31 bilhões e vamos consertar isso ao longo do tempo. Além disso, a Previdência tem um passivo de R\$ 200 bilhões. Ou seja, as pessoas que não concordaram com alguma contribuição que têm que pagar à Previdência, em vez de pagar, entraram na Justiça. Portanto, a Previdência fica com R\$ 200 bilhões para receber e não recebe.

O presidente disse que muitas empresas privadas já pagam um piso salarial bem maior que o mínimo:

— Para os trabalhadores da iniciativa privada, poderia decretar um mínimo de R\$ 450 porque muitas empresas já pagam isso ou mais.

Lula destacou a preocupação de repor a inflação e de aumentar o salário-família de R\$ 13,48 para R\$ 20 para quem ganha até um mínimo e meio:

— Tivemos o cuidado de dar o reajuste da inflação e um pouquinho a mais, com a preocupação de que em algum momento vamos criar condições para recuperar definitivamente

o poder aquisitivo do mínimo. E vamos fazer isso com a maior responsabilidade, porque não podemos aumentar a dívida que a Previdência, que tem de pagar aos aposentados e tem o rombo.

Lula voltou a reclamar do que chama de herança maldita de Fernando Henrique Cardoso. Disse que será obrigado a pagar R\$ 12,4 bilhões aos aposentados que entraram na Justiça pedindo correção das aposentadorias devido às perdas que tiveram com a URV, criada em 1993.

— Vamos fazer um acordo com os aposentados para pagar parceladamente porque não é fácil arrumar R\$ 12,4 bilhões — avisou Lula.

Ele justificou sua ausência na festa do 1º de maio da CUT:

— Temos quatro centrais (sindicais) no Brasil. Preciso tomar cuidado e evitar participar de um ato e não participar de outro. Pode criar problemas na relação que o Estado tem que ter com o movimento sindical.

O ministro da Previdência, Amir Lando, disse ontem no Rio que ainda esta semana anunciará como será o parcelamento do pagamento das perdas dos aposentados com a URV em 1993. O prazo máximo de parcelamento, disse ele, será de cinco anos, e o pagamento será a partir de julho, com duas condições: a assinatura do termo de adesão e o termo de desistência das ações judiciais. ■

► **NO GLOBO ONLINE:**
Ouça trecho do programa 'Café com o presidente'
www.oglobo.com.br/pais

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Concedo a palavra ao nobre Líder do PFL, Senador José Agripino, por até cinco minutos.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, acabamos de ouvir as palavras inflamadas, competentes, lúcidas e coerentes do Senador Arthur Virgílio. E, antes de S. Ex^a, usou a palavra o Senador Jefferson Péres, como sempre na sua linha pragmática, responsável e coerente. E S. Ex^a, que lidera um partido de Oposição, fez uma declaração, no mínimo, corajosa, dizendo que defenderia o salário mínimo no limite da responsabilidade. Referiu-se ao Presidente dizendo que, se fontes nos fossem oferecidas, ofereceria o seu apoio e o do seu partido a uma correção justa do salário mínimo. Aplausos para as palavras dos Senadores Arthur Virgílio e Jefferson Péres!

No entanto, Senador Gilberto Mestrinho, tenho que aplaudir mesmo o desejo do povo que votou e que espera cumprimento de compromisso. Se alguém não falar pelo cidadão, pelo trabalhador, vai ficar um lado só falando. E à Oposição cabe a obrigação de, com responsabilidade, falar e interpretar o sentimento do povo.

O Presidente Lula teve 61% dos votos brasileiros, foi eleito por uma diferença massacrante. Senador Gilberto Mestrinho, o brasileiro que votou em Lula podia não esperar muita coisa, mas esperava, piamente, que ele fosse o homem capaz de fazer com que nunca mais houvesse greve de funcionário público no País, porque ele era um interlocutor confiável. O trabalhador votou nele, porque esperava nunca mais ter que fazer uma luta de mobilização como fez, no passado, para obter um salário mínimo justo, porque Sua Excelência prometeu, nos palanques, dobrá-lo em quatro anos. O trabalhador votou maciçamente nele. O agricultor sem-terra votou maciçamente nele, porque esperava que, com o Presidente Lula, a luta de anos e anos se concretizaria em terra para todos.

E a que estamos assistindo? Funcionários públicos em greve, em estado de profunda irritação com o Presidente, que, segundo dizem, os traiu. Os trabalhadores estão na mais profunda decepção pelo salário mínimo **minimu minimorum**. Os sem-terra estão em litígio permanente com a sociedade agrícola organizada e com o próprio Governo.

Vamos ficar calados? Se nós, classe política, se nós, Oposição, ficarmos calados, vamos passar um recado para a sociedade: são todos farinha do mesmo saco. No Brasil, dizem que não há quem fale pelo povo.

Mas o PFL fala, o PSDB fala, o PDT também fala. E fala como? Com coerência? Sim, senhor, cobrando, por exemplo, coerência do Presidente.

Qual é o valor do salário mínimo, Senador Paulo Paim? O valor do salário mínimo é a palavra e o compromisso do Presidente. Qual é esse número? Deverem-se fazer as contas do que o Presidente prometeu. Sua Excelência prometeu dobrar o salário mínimo em quatro anos. Já se vai a segunda correção. É só fazer a conta.

Mas há constatações que são inevitáveis. V. Ex^a propõe US\$100,00, o que é uma luta de muitos anos. Há pouco tempo, V. Ex^a se associou ao PFL, que era Governo – e V. Ex^a era Oposição –, para pactuar o reajuste de 35%. A primeira etapa, no Governo passado, foi cumprida, com 17,5% de aumento. Em 2003, não houve mais 17,5%, mas 1,8%. E os que foram nossos parceiros, como V. Ex^a, que continua coerente em sua luta, hoje negam a luta do passado.

Que Governo social é esse? Onde é que está o compromisso com o social desse Governo? Pergunto isso e protesto. Vamos fazer um grupo de trabalho competente para encontrar as fontes orçamentárias, para viabilizar aquilo que é possível, desde que o Governo eleja a questão social como prioritária. Para mim, parece que esse é o Governo dos números e não o Governo do cidadão.

Senador Paulo Paim, quer ver a tremenda injustiça que foi praticada? O reajuste não está sendo concedido doze meses depois; estão decorridos treze meses! O último aumento de R\$200,00 para R\$240,00 – aumento de 20% – ocorreu no dia 1º de abril. O aumento oferecido para 1º de maio – não o real, mas o bruto –, treze meses depois, é de 8,3%. E vão garfar os R\$20,00 do trabalhador do mês de abril? Vamos permitir que garfem os R\$20,00 de aumento a partir de 1º de abril?

Senador Paulo Paim, essas e outras questões têm que ser bandeiras de V. Ex^a e dos que fazem Oposição, falando o sentimento do cidadão brasileiro, que se sente traído e enganado.

O Sr. Paulo Paim, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para uma comunicação inadiável, por permuta com este Presidente, o nobre Senador Paulo Paim.

V. Ex^a dispõe de até cinco minutos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, gostaria de dizer,

muito rapidamente, que este Senador entendeu muito bem a proposta do Senador José Agripino, como também a do Senador Jefferson Péres.

Em uma reunião realizada, ontem, na casa do Presidente José Sarney – com a presença do Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado João Paulo, e, casualmente, com a do Relator da PEC da previdência na Câmara dos Deputados, Deputado José Pimentel, e a do Relator da PEC da previdência no Senado, Senador Tião Viana –, apontamos para dois caminhos. Em primeiro lugar, construirmos rapidamente um entendimento na PEC paralela, para que esta seja votada, na Câmara dos Deputados, ainda agora no mês de maio e, no máximo, no início de junho, já aqui no Senado Federal, mediante acordo que será articulado pelos Presidentes das duas Casas, nos colégios dos respectivos Líderes.

Senador Jefferson Péres, também quanto ao salário mínimo, para não ser apenas uma questão de números, apontamos que o caminho seria o de formarmos uma comissão, nem que fosse informal, um grupo de trabalho de Senadores e Deputados, para construirmos uma proposta de uma política de salário mínimo permanente, apontando, como V. Ex^a disse muito bem – e que é vontade também deste Senador –, as fontes de recursos.

Eu poderia falar no superávit da seguridade social; no Orçamento, que previa um valor para o salário mínimo de, pelo menos, R\$270,00; na Cofins, que arrecadou mais de R\$10 bilhões, recentemente, por mudança aprovada nesta Casa; na Receita Federal, que também teve um aumento na sua arrecadação; no patrimônio que está praticamente apodrecendo, como os prédios da Previdência, que, se fossem à concorrência pública, poderiam arrecadar algo em torno de R\$25 bilhões; no superávit primário. Mas entendo que isso tudo é debate para a Comissão, e não vou esgotar aqui em cinco minutos.

Portanto, a nossa proposta, que não é só minha, mas de inúmeros Senadores, Senadoras, Deputados e Deputadas, é sugerir um valor equilibrado, que fique em torno de R\$300,00 – uns pedem um pouco mais; outros, um pouco menos –, o que apontaria para os US\$100.00. Penso que isso é possível.

O Governo não deveria descartar esta proposta – que não é um desafio – de sentarmos a uma mesa, abrirmos os livros e vermos se é possível ou não atendermos à reivindicação do conjunto da sociedade de que o salário mínimo fique em torno de US\$100.00. Estou convencido de que isso é possível. E todos somos responsáveis por isso, pois, queiram ou não alguns, o Brasil todo discute como ficará o salário mí-

nimo dos aposentados e pensionistas depois da medida provisória.

Como tenho apenas cinco minutos, insisto na possibilidade de a comissão ser formada e fazermos um bom debate sobre matéria tão importante, que interessa a mais de cem milhões de brasileiros.

Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que considere na íntegra um pronunciamento onde eu simplesmente lembro a importância do dia da liberdade, ou seja, o dia em que a África do Sul se livrou do *apartheid*.

Deixo também um outro pronunciamento, na mesma linha, relatando o caso dos três atores negros do filme “Cidade de Deus” – Leandro Firmino da Hora, Luís Carlos Lomenha do Nascimento e Émerson Gomes do Nascimento – que foram discriminados em São Paulo.

Sr. Presidente, também peço que seja registrado nos Anais da Casa um resumo do seminário sobre Emprego e Renda, realizado com o apoio da Presidência, com a presença de Márcio Pochmann, José Pastore e do Professor Jorge Arbache, da UnB, que mostraram, com muita clareza, que é possível, sim, construirmos um outro patamar na política econômica e que um salário mínimo decente é possível.

Ainda deixo o voto de aplauso, assinado por cerca de doze Senadores, ao aniversário do Grupo RBS no dia de hoje.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Acho que fiquei dentro do tempo permitido.

SEGUE, NA ÍNTegra, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR PAULO PAIM:

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, com o apoio dos outros cinco Senadores do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, apresentei ao Senado uma moção de aplauso ao Grupo RBS, em comemoração a seu aniversário no dia 1º de maio, e ao Jornal **Zero Hora**, que está completando hoje 40 anos de fundação.

Nesse período de quatro décadas, sob o comando do saudoso jornalista Maurício Sirotsky Sobrinho, o jornal acompanhou com isenção todas as transformações políticas e econômicas do Brasil e se transformou no mais importante e respeitado órgão da imprensa do Sul do País.

Nos momentos difíceis de nossa história recente, que se confunde com a sua própria história, a **Zero Hora** destacou-se como uma trinchera em defesa dos valores democráticos. E foi conjugando esses valores que construiu todo o seu patrimônio.

Ao longo dos anos, as páginas da **Zero Hora** se abriram para o crescimento do Grupo RBS, que hoje controla dezenas de emissoras de rádio, de televisão e de jornais em diversos municípios do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.

A **Zero Hora** foi sempre uma precursora na imprensa brasileira. Até a década de 1970, os grandes jornais brasileiros circulavam somente durante seis dias da semana: os vespertinos não circulavam aos domingos e os matutinos às segundas-feiras. Em 1971, antecipando-se até mesmo à chamada grande imprensa, formada pelos quatro maiores jornais do eixo Rio-São Paulo, a **Zero Hora** passou a circular sete dias por semana.

O jornal se moderniza. No ano seguinte seu pioneirismo chegou aos equipamentos, quando a linotipia é substituída pela fotocomposição eletrônica e a **Zero Hora** passa a circular em todo o Estado do Rio Grande do Sul.

A modernização continua. Acompanhando o desenvolvimento tecnológico da indústria gráfica em todo o mundo, e em 1988, dois anos depois de perder prematuramente seu timoneiro Maurício Sirotsky Sobrinho, o jornal substitui as máquinas de escrever por um sistema eletrônico de edição.

Os anos passam e a **Zero Hora** continua na vanguarda do jornalismo brasileiro. Em julho de 2000, seus leitores foram os primeiros do Brasil a ter em mão um diário produzido de forma inteiramente digital.

Hoje, com 180 mil exemplares diários, **Zero Hora** é convidada a apresentar no Congresso Mundial de Jornais, em Istambul, na Turquia, a trajetória que a tornou um dos casos de maior sucesso da imprensa mundial.

Fazemos votos para que o jornal **Zero Hora** prossiga nessa trilha que a consagrou como porta-voz legítimo das aspirações do povo do Rio Grande, da Região Sul e certamente de todo o Brasil.

Finalmente, eu gostaria, na pessoa da jornalista Ana Amélia Lemos, e do Sr. Paulo Tonet Camargo, diretor da sucursal da RBS, em Brasília, de cumprimentar todos os funcionários que fazem da **Zero Hora** esse patrimônio de todos nós, daquele que entrega o jornal nas bancas, do jornaleiro que vende o jornal nas ruas, dos impressores, repórteres e editores ao editor-chefe do jornal e ao Presidente Conselho de Administração do Grupo RBS, Sr. Jaime Sirotsky.

Sr. Presidente, por essas razões apraz-me apresentar o requerimento de voto de aplauso ao Grupo RBS, em comemoração aos 40 anos de existência desse extraordinário jornal **Zero Hora**.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º do Regimento Interno.)

LEGISLAÇÃO CITADA

REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

TÍTULO VIII Das Proposições

CAPÍTULO I Das Espécies

SEÇÃO III Dos Requerimentos

SUBSEÇÃO IV Dos Requerimentos de Voto de Aplauso ou Semelhante

Art. 222. O requerimento de voto de aplauso, regozijo, louvor, solidariedade, congratulações ou semelhante só será admitido quando diga respeito a ato público ou acontecimento de alta significação nacional ou internacional.

§ 1º Lido na Hora do Expediente, o requerimento será remetido da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania ou à de Relações Exteriores e Defesa Nacional, conforme o caso.

§ 2º O requerimento será incluído na Ordem do Dia da Sessão deliberativa imediata àquela em que for lido o respectivo parecer.

§ 3º A Mesa só se associará à manifestação de regozijo ou pesar quando votadas pelo Plenário.

REQUERIMENTO N° , DE 2004

Nos termos do art. 222 do Regimento Interno da Casa requeiro voto de aplauso ao Grupo – RBS, em comemoração a seu aniversário no dia 1º de maio, e ao jornal **Zero Hora**, que completa hoje 40 anos.

Sala das Sessões, de 2004. – **Paulo Paim – Idei- li Salvatti – Leonel Pavan – Pedro Simon – Jorge Bornhausen – Sérgio Zambiasi – Patrícia Sabóia – José Jorge.**

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, o segundo assunto que me traz à tribuna é o fato ocorrido com Leandro Firmino da Hora, Luís Carlos Lomenha do Nascimento e Émerson Gomes

do Nascimento, três atores negros do filme “Cidade de Deus”, que registraram queixa na 11ª Delegacia de Polícia da cidade de São Paulo.

Os três atores acusam o policial que os abordou no estacionamento do Carrefour de constrangimento ilegal e racismo.

Já nos referimos desta tribuna, por diversas vezes este ano, aos constrangimentos a que são submetidos os cidadãos negros em contato com os agentes de segurança pública.

O assassinato do dentista Flávio Ferreira Sant’Ana, no início de fevereiro deste ano, motivou amplos protestos do Movimento Negro e nos levou a apresentar a esta Casa dois projetos de lei.

Um é o Projeto nº 13/2004, que altera o Código Penal para incluir a previsão de agravante aos crimes praticados por motivo de racismo. Os negros são os brasileiros mais expostos à violência e a legislação penal deve considerar o racismo na origem de crimes praticados contra a nossa população.

O outro projeto, PLS nº 77/2004, altera um conjunto de leis, para coibir os abusos de autoridade da abordagem policial no curso de diligências feitas em vias públicas. Queremos que os policiais sejam obrigados a registrar e justificar as revistas feitas nas ruas.

Os três atores estão no elenco de um filme de repercussão internacional, estavam hospedados em um hotel próximo ao *shopping* onde ocorreu o incidente. Mas na visão preconceituosa, todos os negros são suspeitos.

O ator Leandro da Hora declarou aos jornais que o policial que os abordou disse que “tínhamos sorte de ele estar sozinho, pois se estivesse com um parceiro seríamos jogados no chão”.

Seriam espancados? Seriam mortos? A dramática experiência do cotidiano dos cidadãos negros neste país demonstra que tudo pode ocorrer.

Peço a esta Casa que considere a urgência de abordarmos os dois projetos a que me referi, pois constituem um avanço da legislação e contribuem para coibir as ações discriminatórias praticadas contra a população negra pelos policiais civis e militares.

Sr. Presidente, não poderíamos deixar também de fazer o registro nesta tribuna dos dez anos do “Dia da Liberdade”, comemorado na segunda-feira, dia 27, na África do Sul e em todo o mundo.

As primeiras eleições multirraciais na África do Sul foram realizadas no dia 27 de abril de 1994 e marcaram o fim do *apartheid*, regime de brutal segregação racial.

Nelson Mandela, o primeiro presidente eleito, deixara a prisão após 27 anos de confinamento transformado no grande líder de uma luta prolongada, na qual saiu vitoriosa a humanidade como um todo.

Hoje, apesar dos problemas vividos pela África do Sul, país afetado também pela hegemonia do neoliberalismo e suas políticas recessivas, não podemos negar os progressos históricos realizados pelo povo sul-africano, que se esforça para construir uma sociedade baseada na solidariedade, nos direitos humanos e na democracia.

O apoio maciço recebido dos eleitores pelo Congresso Nacional Africano –CNA, que ultrapassou 60% dos votos nas eleições de há menos de duas semanas, revela a disposição do povo sul-africano de não recuar, de avançar na construção da democracia.

Sr. Presidente, minha geração, de forma ativa, manifestou sua solidariedade à luta contra o *apartheid* e a data de 27 de abril de 1994 tem um significado histórico para luta de todos os povos.

Como último assunto, Sr. Presidente, registro que, enquanto o IBGE divulgava na última terça-feira sua pesquisa mensal de Emprego referente ao último mês de março, registrando uma taxa de desocupação de 12,8%, ou 2,7 milhões de desempregados, 8% a mais que o registrado em fevereiro, realizávamos aqui no Senado o seminário “Desemprego e Renda”, no qual colhemos prognósticos nada alentadores para a solução desse flagelo nacional.

Como reconheceu o Presidente do IBGE, Cimar Azevedo, ao divulgar a pesquisa, era de se esperar o crescimento da desocupação nesta época do ano, mas não nessa ordem, o que para ele configura uma situação preocupante.

A observação faz sentido, pois o primeiro trimestre geralmente é caracterizado por uma redução da atividades da indústria, do comércio e do setor de serviços, inibindo o emprego, mas o que está havendo não é mais redução, mas paralisação das atividades.

Segundo a pesquisa, a desocupação aumentou numa velocidade superior à registrada em 2003. E por que o desemprego está aumentando, em velocidade crescente?

Essa é mais uma pergunta que não quer calar, mas acho que já passa do momento de esta Casa fazer uma reflexão para que possamos entender por que o atual Governo, além de não conseguir criar novos postos de trabalho, não consegue sequer interromper o crescimento do desemprego.

Ninguém desconhece que o desemprego de hoje é o resultado de políticas equivocadas do passado que levaram o País a uma situação na qual os economistas já apontam características não de recessão, mas de uma verdadeira depressão econômica.

Ora, isso nos remete a 1929 ou ao pós-guerra de 1945, quando a economia brasileira, arrastada primeiro pela crise norte-americana e depois pelo conflito mundial, produziu até então seu maior número de desempregados.

No seminário “Desemprego e Renda”, sobre o qual estamos produzindo um relatório com as conclusões e os ensinamentos dele retirados, tivemos a oportunidade de ouvir três dos mais renomados economistas brasileiros, todos especialistas na questão do emprego.

Os professores Márcio Pochmann, da Unicamp; José Pastore, da USP; e Jorge Arbache, da Universidade de Brasília, embora com abordagens distintas, apresentaram diagnósticos e prognósticos convergentes sobre a situação do desemprego no Brasil.

O mais importante diagnóstico, sobre o qual houve unanimidade entre os ilustres professores, é que a economia brasileira padece de um estado de inanição há mais de duas décadas.

Essa parálisia funciona como extermínador dos empregos que nos faltam hoje e que poderão continuar faltando no futuro se o quadro não for revertido imediatamente.

O principal indicador de crescimento econômico são os investimentos, os quais, como sabemos, a exemplo dos postos de trabalho, estão em pleno declínio no Brasil.

Segundo informações do próprio Banco Central, há quatro anos o Brasil recebeu US\$32,7 bilhões em investimentos. No ano passado, foram apenas US\$10,1 bilhões, ou uma queda de 70%. E devemos nos dar por felizes se a cifra se repetir neste ano.

Esse investimento não são suficientes para sustentar um crescimento entre 3% e 4%, que, segundo os economistas, é quanto o Brasil precisa crescer por ano para absorver parte dos nossos desempregados e dos novos trabalhadores que se apresentam a cada ano ao mercado de trabalho.

Ainda com um crescimento sustentado a taxas anuais de 3%, 4% ou 5%, o desemprego não terá solução no curto prazo. Segundo os economistas, mesmo com um crescimento de 5% ao ano, em cinco anos ainda teremos 6% de desempregados.

Dante dessa situação, que o Prof. José Pastore chamou de “desumana”, a solução que se apresenta para o desemprego neste momento de desespero é a abertura de frentes de trabalho pelo Governo federal.

A abertura de frentes de trabalho também teve a unanimidade dos economistas que participaram do seminário que realizamos ontem.

O remédio não é novo, mas funciona. Foi usado pelo Presidente Franklin Roosevelt para combater a

Grande Depressão que se abateu sobre os Estados Unidos depois da quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque, em 1929.

Entendo que algumas das medidas de que se valeu o presidente norte-americano poderiam ser usadas aqui no Brasil. Além da necessidade, temos todas as condições para implementá-las, aproveitando o momento de superávits que o Governo comemora.

Entre essas medidas, adaptadas para a realidade brasileira, podemos citar a construção ou recuperação de grandes obras públicas como usinas hidrelétricas, estradas e barragens, saneamento e habitação popular a fim de diminuir o desemprego e aumentar o consumo; a elevação dos salários, a diminuição da jornada de trabalho, a legalização de sindicatos e a fixação de um novo valor para o salário mínimo que atenda as necessidades do trabalhador, dos aposentados e pensionistas da Previdência Social; aumentar o valor do salário-desemprego e da assistência aos velhos e inválidos; e ampliar a reforma agrária, de tal forma que se promova a fixação do homem no campo e possibilite a inversão do processo de urbanização e favelização das grandes metrópoles.

Essas e outras medidas, como empréstimos subsidiados a industriais e agricultores em dificuldades, fizeram com que a economia norte-americana voltasse a crescer.

Não tenho dúvida de que, adaptadas à nossa realidade, como eu disse, aqui no Brasil medidas semelhantes também poderão contribuir para evitar a tragédia que se anuncia: o crescimento incontrolável do desemprego.

Não existe momento mais oportuno para o Governo anunciar a adoção dessas medidas, exatamente agora quando a Nação aguarda, ansiosa, o anúncio do valor do novo salário mínimo que passará a vigorar a partir do próximo sábado, dia 1º de maio.

Apesar de informações em contrário, ainda manifestamos a esperança de que o novo valor seja de R\$300,00, próximo aos US\$100,00, que temos defendido ao longo dos últimos anos.

Era o que eu tinha a dizer.

O Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – V. Ex^a será atendido nos termos regimentais.

O Senador João Tenório, com a volta à Casa do Senador Teotônio Vilela Filho, afastar-se-á do Senado e está pedindo para usar da palavra.

Consulto o Plenário a respeito. Se não houver objeção – o Senador Eduardo Siqueira Campos seria

o primeiro orador desta fase –, daríamos a palavra ao Senador João Tenório, abrindo uma exceção, mas com o consentimento da Casa. (Pausa.)

Tem a palavra o Senador João Tenório.

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. e Sras. Senadores, ocupo esta tribuna para falar sobre uma atividade econômica que tem sido uma das marcas mais características da atividade produtiva brasileira desde o século XVI e que, ao longo dos séculos, ocupa e dá sentido às vidas de milhões de brasileiros: a agroindústria da cana-de-açúcar, hoje chamada de agroindústria sucroalcooleira.

Além de minhas observações pessoais, estimula-me falar sobre esse tema, entre outras observações pertinentes aqui feitas por Senadores e Senadoras, um pronunciamento realizado aqui, desta tribuna, pelo bri-lhante Senador Arthur Virgílio, quando, falando em defesa da Zona Franca de Manaus – na ocasião, o nobre Senador discorria sobre os efeitos nefastos do aumento da Cofins sobre a atividade industrial na Amazônia –, insurgiu-se contra “uma visão preconceituosa manifesta contra a Região Amazônica e sua necessidade de políticas específicas”. Está certo o nobre Senador: permeia uma notória interpretação preconceituosa não só sobre a Amazônia, mas também sobre quaisquer áreas tidas como “atrasadas” neste nosso Brasil.

É sobre esse preconceito, esse grave erro conceitual no entendimento das diferenças entre as regiões brasileiras que eu gostaria de falar neste momento, citando – comparando – casos objetivos e, em meu modo de ver, esclarecedores sobre tal questão no tocante à agroindústria sucroalcooleira.

Não pretendo discorrer sobre todos os aspectos e demandas dessa atividade produtiva, e sim buscarei me ater a uma questão: a pertinência das políticas de proteção para atividades econômicas produtivas e socialmente essenciais para o País e para suas regiões.

Na verdade, pretendo dar seqüência a um tema abordado em momento anterior, quando desta tribuna me posicionei sobre a necessidade de redução das disparidades regionais por meio de políticas públicas eficientes, modernas e sustentáveis.

Ao tratarmos da equalização dos custos da atividade sucroalcooleira entre as diferentes regiões brasileiras, estaremos falando sobre um Brasil menos desigual, menos centralizado.

Pleiteiam todos os segmentos produtivos sucro-alcooleiros nordestinos o restabelecimento do Programa de Equalização de Custos da Cana-de-Açúcar da Região Nordeste, reivindicação legítima e legal, pelos motivos que lembraremos a seguir.

Para além da legitimidade e da legalidade, é indispensável se reafirmar a correção dessa política de equalização. Quando digo reafirmar, não quero dizer apenas relembrar, mas aprofundar a compreensão sobre esse tema, tornando-o mais claro, mais firme, e asseverar, consolidar, teimar – como explicaria o Aurélio, em seus verbetes esclarecedores.

Buscamos aqui um privilégio para o Nordeste?

Não. Certamente que não. O desenvolvimento e a afirmação produtiva de qualquer região sempre necessitou e continua a requerer formas de proteção. Por exemplo: O que seria de nossa próspera indústria automotiva brasileira sem suas defesas historicamente sempre bem assestadas?

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador José Tenório, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL) – Pois não, Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Fico muito tocado com o fato de que V. Ex^a, depois dessa convivência tão profícua e fraterna conosco, esteja, por algum tempo, deixando o Senado Federal. V. Ex^a engrandeceu a Bancada do seu Partido. V. Ex^a pontificou nela e nos trabalhos da Casa como um empresário lúcido, que tem compromisso com o seu País. Desde o primeiro momento em que se empossou Senador, foi essa a marca da sua relação para comigo e para com os seus companheiros de Partido. Aos Senadores Gilberto Mestrinho, Jefferson Péres e a mim mesmo, V. Ex^a acaba de tocar outra vez no coração, quando demonstrou ter compreendido o nosso discurso em favor do pólo industrial de Manaus e contra o preconceito que, de Brasil a Brasil, tentaram que grassasse, mais ou menos colocando um impedimento para que as zonas periféricas do País se desenvolvessem. Mais ainda, V. Ex^a acaba de ser o vitorioso Relator do PPP, a chamada parceria público-privada. V. Ex^a sai desta Casa consagrado, porque fez um relatório elogiado por todos. Se algum crescimento advier daí, se algum efeito prático daí surgir, isso se deverá, em muito boa medida, às melhorias colocadas por V. Ex^a, com o seu espírito prático de homem público, que viveu e vive na empresa privada. V. Ex^a, enfim, é para nós um Senador pleno, amigo querido, companheiro leal, um Senador pleno admirado por toda a Casa.

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL) – Senador Arthur Virgílio, aproveito a oportunidade para registrar a satisfação e o aprendizado que tive por ser um de seus liderados, pela posição forte e compreensível que V. Ex^a sempre demonstrou, conduzindo a bancada de forma racional e dentro da conveniência do Partido, mas sempre deixando seus membros com a liberdade absoluta de escolher o melhor caminho.

Senador Sérgio, querido conterrâneo de Pernambuco....

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Eu gostaria de pedir a V. Ex^as a colaboração com a Mesa, uma vez que estamos abrindo exceção com relação ao Senador João Tenório nessa parte do Expediente, para que não prejudicarmos os outros oradores inscritos.

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – Seria o caso, Sr. Presidente, de limitar os apartes aos que já se declararam aparteantes. Senador João Tenório, nós, pernambucanos, temos uma intimidade muito larga com os alagoanos, e, de maneira especial, muitos pernambucanos têm uma relação bastante próxima do Senador João Tenório. Eu já tinha a respeito de V. Ex^a uma avaliação positiva, como empresário, como homem público, pessoa cuja palavra vale, cujo compromisso tem crédito e cuja capacidade empresarial todos reconhecem. Em menos de quinze dias aqui no Senado, V. Ex^a demonstrou capacidade de trabalho em conjunto, de harmonização, de colaboração, e lucidez – e lucidez é uma categoria das mais relevantes da inteligência. No final, definiu um projeto, deu-nos uma alternativa neste momento de debilidade geral do Estado brasileiro, para começarmos a enfrentar como devemos o problema da infra-estrutura. Ouvi vários depoimentos sobre o assunto, e a colaboração de V. Ex^a foi decisiva nos ajustes que fazem da matéria uma produção capaz de gerar consequência, de dar resultados num País que não tem demonstrado muita capacidade de transformar intenções em leis e em realizações concretas. Sendo como é o Senador João Tenório, um homem da prática e da realidade, sua contribuição para o Brasil foi grande neste tempo em que foi Senador conosco. A contribuição de V. Ex^a como homem público será, seguramente, de agora em diante, ainda mais reconhecida por todos os pernambucanos e nordestinos.

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL) – Muito obrigado, Senador Sérgio Guerra. As palavras de V. Ex^a me deixam profundamente feliz pela ligação que temos, tanto geográfica como pessoal.

Concedo um aparte à Senadora Lúcia Vânia, Líder feminina do PSDB.

A Sr^a Lúcia Vânia (PSDB – GO) – Senador João Tenório, quero me associar às palavras do Senador Arthur Virgílio, que aqui se referiu muito bem a V. Ex^a como um homem sério, comedido e competente, a quem aprendemos a admirar e a respeitar. V. Ex^a foi relator de um dos mais importantes projetos, o PPP, que será votado nesta Casa. Como empresário responsável com o lado social, V. Ex^a pode emprestar sua inteligência, sua vivência para aperfeiçoar o Projeto

de Parceria Público-Privada. Sinto que V. Ex^a não vá a Goiás comigo, esta semana, explicar o projeto. Mas, de qualquer forma, quero dizer da minha alegria de tê-lo conhecido nesta Casa. Sentiremos muito a sua falta. Tenho certeza, como disse o Senador Sérgio Guerra, de que V. Ex^a irá agora, de forma renovada, prestar um novo serviço à sociedade brasileira, levando em sua bagagem a experiência adquirida aqui nesta Casa. Muito obrigado, um abraço e muitas felicidades.

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL) – Muito

obrigado, Senadora Lúcia Vânia. A emoção me atinge neste momento. Em pouco tempo construímos uma amizade, aprendi a admirá-la e a lhe querer bem. Muito obrigado pelo seu aparte.

Concedo um aparte ao Senador Reginaldo Duarte, companheiro de banca e de colégio quando garotos.

O Sr. Reginaldo Duarte (PSDB – CE) – Senador João Tenório, parabenizo V. Ex^a pelo discurso que, entre tantos outros, fez nesta Casa, com o objetivo de proteger a cultura de cana-de-açúcar no Nordeste. Meu Estado também é produtor de açúcar, de aguardente, que tem como matéria-prima a cana-de-açúcar. Parabenizo V. Ex^a mais uma vez e aproveito a oportunidade para agradecê-lo pela dedicação e amizade a seus Pares. V. Ex^a deixará saudade entre nós. Esperamos que V. Ex^a sempre venha a esta Casa para nos visitar e abraçar todos aqueles que serão privados de sua amizade. Muito obrigado.

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL) – Sensibilizado, Senador Reginaldo Duarte, agradeço a V. Ex^a pelo aparte.

Concedo um aparte ao Senador Alvaro Dias.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador João Tenório, sua passagem rápida, mas marcante, é um ensinamento de que a respeitabilidade, a seriedade e a cordialidade são contribuição inestimável para o processo legislativo, sobretudo quando há a marca da experiência, da vivência. O ensinamento da prática na atividade privada orienta os caminhos da ação pública em defesa dos interesses da sociedade. Foi muito importante a presença de V. Ex^a no Senado, neste período curto, para que pudéssemos aprender essa lição de lealdade política e de respeito aos colegas e, sobretudo, a experiência do pragmatismo de quem vive as dificuldades no mundo privado, oriundas, muitas vezes, da insensibilidade daqueles que atuam na atividade pública. V. Ex^a traz a experiência de que é possível compatibilizar o interesse privado com o interesse público a serviço da Nação.

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL) – Muito obrigado, Senador Alvaro Dias.

Concedo um aparte ao Senador Ramez Tebet.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador João Tenório, como estou limitado pelo tempo, não quero falar da sua capacidade, do seu acendrado amor ao Nordeste, da sua comprovada competência revelada no Senado da República. Foi um complemento da sua competência como empresário. Como ressaltado, se V. Ex^a era um homem de sucesso na vida empresarial, também é um homem de sucesso na vida pública, porque representou bem o seu Estado aqui e provou sua competência e seu amor pelo seu Estado, sobretudo pelo Nordeste. Prefiro ressaltar aqui algo que surgiu entre nós e que vou guardar no fundo do meu coração. Talvez um dos mais nobres ou o mais elevado sentimento do espírito humano, Senador João Tenório, seja o sentimento da amizade. Imagino o quanto me marcou o pouco tempo de convivência que tive a honra de ter com V. Ex^a. Portanto, quero que V. Ex^a receba o testemunho da minha amizade. Que V. Ex^a seja muito feliz e que não desapareça. Venha sempre a esta Casa que é sua.

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL) – Muito obrigado, Senador Ramez Tebet.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL) – Concedo o aparte ao Senador José Agripino.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senador João Tenório, V. Ex^a ainda não estava no Senado quando, na legislatura passada, um ex-colega nosso assumiu o mandato de Senador, o Dr. Blairo Maggi, empresário discreto, competente, gerador de empregos e homem de espírito público como V. Ex^a. Blairo Maggi deixou uma excelente impressão neste Plenário pela atuação eficiente, balizadora em determinados momentos e acabou como Governador do seu Estado, o Mato Grosso, onde está fazendo um belo trabalho. Assume agora V. Ex.^a, que é suplente, o mandato do Senador Teotônio Vilela. Quero que saiba que o meu sentimento pessoal é a imagem que guardo de V. Ex.^a, um homem discreto, competente, de espírito público. É um registro que tem que ser feito: empresário com espírito público. Normalmente, entende-se que o empresário trabalha para si próprio, em função de seu próprio interesse. Tive a oportunidade de, em diversos momentos, avaliar o interesse público de V. Ex.^a pelo seu Estado, pelas coisas do Brasil. Esteja certo de que V. Ex.^a deixa uma imagem muito positiva junto a seus pares pelo seu convívio final, ameno, fraternal, mas principalmente positivo pelas características de político que deixa muito bem marcadas: competência, talento, espírito público e defesa, acima de tudo, dos interesses e das causas do Estado e do Brasil. Parabéns a V. Ex.^a e que Deus o guarde.

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL) – Muito obrigado, Senador José Agripino.

Senador Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney, PMDB – AP) – Fazendo soar a campainha.) – Mais uma vez peço compreensão aos Srs. Senadores para que possamos utilizar bem o nosso tempo dando ao Senador João Tenório a oportunidade de concluir o seu discurso.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador João Tenório, li os discursos dos Senadores passados, e impressionou-me um quando deixava esta Casa o Senador Pedro Piva, que era um suplente como V. Ex^a. Mas acho que ninguém em tão pouco tempo, escreveu umas páginas tão belas como V. Ex^a. Ninguém se perde no caminho de volta. Suplente, pela primeira vez teve um mandato Fernando Henrique Cardoso! E voltou com perspectivas invejáveis! Que antevejo ser o destino do grande Líder do Nordeste, Senador João Tenório!

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Senador Eduardo Azeredo.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador João Tenório, da mesma maneira, gostaria de trazer um abraço e dizer da agradável temporada que tivemos juntos aqui, durante o seu mandato, como suplente do Senador Teotônio Vilela. V. Ex^a tem também, como empresário, empreendimentos no meu Estado, o Estado de Minas Gerais, e sou também testemunha da sua atuação lá, como empregador, como homem que acredita no agronegócio. V. Ex^a volta ao seu Estado, e retorna à Casa o Senador Teotônio Vilela, que tem um futuro pela frente. Quem sabe V. Ex^a volte aqui, podendo exercer o seu mandato como o fez tão bem durante esse período, com dignidade, com cuidado, com discrição muito características da sua personalidade. Meus parabéns pela sua atuação. Muito obrigado pela presença entre nós.

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL) – Muito obrigado, Senador Eduardo Azeredo.

Senador Leonel Pavan.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Eu gostaria também de deixar registrada nesta Casa, Senador João Tenório, a minha admiração, o meu reconhecimento por seu belo trabalho desenvolvido nesse pouco tempo em que V. Ex^a esteve aqui no Senado, mas principalmente por ter deixado a sua marca. V. Ex^a foi Relator da PPP, que foi aprovada agora, e vai ficar na história do País justamente com o seu parecer. Substituir Teotônio Vilela Filho não é tão fácil, mas V. Ex^a deixou sua marca. E deixou certamente o PSDB forte, firme na Oposição. O PSDB se recordará por muitos e muitos anos de seu belo trabalho. Nós de Santa Catarina, que

conhecemos seu trabalho, vamos levar para o nosso Estado sua experiência e seu grande desempenho no Senado Federal.

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL) – Muito obrigado, Senador Leonel Pavan.

Senador Efraim Morais.

O Sr. Efraim Morais (PFL – PB) – Senador João Tenório, o que marcou a presença de V. Ex^a nessa passagem rápida pelo Congresso Nacional, principalmente pelo Senado Federal, foi acima de tudo a boa convivência que V. Ex^a teve com todos os seus Pares, além de se mostrar um homem público sério, cordial, competente, objetivo. A experiência de V. Ex^a como empresário, homem público e com todas essas qualidades que acabei de citar enriquece muito nosso Plenário, nossa Legislatura. V. Ex^a pode ter certeza de que não há uma despedida; há um até breve, se Deus quiser. Cito frase do Ministro José Américo de Almeida, um paraibano, que disse que “na volta, ninguém se perde”. Com certeza, V. Ex^a voltará a esta Casa, seja em função de nova missão que venha nosso Téo Vilela a assumir, seja na próxima eleição, pela vontade do povo alagoano. Parabéns a V. Ex^a e a certeza de que contribuiu e muito para o Senado Federal.

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL) – Muito obrigado, Senador Efraim Morais.

Senador Tião Viana.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Senador João Tenório, desejo, em nome do Partido dos Trabalhadores, expressar um testemunho de quem conviveu com V. Ex^a nesses últimos meses. Um testemunho muito verdadeiro de que V. Ex^a, em todos os momentos em que participou do Senado da República, no exercício de seu mandato, participou com responsabilidade política, responsabilidade social e demonstrou que esta Casa é merecedora do respeito da sociedade brasileira. Quem vem representar o Brasil no Senado Federal seguramente deve vir imbuído com a responsabilidade política e social com que V. Ex^a veio. Parabéns. Espero que V. Ex^a possa ter a mesma trajetória de responsabilidade política e social que teve no Senado em sua vida como empresário junto ao povo de Alagoas.

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL) – Muito obrigado, Senador Tião Viana.

Senador José Jorge.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Senador João Tenório, gostaria também de me congratular com V. Ex^a pela sua atuação aqui durante esse período tão curto, principalmente pela aprovação hoje na Comissão de Infra-estrutura do Senado do projeto de que V. Ex^a foi Relator, o projeto da PPP. Se V. Ex^a não tivesse feito nada aqui no Congresso durante esses quatro meses, V. Ex^a teria marcado a sua posição apenas pela

aprovação desse projeto. Foi um relatório muito bem elaborado, muito bem feito, de comum acordo com as Lideranças, aprovado por unanimidade na referida Comissão. A sua atuação, as amizades que conquistou tiveram a sua culminância hoje com a aprovação do PPP. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL) – Muito obrigado, Senador José Jorge.

Senador César Borges.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Senador João Tenório, queria também me associar, como meus pares nesta Casa, à homenagem a V. Ex^a, que abrilhantou o Senado durante sua passagem, deixando amizades que serão permanentes no reconhecimento da sua figura elegante, tranqüila, mas firme e de posições bastante claras. O Senador José Jorge já fez referência ao PPP, que V. Ex^a relatou, mas quero destacar sua preocupação com o Nordeste brasileiro, com seu desenvolvimento, que é uma preocupação de todos nós que formamos aqui uma bancada de nordestinos. Tenho certeza de que V. Ex^a defendeu muito bem o Nordeste, o seu Estado, Alagoas, e, por isso mesmo, quero lhe desejar muitas felicidades e breve retorno a esta Casa. Parabéns, Senador.

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL) – Muito obrigado Senador César Borges.

Senador Rodolpho Tourinho.

O Sr. Rodolpho Tourinho (PFL – BA) – Caro Senador João Tenório, quero também me associar às homenagens que lhe são prestadas neste momento. E com muita razão. Ainda mais porque assistimos, há pouco, a relatoria sobre a PPP – Parceria Público-Privada, projeto tão importante. Pudemos verificar exatamente o que representou a sua atuação aqui no Senado. Quero, como seu colega nordestino, deixar-lhe este abraço e dizer que estamos aqui juntos, em defesa da nossa região, sempre, Senador.

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL) – Muito obrigado, Senador Rodolpho Tourinho.

Senador Garibaldi Alves.

O Sr. Garibaldi Alves (PMDB – RN) – Senador João Tenório, também quero me associar às homenagens a V. Ex^a. Quero dar meu testemunho de quanto V. Ex^a contribuiu para os nossos trabalhos. Não tenho receio de ser repetitivo nisso, porque a repetição significa convergência. V. Ex^a se tornou um ponto de convergência da admiração que passamos a devotar a V. Ex^a e à sua atuação.

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL) – Senadores, companheiros, é uma emoção muito grande receber tantas manifestações de amizade e aceitação de minha presença nesta Casa. Todos trazem-me um

grande conforto nesta hora de despedida. Quero agradecer a todos.

Sr. Presidente, eu gostaria de encerrar, colaborando com a Mesa, que foi tão compreensiva, mas não posso negar um aparte à Senadora Heloísa Helena, companheira de Alagoas.

A Srª. Heloísa Helena (Sem Partido – AL) – Senador João Tenório, eu estava aqui travando uma polêmica comigo mesma sobre se faria ou não um aparte e conversava com os Senadores José Agripino e Mão Santa. Como temos visões de mundo diferentes, convicções ideológicas, concepções programáticas distintas, às vezes nos prendemos em nossas próprias convicções e esquecemos-nos de que existe algo tão enraizado em nossa alma e na alma do povo brasileiro, que é o princípio democrático. É claro que eu gostaria que nesta Casa só existissem socialistas e que não existissem liberais, mas sei que ambos fazem parte da democracia brasileira. Sendo assim, não posso deixar de saudar a passagem de V. Exª por esta Casa. Sei que V. Exª defende muitas coisas com as quais não compartilho. Há pouco falava o Senador Arthur Virgílio sobre a parceria público-privada, e vou votar contra, porque acredito ser um processo de privatização enrustida do PT, mas sei que V. Exª sempre defendeu esse modelo de Estado. Prefiro conviver com pessoas que tenham uma posição definida, com as quais vamos nos enfrentar no campo ideológico, programático. Aprendi, principalmente ao longo dos últimos meses da minha vida, que é preferível conviver com pessoas que tenham posições antagônicas às minhas e com as quais vou fazer o debate programático, ideológico, do que conviver com o cinismo, com a dissimulação. Evidente que não farei nenhuma discussão em relação ao futuro eleitoral, político, nem de V. Exª nem do Senador Teotônio Vilela. Ainda bem que vivemos numa democracia e podemos apresentar visões de mundo distintas, convicções ideológicas distintas. Como disse, prefiro isso, Senador João Tenório, ao cinismo e à dissimulação de não ter posição a defender na Casa. Então eu não poderia deixar de saudar a passagem de V. Exª pela Casa.

O SR. JOSÉ TENÓRIO (PSDB – AL) – Obrigado, nobre conterrânea, Senadora Heloísa Helena.

Concedo um aparte ao Senador Aloizio Mercadante.

O Sr. Aloizio Mercadante (Bloco/PT – SP) – Senador João Tenório, foi uma convivência breve, mas suficiente para verificar o interesse demonstrado por V. Exª sobre temas de grande relevância para o Brasil, e a dedicação a alguma tarefas importantes para o País, particularmente a relatoria do projeto de parceira público-privado. O Estado brasileiro não tem condições

de investimento. As concessões são instrumentos em que o patrimônio público continua na mão do Estado e a iniciativa privada presta serviços. A parceria público-privada vai permitir, para investimento de longa maturação e baixa rentabilidade, que possamos alavancar o investimento. Ao final do processo, o bem continua da União, do Estado, da Nação, mas isso vai permitir melhorar a qualidade dos serviços, a vida do povo brasileiro. O relatório está muito bem feito – tive a oportunidade de dizer isso na Comissão –, muito equilibrado. Por isso foi aprovado. Hoje tenho certeza de que isso ficará para a sua biografia. No futuro, vamos verificar que essa nova modalidade de relação do setor privado com o setor público é extremamente promissora para melhorar a qualidade de vida, estimular o investimento, o crescimento, a geração de emprego. Parabenizo V. Exª.

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL) – Muito obrigado, Senador Aloizio Mercadante. Gostaria de dizer que arengamos muito – arengar é um verbo alagoano que significa discutir –, até a hora da leitura do relatório. O Senador foi absolutamente importante e até, prestando uma homenagem à minha pessoa, evitou que qualquer pedido de vista atrapalhasse a aprovação. Aproveito a oportunidade para agradecê-lo. Estivemos, na maioria dos momentos – para não dizer em todos, com exceção de um –, em lados opostos, mas o respeito e a admiração que tenho por V. Exª supera essa posição político-ideológica.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Exª me permite um aparte, Senador João Tenório?

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL) – Pois não, Senador.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Também quero cumprimentar V. Exª pela sua contribuição ao Senado Federal, a maneira respeitosa e construtiva com que agiu com todos nós, Senadores, representando com dignidade o Estado de Alagoas e aqui cumprindo uma função importante na ausência do Senador Teotônio Vilela e dando a sua contribuição ao seu Estado. Estamos sendo informados de que o Senador Teotônio Vilela volta amanhã. Eu estava conversando com o Senador Alvaro Dias, curioso em saber, pois li a informação de que o Senador Teotônio Vilela aproveitaria essa oportunidade para fazer um roteiro, como o de Che Guevara, o filme que estréia nesta sexta-feira, “Diários de Motocicleta”. Não sei se V. Exª poderia dar alguma informação a respeito. (Pausa.) Estou sendo informado de que houve motivo de importância familiar para a ausência de S. Exª, que foi estar junto a seu irmão. Obviamente deixo de lado a pergunta, porque sei que o Senador Teotônio Vilela gostaria muito de realizar isso. Mas saiu por razão de natureza humana

e fraterna muito importante. Senador João Tenório, V. Ex^a aqui dignificou o mandato de V. Ex^a e dele próprio. Muito obrigado.

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL) – Para encerrar, eu gostaria de registrar que este meu pronunciamento seria em defesa dos interesses dos produtores de cana-de-açúcar do Nordeste, que, por razões, endofoclimáticas, como dizem os técnicos, ou seja, questões de topografia, qualidade de solo, precipitação pluviométrica, clima de um modo geral, não tem a menor condição de competir com a melhor região produtora de cana-de-açúcar do mundo, que é São Paulo e arredores. Portanto, necessário se faz que haja um tipo de proteção, qualquer que seja, para que aquela atividade, que não é improdutiva – é bom que se diga –, pois é a quarta produtividade do mundo, São Paulo é a primeira, possa sobreviver competindo com o resto do mundo; mas infelizmente não pode competir com São Paulo, pela simples razão de que São Paulo é a melhor produção de cana-de-açúcar do mundo.

Eu gostaria de chamar a atenção para o fato de que esse modelo de proteção existe no Brasil há muito tempo. Por exemplo, a indústria automotiva brasileira se instalou, se implantou e se mantém até hoje graças a uma proteção existente, proteção absolutamente conveniente não apenas para a região Centro-Sul, mas para o Brasil como um todo. O País precisa de uma indústria automotiva forte, e essa proteção permitiu o desenvolvimento e a transformação da indústria automotiva brasileira numa das mais eficientes e produtivas do mundo.

Então, da mesma maneira que é importante para o Centro-Sul e para o País ter esse tipo de proteção, necessário se faz que se crie algum tipo de blindagem, para evitar uma competição predatória daquela que é a região mais produtiva...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL) – Pois não, Senador.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Nobre Senador João Tenório, quero apenas registrar a alegria da convivência desses meses em que V. Ex^a deixa as suas atividades industriais e empresariais em Alagoas e no Brasil e dedica todo o seu conhecimento a favor da classe política como representante daquele Estado no Senado da República. V. Ex^a nos deixa, creio que temporariamente. Outras vezes haverá de retornar a esta Casa, sempre trazendo a lucidez da sua palavra balizada. Faço este registro com a certeza de que a sua presença ficará marcada nos Anais desta Casa. Muito obrigado a V. Ex^a. Sucesso.

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL) – Agradeço-lhe o aparte, Senador Heráclito Fortes.

Encerrando, Sr. Presidente, quando o Senador Arthur Virgílio, com muita propriedade e segurança, defendeu a produção protegida para a Amazônia, esqueceu-se de mencionar um detalhe importante: somos produtores não exatamente na Amazônia, mas no Pará. Existe uma coisa que se costuma chamar no Brasil de fator Amazonas, fator adicional que qualquer empresário enfrenta ao ter que sair do centro de gravidade da produção brasileira – São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais – e ir para outras regiões, como é o caso da Amazônia. Da mesma maneira que existe o fator Amazonas, que é o fator contrário que compromete a vontade de investir na região, há o fator Nordeste, que, pelas condições climáticas extremamente desfavoráveis, pelas condições de solo pobre, pela falta absoluta de infra-estrutura, faz com que os investimentos para o Nordeste só aconteçam – e só aconteceram, convém ressaltar – graças àquilo que passou a se chamar pejorativamente de guerra fiscal. E essa guerra fiscal nada mais foi do que a defesa dos Estados pobres do Norte e Nordeste brasileiro para evitar que essas diferenças regionais se agravassem de maneira muito mais profunda, visto que o Governo brasileiro retirou da sua agenda, pelo menos de dez anos para cá, qualquer política de diminuição das desigualdades regionais.

Assim, Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, muito sensibilizado, gostaria de agradecer a todas as manifestações de carinho que V. Ex^as demonstraram comigo. Para colaborar com a Mesa, dou por lido o restante do meu pronunciamento.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR JOÃO TENÓRIO:

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, ocupo esta tribuna para falar sobre uma atividade econômica que tem sido uma das marcas mais características da atividade produtiva brasileira desde o século XVI e que, ao longo dos séculos, ocupa e dá sentido às vidas de milhões de brasileiros: a agroindústria da cana-de-açúcar, hoje chamada de agroindústria sacarocalcooleira.

Além de minhas observações pessoais, estimula-me falar sobre esse tema, entre outras observações pertinentes aqui feitas por Senadores e Senadoras, um pronunciamento realizado aqui, desta tribuna, pelo brilhante Senador Arthur Virgílio, quando, falando em defesa da Zona Franca de Manaus – na ocasião, o nobre Senador discorria sobre os efeitos nefastos do aumento

da Cofins sobre a atividade industrial na Amazônia –, insurgiu-se contra “uma visão preconceituosa manifesta contra a Região Amazônica e sua necessidade de políticas específicas”. Está certo o nobre Senador: permeia uma notória interpretação preconceituosa não só sobre a Amazônia, mas também sobre quaisquer áreas tidas como “atrasadas” neste nosso Brasil.

É sobre esse preconceito, esse grave erro conceitual no entendimento das diferenças entre as regiões brasileiras que eu gostaria de falar neste momento, citando – comparando – casos objetivos e, em meu modo de ver, esclarecedores sobre tal questão no tocante à agroindústria sucroalcooleira.

Não pretendo discorrer sobre todos os aspectos e demandas dessa atividade produtiva, e sim buscarei me ater a uma questão: a pertinência das políticas de proteção para atividades econômicas produtivas e socialmente essenciais para o País e para suas regiões.

Na verdade, pretendo dar seqüência a um tema abordado em momento anterior, quando desta tribuna me posicionei sobre a necessidade de redução das disparidades regionais por meio de políticas públicas eficientes, modernas e sustentáveis.

Ao tratarmos da equalização dos custos da atividade sucroalcooleira entre as diferentes regiões brasileiras, estaremos falando sobre um Brasil menos desigual, menos centralizado.

Pleiteiam todos os segmentos produtivos sucroalcooleiros nordestinos o restabelecimento do Programa de Equalização de Custos da Cana de Açúcar da Região Nordeste, reivindicação legítima e legal, pelos motivos que lembraremos a seguir.

Para além da legitimidade e da legalidade, é indispensável se reafirmar a correção dessa política de equalização. Quando digo reafirmar, não quero dizer apenas relembrar, mas aprofundar a compreensão sobre esse tema, tornando-o mais claro, mais firme, e asseverar, consolidar, teimar – como explicaria o Aurélio, em seus verbetes esclarecedores.

Buscamos aqui um privilégio para o Nordeste?

Não. Certamente que não. O desenvolvimento e a afirmação produtiva de qualquer região sempre necessitou e continua a requerer formas de proteção. Por exemplo: O que seria de nossa próspera indústria automotiva brasileira sem suas defesas historicamente sempre bem assestadas?

Falo de proteção e de defesas ao mesmo tempo em que critico o protecionismo. O protecionismo deforma a atividade econômica e o equilíbrio social, enquanto as políticas de defesa e proteção asseguram a competitividade e a evolução de parques produtivos,

criam possibilidades de redução das diferenças regionais e ampliam a oferta real de trabalho.

Defendo uma intervenção planejada, multilateral – na verdade, uma parceria envolvendo o Estado e as forças produtivas –, de iniciativas e políticas públicas que possam equilibrar as díspares regiões brasileiras. Sendo impossível, ou inviável, a igualdade entre regiões, que busquemos a harmonização das chances de crescimento e desenvolvimento social.

Se somos desiguais como regiões, devemos procurar alcançar uma igualdade de oportunidades.

Estaremos apadrinhando atividades agroindustriais retrógradas?

O apadrinhamento poderia existir se as políticas de proteção estivessem voltadas para artificializar atividades improdutivas, mas o resultado da atividade sucroalcooleira nordestina é a quarto melhor em todo o mundo. Por si, é competitiva em termos globais. O que se busca com a equalização de custos é o equilíbrio interno brasileiro, para não transformar – para o Brasil como um todo – em azar a sorte da região de São Paulo de ser a primeira mais produtiva do mundo.

O Brasil equilibra assim a quarta e a primeira regiões mais competitivas em todo planeta em termos de produtos sucroalcooleiros. Em primeiro lugar, esse equilíbrio beneficia enormemente o conjunto da produção brasileira, aumentando sua competitividade global. Em segundo lugar, esse equilíbrio elimina uma concorrência predatória interna – o que, se não fosse controlado, sem dúvida causaria um grande constrangimento social, “quebrando” quase totalmente o Nordeste canavieiro e causando graves prejuízos a todo País.

Para se ter uma idéia desse universo nordestino, destaco que a agroindústria sucroalcooleira emprega diretamente 310 mil pessoas em todos os Estados do Nordeste e mantém em atividade cerca de 17 mil empresários rurais.

Os parques industriais sucroalcooleiros do Nordeste e de São Paulo estão igualados em eficiência, tanto que não mais se fazem necessários subsídios industriais para o setor. A diferença que faz com que São Paulo seja o primeiro e o Nordeste, o quarto entre os pólos sucroalcooleiros do mundo está nas condições edafoclimáticas. Se a natureza é boa no Nordeste para a cultura da cana-de-açúcar, em São Paulo é excepcional.

A competência nordestina é tamanha nesse segmento que essa região é a que mais tem contribuído para a expansão contemporânea da cultura da cana-de-açúcar em outras regiões do Brasil – vejam os casos de Minas Gerais e Mato Grosso.

Não estamos, portanto, a proteger incapazes.

Citando algumas referências históricas, as políticas de equilíbrio da atividade sucroalcooleira entre as regiões brasileiras evoluem a mais de cinqüenta anos, mais precisamente desde 1941.

Mas não é o Nordeste o pioneiro, ou único a ter a atenção de uma legislação de defesa e proteção de atividade econômica.

Sem falar em áreas econômicas marcadas pela iniciativa estatal desde o seu início, como a siderurgia, a produção e distribuição de energia, a exploração do petróleo, outras tantas – como a indústria automotiva – tiveram um grande apoio e proteção estatal e governamental.

Pois bem, a nossa importante indústria automotiva não floresceu impulsionada apenas pelas forças de mercado. Para sua instalação e crescimento no Brasil, o Estado estendeu-lhe a mão e o bolso. E mais que isso, cobriu-lhe com o manto das leis protetoras.

A política de equiparação das condições de competitividade entre os parques agroindustriais da cana-de-açúcar do Nordeste e de São Paulo também remonta a meados do século passado, tendo sido iniciada com o Decreto-Lei nº 3855, no ano de 1941, igualmente assinado por Getúlio Vargas. Essa política, porém, não teve aplicação imediata – em função da arguição de supostos aspectos inconstitucionais – só efetivando-se vinte anos depois, em 1961!

O pioneiro Decreto-Lei nº 3855/1941, que concedia subsídio à cana-de-açúcar produzida na região Nordeste, vigorou, portanto, apenas por quatro anos, de 1961 a 1965, sendo substituído pela Lei nº 4.870/1965, que em seu artigo 10º estabelecia que o preço unitário da cana seria fixado em função dos custos de produção. Em seu artigo 13º, determinava a constituição de um fundo para a equalização dos custos.

Daí em diante, temos uma sucessão de instrumentos legais –decretos-leis, decretos, votos no Conselho Monetário Nacional, resoluções do Conselho do Instituto do Açúcar e do Álcool, portarias, leis – que evoluíram com essa questão, no justo reconhecimento de sua importância estratégica para o Brasil.

Resumindo, durante mais de meio século, o Estado brasileiro tem assumido o seu papel de coordenar, instruir, o desenvolvimento entre regiões disíspares. Esse papel tem sido desempenhado com resultados igualmente disíspares, com erros e acertos, e cabe à cidadania exercitar a crítica dessa trajetória com o objetivo de ajustar os rumos para o futuro.

Insisto na obviedade da permanência das distorções entre as condições de produção no Nordeste e no Sudeste, particularmente em São Paulo. Repito que, em termos da cana-de-açúcar, continuamos tratando com diferenciações entre regiões excepcionais,

ambas produtivas e competitivas em termos globais, só que uma dessas regiões, o Nordeste, padece de limitações do clima, da topografia, do solo – limitações da Natureza, portanto – o que exige a continuidade das políticas de equilíbrio produtivo e competitivo perseguidas durante mais de meio século.

Da mesma forma, a indústria automotiva, situada no Sudeste e particularmente em São Paulo necessita, ainda hoje, das políticas de proteção praticadas durante mais de meio século.

Panorama atual

Em nossos dias, a indústria automotiva brasileira continua protegida. O que é, insisto, correto em princípio, embora a Associação Brasileira das Empresas Importadoras de Veículos Automotores considere excessivas as atuais metidas protetoras.

A alíquota de importação para veículos é de 35%, a maior permitida pelos acordos internacionais chancelados pela Organização Mundial de Comércio, a OMC. A planilha de custos tributários que incidem sobre a importação de veículos automotores, hoje, no Brasil, tem como resultado a triplicação do preço cobrado ao consumidor – num exemplo prático desse cálculo, um veículo vendido por dez mil dólares nos Estados Unidos, passa a custar no Brasil US\$31.803,00.

Concordando ou não com essa política, devemos reconhecer que o que separa os parques industriais de veículos automotores do Brasil e dos Estados Unidos, ou do Brasil e de todos os demais países que nos são superiores nesse aspecto, é a tecnologia. As diferenças tecnológicas podem e devem ser superadas. Enquanto isso não acontece, essas disparidades são equilibradas, em benefício do Brasil, através de políticas e leis apropriadas.

O que distancia a produção sucroalcooleira do Nordeste e de São Paulo não é a tecnologia, pois aqui somos semelhantes; o que distingue essas duas áreas do Brasil é a natureza, as condições edafoclimáticas, em relação às quais somos muito desiguais.

Enquanto as distâncias tecnológicas são passíveis de superação – e devem ser superadas, insisto – a diferenciação edafoclimática não oferece chance de ser vencida.

A política de equalização produtiva entre as atividades sucroalcooleiras do Nordeste e de São Paulo sofre de obstáculos variados. Vez por outra, é aventado, como suposta “modernização,” o fim dessa política. E entre os obstáculos reais podemos identificar o atraso nas liberações pendentes do Programa de Equalização da Cana-de-Açúcar da Região Nordeste, liberações essas suspensas desde janeiro de 2002.

Concluindo, continua sendo insubstituível uma política de equalização dos custos de produção na cultura da cana-de-açúcar para o Nordeste.

Isso não pode ser visto como "um socorro" a uma região, mas, sim, uma ação governamental no sentido de equilibrar disparidades entre duas excelentes regiões produtoras em um mesmo País.

Daí, nosso País não poder abrir mão – no campo da cana-de-açúcar – de políticas voltadas para o equilíbrio e para a eliminação da competição interna, predatória e excludente, que não apenas causaria um desastre social, com epicentro no Nordeste, de gigantescas proporções e prejudicaria o Brasil como um todo, com reflexos internacionais, em função da desativação da quarta melhor área mundial para a cana-de-açúcar.

São essas as considerações que tenho a fazer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Os Anais da Casa publicarão o discurso de V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, tratarei de dois assuntos. Encaminho à Mesa ofício enviado pelo Senador Antero Paes de Barros, que está ausente – cumprindo obrigação familiar, e apenas por isso ausente – de uma sessão deliberativa da Casa. S. Ex^a está em Mato Grosso e, amanhã pela manhã, estará conosco outra vez. Seu ofício é dirigido ao Ministro Cezar Peluso, do Supremo Tribunal Federal.

Hoje houve um incidente, de certo *frisson*, na Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga a evasão de divisas, a chamada CPI do Banestado. S. Ex^a disse que não desrespeitou o **Habeas Corpus** nº 84.214, concedido ao Sr. Celso Pitta, ex-Prefeito de São Paulo, pelo Sr. Ministro Cezar Peluso. S. Ex^a apenas se defendeu e, por isso, deu voz de prisão ao Sr. Celso Pitta. O Senador não aceitou o desacato perpetrado contra ele pelo ex-Prefeito de São Paulo.

São essas as razões do Senador Antero Paes de Barros, que encaminho à Mesa.

Outro assunto que me traz à tribuna, Sr. Presidente, são dois requerimentos que encaminho à Mesa neste momento – e acredo que isso seja o justo –, pedindo um voto de aplauso para o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, cujas razões são as mesmas para o outro voto de aplauso também, para o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Motivo: começou na gestão anterior a demanda perante a OMC contra o protecio-

nismo, no caso do algodão, que evoluiu a ponto de que, neste Governo que se seguiu, desta vez e de novo com diretrizes lúcidas, corretas, o Brasil obteve uma vitória que nem de leve resolve o seu problema, até porque o grave está na relação com a União Européia e, mais ainda, coisas graves ocorrem na relação Brasil-Estados Unidos, do ponto de vista comercial.

Entendo que é justo registrarmos que dois homens públicos cumpriram com o seu dever: o Governo anterior, iniciando a demanda, o que desmente que não teria sido ele a iniciar a demanda; o segundo, inegavelmente, sabendo tocar com competência a demanda, a ponto de estarmos aqui com uma vitória registrada pelo Brasil perante a OMC. Portanto, um golpe que imaginou ainda pequeno, mas significativo para nós, até do ponto de vista psicológico, no protecionismo que tanto tem atrapalhado os caminhos da nossa agricultura, do nosso agronegócio, que não teriam competidores se o mundo inteiro se liberalizasse. A nossa agricultura a tal ponto é competente e sólida que não haveria competição para ela se o mundo inteiro se liberalizasse. Como não é assim, temos que lutar passo a passo.

Por isso, encaminho à Mesa, para V. Ex^a e os demais membros ilustres da Mesa, o voto de louvor ao ex-Presidente Fernando Henrique, por ter proposto a demanda, e ao atual Presidente, Lula da Silva, meu adversário, por ter ele, com lucidez, por meio de sua política comercial, conseguido a vitória final nesse pequeno episódio, que para nós significa muito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Na forma regimental, como V. Ex^a o fez da tribuna, a Mesa considera os requerimentos lidos.

São os seguintes os:

REQUERIMENTO Nº 526, DE 2004

Requerem Voto de Aplauso ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pela vitória do Brasil na Organização Mundial de Comércio – OMC, que condenou os subsídios pagos ao algodão pelos Estados Unidos.

Requeremos, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no momento em que o Brasil vem de obter uma das mais significativas vitórias na história da Organização Mundial de Comércio – OMC, na pendência em que o Governo dos Estados Unidos foi condenado por subsidiar o algodão produzido naquele país, em detrimento do produto brasileiro, numa prática considerada ilegal e assim definida por aquela instituição de Genebra. A vitória brasileira decorre de

adequadas ações da política externa brasileira, iniciadas no Governo do então Presidente Fernando Henrique Cardoso. O atual Presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, deu continuidade a essa política, pelo que, é merecedor do aplauso do Senado da República.

Requeremos, também, que deste Voto de Aplauso, seja cientificado o homenageado e o Ministério das Relações Exteriores.

Justificação

A expressiva vitória lograda pelo Brasil junto à Organização Mundial de Comércio, no caso dos subsídios norte-americanos ao algodão, é o reconhecimento do acerto de uma política adulta, cujos resultados impedem o predomínio de nações mais poderosas diante de países em desenvolvimento. Comprova-se, assim, que as nações em desenvolvimento podem contar com o tribunal internacional para enfrentar políticas protecionistas.

A homenagem ora requerida é, pois, merecida.

Sala das Sessões, 4 de maio de 2004. – **Efraim Morais**, Líder da Minoria – **José Agripino Maia**, Líder do PFL – **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 527, DE 2004

Requerem Voto de Aplauso ao ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, pela vitória do Brasil na Organização Mundial de Comércio – OMC, que condenou os subsídios pagos ao algodão pelos Estados Unidos.

Requeremos, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, no momento em que o Brasil vem de obter uma das mais significativas vitórias na história da Organização Mundial de Comércio – OMC, na pendência em que o Governo dos Estados Unidos foi condenado por subsidiar o algodão produzido naquele país, em detrimento do produto brasileiro, numa prática considerada ilegal e assim definida por aquela instituição de Genebra. A vitória brasileira corre de adequadas ações da política externa brasileira, iniciadas no Governo do então Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Requeremos, também, que deste Voto de Aplauso, seja cientificado o homenageado e o Ministério das Relações Exteriores.

Justificação

A expressiva vitória lograda pelo Brasil junto à Organização Mundial de Comércio, no caso dos subsídios norte-americanos ao algodão, é o reconhecimento do acerto de uma política adulta, cujos resultados impe-

dem o predomínio de nações mais poderosas diante de países em desenvolvimento. Comprova-se, assim, que as nações em desenvolvimento podem contar com o tribunal internacional para enfrentar políticas protecionistas.

A homenagem ora requerida é, pois, merecida.

Sala das Sessões, 4 de maio de 2004. – **Efraim Morais**, Líder da Minoria – **José Agripino Maia**, Líder do PFL – **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Nos termos do art. 222, § 1º, do Regimento Interno, os requerimentos lidos serão despachados às Comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 528, DE 2004

Requeiro, nos termos do art. 221 do Regimento Interno, seja aprovado voto de pesar pelo falecimento, em 1º de maio último, do ex-ministro da Agricultura, ex-deputado e ex-senador da República, Eduardo Catalão.

Justificação

Eduardo Catalão, baiano de Ilhéus, nasceu em 1912 e faleceu aos 92 anos. Homem público e empresário bem sucedido, foi Ministro da Agricultura no governo Nereu Ramos. Foi Senador da República e Deputado.

Filho de tradicional família de cacaueiros e engenheiro agrônomo por formação, Eduardo Catalão construiu uma sólida e respeitada reputação como empreendedor no setor de agronegócios. Era considerado um dos mais importantes cacaueiros da região de Ilhéus.

A história política e pessoal de Eduardo Catalão dá bem a dimensão da perda que representa, para o Estado da Bahia, o seu falecimento.

Portanto, é na condição de baiano e de amigo pessoal de Eduardo Catalão que apresento o presente requerimento para que o Senado Federal manifeste seu pesar à família enlutada.

Sala das Sessões, 4 de maio de 2004. – **Antonio Carlos Magalhães**.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – A Mesa encaminhará o voto de pesar requerido pelo Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 529, DE 2004**Requerem Voto de Aplauso ao jurista Maurício Corrêa, no momento em que, compulsoriamente, deixa o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal**

Requeremos, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao ilustre jurista brasileiro Dr. Maurício Corrêa, ao encerrar sua missão no Supremo Tribunal Federal, do qual se aposenta, compulsoriamente, depois de dedicar seu talento, sua bravura e exemplar postura, numa fase exigente da vida brasileira.

Requeremos, também, que deste Voto de Aplauso, sejam cientificados o homenageado e o Supremo Tribunal Federal.

Justificação

A homenagem que ora formulamos justifica-se pelos notáveis méritos desse jurista brasileiro, que soube ocupar com brilho e destemor a Presidência do Supremo Tribunal Federal, atuando com irrepreensível responsabilidade. A ele, que também ilustrou o Senado da República, no exercício do mandato que lhe conferiu o povo de Brasília, dirigimos hoje nossa melhor manifestação de louvor.

Sala das Sessões, 4 de maio de 2004. – **José Agripino Maia – Efraim Morais – Arthur Virgílio – Jefferson Péres – Romeu Tuma – Alvaro Dias – Antônio Carlos Magalhães – José Jorge – Hélio Costa – José Sarney – Eduardo Azeredo – Heráclito Fortes.**

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– O requerimento lido será despachado à Comissão competente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Pediu a palavra pela ordem, em primeiro lugar, o Senador Jefferson Péres.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Se me permite o Senador Jefferson Péres, eu gostaria apenas de dizer que S. Exª foi o autor da idéia. Assinei esse requerimento juntamente com S. Exª e com os Líderes Efraim Morais e José Agripino.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu ia indagar a V. Exª se o

requerimento encaminhado à Mesa seria lido ainda nesta sessão.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Acaba de ser lido. Se V. Exª quiser encaminhá-lo, pode fazê-lo.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, no momento em que o Ministro Maurício Corrêa deixa o Supremo Tribunal Federal, por força da aposentadoria compulsória, eu, como Líder do PDT e seu amigo pessoal, senti-me no dever de propor ao Senado este voto, uma vez que S. Exª já integrou esta Casa, que honrou sobremaneira. É uma figura de jurista, de ex-político, de homem público que dispensa qualquer justificativa para o requerimento que o PDT está apresentando, juntamente com o PFL e o PSDB.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães, que também subscreveu o requerimento.

Peço a V. Exª licença para a Presidência também subscrevê-lo.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA)

– Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, sem entrar nas polêmicas existentes entre o Poder Judiciário e o Poder Executivo, considero inteiramente justo um voto de aplauso ao Ministro Maurício Corrêa.

O Ministro Maurício Corrêa foi Senador da República, Presidente da Ordem dos Advogados, Ministro da Justiça e Ministro do Supremo Tribunal Federal. Se eu disser que acreditava que ele seria um grande Ministro, eu estaria mentindo. Mas ele foi um grande Ministro em todo o período que esteve no Supremo Tribunal Federal. Desse modo, sua figura, além dos votos proferidos com grande espírito de justiça, demonstrou na Presidência o seu amor ao Poder Judiciário e o respeito que o Poder Judiciário deve ter de toda a Nação.

Por isso, nada mais justo do que esta Casa, a que o Ministro Maurício Corrêa pertenceu e onde atuou ativamente, vote um aplauso a S. Exª, que deixará a Presidência do Supremo Tribunal Federal no dia 6, aposentando-se compulsoriamente no dia 9.

O Ministro Maurício Corrêa merece desta Casa a melhor adjetivação possível e talvez uma homenagem mais completa. Se assim fizermos, exaltaremos não apenas a figura de Maurício Corrêa, mas o próprio Poder Judiciário brasileiro.

Portanto, Sr. Presidente, neste instante quero juntar-me a quantos – como nós – subscreveram esse requerimento, por uma questão de justiça a um homem

público que merece o respeito da Nação pela sua coragem e pela sua bravura. Se algumas vezes se excedeu no exercício da função, S. Ex^a o fez pelo amor ao Judiciário. Portanto, esses excessos são permitidos tanto no Judiciário quanto no Executivo e no Legislativo em defesa dos Poderes que representamos.

Sr. Presidente, neste momento, quero aplaudir – sei que V. Ex^a é extremamente solidário com essa atitude – o Ministro Maurício Corrêa pela atuação e me congratular com o Supremo Tribunal Federal, que foi presidido por S. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, autor do requerimento.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, foi muito feliz a fala do Senador Antonio Carlos Magalhães. O Ministro Maurício Corrêa, nos seus inúmeros acertos e nos seus eventuais equívocos, demonstrou, sobretudo, muito amor pelo Poder Judiciário.

O Ministro Maurício Corrêa diz coisas sempre diretas. Ele encarna o sentimento de defesa do Judiciário, acima do corporativismo que poderia ser condenável como manifestação política. Ex-Senador e ex-Presidente da Ordem dos Advogados do Distrito Federal, S. Ex^a é alguém que, em algum momento, encarnou a figura da independência dos Poderes, o que desagrada, evidentemente, a quem porventura imagine um viés autoritário para o País. Mas, com muita tranquilidade, com muita firmeza foi até o fim da sua luta.

Pedi hoje a inscrição nos Anais da Casa da vigorosa entrevista que concedeu o Sr. Ministro Maurício Corrêa, no último fim de semana. Sem partir para a partidarização e sem deixar de ser político, como todo cidadão que raciocina plenamente deve ser, S. Ex^a reafirmou a defesa do Judiciário, a independência dos Poderes e a estima que sente pelo Presidente da República, que, segundo seu julgamento, em algum momento desrespeitou o Judiciário e por isso foi obrigado a receber a admoestação de alguém que queria encarnar, de fato, o princípio da independência dos Poderes. Eu entendo que o Presidente Maurício Corrêa marcou, com passagem de ouro, a sua breve Presidência, de forma clara, leal e sem revanchismo, tendo sido, sobretudo, um Juiz, alguém que serve de exemplo para as novas gerações de magistrados, alguém que conseguiu ser a defesa do Judiciário sem ser corporativista, alguém que diz coisas duras como “querem o controle externo do Judiciário”. Ele é contra e eu sou a favor. Sou contra a perda de cargo indicada pela comissão que tenha elementos estranhos ao Judiciário, mas diz que quem quer isso é um governo

que não aceita uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigá-lo, ou seja, colocou a nu uma clara contradição de um governo que fala tanto em investigar o Judiciário e tão pouco em permitir a investigação sobre suas eventuais mazelas.

Por isso, Sr. Presidente, quando aqui temos a figura do Ministro Maurício Corrêa em tela, em um momento que não deixa de ser de certa tristeza por ser a sua despedida, quero saudar a nova etapa da sua vida. Haverá de ser um jurisconsulto, um professor ilustre, haverá de ser sempre um homem público a quem se consultará toda vez que interesse do Judiciário estiver em jogo e toda vez que o interesse nacional estiver em tela também.

É com bastante afeto que digo da figura de um Ministro que o tempo inteiro honrou a sua toga porque foi acima de tudo um brasileiro, foi acima de tudo um juiz, foi acima de tudo um grande brasileiro e um grande juiz.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Tem a palavra o Senador Hélio Costa.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Senador Alvaro Dias, V. Ex^a terá que subscrever o requerimento para usar da palavra.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, é com muito orgulho que subscrevo o requerimento do Senador Jefferson Péres cumprimentando, ao mesmo tempo, o ilustre Ministro Maurício Corrêa. Senador brilhante, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Ministro da Justiça, Presidente do Supremo Tribunal Federal.

E o mais importante, Sr. Presidente, para nós, mineiros, é que Maurício Corrêa, que é um ilustre mineiro da Cidade de Manhumirim, que fez a sua carreira principalmente nas lides jurídicas, aqui na Capital Federal, nunca deixou as suas raízes mineiras, nunca se esqueceu da sua Manhumirim, plantada na Zona da Mata cafeeira, no Estado de Minas Gerais.

Maurício Corrêa foi uma lembrança feliz do então Presidente Itamar Franco, que o indicou para o Supremo Tribunal Federal. E, no momento em que nos deixa e se aposenta, é evidente que esperamos lá na frente o retorno de Maurício Corrêa, sobretudo as lides partidárias e políticas.

Nós, do Estado de Minas Gerais, congratulamo-nos com S. Ex^a o ilustre Ministro Maurício Corrêa e todos os mineiros se sentem extremamente honrados de terem sido sempre a lembrança na cabeça desse mineiro tão ilustre.

Muito obrigado, Sr. Presidente!

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao nobre Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, devo somar minha voz aos que me antecederam no aplauso que se justifica a alguém que já honrou esta Casa como Senador e que honra o Poder Judiciário no exercício da Presidência.

Maurício Corrêa, sem dúvida alguma, impôs seu estilo, o homem e o estilo. O estilo da contestação, da irreverência, manifestando plenamente a liberdade de convicção de pensamento. É evidente que quem se expõe, quem assume a condição de liderança e se preocupa com os problemas do seu País provoca a indispensável polêmica.

Assim, Maurício Corrêa marca sua trajetória no Poder Judiciário do País pela polêmica. Mas, certamente, sua marca mais importante é a da competência, sobretudo da responsabilidade em relação aos problemas do País, consciente da importância que tem quem lidera o Poder Judiciário de opinar em relação a problemas que afetam a vida de todos os brasileiros. Certamente a presença de Maurício Corrêa à frente do Poder Judiciário do nosso País significou um avanço importante não só em função das questões suscitadas por ele que diziam respeito a interesse nacional, mas, sobretudo, pelo modelo de liderança que impôs por meio daquilo que pode se considerar irreverência, mas que é fundamental na construção de uma Nação como se deseja, uma Nação independente, uma Nação que possa oferecer aos seus filhos a possibilidade de viver com dignidade, uma Nação onde a democracia não se restringe ao direito do voto. A democracia que se pretende deve ser a democracia social, em que o exercício da cidadania possa se dar em sua plenitude.

Certamente, a postura, o comportamento, a ação do Ministro Maurício Corrêa se deu na defesa desse postulado da democracia social, que é a aspiração de toda a sociedade brasileira.

O SR. JOSÉ AGRIPIINO (PFL – RN) – Pela ordem.) – Sr. Presidente, desejo manifestar-me sobre o requerimento.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pela ordem.) – Sr. Presidente, como subscritor do requerimento, também desejo me pronunciar.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Senador José Agripino, Senador José Jorge, conceder-lhes-ei a palavra porque a Mesa cometeu um erro impossível, de ser corrigido a esta altura, uma vez que,

nos requerimentos dessa natureza, somente o primeiro subscritor pode usar da palavra, haja vista que o requerimento vai à Comissão competente e volta ao Plenário, quando todos os Senadores terão a oportunidade de usar da palavra.

Contudo, penitenciando-me pelo erro cometido, concederei a palavra a V. Ex^{as}, fazendo saber ao Plenário que, em casos futuros, a Mesa procederá de acordo com o Regimento Interno.

Com a palavra o Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPIINO (PFL – RN) – Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vou colaborar com V. Ex^a e serei muito rápido. Não me permitiria não me manifestar neste momento em que se aprecia um requerimento de que sou subscritor: o meu aplauso à carreira do Ministro Maurício Corrêa, que está se despedindo da Presidência do Supremo Tribunal Federal.

Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, tive o privilégio de ser colega do Senador Maurício Corrêa nesta Casa há mais de oito anos. Maurício Corrêa é um homem com características singulares. S. Ex^a foi advogado militante, Presidente da OAB do Distrito Federal, Senador por Brasília, Ministro da Justiça, Ministro do Supremo Tribunal Federal e Presidente daquela Corte Suprema.

Homem de trato afável, mas de posições muito fortes; homem de saber jurídico inegável, quando exerceu a Presidência do Supremo, em momentos difíceis, soube defender uma prerrogativa da Constituição: a independência dos Poderes, a afirmação dos Poderes, a autonomia dos Poderes e a resistência à tentativa de interferência no Poder que presidia, que liderava e que reunia, no melhor sentido possível da sua auto-preservação.

Quero aqui manifestar o meu aplauso entusiástico à carreira do Ministro Maurício Corrêa, à figura de Maurício Corrêa e ao homem público que foi e que é Maurício Corrêa, que foi advogado, que foi Senador, que foi Ministro da Justiça, que foi Ministro do Supremo Tribunal Federal e que volta, agora, ao convívio da família, mas, com certeza absoluta, não deixará a cidade de Brasília, o Distrito Federal, órfão do seu talento e da sua competência política. Tenho absoluta certeza de que S. Ex^a continuará em atividade, prestando serviços a Brasília e ao Brasil.

Os meus cumprimentos e os meus votos e que Deus o guarde.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, procurarei ser o mais rápido possível, até para colabo-

rar com V. Ex^a e com a Mesa. Todavia, eu não poderia deixar de dar aqui uma palavra de solidariedade ao Ministro Maurício Corrêa, no momento em que S. Ex^a deixa a Presidência do Supremo Tribunal Federal.

Tive oportunidade de conviver com o Ministro Maurício Corrêa aqui no Congresso Nacional. Na época, S. Ex^a era Senador e eu, Deputado. Pude constatar sua competência, seu espírito público e seu trabalho como congressista. Posteriormente, S. Ex^a foi nomeado para ser Ministro do Supremo Tribunal Federal. À época, houve algumas críticas da mídia porque um político – apesar de ser ex-Presidente da OAB e um advogado importante – estava indo para o Supremo Tribunal Federal.

Verificamos, durante todo esse período, que o Ministro Maurício Corrêa foi não só um excelente Ministro, mas também um excelente Presidente do Supremo Tribunal Federal. Tive a oportunidade de, como Relator da reforma do Judiciário, conversar por diversas vezes com o Ministro Maurício Corrêa, quando pude, mais uma vez, comprovar seu espírito público, sua competência no trato das questões do Judiciário. Hoje, a reforma do Judiciário está aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pronta para entrar em pauta e ser votada. Certamente, o Ministro Maurício Corrêa muito colaborou para a questão. S. Ex^a esteve em nossa Comissão, falou abertamente, discutiu. Nem todas as suas idéias foram aprovadas pela Comissão e por mim como Relator, mas S. Ex^a representou os juízes, a Magistratura, de forma digna, de cabeça erguida. S. Ex^a soube enfrentar o Poder Executivo na hora em que precisou, e soube dialogar. Sai do Supremo Tribunal Federal de cabeça erguida, como um grande Ministro, como um grande Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Nos termos do art. 222, o requerimento será despechado à Comissão competente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 530, DE 2004

Requer Voto de Aplauso ao Senador e hoje também Acadêmico Marco Maciel, pela sua posse como membro da Academia Brasileira de Letras.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, Voto de Aplauso ao Senador Marco

Maciel, pela sua posse como membro da Academia Brasileira de Letras, à qual chega merecidamente.

Requeiro, também, que deste Voto de Aplauso, sejam cientificados o homenageado e a Academia Brasileira de Letras.

Justificação

A homenagem que ora formulou, justifica-se pelos inegáveis méritos do Senador Marco Maciel, parlamentar dedicado, ex-Vice-Presidente da República e detentor de texto de notória qualidade, revelada ao longo dos numerosos discursos que sempre encantaram esta Casa, paralelamente às publicações de que é autor.

Sala das Sessões, 4 de maio de 2004. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Pela ordem, com a palavra o Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN). Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu não ficaria em paz com minha consciência, se não fizesse o registro neste momento da posse, ocorrida na noite de ontem na Academia Brasileira de Letras, à qual V. Ex^a pertence, de um dos nossos ilustres companheiros. O Senador Marco Antonio Maciel, eleito para ocupar a cadeira vaga pelo falecimento do Dr. Roberto Marinho, ontem foi empossado com pompa e circunstância, com toda a “pernambucanidade” a que tinha direito.

Os quadros do PFL ficam orgulhosos de S. Ex^a, pelo homem público limpo que é, inatacável, de espírito público incontestável, de grandes serviços prestados ao seu Estado e ao Brasil.

Ontem lá estivemos pessoalmente – os Senadores Antonio Carlos Magalhães, Jorge Bornhausen, José Jorge, Demóstenes Torres, César Borges, Rodolfo Tourinho e tantos colegas da Câmara e do Senado que lá foram para prestigiar o ilustre companheiro que nos honra muito. Ontem, além de ex-Deputado Federal, ex-Deputado Estadual, ex-Senador, ex-Governador, ex-Ministro e ex-Vice Presidente da República tornou-se imortal; o imortal dos quadros do Partido da Frente Liberal.

A S. Ex^a as homenagens do seu colega e do Partido.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Pela ordem, Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM). Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como

Líder do PSDB, não há como não me associar à justa homenagem ao Senador Marco Maciel.

Pensei ontem – e fiz o impossível para cumprir esse desiderato – em estar aqui, saindo de Manaus, a tempo de prestar essa homenagem, que, na verdade, se transformou em homenagem do Senado, porque se aprovou um voto de aplauso ao Senador Marco Maciel pela sua posse na Academia Brasileira de Letras.

Não foi possível estar pessoalmente aqui, mas eu não poderia deixar de, ouvindo o Senador José Agripino e levando em conta tudo o que este grande brasileiro, Marco Maciel, representa para nós, em termos de amizade pessoal, seriedade pública e valor intelectual, trazer aqui o apoio do meu Partido à idéia da homenagem. Mais ainda: reafirmo aqui o sentimento de profundo respeito por alguém que tem muito valor literário, denso valor intelectual, inegável valor político, uma vida completamente explicável aos olhos de todos os que possam querer examinar a sua vida pública. Marco Maciel é sinônimo de honradez. É assim que o Brasil o vê, é assim que Pernambuco o consagra, é assim que os outros Estados ficam com ciúmes de Pernambuco por imaginarem que também merecemos uma ponta dessa grande figura que é Marco Maciel, que sobretudo é pernambucano. S. Ex^a consegue ser brasileiro sendo profundamente pernambucano.

Sei que foi uma festa muito brilhante – contou-me o Líder José Agripino –, muito bonita, muito expressiva. Sei que foi uma homenagem do Brasil, por intermédio da ABL, ao Senador Marco Maciel. Quero que S. Ex^a saiba que todos, dos presentes à solenidade aos ausentes, emocionamo-nos com o que imaginamos ser uma homenagem a cada um de nós também, porque Marco Maciel é um homem público, que não tem que negar que é político. Já vi gente se eleger Presidente da República dizendo que não era político.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Já concluo, Sr. Presidente. Marco Maciel é político sim e mostra que não há contradição entre ser político e ser honrado, entre ser político e ser coerente, entre ser político e ser um brasileiro respeitado por todos – até pelos que divergem dele – que cultuam, neste País, o respeito à coisa pública como forma não apenas ética, mas como forma de se chegar a uma sociedade de equilíbrio na distribuição de riqueza e de efetiva consolidação dessa grande democracia brasileira.

Portanto, parabéns ao Brasil porque parabéns a Marco Maciel.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Com a palavra o Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em nome do PMDB – e o Senador Tião Viana me pede que fale também em nome do PT –, apresento nossa solidariedade ao Senador José Agripino na homenagem que presta ao Senador Marco Maciel, agora definitivamente imortal. Que alegria nossa ter aqui no Senado dois imortais; que alegria nossa ter mais um imortal nordestino na Academia Brasileira de Letras, e com muita justiça. Não conheço ninguém que possa dizer que tem mais méritos do que Marco Maciel, pela simplicidade, pela amizade, pelo carinho que tem pelos colegas, pelo seu comportamento e pela sua obra. Por essa razão, PMDB e PT expressam a sua alegria e prestam a sua homenagem.

O SR. EDUARDO SUPILCY(Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. EDUARDO SUPILCY(Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, também gostaria de cumprimentar o Senador Marco Maciel por se tornar agora membro da Academia Brasileira de Letras, S. Ex^a que sempre tão bem soube escrever e falar tudo que pensava de maneira tão aprimorada.

Temos sido aqui colegas de S. Ex^a desde 1991 e podemos dar o testemunho de por que S. Ex^a reuniu os méritos necessários para estar ali, sendo seu colega na Academia Brasileira de Letras.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PDT, com muita alegria, se associa a essa justíssima homenagem ao nosso colega Marco Maciel.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – A Ata registrará a manifestação de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Nos termos do art. 222, § 1º, do Regimento Interno, o requerimento lido será despachado à Comissão competente.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 531, DE 2004

Requeiro, nos termos regimentais, seja enviado às autoridades israelenses no Brasil um apelo no sentido de resguardar a vida, a liberdade e os direitos humanos do físico nuclear Mordechai Vanunu.

Justificação

Dos seus 50 anos, Mordechai Vanunu passou 18 na prisão Shikma, na cidade de Ashkelon, onze deles numa cela solitária, por divulgar, numa entrevista ao

jornal britânico The Sunday Times, informações sobre o programa nuclear militar israelense.

Vanunu trabalhou como técnico do reator nuclear Dimona, no deserto de Neguev. Após nove anos de trabalho, segundo seu relato, percebeu que o reator estava sendo usado para a produção de armas nucleares em segredo. Fotografou e registrou todos os dados em 1985 e abandonou Israel. Um ano depois, em Londres, deu a entrevista ao jornal inglês. Logo depois, quando estava em Roma, foi seqüestrado pelo serviço secreto israelense, o Mossad, e levado de volta a Israel. Teve julgamento a portas fechadas e foi condenado à morte. Devido à pressão internacional, teve sua pena comutada para prisão perpétua, que agora foi reduzida a 18 anos, mas com restrições à sua liberdade.

Libertado no dia 21 de abril, quando aqui no Brasil lembramos Tiradentes, Mordechai Vanunu não poderá deixar o país por um ano. Para sair da cidade em que for morar, precisará avisar a polícia. Está proibido de se aproximar de portos, aeroportos e embaixadas, e não tem permissão para entrar em contato com estrangeiros. Não pode usar telefone celular nem a internet, e deverá ficar calado sobre as circunstâncias de sua prisão.

No momento, toda a comunidade internacional que atua na defesa dos Direitos Humanos e Civis está preocupada com a sorte de Mordechai Vanunu. Com tantas restrições, corre o risco de ser preso novamente e teme ser assassinado, lá que os jornais israelenses publicaram o endereço onde deveria morar.

Na semana passada, em São Paulo, procurei um grande amigo, o rabino Henry Sobel, que dirige a Congregação Israelita paulista. Estava acompanhado por diversas pessoas também preocupadas com o destino de Mordechai Vanunu. Levamos uma carta assinada por dom Paulo Evaristo Arns, ex-arcebispo de São Paulo, conhecido por sua bondade e preocupação com os direitos fundamentais. Fomos interceder por Vanunu, por sua segurança e sua vida, para que ele possa recomeçar livremente seu caminho, em Israel ou em outro país de sua escolha. Pensamos que, com tudo o que passou, esse homem já cumpriu pena e punição longas demais.

É o apelo que faço, em nome de tantos brasileiros, entendendo ser esse um passo em direção à paz. Tenho certeza que está de acordo com a nobre e milenar tradição do povo judeu.

Sala das Sessões, 4 de maio de 2004. – **Eduardo Matarazzo Suplicy.**

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – O requerimento lido será remetido à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 532, DE 2004

Senhor Presidente,

Tendo sido designado por V. Ex^a para representá-lo no evento Cumbre Hemisférica de Congresos Nacionales de Las Américas Sobre Libertad de Prensa, que se realizará em Washington D.C., nos Estados Unidos da América do Norte, entre os dias 9 a 11 do corrente, Requeiro, nos termos do art. 40 do Regimento Interno, a necessária autorização para exercer a referida missão.

Comunico, outrossim, que estarei ausente do País no período de

Sala das Sessões, 4 de maio de 2004. – **Hélio Costa.**

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– O requerimento lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

São lidos os seguintes:

Ofício nº 180/04 – GLDBAG

Brasília, 4 de maio de 2004

Senhor Presidente,

Solicito a Vossa Excelência providenciar a exclusão do Senador Tião Viana como membro titular da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº 5, de 2003-CN, destinada a apurar responsabilidades sobre a evasão de divisas do Brasil especialmente para os chamados paraísos fiscais, em razão de denúncias veiculadas pela imprensa, reveladas pela Operação Macuco, realizada pela Polícia Federal, a qual apurou a evasão de US\$30 bilhões efetuada entre 1996 e 2002 por meio das chamadas contas CC5, e a nomeação do Senador Roberto Saturnino para a mesma vaga.

Aproveito a oportunidade para apresentar-lhe minhas cordiais saudações.

Atenciosamente, – **Ideli Salvatti**, Líder do PT Líder do Bloco de Apoio ao Governo.

Ofício nº 47/Plen

Brasília, 4 de maio de 2004

Senhor Presidente

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim de indicar, como titular, o Deputado Gilmar Machado, PT/MG, em substituição ao Deputado Arlindo

Chinaglia, PT/SP, na Comissão Mista destinada a dar parecer a Medida Provisória nº 173, de 2004.

Atenciosamente, – **Arlindo Chinaglia**, Líder do PT.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Os ofícios lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

Of. nº 18-GLPPS

Brasília, 4 de maio de 2004

Senhor Presidente,

Solicito, nos termos regimentais, o desligamento do Senador João Batista Motta da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito “Banestado”, já que o citado Parlamentar está compondo esta CPI, como membro do Partido Popular Socialista – PPS, do qual se desfiliou no dia 3 de setembro de 2003.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência meus protestos de alta estima e distinta consideração.

Atenciosamente, – Senador **Mozarildo Cavalcanti**, Líder do PPS no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– A Presidência desliga o Senador João Batista Motta da Comissão Mista de Inquérito, de conformidade com o expediente que acaba de ser lido

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 23, DE 2004

(Proveniente da Medida Provisória nº 165, de 2004)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 2004, que dispõe sobre os contratos de gestão entre a Agência Nacional de Águas e as entidades delegatárias das funções de Agência de Águas relativas à gestão de recursos hídricos de domínio da União e dá outras providências, proveniente da Medida Provisória nº 165, de 2004.

Relator revisor: Senador Cristovam Buarque (Bloco/PT – DF).

O Senador Cristovam Buarque enviou à Mesa o seu relatório, que conclui preliminarmente pelo atendimento dos pressupostos de relevância e urgência

da medida; e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei de Conversão.

O relatório encontra-se sobre as bancadas e será publicado na forma regimental.

É o seguinte o parecer na íntegra:

PARECER Nº 425, DE 2004

De Plenário, sobre o Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 2004 (proveniente da Medida Provisória nº 165, de 2004), que dispõe sobre os contratos de gestão entre a Agência Nacional de Águas e entidades delegatárias das funções de Agências de Águas relativas à gestão de recursos hídricos de domínio da União, e dá outras providências.

Relator Revisor: Senador **Cristovam Buarque**

I – Relatório

Nos termos do art. 7º da Resolução nº 1, de 2002-CN, vem ao exame desta Casa, após exame na Câmara dos Deputados, o texto do Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 2004 (proveniente da Medida Provisória nº 165, de 2004), que Dispõe sobre os contratos de gestão entre a Agência Nacional de Águas e entidades delegatárias das funções de Agências de Águas relativas à gestão de recursos hídricos de domínio da União, e dá outras providências.

A MP em tela foi editada pelo Presidente da República para suprir uma lacuna que persiste, em grande medida, pela demora na apreciação do Projeto de Lei nº 1.616, de 1999, ainda sob exame da Câmara dos Deputados e que dispõe sobre a gestão administrativa e a organização institucional do Sistema Nacional de gerenciamento de Recursos Hídricos previsto no inciso XIX do art. 21 da Constituição, e criado pela Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e dá outras providências.

Conforme a exposição de motivos que a acompanha a Mensagem Presidencial, a demora na edição da lei específica acarretou situações que exigem um posicionamento imediato no sentido de que as ações de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, prevista na Lei nº 9.433, de 1997, não sofram descontinuidade e coloquem em risco os esforços já desenvolvidos com vistas à gestão adequada do uso da água.

O PLV nº 23, de 2004, oferecido à MP nº 165, de 2004, trata de contratos de gestão a serem firmados na situação particular de inexistência de Agência de Águas para bacias hidrográficas de corpos d'água de domínio da União. Nesse caso, outras entidades poderão desempenhar aquele papel. Os contratos serão, portanto, celebrados entre a Agência Nacional de Águas (ANA) e tais entidades, desde que estas recebam de-

legação do Conselho Nacional de Recursos Hídricos para exercer funções de competência das Agências de Águas. O PLV em tela foi encaminhado ao Senado Federal, em 1º de abril de 2004, contempladas as alterações decorrentes de emendas aprovadas na Câmara dos Deputados.

Nos termos do projeto, o contrato de gestão discriminará as atribuições, os direitos, as responsabilidades e as obrigações das partes signatárias, segundo um conteúdo mínimo que contemple metas e prazos a serem cumpridos, bases para avaliação de resultados, limites e critérios para despesas com pessoal, entre outros aspectos. Após manifestação do Comitê ou dos Comitês de Bacia Hidrográfica envolvidos, o termo de contrato será submetido à aprovação do Ministro de Estado do Meio Ambiente.

Será criada, no âmbito da ANA, uma comissão de avaliação dos contratos de gestão, cujos relatórios conclusivos periódicos serão encaminhados à Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente e ao respectivo ou aos respectivos Comitês de Bacia Hidrográfica.

O art. 4º do PLV nº 23, de 2004, trata da destinação de recursos orçamentários e de bens públicos às delegatárias. São asseguradas as transferências da ANA, para essas entidades, dos recursos gerados na respectiva ou nas respectivas bacias hidrográficas, decorrentes da cobrança pelo uso dos recursos hídricos referente a: derivação ou captação de parcela da água existente em um corpo de água para consumo final, inclusive abastecimento público, ou insumo de processo produtivo; lançamento em corpo de água de esgotos e demais resíduos líquidos ou gasosos, tratados ou não, com o fim de sua diluição, transporte ou disposição final; outros usos que alterem o regime, a quantidade ou a qualidade da água existente em um corpo de água. A destinação de bens públicos a que alude o referido dispositivo será realizada com dispensa de licitação.

O art. 5º prevê a designação de servidor da ANA para, durante um prazo máximo de seis meses, auxiliar na implementação das atividades da entidade delegatária. Tal servidor fará jus a remuneração na origem, ajuda de custo para deslocamento e auxílio-moradia, em conformidade com a legislação vigente.

O art. 6º diz respeito às medidas a serem tomadas pela direção da ANA no caso de ser identificada irregularidade ou ilegalidade na utilização de recursos ou bens de origem pública pela entidade delegatária. Já o art. 7º estabelece condições para a continuidade da implementação das atividades previstas no contrato de gestão, em situações em que bens e valores da

entidade delegatária tenham seu seqüestro ou indisponibilidade decretados pelo juízo competente.

O art. 8º indica as condições para a rescisão do contrato de gestão, que deverá ser precedida de processo administrativo, assegurada ampla defesa à delegatária. Segundo o art. 9º, a ANA deverá editar norma própria para definir os procedimentos de seleção e recrutamento de pessoal e de compras e contratação de obras e serviços com emprego de recursos públicos.

Modificação no art. 51 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, é introduzida pelo art. 10 do PLV nº 23, de 2004, de modo a permitir a delegação, a outras entidades sem fins lucrativos, das atribuições características das Agências de Água, enquanto estas não estiverem constituídas.

Ficam convalidados os atos praticados sob a égide da MP nº 165, de 2004, que deu origem ao PLV em estudo e, por fim, é estabelecida cláusula de vigência.

Segundo a Exposição de Motivos que acompanha a Medida Provisória nº 165, de 2004,

Vários Comitês de Bacia Hidrográfica já foram instalados, estando em execução os instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos. Atualmente a União efetua a cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, que abrange os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, com o respectivo Comitê já devidamente instalado, porém sem contar com a Agência de Água, sua secretaria executiva. Esse fato tem impedido os avanços necessários com vistas ao alcance dos objetivos definidos pela Lei nº 9.433, de 1997.

Por outro lado, a Lei nº 9.433, de 1997, em seu art. 51, prevê a possibilidade dessa situação ser contornada, até que seja criada a respectiva Agência de Água. Com efeito, dispõe-se que: "Os consórcios e associações intermunicipais de bacias hidrográficas mencionadas no art. 47 poderão receber delegação do Conselho Nacional ou dos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, por prazo determinado, para o exercício de funções de competência das Agências de Água, enquanto esses organismos não estiverem constituídos".

Assim, com vistas a regular a relação do Poder Público com a entidade delegatária das funções de competência das Agências de Água, propomos as regras inseridas na presente proposta, que visam permitir a execução descentralizada de atividades que são de interesse localizados sem, contudo, descuidar-se

dos controles necessários. Por isso, a previsão de regras a serem observadas na elaboração e na execução do contrato de gestão a ser firmado entre a ANA e a entidade delegatória, consoante previsto no art. 3º da proposta.

A Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP teve seus membros designados, mas não chegou a ser instalada.

Como desfecho da apreciação da MP na Câmara dos Deputados, foi aprovado o Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 2004, tendo o parecer de Plenário concluído pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação da MP, com incorporação de oito emendas, na forma do Projeto de Lei de Conversão apresentado.

II – Análise

Determina o art. 8º da Resolução nº 1, de 2002 – CN, que o Plenário de cada uma das Casas apreciará, antes do exame do mérito, o atendimento ou não dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência, e sua adequação financeira e orçamentária.

Admissibilidade e Constitucionalidade

Os pressupostos de relevância e urgência são atendidos em face das razões expandidas na exposição de motivos que acompanha a Mensagem Presidencial, especialmente no que concerne à bacia do rio Paraíba do Sul. Naquela bacia, que já conta com seu respectivo Comitê, a cobrança pelo uso da água já está sendo efetuada. Pela inexistência da Agência de Águas, entretanto, os recursos vêm sendo recolhidos ao Tesouro Nacional, o que não garante a sua aplicação na bacia, conforme preconizado pela Lei nº 9.433, de 1997. A situação tende a reproduzir-se em outros rios de domínio da União, abalando a confiança dos usuários e debilitando o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

A matéria, por força do art. 22, IV, da Constituição Federal integra o campo da competência legislativa privativa da União. Ao tema da Medida Provisória em estudo não se aplica nenhuma das vedações estabelecidas no § 1º do art. 62 e no art. 246 da Lei Magna. Além disso, foi cumprida a exigência do § 1º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002–CN.

Desse modo, restam obedecidos os critérios de admissibilidade e de constitucionalidade pelo PLV nº 23, de 2004, originário da MP nº 165, de 2004.

Adequação Financeira e Orçamentária

De acordo com o § 1º do art. 5º da Resolução nº 1, de 2002–CN, o exame de compatibilidade e adequa-

ção orçamentária e financeira das medidas provisórias abrange a análise da repercussão sobre a receita ou despesa pública da União e da implicação quanto ao atendimento das normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial a conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a Lei do Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária da União.

Consideramos que o Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 2004, enquadra-se nessas exigências legais, mostrando-se adequado sob os aspectos financeiro e orçamentário.

Mérito

A adoção do PLV nº 23, de 2004, afigura-se plenamente justificada tendo em vista a necessidade premente de se possibilitar o adequado funcionamento do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, enquanto não se aprecia a lei que tratará especificamente da criação das Agências de Águas.

Embora o Brasil, ante a grande maioria dos países, seja privilegiado em termos de disponibilidade hídrica, os brasileiros não estão livres do fantasma da escassez, que há muito castiga cidades inteiras da região Nordeste e começo a afetar grandes centros urbanos, como a região metropolitana de São Paulo. O gerenciamento desses recursos passa pela gestão da oferta e da demanda, pelo controle da poluição, pelas políticas de saneamento básico, entre outros aspectos.

É de suma importância que o mecanismo de gestão das águas funcione tal como estabelecido na Política Nacional de Recursos Hídricos, instituída pela Lei nº 9.433, de 1997. Enquanto não se criam as Agências de Água, que exercem a função de secretaria executiva dos Comitês de Bacia Hidrográfica, é imprescindível que outra entidade assuma esse papel.

Quanto ao mérito, portanto, acompanhamos o parecer do Deputado Mário Assad Júnior, oferecido à MP nº 165, de 2004, na Câmara dos Deputados.

III – Voto

Em face do exposto, votamos pela aprovação do texto do Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 2004, restando prejudicada a Medida Provisória nº 165, de 2004.

Sala das Sessões, _____ Relator-Revisor
Cristovam Buarque.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB-AP)
– Em votação o parecer na primeira parte, que dispõe sobre os pressupostos constitucionais de relevância e urgência.

As Sr^{as}s e os Srs. Senadores que o aprovam querem permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passa-se à apreciação do mérito.

Em discussão o Projeto de Lei de Conversão, em turno único.

Com a palavra o Senador José Jorge para discutir.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, essa medida provisória foi elaborada pelo Governo Federal para permitir que sejam feitos contratos de gestão entre a Agência Nacional de Águas e as entidades delegatárias das funções de Agência de Águas relativas à gestão de recursos hídricos de domínio da União e dá outras providências.

O que significa isso? Significa, na prática, que todos esses rios, essas grandes bacias nacionais que estão incluídas no domínio da União – são aqueles rios que atravessam mais de um Estado, porque aqueles que só ficam em um Estado são de domínio estadual, e o Senador Gilberto Mestrinho sabe disso melhor do que eu –, com a criação da ANA, poderão ter as gestões de recursos hídricos sendo feitas por bacia. Quer dizer, os rios de domínio da União serão divididos em diversas agências ou subagências – vamos dizer assim – e cada uma delas vai permitir que se administre uma dessas bacias.

Essa medida provisória foi editada para permitir que, na realidade, a Agência Nacional de Águas possa assinar convênios, contratos com as agências específicas de cada bacia e, assim, transferir recursos, cobrar pelo uso da água daquela bacia respectiva e fazer com que o dinheiro oriundo das bacias dos grandes rios brasileiros seja aplicado na respectiva bacia. Por exemplo, o recurso proveniente da Bacia do rio São Francisco deverá ser aplicado na mesma bacia; o da Bacia do rio Amazonas na respectiva bacia, etc.

Trata-se de uma medida provisória técnica. Na verdade, essa situação já merecia ter sido realizada. Entretanto, não havia nenhuma necessidade de isso ser feito por medida provisória, porque, se o Executivo elaborasse um projeto de lei com urgência constitucional, a matéria tramitaria, em primeiro lugar, na Câmara, depois viria para o Senado e não trancaria a pauta como esta medida provisória, que o fez por mais de três semanas; na verdade, passaria pelas Comissões respectivas e todos os Deputados e Senadores poderiam discutir e aprovar, com muito melhores condições, esse projeto do que, na realidade, da maneira como foi feito. Dessa maneira, os Senadores e os Deputados não tiveram condições de fazer uma discussão técnica, em cada Comissão, sobre esse projeto.

Por outro lado, verificamos determinadas situações para as quais as medidas provisórias são necessárias, como, por exemplo, quando houve a cheia no Nordeste. Todos os Estados foram atingidos, especialmente a Bahia, o Piauí, o Maranhão e Pernambuco, este o mais atingido. Naquela época, o Governo se recusou a editar uma medida provisória, dizendo que o dinheiro iria ser liberado por meio das emendas parlamentares. Veja, Senador Antonio Carlos Magalhães, que absurdo! Mas essas emendas parlamentares, até agora, não foram liberadas.

O Governo diz que vai liberar R\$44 milhões para a construção de casas. Na realidade, são R\$44 milhões de emendas parlamentares, enviadas para a Caixa Econômica Federal, e pede-se uma série de exigências aos prefeitos para que cumpram o que S. Ex^{as}s não têm condições de cumprir. Assim, na prática, nada é liberado! E os Governadores ficam em uma situação difícil, pois é publicado no jornal de cada Estado, por exemplo, que “O Piauí vai ganhar tanto”, “Pernambuco vai ganhar tanto”, “A Bahia vai ganhar tanto”, quando, na realidade, nenhum Governador recebeu nada.

Qual foi a nossa reivindicação? Não era reinventar a roda, mas fazer exatamente o que sempre foi feito: quando há uma cheia ou um tufão, ou o que seja, em qualquer lugar, edita-se uma medida provisória e repassam-se os recursos que o Governo tiver disponível. O que não se pode é repassar um recurso que não se tenha. Mas o mínimo de ajuda à população, isso deve ser dado.

Dessa forma, no Nordeste, por enquanto, não se edita a medida provisória e não se libera o dinheiro. Agora vem uma medida provisória técnica, desnecessária, que poderia ser feita por meio de um projeto de lei para que os Senadores e Deputados discutissem. Estamos com as pautas do Senado e da Câmara fechadas e não há o que fazer, a não ser ficar aqui esperando a votação dessas medidas provisórias, enquanto que as necessárias, aquelas que efetivamente precisam ser feitas, não o são.

Não sei bem a necessidade da medida provisória em relação ao fenômeno que aconteceu em Santa Catarina porque, no Nordeste, não chegou nada, e o de Santa Catarina foi depois, onde foram destruídas milhares de casas, escolas, toda a infra-estrutura, e o Governo não tem uma resposta para essas situações.

Sr. Presidente, essa medida provisória é técnica mas, de qualquer maneira, apresentei um destaque para votação em separado de um ponto específico, em relação aos recursos. Se esses recursos puderem ser contingenciados, essa medida provisória não vai adiantar nada, porque, nesse caso, a ANA não poderá cumprir os seus compromissos com esses conselhos

que serão criados em cada bacia. Quando chegar a hora específica do destaque, terei direito de falar como autor para explicá-lo.

Na realidade, essa é uma medida provisória neutra e tanto faz votar “sim” como “não”. Na hora própria virei explicá-lo.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Concedo a palavra ao nobre Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Para discutir.)

Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, hoje vou discordar um pouco do Senador José Jorge, pois, do meu ponto de vista, essa não é uma medida provisória neutra. Ela tem um problema muito sério. Peço atenção ao Senador José Jorge, pois o problema que destacarei é muito parecido com o da medida provisória relatada pelo Senador Delcídio Amaral e votada por nós na semana passada, que dispensou concurso público.

Há administradores públicos que gostam de comprar sem licitação e de contratar sem concurso público. Essa medida provisória vai pela mesma direção da outra que autorizou o Governo a nomear 2.800 cargos sem concurso público. Apesar do discurso do Senador Aloizio Mercadante, mais da metade dos cargos eram cargos em comissão e, portanto, não eram nem integrantes do serviço público nem já concursados. Eles vinham de fora, acrescentando, na despesa do Estado brasileiro, R\$ 80 milhões por ano.

Vou ler do que essa medida provisória trata: “Dispõe sobre os contratos de gestão entre a Agência Nacional de Águas e as entidades delegatórias das funções de agências de águas”. Entre as entidades delegatórias, estão, no art. 47:

I – associações regionais, locais ou setoriais de usuários de recursos hídricos;

II – consórcio de associações intermunicipais de bacias hidrográficas;

III – organizações técnicas de ensino e pesquisa com interesses na área de recursos hídricos;

IV – (aqui, chamo a atenção) organizações não-governamentais com objetivo de defesa de interesses difusos e coletivos da sociedade.

Portanto, as ONGs estão sendo aqui chamadas a firmar contratos de gestão com a Agência Nacional das Águas. Ontem, uma ONG impediu até que se embarcasse soja no Porto de Paranaguá. A ONG está substituindo o Estado no Porto de Paranaguá, o Governo do Paraná e o Governo da União. Uma ONG muito conhecida, chamada *Greenpeace*, já está se achando no direito de interromper o embarque de soja no Por-

to de Paranaguá. E, agora, vamos votar uma medida provisória que autoriza a ANA a firmar contratos de gestão com as ONGs sem licitação. É claro que, neste sentido que essa medida provisória aponta, muita gente de segundo, terceiro e até primeiro escalão do Governo vai começar a organizar ONGs, porque não é preciso de licitação para fazer contrato. Qualquer contrato de gestão pode ser feito entre a ANA e uma organização não-governamental.

O mais grave dessa medida provisória é que não se restringe a ONGs, porque, no inciso V, diz o seguinte: outras organizações reconhecidas pelo Conselho Nacional ou pelos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos. No meu Estado, conheço centenas de organizações não-governamentais criadas por ex-servidores públicos que, por conhecerem o funcionamento da máquina administrativa, estão hoje prestando consultoria, serviços.

Há um caso até na TV Educativa do Paraná. Essa denúncia foi feita na imprensa do Paraná. Foram mais de 260 cargos ocupados de forma irregular. Não sei que tipo de organização não-governamental está sendo utilizado, mas sei que paga funcionários não concursados com cachê. Portanto, esse tipo de iniciativa do Executivo, avalizada pelo Legislativo, quebra o Estado.

O Estado brasileiro está afundando em dívidas e não tem capacidade para fazer investimentos. Ouço os discursos dos Senadores, afirmando: “O Brasil não tem investimentos do setor privado nem do setor público. Os Ministérios não conseguem gastar 10% do seu Orçamento anual”. Todos falam isso, mas, na hora da votação, votam a favor de uma iniciativa que considero temerária. Ao adotar essa medida, o Governo está colocando na mão da agência a possibilidade de chamar os amigos do Ministro ou os amigos do amigo do Ministro para firmar contratos de gestão que, evidentemente, sem licitação, serão feitos de acordo com a simpatia dos dirigentes da ANA e dos Ministros de Estados que indicarão a ONG que receberá gratuitamente recursos públicos sem licitação. Para mim, essa é uma medida escandalosa que está sendo firmada.

Abordarei outro ponto. Temo que estejamos partindo para uma direção muito perigosa. No Paraná, as prefeituras municipais e até o Estado estão sendo substituídos por ONGs. Convênios firmados com organizações não-governamentais estão substituindo as instituições públicas. É o que está ocorrendo aqui e que estamos autorizando.

Talvez o discurso para o fortalecimento do Estado, feito durante longos anos pelo partido que está no Governo hoje, esteja sendo esquecido. Vejo aqui que estamos caminhando para o Estado mínimo, porque

quem vai gerenciar os recursos públicos com esse tipo de iniciativa, com essa medida provisória que estamos votando hoje, não será o Estado, o Município ou a União, mas as organizações não-governamentais, que estão ganhando muita força, a ponto de acharem que já podem administrar o Porto de Paranaguá e dizerem quando pode ou não embarcar a soja.

Eu não voto nisto, de jeito nenhum, nem que o meu partido ou o Presidente do meu partido, Leonel Brizola, venha me pedir, porque isto é escandaloso, Sr. Presidente. Estamos votando uma medida provisória que o Governo jamais deveria ter a ousadia de encaminhar para o Congresso Nacional. Não deveria permitir que os Senadores da base aliada sejam obrigados a votar, numa situação vexatória, uma medida provisória escandalosa como esta.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Concedo o aparte ao Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – V. Ex^a é admirável, Senador Osmar Dias. Há pouco eu falava sobre a raridade de discursos, a exemplo do que Mário Covas costumava fazer até com certa habitualidade, que mudem o curso dos acontecimentos no Senado. Dou a V. Ex^a um testemunho que é da maior sinceridade, da maior fraternidade. Minha bancada se reuniu hoje e tem mil óbices a colocar a esta medida provisória. Porém votaria a favor, ressalvando as suas observações. V. Ex.^a, com seu brilhante discurso, acaba de convencer a Liderança do PSDB a recomendar a sua bancada o voto “não” a essa matéria. Portanto, seu discurso deve ser pontuado como capaz efetivamente de mudar o curso dos fatos no Senado Federal.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Senador Arthur Virgílio, muito obrigado. Fico feliz porque V. Ex.^a demonstra responsabilidade como Líder de um partido que tem sido, não só em número como em qualidade, muito importante para o debate e a decisão de matérias muito importantes para o País.

Estamos decidindo aqui um precedente muito perigoso e que pode transformar esse tipo de contrato em uma negociação, em um balcão de negócio.

Deus me livre, não quero participar disso, não quero ser conivente nem co-responsável pelo que está sendo decidido no Senado hoje. A medida vai fortalecer ainda mais no País o poder já grandioso das ONGs, que estão extrapolando – não digo todas, mas muitas delas – as suas atribuições e competências. E não podemos ser irresponsáveis de colocar nas mãos delas mais esse poder.

Sr. Presidente, Deus me livre. Não voto nisso de jeito nenhum. Voto contra.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Com a palavra o Senador Rodolpho Tourinho para discutir.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, as colocações feitas pelo Senador Osmar Dias são cabíveis, perfeitas.

A solução teria sido apressar a votação do Projeto de Lei nº 1.616, de 1999, em tramitação na Câmara dos Deputados, que cria as agências de águas. A rigor, essas organizações não-governamentais vêm substituir – ou pretendem que se substituam – as agências de águas.

Na verdade, quando se analisa essa questão, é importante considerar que sejam levadas a efeito ações que proporcionem a melhoria da qualidade e da disponibilidade da água aos usuários pagadores em todas essas regiões. Porém, eu gostaria de salientar uma outra questão, que está embutida na matéria e que vejo como aspecto positivo.

Refiro-me a atribuições que estariam sendo, neste momento, retiradas da ANA (Agência Nacional de Águas), que assumiu, entre outras atribuições, a de promover a coordenação das atividades desenvolvidas no âmbito da Rede Hidrometeorológica Básica Nacional, em articulação com órgãos e entidades públicas e privadas que a integram ou que dela sejam usuárias.

Em janeiro de 2002, a ANA assumiu também a administração da operação e a manutenção da Rede Hidrometeorológica Básica Nacional, dando início à elaboração de estudos hidrológicos. Importa ressaltar que o Sistema de Formações Hidrológicas tem por objetivo armazenar e tornar disponíveis para consulta as informações da rede básica e de outras entidades que fornecem essas informações e tem como grande desafio manter sempre atualizados esse acervo de dados e as informações hidrológicas para atender aos usuários de diversos segmentos.

Contudo, cumpre registrar que a administração da rede pela ANA não tem sido eficiente. Para se ter uma idéia da dimensão dessa ineficiência, existem mais de cinco mil estações hidrometeorológicas, sob administração da ANA, cuja produção de informações teria caráter estratégico, não fosse o fato de 4.840 estarem paralisadas, ou seja, cerca de 90% desses centros estão paralisados.

A consequência dessa ineficiência, diante dos elevados índices pluviométricos que vinham ocorrendo no País, por exemplo, é que estão deixando de ser levantadas informações importantíssimas, inclusive para que a defesa civil possa tomar ações preventivas em relação a enchentes – e vimos ocorrerem inclusive

perdas de vidas. Afinal de contas, isso acaba se transformando em uma grande irresponsabilidade.

Dado o caráter estratégico das informações hidrológicas para a matriz energética nacional, também busquei resolver o problema nesta Casa, apresentando um projeto, quando da relatoria da criação da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), para que a rede hidrometeorológica passasse a ser uma atribuição dessa empresa.

Portanto, entendo que estaremos dotando a EPE dos meios adequados à obtenção e ao tratamento das informações acerca de novos mananciais, do seu potencial hidráulico, e promovendo a descentralização das atribuições da ANA, de forma a torná-la mais eficiente, a exemplo do que também estaremos fazendo se aprovarmos um projeto de lei de conversão em que propus a passagem dessas atribuições para a EPE.

Feito esse registro em relação à rede hidrometeorológica, declaro também minha posição, considerando que a manifestação do Senador Osmar Dias foi muito importante e deve ser analisada.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Rodolpho Tourinho, o Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Pela ordem, concedo a palavra ao nobre Líder José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, está estabelecido um conflito, porque não houve a leitura do relatório; o Relator não está presente, e as manifestações aqui expostas foram em sentido contrário à MP, que, na minha opinião, contém fatos positivos e fatos a corrigir. Penso que estamos entrando em uma seara no mínimo perigosa, porque a ANA, como instituição, é defensável, mas, da forma como está sendo proposta, merece reparos. E o Relator não está presente.

Portanto, consulto V. Ex^a se podemos fazer o encaminhamento dessa matéria, sem a presença do Relator, de modo que S. Ex^a possa rebater argumentos ou corrigir o seu texto, se assim julgar procedente e conveniente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra para complementar o raciocínio do Senador José Agripino.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra a V. Ex^a, pela ordem, para complementar.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, endosso tudo que diz o Senador José Agripino e acrescento uma indagação de ordem ética, de ordem política. Pergunto se seria lícito votarmos uma matéria, tal como está posta, com todos os oradores até o momento, sem exceção, contra ela arrazoando, e o Governo olímpicamente não designando nenhum membro de sua Bancada, imaginando que temos obrigação de adivinhar aquilo que não lemos – que é o relatório do Senador Cristovam Buarque – e de imaginar que, se veio do Olímpo, deve ser uma matéria boa, acorde com o interesse nacional.

Ou seja, Sr. Presidente, estou de fato estranhando tudo isso, tanto quanto o está o Senador José Agripino. A idéia que se teria era de que o Relator cumpriria o seu papel no ritual, e nós Senadores, o nosso. E, ainda assim, eu continuaria considerando estranho que, em se tratando de uma matéria vista como relevante e urgente, a ponto de virar medida provisória, o Governo até o momento não tenha designado nenhum dos seus membros para defendê-la. Portanto – raciocinando pelo Governo – o que devemos supor? É para dizermos “não” à matéria, já que o Governo não se interessa por ela, ou é para imaginarmos que o Governo supõe que o Congresso é formado de vacas de presépio, que fazem tudo aquilo que emana do Palácio do Planalto enquanto vontade?

Portanto, Sr. Presidente, a indagação feita pelo Senador José Agripino é instigante, e acrescento o fato de que, se a matéria é urgente e relevante, é estranho, a mais não poder, que não haja interesse, articulação, nenhum *frisson* do Governo para defender aquilo que supostamente interessa ao bom andamento da Administração Pública, a ponto de ter virado uma medida provisória, assinada por Sua Excelência, o Senhor Presidente Lula da Silva.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra ao Senador Efraim Moraes, para se pronunciar sobre a matéria.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, seguindo esse mesmo raciocínio, quero dizer a V. Ex^a que tivemos, nas três últimas semanas, o pedido de adiamento pelo Relator – no caso, um Relator *ad hoc*, que era o Senador Delcídio Amaral. Esta matéria chegou à Mesa com parecer favorável, leu-se o relatório,

foi nomeado um Relator **ad hoc** – observe-se que o relatório ora em discussão não foi lido em plenário, e o outro o havia sido –, e foi pedido o adiamento pelo próprio Relator. Imaginem V. Ex^{as}s se o Senador Cristovam Buarque chega aqui, neste instante, e pede o adiamento da matéria!

Ressalte-se o fato de que estamos discutindo sobre as dúvidas que temos. Trata-se de um projeto relevante, estamos discutindo uma medida provisória interessante para o nosso País. E nossa preocupação é saber quem esclarecerá as nossas dúvidas. Somos 80 Senadores – já que o Relator, Senador Cristovam Buarque, não se encontra –, estamos discutindo e temos dúvidas. Quem esclarecerá nossas dúvidas? Votaremos, mesmo sabendo que o que está no relatório está certo?

Por isso, peço a V. Ex^a e à Mesa, a fim de darmos continuidade ao entendimento que se está formando entre o Governo e a Oposição, que se adie a votação da matéria, até amanhã, para que possamos contar com a presença do Relator, evitando-se uma obstrução ou fatos dessa natureza.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – O Senador Ney Suassuna já havia pedido a palavra, Senador Aloizio Mercadante. V. Ex^a falará em seguida.

Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, este País detém quase 20% da água potável do mundo. No entanto, em certas áreas, como a região metropolitana de São Paulo, começa a haver dificuldades no abastecimento das cidades.

Atualmente, no Brasil, apenas a Bacia do Paráíba do Sul tem um Comitê de Bacias, mas o dinheiro arrecadado é destinado ao Tesouro e não à ANA. Com isso, não há melhorias, não há avanços. Muitas bacias importantes precisam ser regularizadas. A lei autoriza, na falta da agência, que haja delegação, determinando inclusive uma hierarquia de delegações, mas, na realidade, estamos em situação pior, pois há um vácuo administrativo. E essa medida provisória busca exatamente preencher esse vácuo temporariamente, porque, quando as agências de água forem instaladas, a delegação deixará de existir. Hoje está pior, pois temos um vácuo.

Na realidade, a Oposição ou alguns Senadores podem até fazer essas observações, mas a medida provisória tem o propósito de diminuir os problemas imediatamente, de preencher esse vácuo administrativo e de permitir que a Agência Nacional consiga receber

esses recursos, para que eles não sejam enviados ao Tesouro da República, o que não está beneficiando um País onde bacias importantes, como disse, estão se organizando e não dispõem da estruturação oficial.

Essa medida provisória visa exatamente fechar, cobrir esse vácuo administrativo, legislativo, permitindo a delegação temporária, para sanar um grave problema na estrutura nacional.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Havíamos indicado o Senador Ney Suassuna, que conhece profundamente o assunto e que o estudou, conforme demonstra seu depoimento, como Relator **ad hoc**.

O Presidente, pelo Regimento, considerou que, como havia sido publicado o relatório, não havia necessidade de Relator **ad hoc**. Insisto que S. Ex^a assuma a relatoria e que possa ler o relatório no plenário, esclarecendo todas as dúvidas apresentadas. Assumimos o compromisso, na sessão passada, de que votaríamos essa matéria e a medida provisória dos bingos no dia de hoje.

Existem destaques, que poderão ser votados também. Há destaques supressivos na medida provisória que também serão votados. O requerimento é apresentado pelo relator, mas precisamos votar, Sr. Presidente, precisamos desobstruir a pauta. Estamos sem embaixadores em alguns países. Há uma demanda fundamental do processo legislativo, matérias como reforma do Poder Judiciário, Lei de Falências, Lei de Recuperação das Empresas, o PPP. São matérias muito importantes de que precisamos tratar.

Por isso, proponho que seja indicado, como Relator **ad hoc**, o Senador Ney Suassuna, que leira o parecer e esclarecerá questões. Em seguida, encaminharíamos as votações.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Presidência esclarece em que ponto, regimentalmente, encontramo-nos neste exato momento.

Em primeiro lugar, Senador José Agripino, em respeito à indagação de V. Ex^a, a Mesa esclarece que o Senador Cristovam Buarque, escolhido como relator de plenário da matéria, pediu o adiamento por uma oportunidade e enviou à Mesa a íntegra do seu relatório. O relatório foi publicado e distribuído. Vota-

mos os pressupostos, inclusive o relatório. Estamos discutindo o mérito.

Por isso, Senador Aloizio Mercadante, não é mais o caso de indicação de um Relator **ad hoc** para a matéria. O relatório está efetivamente votado. Votamos os pressupostos e o relatório apresentado pelo relator, o que não impede que tanto a Liderança do Governo, na pessoa de V. Ex^a, Senador Aloizio Mercadante, quanto o Senador Ney Suassuna possam dirimir qualquer dúvida.

Em verdade, estando a matéria sob regime de urgência e tendo cumprido todos os seus aspectos regimentais, porque foi efetivamente distribuída, poderíamos solicitar até a leitura do relatório, apesar de que todos disponham dele. Se houver solicitação, não vejo impedimento para que se possa proceder à leitura daquilo que já foi, inclusive, aprovado.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– É isso, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Quando se aprovam os pressupostos da relevância e da urgência, também se vota o relatório. Já estamos discutindo o mérito.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos.

PSDB – TO) – Trata-se de uma questão de votarmos – ou “sim” ou “não” – aquilo que está no relatório.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Sim, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Presidência ouvirá o Senador José Jorge, em primeiro lugar, e depois os Senadores Romeu Tuma e Aloizio Mercadante.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pela ordem.

Sem revisão do orador.) – Infelizmente, penso que a confusão está aumentando, Sr. Presidente, e não diminuindo. Existe um relator que não está presente; na verdade, o projeto foi votado de forma esdrúxula, sem o relator apresentar o relatório aos companheiros. Agora, por exemplo, se eu tenho um destaque e se tenho esperança de que o relator concorde com o meu destaque, falo com quem? É isso o que eu gostaria que V. Ex^a respondesse. Com quem eu falo para ter um parecer favorável ao meu destaque?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos.

PSDB – TO) – Senador José Jorge, apenas para que

fique bem claro e para que não pairem mais dúvidas, essa matéria está em regime de urgência, o relatório foi enviado à Mesa, publicado e distribuído. Até então, portanto, não temos problema algum.

A Liderança do Governo está em condições, por intermédio dos Senadores Aloizio Mercadante e Ney Suassuna, de dirimir qualquer dúvida, inclusive de concordar ou não com qualquer destaque em relação à matéria.

Cabe a nós, Sras e Srs. Senadores, discutir e votar a matéria. Não há empecilho, uma vez que a matéria está em regime de urgência.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pela ordem.)

– Mas, Sr. Presidente, o Senador Aloizio Mercadante não é o Relator, mas apenas o Líder do Governo. Na realidade, S. Ex^a dá a opinião do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos.

PSDB – TO) – Depois de votados os pressupostos de urgência e relevância, o Líder Aloizio Mercadante acabou de delegar ao Senador Ney Suassuna a responsabilidade de responder qualquer argüição com relação à presente matéria.

A Presidência apenas consulta o Senador Aloizio Mercadante e os demais Líderes se pretendem a leitura do relatório para, a partir de então, o Senador Ney Suassuna responder pela matéria.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

Pela ordem.) – Sr. Presidente, penso que há a necessidade. Foi levantada uma série de argüições. A leitura do relatório é esclarecedora.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Senador Ney Suassuna, a Presidência pede, em proveito dos trabalhos, a V. Ex^a que se dirija à tribuna.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Antes, porém, peço ao Senador Ney Suassuna que se prepare para ir à tribuna fazer a leitura do relatório, que já foi distribuído.

Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Quanto à questão de ordem levantada pelo Senador Osmar Dias, a simples leitura do relatório não esclarece, porque S. Ex^a se refere à Lei nº 9.433. A medida provisória só cita o artigo e não cita os itens do Capítulo 6, das organizações civis e dos recursos hídricos. Há que se complementar na leitura e esclarecer quais são os itens sobre os quais Senador Osmar Dias levantou dúvidas no que se refere à delegação de poderes da ANA.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Senador Romeu Tuma, como procede

a preocupação de V. Ex^a e do Senador Osmar Dias, o Senador Ney Suassuna estará em condições de responder pela matéria, conforme delegação do Líder Aloizio Mercadante.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra ao Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Pela ordem.) – Sr. Presidente, então, a pessoa a quem nós, que temos destaques ou reparos a fazer ao texto, devemos nos reportar é o Senador Ney Suassuna?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Por delegação do Líder do Governo Aloizio Mercadante, sim, Senador José Agripino.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Pela ordem.) – Sr. Presidente, é exatamente esse esclarecimento. Solicito do meu conterrâneo, companheiro de Bancada Senador Ney Suassuna, para que não fique nenhuma dúvida em relação a esse parecer, que ele seja lido na íntegra.

Agradeço, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna para a leitura do relatório.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Para proferir parecer.) – Passo a ler o relatório.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, nos termos do art. 7º da Resolução nº 1, de 2002, vem ao exame desta Casa, após exame na Câmara dos Deputados, o texto do Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 2004 (proveniente da Medida Provisória nº 165, de 2004), que dispõe sobre os contratos de gestão entre a Agência Nacional de Águas e entidades delegatárias das funções de Agências de Águas relativas à gestão de recursos hídricos de domínio da União, e dá outras providências.

A medida provisória em tela foi editada pelo Presidente da República para suprir uma lacuna que persiste, em grande medida, pela demora na apreciação do Projeto de Lei nº 1.616, de 1999, ainda sob exame da Câmara dos Deputados, que “dispõe sobre a gestão administrativa e a organização institucional do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos previsto no inciso XIX do art. 21 da Constituição e criado pela Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e dá outras providências”.

Conforme a exposição de motivos que acompanha a mensagem presidencial, a demora na edição da lei específica “acarretou situações que exigem um posicionamento imediato no sentido de que as ações de implementação da Política Nacional de Recursos

Hídricos, prevista na Lei nº 9.433, de 1997, não sofram descontinuidade e coloquem em risco os esforços já desenvolvidos com vistas à gestão adequada do uso da água”.

O PLV nº 23, de 2004, oferecido à Medida Provisória nº 165, de 2004, trata de contratos de gestão a serem firmados na situação particular de inexistência de Agência de Águas para bacias hidrográficas de corpos d’água de domínio da União. Nesse caso, outras entidades poderão desempenhar aquele papel. Os contratos serão, portanto, celebrados entre a Agência Nacional de Águas, ANA, e tais entidades.

Para deixar mais claro, Sr. Presidente, as entidades que poderão ser delegadas são, de acordo com o art. 47:

- 1) consórcios e associações intermunicipais de bacias hidrográficas;
- 2) associações regionais locais ou setoriais de usuários de recursos hídricos;
- 3) organizações técnicas de ensino e pesquisa com interesse na área de recursos hídricos;
- 4) organizações não-governamentais com objetivo de defesa de interesses difusos e coletivos da sociedade;
- 5) outras organizações reconhecidas pelo Conselho Nacional ou pelos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos. Assim, não é somente para ONG’s. Esse é o art. 47 da Lei citada.

Dou continuidade à leitura, Sr. Presidente.

Nos termos do projeto, o contrato de gestão discriminará as atribuições, os direitos, as responsabilidades e as obrigações das partes signatárias, segundo um conteúdo mínimo que contemple metas e prazos a serem cumpridos, bases para avaliação de resultados, limites e critérios para despesas com pessoal, entre outros aspectos. (Ou seja, não é algo que se entrega e se deixa para lá. Não. Há de haver tudo isso determinado e discriminado). Após a manifestação do Comitê ou dos Comitês de Bacia Hidrográfica envolvidos, o termo de contrato será submetido à aprovação do Ministro do Estado do Meio Ambiente.

Será criada, no âmbito da ANA, uma comissão de avaliação dos contratos de gestão, cujos relatórios conclusivos periódicos serão encaminhados à Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente e ao respectivo ou aos respectivos Comitês de Bacia Hidrográfica.

O art. 4º do PLV nº 23, de 2004, trata da destinação de recursos orçamentários e de bens públicos às delegatárias. São asseguradas as transferências

da ANA, para essas entidades, dos recursos gerados na respectiva ou nas respectivas bacias hidrográficas, decorrentes da cobrança pelo uso dos recursos hídricos referente a: derivação ou captação de parcela da água existente em um corpo de água para consumo final, inclusive abastecimento público, ou insumo de processo produtivo; lançamento em corpo de água de esgotos e demais resíduos líquidos ou gasosos, tratados ou não, com o fim de sua diluição, transporte ou disposição final; outros usos que alterem o regime, a quantidade ou a qualidade da água existente em um corpo de água. A destinação de bens públicos a que alude o referido dispositivo será realizada com dispensa de licitação.

O art. 5º prevê a designação de servidor da ANA para, durante um prazo máximo de seis meses, auxiliar na implementação das atividades da entidade delegatária. Tal servidor fará jus à remuneração na origem, ajuda de custo para deslocamento e auxílio-moradia, em conformidade com a legislação vigente.

O art. 6º diz respeito às medidas a serem tomadas pela direção da ANA no caso de ser identificada irregularidade ou ilegalidade na utilização de recursos ou bens de origem pública pela entidade delegatária. Já o art. 7º estabelece condições para a continuidade da implementação das atividades previstas no contrato de gestão, em situações em que bens e valores da entidade delegatária tenham seu seqüestro ou indisponibilidade decretados pelo juízo competente.

O art. 8º indica as condições para a rescisão do contrato de gestão, que deverá ser precedida de processo administrativo, assegurada ampla defesa à delegatária. Segundo o art. 9º, a ANA deverá editar norma própria para definir os procedimentos de seleção e recrutamento de pessoal e de compras e contratação de obras e serviços com emprego de recursos públicos.

Modificação no art. 51 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, é introduzida pelo art. 10 do PLV nº 23, de 2004, de modo a permitir a delegação, a outras entidades sem fins lucrativos, das atribuições características das Agências de Água, enquanto estas não estiverem constituídas.

Ficam convalidados os atos praticados sob a égide da MP nº 165, de 2004, que deu origem ao PLV em estudo e, por fim, é estabelecida cláusula de vigência.

Segundo a Exposição de Motivos que acompanha a Medida Provisória nº 165, de 2004,

Vários Comitês de Bacia Hidrográfica já foram instalados, estando em execução os instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos. Atualmente, a União efetua a cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hi-

drográfica do Rio Paraíba do Sul, que abrange os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, com o respectivo Comitê já devidamente instalado, porém sem contar com a Agência de Água, sua secretaria executiva. Esse fato tem impedido os avanços necessários com vistas ao alcance dos objetivos definidos pela Lei nº 9.433, de 1997.

Por outro lado, a Lei nº 9.433, de 1997, em seu art. 51, prevê a possibilidade dessa situação ser contornada, até que seja criada a respectiva Agência de Água. Com efeito, dispõe-se que: "Os consórcios e associações intermunicipais de bacias hidrográficas mencionados no art. 47 poderão receber delegação do Conselho Nacional ou dos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, por prazo determinado, para o exercício de funções de competência das Agências de Água, enquanto esses organismos não estiverem constituídos".

Assim, com vistas a regular a relação do Poder Público com a entidade delegatária das funções de competência das Agências de Água, propomos as regras inseridas na presente proposta, que visam permitir a execução descentralizada de atividades que são de interesse localizados sem, contudo, descuidar-se dos controles necessários. Por isso, a previsão de regras a serem observadas na elaboração e na execução do contrato de gestão a ser firmado entre a ANA e a entidade delegatária, consoante previsto no art. 3º da proposta.

A Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP teve seus membros designados, mas não chegou a ser instalada.

Como desfecho da apreciação da MP na Câmara dos Deputados, foi aprovado o Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 2004, tendo o parecer de Plenário concluído pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação da MP, com incorporação de oito emendas, na forma do Projeto de Lei de Conversão apresentado.

II – Análise

Determina o art. 8º da Resolução nº 1, de 2002 – CN, que o Plenário de cada uma das Casas apreciará, antes do exame do mérito, o atendimento ou não dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e sua adequação financeira e orçamentária.

Admissibilidade e Constitucionalidade

Os pressupostos de relevância e urgência são atendidos em face das razões expendidas na exposição de motivos que acompanha a Mensagem Presidencial, especialmente no que se concerne à bacia do rio Paraíba do Sul. Naquela bacia, que já conta com seu respectivo Comitê, a cobrança pelo uso da água, Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, já está sendo efetuada. Pela inexistência da Agência das Águas, entretanto, os recursos vêm sendo recolhidos ao Tesouro Nacional, o que não garante a sua aplicação na bacia, conforme preconizado pela Lei nº 9.433, de 1997. A situação tende a reproduzir-se em outros rios de domínio da União, abalando a confiança dos usuários e debilitando o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

A matéria, por força do art. 22, IV, da Constituição Federal integra o campo da competência legislativa privativa da União. Ao tema da Medida Provisória em estudo não se aplica nenhuma das vedações estabelecidas no § 1º do art. 62 e no art. 246 da Lei Magna. Além disso, foi cumprida a exigência do § 1º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002 – CN.

Desse modo, restam obedecidos os critérios de admissibilidade e de constitucionalidade pelo PLV nº 23, de 2004, originário da MP nº 165, de 2004.

Adequação Financeira e Orçamentária

De acordo com o § 1º do art. 5º da Resolução nº 1, de 2002 – CN, o exame de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira das medidas provisórias abrange a análise da repercussão sobre a receita ou despesa pública da União e da implicação quanto ao atendimento das normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial a conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a Lei do Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária da União.

Consideramos que o Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 2004, enquadra-se nessas exigências legais, mostrando-se adequado sob os aspectos financeiro e orçamentário.

Entra-se no mérito:

Mérito

A adoção do PLV nº 23, de 2004, afigura-se plenamente justificada tendo em vista a necessidade premente de se possibilitar o adequado funcionamento do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, enquanto não se aprecia a lei que tratará especificamente da criação das Agências de Águas.

Embora o Brasil, ante a grande maioria dos países, seja privilegiado em termos de disponibilidade

hídrica, os brasileiros não estão livres do fantasma da escassez que há muito castiga cidades inteiras da região Nordeste e começa a afetar grandes centros urbanos, como a região metropolitana de São Paulo. O gerenciamento desses recursos passa pela gestão da oferta e da demanda, pelo controle da poluição, pelas políticas de saneamento básico, entre outros aspectos.

É de suma importância que o mecanismo de gestão das águas funcione tal como estabelecido na Política Nacional de Recursos Hídricos, instituída pela Lei nº 9.433, de 1997. Enquanto não se criam as Agências de Água, que exercem a função de secretaria executiva dos Comitês de Bacia Hidrográfica, é imprescindível que outra entidade assuma esse papel.

Quanto ao mérito, portanto, acompanhamos o parecer do Deputado Mário Assad Júnior, oferecido à MP nº 165, de 2004, na Câmara dos Deputados.

Voto

Em face do exposto, votamos pela aprovação do texto ao Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 2004, ressaltando prejudicada a Medida Provisória nº 165, de 2004.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A matéria continua em discussão.

A Presidência agradece ao Senador Ney Suassuna, que procedeu à leitura, uma vez que o relatório já havia sido votado com relação aos pressupostos da urgência e da relevância. Passemos agora à apreciação do mérito.

Discussão do Projeto de Lei de Conversão, da Medida Provisória e das emendas, em turno único.

Tem a palavra, para discutir, o nobre Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, após ouvir atentamente o Senador Ney Suassuna fazer a leitura do relatório, verifico que fica evidente a responsabilidade do Governo ao tratar de matéria tão relevante para o País, para o Parlamento e para toda a sociedade. Não tenho dúvida de que temos que ter posições muito claras.

O contrato de gestão em relação aos recursos hídricos, na administração dos recursos hídricos do País é um tema que, sem dúvida alguma, extrapola o conceito de acesso da sociedade à água ou o de sua comercialização. É um tema de tal importância que foi, inclusive, adotado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil para a Campanha da Fraternidade deste ano sob o título “Água – Fonte de Vida”.

Ao analisar alguns dados, causa-me surpresa a pouca importância com que o tema foi apresentado por alguns Parlamentares no debate hoje. Sabemos,

Sr. Presidente, que 1,4 milhão de pessoas não têm acesso à água; 2,4 milhões de pessoas vivem a grave crise de educação sanitária e saneamento básico; dois milhões de cidadãos morrem, todos os anos, em função da crise da qualidade da água! Hoje, no Terceiro Mundo, de cada cinco crianças uma morre em função da crise da qualidade da água. Então, é um conceito muito mais amplo este que estamos discutindo.

Quando olhamos a série histórica do Parlamento brasileiro, observamos a omissão do legislador em tratar efetivamente desse tema. Tivemos matérias legislativas relevantes no início dos anos 90: da Deputada Irma Passoni e do então Senador José Serra, em 1996, tratando do debate do poder concedente para o saneamento básico, que envolvia o controle e a busca de melhor utilização da água, também dentro de um conceito mais amplo de saneamento básico. Agora o nosso Governo legisla. Em 1999, houve o último gesto efetivo de responsabilidade política de Governo em relação à utilização dos recursos hídricos no Brasil.

Temos a Agência Nacional de Águas como uma verdadeira ilha dentro do Brasil, sem qualquer capacidade de dinâmica administrativa, de intervenção e de busca da qualidade gerencial para um setor tão estratégico. E o Brasil detém 17% do patrimônio de água doce de todo o planeta! É dramática a situação que vivemos. Não há uma ação do legislador. O Governo tem que agir. E por que está agindo numa matéria tão relevante, o Governo é agora criticado! Deveríamos refletir melhor sobre este tema e estender a mão ao Governo nesta hora, porque é uma matéria que vem inserida num conceito de marco regulatório.

Tenho sérias críticas a fazer também sobre o verdadeiro ufanismo com que se trata isso. Estamos trabalhando o poder concedente para a sociedade administrar e ocupar esse espaço, criando mecanismos de apoio de conceito, de organização, de gestão descentralizada no Brasil, mas somos criticados acidentalmente como se estivéssemos trazendo o inferno para a sociedade brasileira e como se fosse a Lei das Licitações, a Lei nº 8.666, a grande panacéia da Administração Pública brasileira! Todos sabemos dos dramas, das contradições, das profundas injustiças – e muitas vezes das amarras – desta lei ainda obtusa, a Lei das Licitações, que deve sofrer modificação e atualização ética e funcional no nosso País.

Esse foi um passo dado pelo Governo que contribuiu para o acesso, para a gestão dos recursos hídricos e para a participação da sociedade. Ele tem limitações como entraves burocráticos – não tenho dúvida –, mas não podemos dizer que estamos votando algo que é ruim para o Brasil, algo que é ruim para a sociedade. É uma matéria que tem mérito, que avança no geren-

ciamento dos recursos hídricos do País e envolve a sociedade. É uma matéria que se opõe a essa desatenção crônica do Legislativo em não legislar, que se opõe a Governos anteriores que foram omissos na gestão dos recursos hídricos brasileiros.

Meu voto é francamente favorável porque entendo que é uma matéria que tem mérito e que contribui com a sociedade e com a gestão pública, Sr. Presidente.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN)

– Sr. Presidente, solicito minha inscrição para discutir a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – V. Ex^a está inscrito para discutir.

Temos as inscrições dos Senadores Juvêncio da Fonseca, Jefferson Péres, Almeida Lima, Alvaro Dias e V. Ex^a, Senador Garibaldi Alves Filho. Sinalizam também o Senador Ramez Tebet, décimo primeiro, o Senador Flávio Arns, décimo segundo, e a Senadora Heloísa Helena, décima terceira.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Sem Partido – AL)

– Número 13, não, Sr. Presidente, coloque-me em outra ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – V. Ex^a não quer o número 13? O número 13 continua vago para quem quiser se inscrever para discutir a matéria.(Pausa.)

Senador César Borges fica inscrito em décimo terceiro lugar e V. Ex^a, Senadora Heloísa Helena, fica inscrita em décimo quarto.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito para discutir, nobre Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS)
Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, o projeto de lei, no seu art. 1º, dispõe:

Art. 1º A Agência Nacional de Águas

– ANA poderá firmar contratos de gestão, por prazo determinado, com entidades sem fins lucrativos que se enquadrem no disposto pelo art. 47 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que receberem delegação do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH para exercer funções de competência das Agências de Água, previstas nos arts. 41 e 44 da mesma Lei, relativamente a recursos hídricos de domínio da União.

O art. 47. Se fôssemos analisar todas as organizações civis de recursos hídricos, seriam: consórcios e associações intermunicipais de bacias hidrográficas; associações regionais, locais ou setoriais de usuários

de recursos hídricos; organizações técnicas de ensino e pesquisa; organizações não-governamentais; outras organizações reconhecidas pelo Conselho Nacional ou pelos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos. Então, seriam cinco entidades, cinco organizações civis.

Diz o Projeto de Conversão, no art. 47, o seguinte: "...daquelas entidades que receberem delegação do Conselho Nacional de Recursos Hídricos..." E o art. 51 da Lei nº 9.433, que é a Lei dos Recursos Hídricos, diz o seguinte:

Os consórcios e associações intermunicipais de bacias hidrográficas, mencionados no art. 47 (é a primeira organização civil das cinco, a única do inciso I), poderão receber delegação do Conselho Nacional ou dos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, por prazo determinado, para o exercício de função de competência das Agências de Água, enquanto esses organismos não estiverem constituídos.

Portanto, apenas os consórcios e as associações intermunicipais de bacias hidrográficas podem receber a gestão da Agência Nacional de Águas e nenhuma outra organização civil, como está contemplado no art. 47, só o inciso I.

Concedo um aparte ao Senador Gilberto Mestrinho.

O Sr. Gilberto Mestrinho (PMDB – AM) – Podem delegar. E o problema é esse.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Mas aqui não existe dispositivo legal que diga que pode delegar a outra entidade.

O Sr. Gilberto Mestrinho (PMDB – AM) – O corpo da lei diz.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – A lei diz, no art. 51, qual é a delegação e em que condições.

O Sr. Osmar Dias (PDT – PR) — Senador Juvêncio da Fonseca, peço um aparte.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Concedo um aparte ao Senador Osmar Dias.

O Sr. Osmar Dias (PDT – PR) – Entendo a argumentação de V. Ex^a. Tendo em vista a forma como está escrito na medida provisória, não concordo com V. Ex^a. Está escrito que "poderão", mas não está dizendo que "não poderão" as ONGs. Se a intenção fosse essa, entraria diretamente no art. 51, não seria preciso citar o art. 47. Se o art. 1º da medida provisória remetesse ao disposto no art. 51, só as entidades mencionadas no art. 51 poderiam ser contratadas. Do jeito que está

escrito... Está dizendo que poderão ser, mas não poderão ser as outras.

O Sr. Aloizio Mercadante (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Concedi um aparte ao Senador Osmar Dias e gostaria de responder a S. Ex^a.

A simples omissão das demais organizações civis mencionadas no art. 47 não significa autorização por omissão. Aqui há uma autorização expressa e não por omissão, que no inciso I é possível; nos demais não.

É o meu entendimento.

Concedo o aparte ao Senador Jefferson Péres.

O Sr. Jefferson Péres (PDT – AM) – Senador Juvêncio da Fonseca, estou acompanhando a argumentação de V. Ex^a, muito lúcida, por sinal, mas há uma ambigüidade. E numa lei, tanto quanto possível, devem ser eliminadas as ambigüidades. Se nos reportarmos diretamente ao art. 51, isso ficará eliminado e nos dará mais clareza, mais segurança. Como está e conforme observou o Senador Osmar Dias, pode dar lugar a interpretações no sentido de que as organizações não-governamentais poderiam receber também. A sugestão que faço é no sentido de mencionar o art. 51 e não o 47.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Concedo o aparte ao Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Juvêncio, fomos alertados pelo Senador Osmar Dias. Tentarei ser bastante objetivo, bastante prático. Claro que na minha cabeça sai do art. 47 e vai para o art. 51 e claro que se queremos mostrar a negativa do Senado à manipulação sobre ONGs ou de ONGs nesse processo, isso tem que ficar bem claro, ou seja, que se dê uma redação final a essa medida provisória que satisfaça aqueles que, inquietados pelo Senador Osmar Dias, se dispuseram a votar contra a matéria. A partir do momento em que esse ponto for sanado e a licitação for obrigatória, dar-se-á um passo para se votar a favor da matéria. Por outro lado, essa questão, a meu ver, sai do art. 47 e vai para o art. 51. Explica-se, com clareza, na letra da lei que não há hipótese de manipulação de ONG ou sobre ONG. Isso nos tranquiliza. Na esteira do que tem sido proposto pelo Senador Osmar Dias, o PSDB refaz a declaração de voto contra a matéria. O meu Partido não quer votar contra por votar, não quer nenhuma relação pavloviana; quer o melhor para o Brasil. V. Ex^a, apesar de ser um bravo homem de oposição – isso mostra o caráter da oposição que praticamos –, está esclarecendo, em favor do Brasil, algo que pode levar, sem dúvida alguma, a um acordo. A palavra do Líder Aloizio Mercadante é essencial. O PSDB reafirma a sua posição: na dúvida, vota com o

que sugeriu o Senador Osmar Dias, vota contra; na certeza, vota, sem dúvida alguma, com o Governo, porque o PSDB não quer, de jeito algum, fazer oposição por fazê-la; quer fazer oposição procurando corrigir defeitos e apontar caminhos. Muito obrigado.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Concedo um aparte ao Senador Ney Suassuna.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Nobre Senador, o relator aceita tranquilamente, logo no início do projeto de conversão, que se diga que a Agência Nacional de Águas – ANA – poderá firmar contratos de gestão, por prazo determinado, com entidades sem fins lucrativos que se enquadrem no dispositivo do art. 51 da Lei nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997, como V. Ex^a acaba de alertar. A posição de S. Ex^a é clara. O que diz art. 51? Diz que “os consórcios e associações intermunicipais de bacias hidrográficas, mencionadas no art. 47, poderão receber a delegação do Conselho Nacional ou dos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, por prazo determinado, para o exercício de funções de competência da Agência de Águas, enquanto esses organismos não estiverem constituídos”. Dessa forma, atende-se ao Senador Osmar Dias; vamos ao encontro do que V. Ex^a acaba de dizer muito lucidamente. Com isso, sanamos um problema.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Senador Ney Suassuna, antes de conceder a palavra ao Senador Aloizio Mercadante, eu gostaria de dizer o seguinte: na redação há uma ambigüidade, porque é tão simples a interpretação, que na redação já deveria constar que são consórcios e associações de bacias hidrográficas.

Não foi dito isso. A interpretação em função da leitura do art. 51 é de que houve, sim, uma ambigüidade. Deveria estar explícito. Não sei se há tempo para que o relator explicite no art. 1º a expressão “consórcios e associações intermunicipais de bacias”.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – É justamente o que eu acabei de dizer: explicitando, porque no art. 51 podemos explicitar. Não vejo problema algum. Posso até transcrever o artigo todo, o que já explicitaria.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Penso que, se houver essa possibilidade, liquidaremos o problema da falta de clareza.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Quero apenas lembrar aos nobres Senadores que a matéria retornará à Câmara, mas isso não faz mal, contanto que os Senadores estejam tranquilos e conscientes de que estão votando corretamente.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Concedo o aparte ao Senador Aloizio Mercadante.

O Sr. Aloizio Mercadante (Bloco/PT – SP) – Senador Juvêncio da Fonseca, V. Ex^a contribui decisivamente para o debate. Eu entendo que a interpretação que V. Ex^a apresentou é exatamente o espírito da lei, ou seja, ela remete ao art. 47, mas diz: “...somente as instituições que receberem delegação do Conselho”. Só podem receber delegação do Conselho, segundo o art. 51, os consórcios de bacia hidrográfica. Por quê? Porque o espírito da lei é estimular a formação dos consórcios intermunicipais, que são um ente público formado pelos prefeitos da região. Então, o espírito é repassar recursos somente para os consórcios. Apesar de concordar com a interpretação – acho que V. Ex^a foi perfeito –, a alteração do art. 47 para o art. 51 no primeiro parágrafo, como foi sugerido pelo Senador Jefferson Péres, elimina o problema, porque não haverá nenhuma brecha de interpretação outra que não seja exclusivamente os consórcios municipais. Então, a substituição do art. 47 pelo art. 51 no §1º ressolveria definitivamente essa questão. Ficariam, portanto, preservados o espírito público e o estímulo à formação dos consórcios, segundo o que a lei estabelece. Mas eu diria que se nós não tivéssemos um jurista tão competente como V. Ex^a para nos esclarecer, poderíamos ter problema na execução da lei. Quanto à licitação, a medida provisória diz que a ANA vai regulamentar o processo de contratação, conforme o art. 37 da Constituição, §21º, que trata exatamente do processo licitatório. Portanto, não vejo nenhuma preocupação quanto a isso. O consórcio é formado por entes públicos, que são as prefeituras que vão administrar as bacias hidrográficas ou associações. Destaco que o projeto original do Governo mencionava o art. 51. A alteração para o art. 47 foi feita na Câmara dos Deputados. Nós estamos restituindo o espírito original do projeto, que é o art. 51. Por isso, é uma boa idéia, nós deveríamos fazê-lo e assegurar a mudança.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Com a palavra o Senador Ramez Tebet.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador Juvêncio da Fonseca, apesar da explicação do Senador Aloizio Mercadante – valendo-me de uma deixa de S. Ex^a –, tem-me preocupado desde o começo esta questão. Como podemos entregar a gestão de bacias hidrográficas como a do Amazonas ou a do São Francisco para entidades particulares, sejam elas quais forem? Essa co-gestão tem que ser de entes públicos. Há muitos Municípios privatizando serviços hídricos, o que não me agrada. Imaginem quando se fala em bacia hidrográfica. Onde estamos com a cabeça? Breve o Governo não terá mais nada a fazer, porque celebra contrato de gestão com uma organização não-governamental ou com empresa particular, e embora o §1º

diga que será sem fins lucrativos, não sabemos o que se esconde atrás disso. Não me refiro a quem enviou a medida provisória, mas ao que pode acontecer na prática. É preciso constar isso no art. 51, porque consórcio pode ser feito entre entes particulares. É preciso prevalecer aqui o espírito público. Quanto aos consórcios intermunicipais, feitos entre Municípios, é melhor constar “consórcios entre Municípios, haja vista que a expressão “consórcios intermunicipais” pode suscitar dúvida.

O SR. JUVÉNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Gostaria de dar uma explicação a respeito disso. Compreendi perfeitamente sua preocupação profunda em relação à entrega da gestão para ONGs, para quem não tem nenhum interesse, nenhuma responsabilidade. Porém, consórcios e associações intermunicipais de bacias hidrográficas se referem institucionalmente a Municípios, consórcios de Municípios ou associação de Municípios. Ninguém particular, nenhuma ONG, nenhuma terceira pessoa nisso. Portanto, creio ser de inteira responsabilidade dos consórcios. Acredito até que somente o consórcio e a associação poderiam representar a ANA, jamais a associação de regionais locais ou setoriais de usuários de recursos hídricos. Não é sequer dos usuários, é dos municípios, nem sequer daqueles que possam ter outra atividade na bacia hidrográfica.

Srs. Senadores, acredito que a simples substituição do art. 47 pelo art. 51 no art. 1º do Projeto de Conversão resolve o problema. É a contribuição que posso dar aos Srs. Senadores.

Muito obrigado.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra a V. Ex^a, pela ordem.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, preciso dizer claramente. Quando reclamei da Medida Provisória, eu disse aqui que não concordava em votar uma medida provisória que entregava para ONGs e outras organizações contratos de gestão com a Agência Nacional das Águas. Isso porque o art. 47 – que está no art. 1º da Medida Provisória – da Lei nº 9.433 claramente autorizava a ANA a fazer contrato de gestão com as ONGs. Mas devo ser justo. Eu disse aqui que o Governo não tinha o direito de enviar uma medida provisória com esse conteúdo. Ocorre que a Medida Provisória que o Governo enviou não tinha esse conteúdo. Então, – e não sei se o Senador Aloizio Mercadante está me ouvindo – quero ser justo. O Governo não enviou a medida provisória.

O art. 1º da Medida Provisória original dizia o seguinte: “Para fins do art. 51”, que é o que propusemos aqui. Ou seja, para ser justo, o Governo enviou a medida provisória, propondo que se obedecesse o art. 51 da Lei nº 9.433. Quem alterou foi a Câmara dos Deputados, talvez convencida pelos representantes das ONGs, que estiveram lá durante o processo de votação. Para ser justo, estou corrigindo aqui.

Se o Relator atender o nosso apelo de substituir o art. 47 pelo 51, daí, sim, eu voto, porque não abro mão de nenhuma palavra que falei anteriormente. Da forma que estava era um escândalo. O art. 51 corrige. E para ser justo, mais uma vez, a medida provisória original enviada pelo Governo falava do art. 51 e não do 47. Quem mudou foi a Câmara, junto com as ONGs.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Em primeiro lugar, esclareço ao Plenário que, como a matéria encontra-se em regime de urgência, a sessão está automaticamente prorrogada, de acordo com o Regimento Interno.

Tem V. Ex^a a palavra, Senador Ney Suassuna, para esclarecer a matéria levantada pelo Senador Osmar Dias, para quem peço atenção.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – O Senador Osmar Dias faz uma observação extremamente lúcida, por essa razão vamos acatar. Faremos um destaque pedindo que, no Projeto de Conversão, o art. 1º seja substituído pelo art. 1º da Medida Provisória enviada pelo Governo. Com isso, fica o art. 51 e está resolvido o problema.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Feito o esclarecimento, Senador Osmar Dias, o Relator respondeu o questionamento levantado por V. Ex^a e já anunciou a mudança.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito para discutir, o nobre Senador Jefferson Péres.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – V. Ex^a ainda deseja falar?

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – O Relator está na tribuna e eu queria pedir um esclarecimento.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Pois não.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Ney Suassuna, eu queria apenas lhe fazer um pedido. O art. 51 diz: “Os consórcios e associações intermunicipais de bacias hidrográficas (...).” Do jeito que está o texto, pode-se fazer um consórcio entre uma empresa particular de um Município e uma de outro e pode-se fazer uma associação entre o Município A e o Município B. O importante é não perder o caráter público dessa matéria. Então, já que vamos fazer mesmo uma

alteração, que a façamos, esclarecendo a questão em definitivo. É uma opinião.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Nobre Senador, às vezes, a bacia hidrográfica atinge vários Estados, como é o caso da Bacia do Paraíba do Sul, que passa por São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. O consórcio não é somente estadual como municipal, mas são entidades públicas. Ao trocar o art. 47 pelo art. 51, excluímos todos os demais órgãos que não sejam ou municipais ou interestaduais. Fique V. Ex^a tranquilo, porque isso está garantido. Se mudássemos também o art. 51 da lei, nós extrapolariamos nossa função.

Fique tranquilo, porque, como bem esclareceu o Senador Juvêncio da Fonseca, fica perfeitamente claro que isso só pode ser a união de Municípios e de Estados que se consorciaram para administrar aquela bacia.

Quando eu estava no Ministério da Integração, tive oportunidade de ver vários consórcios na Espanha e, realmente, é o modelo que a ANA está seguindo. Nós, hoje, tivemos um ato de coragem, restituindo a medida provisória e tirando o que pode ter ocorrido na Câmara em função da pressão das ONGs a fim de que pudessem ingressar também, e isso seria perigoso. Por essa razão, acredito que dessa forma se soluciona.

Sr. Presidente, ainda tenho um esclarecimento a fazer em relação a um destaque apresentado pelo nobre Senador José Jorge. Ele foi para a Câmara e lá foi considerado inconstitucional. E, tendo sido declarado inconstitucional, a Relatoria não pôde acatá-lo. Por essa razão, o voto é contrário ao único destaque que havia em relação a essa medida provisória.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – O Relator acaba de esclarecer o voto contrário ao último destaque. Temos ainda dez oradores inscritos.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, foi muito oportuno o alerta do meu correligionário Senador Osmar Dias. Não fora isso, este Senado iria engolir a alteração feita na Câmara, e que não foi gratuita. A troca de artigo foi para deixar a ambigüidade, deixar o artigo redigido de forma ambígua, a fim de permitir a privatização de bacias hidrográficas por organizações não-governamentais num processo de privatização que está sendo feito no Brasil. O Estado nacional brasileiro está sendo privatizado aos poucos e agora não para empresas lucrativas, mas para organizações não-governamentais – ONGs –, muitas delas de idoneidade altamente duvidosa.

Dessa forma, o PDT fecharia a questão com o voto contrário, mas, com o esclarecimento prestado pelo Senador Osmar Dias e feita a devida retificação, votaremos favoravelmente à matéria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, nobre Senador Almeida Lima. (Pausa.)

S. Ex^a desistiu de pronunciar-se.

A Presidência fará uma consulta ao Plenário. Estão inscritos os Senadores Alvaro Dias, Garibaldi Alves Filho, Ramez Tebet, Flávio Arns, César Borges e a Senadora Heloísa Helena, que já receberam os esclarecimentos do Relator. Eu gostaria de saber se esses Senadores já se consideram esclarecidos com a explicação do nobre Relator da matéria, para que possamos avançar na pauta e, quem sabe, passar ao próximo item.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, gostaria de que V. Ex^a me inscrevesse para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Senador Antonio Carlos Valadares, V. Ex^a será inscrito para o encaminhamento.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, preciso de um esclarecimento a mais do Relator da matéria, Senador Ney Suassuna.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Senador Ney Suassuna, o Senador Flávio Arns deseja outro esclarecimento.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Pela ordem.) – Quero apenas dizer que, no projeto de conversão, em razão da alteração do art. 1º, deve ocorrer também a alteração do art. 10, que daria uma nova redação ao art. 51 da Lei nº 9.433.

Então, para o art. 10 ser compatível com o art. 1º, com a alteração, deveria ser suprimido.

Eu gostaria de ouvir a opinião de V. Ex^a sobre esse fato.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Para adequar a redação, Senador Flávio Arns, se estamos mudando o art. 1º, realmente, há lógica, e faremos isso também no art. 10.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Ressalto, Senador Ney Suassuna que realmente havia a proposta de alteração do art. 51 de uma outra lei, para outras organizações não-governamentais que não es-

sas entidades entre Municípios. Achei muito adequada a argumentação do Senador Ramez Tebet, porque tem que ficar bem caracterizado que se trata de uma iniciativa pública, entre entidades públicas, bem público. Então, são iniciativas entre Municípios, entidades entre Municípios. Ao mesmo tempo, então, mudando o art. 10 para haver a adequação com o art. 1º.

Agradeço a manifestação do Relator dizendo que também haverá proposta de alteração do art. 10.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Senador Flávio Arns, se já se considera satisfeito com as explicações do Relator, a Mesa retira a inscrição de V. Ex^a.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PMDB – TO) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS). Pela ordem.) – Na verdade, não cheguei a analisar todo o projeto. Mas esse art. 10 derruba todo o trabalho que fizemos até agora, dando uma nova redação ao art. 51.

Nós não podemos dar uma nova redação ao art. 51. Isso, sim, subverte toda a ordem, e tem razão o Senador Ramez Tebet. Eu não tinha observado que este projeto está propondo a modificação da redação do art. 51, o que não pode acontecer.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Como Relator.) – Já rejeitamos e já retiramos, Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Sr^{as} e Srs. Senadores, é importante que os oradores inscritos estejam acompanhando os esclarecimentos que o Relator tem feito a cada momento.

Consulto o Senador Ramez Tebet que também está inscrito se se considera satisfeito com as explicações.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Considero-me, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Então a Mesa retira a inscrição de V. Ex^a.

Tem a palavra o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, depois do entendimento a que se chegou, não se justifica mais a palavra neste momento.

Mas pergunto: a que título teria a Câmara dos Deputados procedido a essa alteração? A que título um Parlamentar desejaria repassar recursos públicos, bens públicos sem licitação a uma organização civil? A que título desejaria um Parlamentar permitir que uma

organização civil realizasse atribuições do setor público com o privilégio de não realizar licitação pública?

Sr. Presidente, é no mínimo suspeita a atitude de quem assim procedeu, lamentavelmente. O Senado corrige essa gravíssima distorção alertado pelo Senador Osmar Dias.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Mesa consulta o Senador Garibaldi Alves Filho se também se deu por esclarecido nas questões levantadas, ou V. Ex^a vai discutir a matéria.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vou ser breve, diante da necessidade de se acelerar a votação da matéria, mas não poderia deixar de dizer que se trata de assunto complexo, que o desenho institucional criado pela ANA, a princípio, deixou os Senadores preocupados, mas se constitui numa única alternativa para investir nas bacias hidrográficas.

Ora, Sr. Presidente, temos aqui, no relatório da Câmara dos Deputados, que a cobrança dos recursos na Bacia do Rio Paraíba do Sul foi aprovada pelo Comitê de Bacias, em consenso com os usuários da água. Apesar disso, os recursos arrecadados estão sendo recolhidos ao Tesouro Nacional, como se essa cobrança fosse um imposto comum. Ou seja, é um verdadeiro dilema! Numa hora, estamos preocupados que agências, entidades privadas recolham esse dinheiro; noutra hora, devemos nos preocupar que esse dinheiro fique realmente com os comitês de bacia, com as agências, para que possa existir o verdadeiro investimento nas bacias hidrográficas.

A Medida Provisória nº 165, ora em apreciação, vai permitir, por esse meio de contrato de gestão entre a ANA e uma entidade com características de organização social existente ou criada no âmbito do Comitê de Bacia Hidrográfica, a transferência da arrecadação proporcionada pela cobrança pelo uso dos recursos hídricos no âmbito de cada bacia, para que estes sejam utilizados em ações que proporcionem a melhora da qualidade e da disponibilidade de água, em prol dos usuários pagadores e da sociedade que a compartilha.

Sr. Presidente, minha manifestação, associando-me ao Relator, o Senador Ney Suassuna, é favorável, uma vez que as maiores dúvidas já foram esclarecidas por S. Ex^a e pelo Senador Juvêncio da Fonseca.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Senadora Heloísa Helena, pelas anotações da Mesa, V. Ex^a é a próxima inscrita. (Pausa.)

S. Ex^a desiste de falar.

Senadora Lúcia Vânia, V. Ex^a é a última oradora inscrita para discutir a matéria.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, a Medida Provisória nº 165, de 2004, que vamos votar hoje, trata dos contratos de gestão firmados pela Agência Nacional de Águas e as entidades para as quais são delegadas as funções de Agências de Águas.

Ao apresentar o seu relatório na Câmara dos Deputados, o Relator Mário Assad Júnior manifestou-se favorável à medida provisória na forma do projeto de lei de conversão, que apresentou com mais de oito emendas, por entender que eram fundamentais para tornar o texto mais adequado à importância do assunto.

E esse é o texto que vamos votar. O assunto, na verdade, é tão importante que extrapola, como disse aqui o Senador Tião Viana, o conteúdo da medida provisória encaminhada ao Congresso pelo Governo, para se tornar uma discussão social, política, econômica e até mesmo religiosa, no âmbito nacional e mundial.

Como disse aqui – e repito – o Senador Tião Viana, temos problemas sérios com relação à água: falta de saneamento básico, falta de cuidados com nossos rios, seca, enfim, uma série de problemas que encontramos tanto nos grandes centros quanto nas pequenas cidades.

A perda de água por parte das empresas concessionárias também é muito grande, chegando a 40% em termos nacionais, segundo dados da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico do IBGE.

Em muitos outros países onde a cobrança pelo uso da água foi estabelecida, tal cobrança, além de gerar receita, induziu a economia do produto natural, com redução de perdas, e a gestão com justiça ambiental, exatamente por cobrar de quem usa ou de quem polui.

Quando falamos do texto da medida provisória ora em análise, ficou a nossa preocupação, prontamente atendida pelo Relator Ney Suassuna, que, com sua grande sensibilidade e experiência, conseguiu dirimir uma série de dúvidas e problemas apontados na medida provisória. Entre os grandes problemas apontados pela Oposição, aqui representada pelos Líderes Arthur Virgílio, Jefferson Péres e José Agripino, o principal era permitir que organizações não-governamentais, com objetivos de defesa de interesses difusos e coletivos, pudessem firmar contrato de gestão com a ANA, para exercer funções de competência das Agências de Águas.

Assim, a medida provisória abre a possibilidade para favorecimentos, o que não seria o ideal nesse caso. Por isso, quero aqui parabenizar o Senador Osmar Dias, que, em primeiro lugar, levantou a questão e foi imediatamente apoiado pelos Líderes da Oposição.

Na mesma linha, ao afirmar que a ANA deverá complementar a definição de conteúdos e exigências a serem incluídas nos contratos de gestão de que seja signatária, a Medida Provisória nº 165 não trazia, com os artigos até então questionados, normas seguras necessárias a um contrato de gestão dessa envergadura.

É inegável que a medida provisória necessita de reparos. E hoje, mais do que nunca, vamos repetir o que temos falado desta tribuna eu e vários outros Senadores. Temos dificuldades para analisar medidas provisórias, uma vez que um volume enorme delas é injetado no Senado constantemente, para ser votado de maneira atabalhoada, sem uma análise mais profunda. Isso, naturalmente, gera o impasse que enfrentamos nesta tarde, quando somente conseguimos evoluir à medida que a experiência do Senador Ney Suassuna pôde atender às reivindicações levantadas.

Por isso, mais uma vez, gostaria de advertir que é muito arriscado votarmos assuntos dessa envergadura nessa correria. Não podemos permitir que o rolo compressor atropele um assunto dessa importância.

Com a supressão do art. 47, para permanecer apenas o art. 51, e a supressão do art. 10, para prevalecer o art. 51, cremos que o projeto poderá ser votado, atendendo a antiga reivindicação da sociedade brasileira e dos setores preocupados com a questão da água neste País.

É bom lembrar a importância da campanha feita pela CNBB para alertar a população para a importância da água como fonte de vida.

Senador Ney Suassuna, deixo aqui o meu abraço e meus cumprimentos pela iniciativa de atender ao nosso pleito.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Está encerrado o prazo para os oradores inscritos para a discussão. (Pausa.)

A Mesa inscreve os Senadores José Agripino, Arthur Virgílio e Mão Santa para a discussão e concede a palavra ao próximo orador, que era o último inscrito, o Senador Antonio Carlos Valadares.

A Mesa recebeu novas inscrições. A Senadora Heloísa Helena, que havia desistido, inscreve-se novamente, assim como o fazem os Senadores Sérgio Guerra e Leonel Pavan.

Tem a palavra V. Ex^a, Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, estou pedindo para falar no encaminhamento da votação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Ainda para discutir, tem a palavra a Senadora Heloísa Helena.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – V. Ex^a tem a palavra pela ordem, Senador Ramez Tebet.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS Pela ordem.) – Sr. Presidente, o que estou sentindo é que a matéria está muito bem discutida. Poderíamos partir para o encaminhamento da votação?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Senador Ramez Tebet, a não ser que chegue à Mesa um requerimento pedindo o encerramento da discussão, a Presidência tem que aceitar inscrições e dar a palavra aos que se inscrevem.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL. Pela ordem.) – Sr. Presidente, é evidente que respeito muito o Regimento. Como eu havia aberto a mão da minha inscrição e outros se inscreveram, volto para o final da fila humildemente. Estou indo para o final da fila, humildemente, como possibilita o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Senador José Agripino, V. Ex^a é o próximo orador inscrito para discutir.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero destacar o valor do debate. Anunciava-se a apreciação da medida provisória que criaria a ANA e as “Aninhas”, que eram as organizações que, no plano regional, iriam disciplinar o uso da água. Uma matéria pacífica, sem problemas. Chegamos todos aqui para votar e estabeleceu-se o debate, com o contraditório, os argumentos e as opiniões. Sr. Presidente, votaríamos algo que poderia redundar em prejuízo ao interesse público.

Vou ser mais claro. Quero citar dois exemplos do meu Estado, o Rio Grande do Norte: no Município de Mossoró, a água de beber e de irrigar vem de 800 metros de profundidade. São postos artesianos. A água chega quente à superfície. O primeiro poço foi perfurado há mais de vinte anos e, ao longo de muitos anos, a região de Mossoró transformou-se em um paliteiro. Poços perfurados – preciso dizer a V. Ex^a e a meus distintos pares – aleatoriamente, sem coordenação técnica, sem monitoramento e sem supervisão. O que aconteceu ao longo do tempo? Os poços perfurados na área rural, ao sul de Mossoró e que abastecem a agricultura irrigada, a partir de um determinado momento, começaram a cair no seu gradiente hidráulico.

Todo ano o nível dinâmico da água, que é fóssil, impregnada no arenito, caía. O gradiente hidráulico da água caía, e, nos primeiros anos, ninguém sabia a que

atribuir. Depois, com o passar do tempo, verificou-se que era muito fácil a explicação: em função do paliteiro em que se havia transformado a região de Mossoró, um poço estava interferindo no nível do outro; populações estavam sendo prejudicadas por outras populações; atividade prejudicava atividade. Esse é um fato.

Outro fato: na região do Seridó há uma barragem chamada barragem do Itans, fazia tempo que ele não enchia e sangrava. Há muito tempo isso não acontecia, porque, ao longo de muitos anos, foram sendo construídas barragens a montante da barragem do Itans, barragens que não existiam quando Itans foi feito.

E quando Itans foi feito, a cada inverno, a cada período de chuva regular, os córregos, os riachos e o rio Seridó enchiam com facilidade o rio Itans, que transbordava, limpava a qualidade da água e abastecia a cidade de Caicó com segurança e de forma suficiente.

A longo do tempo, foram sendo construídas barragens a montante. Essas barragens precisavam encher e transbordar para que a água chegasse à barragem de Itans, que foi a primeira grande obra feita na região do Seridó e não mais encheu. Então, a população de Caicó foi prejudicada por falta de uma supervisão técnica, de um monitoramento da água.

O que estamos votando? A delegação por parte da Agência Nacional de Águas para as “Aninhas”, a fim de que uma agência de águas na região de Mossoró discipline, por exemplo, a perfuração dos poços para que um poço novo não prejudique o poço velho; uma barragem nova não prejudique a barragem-mãe. Mas a idéia que, na sua essência, é sensacional, estava mal fundamentada porque permitia que órgãos públicos delegassem poderes a órgãos ou a entidades privadas cujo interesse nenhum de nós aqui é capaz de avaliar; se é cem por cento do interesse público ou se sua decência seria possível.

O que se levantou? Levantou-se que o art.10 e o art.47 poderiam comprometer toda boa intenção da ANA e das “Aninhas”. Por meio do debate de uma hora, uma hora e meia, duas horas; do entendimento dos Líderes; da posição lúcida do Senador Aloizio Mercadante; da posição, logo no primeiro momento, levantada com muita competência pelo Senador Osmar Dias de que o Líder do PSDB, Senador Arthur Virgílio, o Líder do PDT, Senador Jefferson Péres, eu próprio, enfim, os Líderes dos partidos promovessem um entendimento, houve um debate de boa qualidade, objetivando o interesse público, que aperfeiçoou um texto.

Estou fazendo essa digressão, Sr. Presidente, para dizer que a minha idéia, a partir do primeiro pronunciamento, era encaminhar contrariamente a esta matéria, porque entendo que, da forma como estava

redigida, feria o interesse público. Todavia, pelo debate, pelo desbaste do texto, que voltará para a Câmara – é verdade –, chegou-se ao entendimento que consulta o interesse público. Será muito bom, porque esse foi o interesse original da criação da ANA e das “Aninhas”. Então, pelo debate, chegou-se ao bom entendimento, e deve-se estimular o bom debate, a não economia dos argumentos, das manifestações, dos discursos, da inteligência de quem a tem para oferecer, a fim de que quem ganhe seja a sociedade.

Creio que, por meio das modificações e das supressões que o Relator **ad hoc**, o Senador Ney Suassuna, em muito boa hora, acolheu, quem está ganhando é a sociedade de norte a sul, de leste a oeste. No meu Estado, o Rio Grande do Norte, com certeza absoluta, haverá benefício pelo disciplinamento na perfuração de poços, na construção de barragens, no aproveitamento da água de lagos e rios, que, a partir de agora, será feito. Parabéns pelo debate! Parabéns, Relator, Senador Ney Suassuna. Votarei favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o eminentíssimo Líder Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Sras. Senadores, o Senado vive hoje, talvez quase sem o perceber, momento extremamente bonito e construtivo.

Eu dizia ainda há pouco ao Senador Jefferson Peres que o gesto do nobre Senador Osmar Dias foi marcante. S. Ex^a nos alertou para dois pontos essenciais: o suposto privilegiamento às chamadas ONG's e a questão da licitação que deve estar presente em todo e qualquer ato que envolva o dinheiro público. S. Ex^a, portanto, terminou por nos dar o norte, em primeira mão, do que seria o voto da Oposição. Ele seria “Não” à aprovação do Projeto de Lei de Conversão.

Em segunda instância, o alerta do Senador Osmar Dias serviu para mobilizar Governo e Oposição, na busca do que seria o melhor interesse público a ser resguardado. Quer dizer, desloca-se o foco do art. 47 para o art. 51, garante-se que há licitação, sim, e, mais ainda, Senador Agripino Maia, este talvez seja o melhor legado. Quem termina esclarecendo, tentando viabilizar a aprovação da matéria, não é nenhum Senador do Governo; não é ninguém da base de apoio ao Presidente. Ao contrário, é um bravo Senador de Oposição, também do seu partido, Senador Osmar Dias, o Senador Juvêncio da Fonseca.

Se isso não é demonstração de que existe uma Oposição madura nesta Casa, não sei que outra forma teríamos de demonstrar essa crença que vai bem dentro do nosso coração e passa, com muita rationa-

lidade, pelo nosso cérebro. Quer dizer, um Senador da Oposição alerta para o desastre e o outro Senador da Oposição busca a fórmula para chegarmos ao melhor entendimento. Estamos discutindo água, e se eu fosse de outra região que não a Amazônia poderia me dar por satisfeito nas minhas inquietações, estando a questão da probidade resolvida e o limite às ONGs imposto. Mas sou do planeta água, da Amazônia, onde temos poetas inspirados que falam da água: água em caudal, de Ramayana de Chevalier; água em fúria, água em noivado – a cachoeira. E a água pode ser a grande *commodity* do século XXI, substituindo o petróleo em algum momento deste século.

Portanto, para a minha região, tem importância redobrada o que estamos a discutir. Entendo a agência como um grande passo à frente, como um grande avanço. Ela deve ser posta a funcionar na defesa do futuro deste País; ela tem que olhar com olhos graúdos. Por isso, o alerta do Senador Osmar Dias que, logo de plano, colocava a nu a possibilidade de estarem praticando uma mesquinharia na questão da água, ou seja, apadrinhamento não cabe quando se fala de água, quando se fala de coisa pública.

Por outro lado, age muito bem o Senador Ramez Tebet quando questiona se estão propondo privatizar um rio, interesses estratégicos dessa monta. Portanto, Sr. Presidente, Srs e Sras. Senadores, o Senado hoje vive um momento muito bonito. Não tivemos ainda nenhuma discussão mais profunda sobre a matéria seguinte. Alguém me pergunta se essa matéria está clara. Não, pois temos muito que dizer. Que o Governo prepare seus ouvidos, porque temos muito que dizer sobre a matéria relativa aos bingos.

Estamos vendo a questão da água com olhar técnico, e eu a vejo também até com um olhar telúrico, com um olhar amazônico, com um olhar de responsabilidade e com um olhar de sonho. Nessa questão da água, a orientação da nossa Bancada é no sentido de votarmos a favor, colocando os reparos que tivéssemos de colocar à matéria do Governo. Entretanto, alertados pelo Senador Osmar Dias, tínhamos de encaminhar a favor e, para defender a nossa posição, talvez pedir verificação de quorum ou algo assim. Não é o que vai acontecer. Foi feito um acordo. Funcionou a sensibilidade do Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante; funcionou a sensibilidade da Bancada governista; funcionou a sensibilidade do conjunto do Senado, pois todos ajudaram. Chamo atenção especificamente para dois Senadores do PDT, Osmar Dias e Juvêncio da Fonseca, que cumpriram, neste momento, um papel absolutamente brilhante, oportunamente e de enorme vigilância. Hoje, mostraram ambos que é possível fazer oposição de várias formas, até pela forma do alerta,

do aconselhamento, do aviso. Tudo isso se faz no interesse deste País.

A Bancada do PSDB, que ainda encaminhará a matéria, votará a favor, junto ao PFL e ao PDT, porque houve modificações essenciais. Vimos a boa vontade do Senador Ney Suassuna, Relator da matéria, ao cumprir um dever. Poderia, quem sabe, haver uma certa soberba – muito comum de acometer os governos – de decidir não ler mais porque já está lido. Era preciso ler, porque o que estava acontecendo aqui agredia a própria ética do Legislativo. Afinal de contas, agora, todos estamos falando quase que a mesma linguagem. Para falarmos a mesma linguagem, foi preciso primeiro o Senador Ney Suassuna ler o seu relatório. S. Ex^a o fez com enorme dedicação e prestou os esclarecimentos com enorme competência quando acionado por quem tinha dúvidas.

Mas, até uma certa hora da sessão, falava a Oposição; até uma certa hora da sessão, só falava o Senador Osmar Dias; falavam o Senador Fulano, o Senador Beltrano, todos da Oposição. Pergunto: a matéria não é importante? A matéria não é urgente? Se a matéria não é importante, por que virou medida provisória? Se a matéria não é importante e urgente, onde está a constitucionalidade dela? Ou seja, estou aqui votando imbuído da idéia de que esta é uma matéria urgente e relevante que mereceria, sim, ser objeto de edição de medida provisória. Por isso, tínhamos que ter esse choque dialético. A Oposição propõe as suas dúvidas; o Governo rebate as dúvidas da Oposição. Ao fim e ao cabo, chegamos à síntese, que será a votação com a participação de todos os segmentos do Senado. Isso é o que propomos para a matéria seguinte, dos bingos, e para todo e qualquer entendimento aqui. No Senado, a política da terra arrasada, a política do “tenho a maioria, logo não respeito a minoria” não dá certo, até porque a Minoria no Senado é muito expressiva.

Sr. Presidente, encerro a minha manifestação, louvando a sensibilidade e a acuidade do Senador Aloizio Mercadante, que colaborou, e muito, para a solução definitiva. Evidentemente, refiro-me aos Senadores da Oposição que suscitaram o debate de maneira mais firme e mais qualitativa no início da discussão dessa matéria. O Senado, daqui a pouco, se pronunciará de maneira una, como se não houvesse Partido, como se houvesse unanimidade, como se não houvesse tripartição ou polipartição de opiniões.

Portanto, Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a a benevolência com que trata este orador neste momento. Quero ressaltar que alguém, ao ler nos jornais que se aprovou essa medida provisória quase à unanimidade, poderá dizer: “Foi muito fácil. Eles chegaram à unanimidade porque pensavam todos igualmente”. Não.

Construímos a unidade na diversidade, na diferença, procurando ver quais eram as nossas diferenças e os nossos desacertos, buscando, depois, os pontos que seriam de convergência na direção da Nação. Na discussão, Sr. Presidente, a preocupação e a alegria foram manifestadas pelo PSDB, porque, de fato, hoje funcionou aqui uma Casa madura, uma Casa de reflexão, uma Casa de democracia; hoje funcionou aqui a tentativa de se encontrar o eixo, a síntese da vontade coletiva, que agora está resguardada. Protegemos a licitação pública como um bem a favor da defesa da coisa pública e impomos limites que garantem, sem dúvida alguma, a soberania do interesse brasileiro acima de quaisquer outras supostas e falsas soberanias.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Era o que tinha a dizer.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero comunicar à Casa que acabo de receber dos advogados do PSB, especialmente os do Senador João Capiberibe, a notícia de que o Tribunal Superior Eleitoral, por meio da Ministra Helen Grace, decidiu conceder uma liminar para que o caso seja suspenso até a publicação do acórdão, que vai, sem dúvida alguma, suscitar um novo recurso por parte do Senador João Capiberibe e da Deputada Janete.

Isso significa dizer, Sr. Presidente, aquilo que disse em tantas outras oportunidades: confio na Justiça brasileira, que os equívocos podem ocorrer em qualquer Tribunal e em qualquer juízo. O Tribunal cresce, o Juiz cresce no conceito da sociedade, no conceito da opinião pública, na medida em que as distorções sejam corrigidas, que a Justiça seja feita e que os mandatos eletivos legitimamente conquistados nas urnas sejam respeitados.

Tenho a perspectiva otimista de que o Tribunal Superior Eleitoral ou o próprio Supremo Tribunal Federal possam dar ganho de causa ao Senador João Capiberibe, cuja vida é toda dedicada, com extremo idealismo, a serviço da Nação, a serviço do Estado.

Portanto, Sr. Presidente, faço esta comunicação, pelo PSB, na confiança de que o Tribunal Superior Eleitoral, na sua soberania, na sua autonomia, possa tomar uma decisão consentânea com os interesses do País, da sociedade, repondo a verdade, repondo a justiça.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero associar-me às palavras do Senador Antonio Carlos Valadares e dizer que entendo que a concessão dessa liminar por parte da Ministra Ellen Gracie é um gesto importante da Justiça Eleitoral, pois suspende temporariamente a execução da sentença, até a publicação do acórdão, e permite, evidentemente, que posteriormente se recoloquem esses argumentos por ocasião da publicação do acórdão.

Tenho certeza de que a história de vida do Senador João Capiberibe, a sua contribuição à vida pública e o sentimento geral da opinião pública permitirão que avancemos nessa perspectiva, nessa direção. Certamente esse é também o sentimento da ampla maioria dos Senadores desta Casa, que sabe o que representa o mandato popular e que se solidariza, neste momento, com o PSB e sobretudo com o Senador Capiberibe, que tem um passado de combatividade, de compromisso com o interesse público, uma vida pública exemplar.

Hoje se fez justiça, e tenho certeza de que essa decisão será mantida posteriormente, permitindo assim um recurso ao Supremo Tribunal Federal, que é a instância máxima e que, portanto, proferirá, no momento oportuno, a decisão final sobre esse processo.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PFL – TO) – Eu apenas gostaria de lembrar ao Plenário que estamos em momento de discussão de uma matéria para a qual há dez oradores inscritos.

Apenas fez uma comunicação o nobre Líder Antonio Carlos Valadares, e haverá outra oportunidade para que a Casa toda se possa pronunciar sobre o que foi anunciado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Serei bastante breve, Sr. Presidente.

Isso me enseja ressaltar o que estava atravessando na minha garganta. Ouvi já ilações, por exemplo, de que o Ministro Carlos Velloso votou de uma forma, em um caso determinado, em outro processo, e de forma diversa no episódio Capiberibe.

Eu gostaria de dizer que o que conheço do Ministro Velloso evidencia honradez seguida de honradez e muito conhecimento jurídico. Se S. Ex^a votou assim

em um processo e “assado” em outro, foi porque sua convicção lhe mandava votar dessa forma.

Dessa vez, o Supremo demonstra serenidade – isso não lhe falta –, sensibilidade e demonstra que também se realiza o Direito, às vezes, até pela analogia e pelo mergulho na vida humana. Ou seja, muitas vezes, a letra da lei é suplantada pelo juiz que consegue dar essa demonstração de humanidade.

Por isso, quero louvar o Supremo Tribunal Federal e, além disso, aproveito para desengasgar. Ninguém duvide, por mais que alguns julguem equivocada qualquer decisão do Ministro Velloso, de que S. Ex^a não toma decisão alguma, se não tiver absoluta convicção de que está fazendo o certo – pode até não estar, mas acredita e quer fazê-lo.

Portanto, neste momento, saúdo o fato de termos uma luz nesse quadro que se abate sobre o Senador Capiberibe, parecendo que o que lhe aplicam é um remédio demasiado amargo. Os remédios, a meu ver, devem ser sempre colocados com sabedoria, à altura da moléstia, jamais acima. O remédio está demasiadamente amargo, e, por isso, a Casa se alivia com o gesto de absoluta clareza, lucidez e até de dignidade humana do Supremo Tribunal Federal.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, não quero me manifestar pela ordem, nem pela desordem. Pelo sufoco que foram esses últimos dias, eu não poderia deixar de comemorar. Fiz questão de vir dar meu abraço solidário ao Senador Capiberibe e dizer que estamos confiantes de que a luz que se acende, no dia de hoje, com essa liminar, com certeza significa a vitória da justiça. Creio que todo o constrangimento a que estamos submetidos, desde as decisões da semana passada, impele-nos à obrigatoriedade de enxergar nessa luz uma perspectiva positiva.

Sr. Presidente, V. Ex^a me desculpe. Tenho cobrado muito que se cumpra Regimento, mas usei da palavra pela desordem agora, pela absoluta necessidade de expressar minha alegria com essa decisão liminar, tomada neste momento, pela Ministra Ellen Gracie.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito para discutir, Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, também quero manifestar-me sobre essa MP em que o Governo demonstra tanta pressa e tanta preocupação.

Todos sabemos que, quando o Governo quer urgência em alguma medida provisória, acaba forçando não apenas a Base aliada, mas inclusive a Oposição.

E não entendemos por que o Governo tem tanta pressa com essa MP?!

Certamente ela é importante para o País, até porque sua aprovação nos conferirá maior controle, principalmente com relação aos nossos mananciais, com a instalação e construção de poços artesianos, para atender o oeste de Santa Catarina, que passa por grande estiagem. Não existe, por parte do Governo, um projeto para trazer realmente conforto ou condições de trabalho para os agricultores, tanto do Rio Grande do Sul, como de Santa Catarina e de outras regiões deste País. Por falta de um projeto contundente do Governo, não há condições de trabalho, com mais tranquilidade, para os nossos agricultores que sofrem com a falta de água. Talvez a ANA venha realmente trazer esses benefícios.

No entanto, minha preocupação é maior. Por que o Governo preocupa-se tanto com a MP da ANA e não se preocupa com o salário mínimo? Ora, a atual proposta de salário mínimo realmente não dará condições nem para pagar alimentação, muito menos para pagar a água. Quem sabe, após a aprovação dessa MP, possamos trabalhar até mesmo pela distribuição gratuita de água a todos os trabalhadores do Brasil? O Governo não demonstra preocupação com o salário mínimo que implantou neste País, mas o tema vem trazendo, sem dúvida alguma, tranquilidade a todos os trabalhadores brasileiros.

Fazemos este registro para que o Governo se preocupe, sim, com a ANA, mas principalmente com os salários de nossos trabalhadores, que certamente poucas condições terão de arcar inclusive com as despesas de água.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra ao Senador Sérgio Guerra, próximo orador inscrito para discutir a matéria.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, a discussão de uma matéria de tal relevância é didática para desenvolvermos uma maior capacidade de reflexão sobre o papel que cumprimos no plural, Senadoras e Senadores eleitos pelos Estados brasileiros.

Não haverá seguramente, na desordem nacional, setor mais desestruturado que o dos recursos hídricos. É de domínio público que algumas regiões são extremamente deficitárias na questão dos recursos hídricos. Qualquer brasileiro sabe que o Nordeste é o melhor exemplo dessa desestruturação.

Políticas de enfrentamento do problema da seca, de um lado, e de solução do problema hídrico, de outro, foram e são desenvolvidas há muitos anos. Quando

não desenvolvidas, são anunciadas. O fato concreto é que, nesse tempo todo, alguns bilhões de dólares foram desperdiçados em projetos de alcance extremamente reduzido. No meu Estado e na maioria dos Estados do Nordeste, a questão da água continua sem solução.

A expansão demográfica, a urbanização, a transferência de populações rurais para a periferia de grandes e médias cidades só agravou esse enorme desperdício e os exemplos de desconstrução.

O fato real é que o Nordeste brasileiro jamais enfrentou, como deveria, a questão dos recursos hídricos. A administração do problema da água no Nordeste, de forma especial, e no Brasil, de maneira geral, é absolutamente inconsequente, para não dizer nula. Investimentos têm sido feitos, programas têm sido anunciados. No entanto, nem os investimentos feitos nem os programas previstos são capazes de enfrentar a questão com responsabilidade.

Era, portanto, indispensável que se desenvolvesse uma agência com capacidade objetiva de trabalhar a matéria, que é das mais relevantes neste País. Como enfrentá-la? Como estruturar a difícil administração dos recursos hídricos?

Adutoras são construídas no Nordeste e vazadas, ao longo do seu percurso, por populações sedentas. Depósitos de água multiplicam-se. Não faz dois anos – lembro-me – que houve uma mobilização de Deputados e Senadores com o objetivo de aprovar recursos federais para a construção de adutoras. São centenas de exemplos de depósitos construídos, de um lado, e de falta de capacidade de distribuição, de outro lado. Problemas de abastecimento d'água nos grandes centros estão longe de serem resolvidos, a exemplo do problema do Recife, capital de Pernambuco e uma das maiores cidades do Nordeste.

Fala-se agora na transposição das águas do rio São Francisco. Não haverá seguramente maior exemplo de falta de administração de recursos hídricos que os crimes cometidos ao longo dos anos contra esse rio. O São Francisco é apenas um exemplo de uma situação dramática que deve ser encarada com responsabilidade.

Penso que uma matéria dessas não deveria ser objeto de uma medida provisória, mais, sim, de um exame extremamente responsável, demorado para o qual contribuíssem personalidades de várias origens, de categorias interdisciplinares, que pudessem verificar esse assunto na sua devida complexidade cultural, histórica, demográfica, econômica e social.

O que fazer dessas águas? Produzir energia de um lado, fazer irrigação de outro ou transposição, como se deseja, de águas do rio São Francisco, para irrigar terras a dois, três mil quilômetros de distância,

quando há centenas de milhares de hectares nas periferias, nos limites do próprio rio para serem ocupados e desenvolvidos? Mas como enfrentar, de outro lado, a falta d'água e de tudo em áreas sem água alguma, sem capacidade alguma para produção de água e que precisam de solução efetiva?

Nesse instante, há pouco mais de 30 minutos, em uma ou duas horas, fizemos um acordo importante, estruturamos uma agência de maneira absolutamente imprudente, chegamos a uma conclusão que demonstra, de um lado, a responsabilidade dos Senadores e do Senado em face das conjunturas a que são submetidos – prazos, urgências de uma medida provisória – e, de outro lado, a qualidade dos Senadores, que são, no geral, responsáveis e que sabem o que estão fazendo.

Fizemos um acordo que afastou desse projeto as chamadas ONGs essa expressão mirabolante, que, de uma maneira ou de outra, foi virando aos poucos uma espécie de exemplo de como solucionar problemas que o Estado não pode resolver. Essas organizações transformaram-se, rigorosamente, em grande parte, apenas num instrumento formal para driblar a legislação das concorrências e das licitações.

Multiplicam-se ONGs com finalidade pouco esclarecida. É esse tipo de estrutura que se está beneficiando dessa lei, porque, de fato, o conteúdo da discussão dela não era esse. Pretendia-se fazer um exame completo da situação no País, de quais os instrumentos adequados para enfrentá-lo de forma responsável, para que não representemos, como representamos hoje, uma elite brasileira que foi incapaz de ver que regiões inteiras, como o Nordeste, a cada ano, são submetidas a situações de humilhação diante das secas que não são resolvidas e das políticas que não solucionam coisa alguma.

Não tenho a menor satisfação de votar essa matéria hoje. Posso votá-la. Acredito que sobre ela se fez melhoria, mas é evidente que ela não resultou de um consenso, de uma discussão que deveria ter sido feita em outro nível, de outra forma, em outro grau de responsabilidade. Esse é o exemplo dessa política que nos entope de medidas provisórias, de um Governo que fala em reformas e mudanças para fazer coisa alguma, mas apenas para tumultuar, do ponto de vista formal, uma situação que o Governo real é incapaz de enfrentar. O Governo real não existe; o Governo formal, sim, precário, imprudente, como sempre ocorre.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A próxima oradora inscrita é a nobre Senadora Heloísa Helena, a quem concedo a palavra.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Sem Partido – AL. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente,

Sr^{as}s e Srs. Senadores, esse nosso querido País – que, mais cedo ou mais tarde, por mais que a elite política e econômica carcomida, cínica e incapaz conspire de forma contrária, será uma Pátria soberana, justa, igualitária e fraterna –, sem dúvida, é um Estado de grandes contradições.

Não estou falando, Senador Ney Suassuna, do cínico memorial de contradições no campo da política. Falo de contradições mesmo. É um País maravilhoso, com gigantesco potencial em áreas agricultáveis e de recursos hídricos.

O Senador Ney Suassuna está insistindo. Sei, pelo cansaço que a nossa idade impõe, que devemos encerrar a sessão o mais rápido possível.

Mas o Brasil é um País de grandes contradições. É um País de grande riqueza não apenas em áreas agricultáveis ou recursos hídricos, um País cuja riqueza, apesar de produzida por muitos, é apropriada por poucos.

Não é à toa que apenas 0,01% das famílias brasileiras se apropriam de 47% de toda a riqueza produzida nacionalmente. Isso não é uma coisa qualquer.

Imaginem, Senadores Ney Suassuna e Arthur Virgílio, que apenas 3% do que está sendo disponibilizado do Orçamento nacional para encher a pança dos banqueiros internacionais possibiliteria, Senador José Agripino, que nós aqui dobrássemos o poder de compra do salário mínimo, Senador Romeu Tuma. Não é uma coisa qualquer. Apenas 3% do que está sendo disponibilizado para encher a pança dos banqueiros internacionais, esvaziando o prato, a dignidade e o emprego do povo brasileiro, possibiliteria que esta Casa elevasse o salário mínimo para mais de R\$325.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, como há idade mínima para chegar nesta Casa, quando vão batendo as 20 horas as Senadoras e os Senadores vamos ficando cansados. Não é à toa que existe quase uma pressão para que terminemos rapidamente.

Mas, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, como nordestina, evidentemente, eu não poderia deixar de falar da importância dos recursos hídricos para o nosso Nordeste.

Não é à toa que a Igreja Católica, com a campanha da fraternidade, trouxe um tema extremamente importante para conscientizar mentes e corações deste País.

Sr. Presidente, é só.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Presidência consulta o Plenário. O Senador Ney Suassuna, Relator da matéria, disse que houve um entendimento entre todos os Líderes para que possamos encerrar a discussão e passar à votação.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, não houve entendimento comigo. Lamento informar que o PSB não participou desse entendimento, apesar de eu não ser o Líder.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Como V. Ex^a tem interesse, sendo da base do Governo, em continuar a discussão, Senador Antonio Carlos Valadares, concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Para discutir. Sem revisão do orador) – Agradeço a V. Ex^a o espírito democrático.

Sr. Presidente, não poderia deixar de falar por ocasião da discussão desta matéria, principalmente porque ela vem ao encontro de um desejo muito legítimo da nossa região, banhada pelo rio São Francisco. Desejamos, com a aprovação desta matéria, obter os instrumentos necessários e adequados para a concretização de projetos, visando coibir muitos abusos praticados ao longo do tempo pela ação nefasta e inadequada daqueles que não consideram o rio São Francisco um instrumento de desenvolvimento regional, tanto que o rio precisa passar o mais rapidamente possível por um processo de revitalização, que tem sido postergado ao longo da nossa história. Mais de 500 cidades que vivem das águas do São Francisco jogam o esgoto na calha do rio, deixando de preservar a utilidade de suas águas e causando, sem dúvida alguma, doenças. Também, pelo abandono das suas margens, pela sua erosão, dá-se o enchimento de sua calha, reduzindo substancialmente a vazão do rio.

Por isso, Sr. Presidente, todo e qualquer projeto que vise o fortalecimento das bacias hidrográficas e, mais de perto, dos comitês já previstos na Lei das Águas deve ser bem-vindo no Senado Federal. Notadamente porque recursos poderão ser gerados por meio dos consórcios intermunicipais com a aprovação da Agência Nacional de Águas.

Sr. Presidente, torna-se quase impossível conseguir esses recursos, dado o esforço inaudito do Governo em compor um superávit primário de 4,25, que teimosamente tem sido imposto.

Muito embora eu faça parte da base do Governo, tenho certeza de que, no passo em que estamos, quando os investimentos estão sendo contidos em todas as áreas, não somente no setor de recursos hídricos, como também no de infra-estrutura de estradas, poderemos passar por uma crise maior do que a que agora enfrentamos. É preciso que haja uma certa abertura, uma certa flexibilidade nas políticas monetária e econômica, sem o que todos aqueles avanços que pregamos não se concretizarão. Lembro que aqui fizemos oposição ao Governo Fernando Henrique Cardoso durante oito

anos, que resolveu se entregar ao capital internacional, ao Fundo Monetário Internacional e que reteve, sem nenhuma justificativa plausível, os investimentos do setor energético, investimentos esses que foram contidos e provocaram o famoso apagão.

Portanto, Sr. Presidente, enalteço o Relator da matéria, Senador Ney Suassuna e, acima de tudo, o espírito de civismo, de brasiliade, do grande Senador Osmar Dias, do Estado do Paraná, que, ao ler a matéria com muito cuidado, verificou que a Câmara dos Deputados cometeu uma incoerência, a qual, felizmente, a tempo foi corrigida. Neste particular, o Senador Juvêncio da Fonseca também nos fez um alerta e nos mostrou por a mais b como essa distorção seria corrigida.

Parabenizo o nobre Relator Ney Suassuna, a Liderança do Governo e as Lideranças de Oposição, por compreenderem que podemos, neste momento de dificuldades, por meio de acordo e diálogo, alcançar os objetivos primaciais em benefício da Nação.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra ao nobre Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, o nobre Relator, Senador Ney Suassuna, em conversa com as Lideranças do PSDB e do PFL, propôs claramente, sem nenhum véu, sem nenhum sofisma, um acordo.

O acordo seria no sentido de encerrarmos a fase de discussão, suprimirmos o que poderia ser uma interminável sessão de encaminhamentos e fazermos apenas os encaminhamentos curtos, que orientariam as Bancadas para votação simbólica pelas Lideranças. De nossa parte, em relação aos Senadores que pertencem ao nosso partido, aceitamos. Imaginamos que podemos inclusive fazer um apelo a todos aqueles que estejam inscritos ainda no sentido de que esta matéria já tão debatida pudesse ir à votação.

O Senador Ney Suassuna foi muito claro; S. Ex^a não fez um apelo, fez uma proposta, que era a de não se votar a matéria sobre os bingos agora. Hoje, não se leria nada, ou seja, começaríamos amanhã do zero, sem preconceitos, procurando construir uma sessão tão bonita quanto a de hoje, quando houve compreensão por parte do Governo, a partir de alertas da Oposição, e nós buscando uma síntese que expresse o Senado ativo e não apenas a vontade de um segmento, por mais que ele se julgue majoritário.

Portanto, se está de pé – tenho certeza de que está – a proposta do nobre Senador Ney Suassuna, de nossa parte, do PSDB e do PFL, está de pé aceitá-la.

Mais ainda: sem podermos definir a posição de companheiros de outros partidos, fazemos um apelo no sentido de que resolvamos a questão da lista, até mesmo se dispensando de falar aqueles que ainda tenham o que acrescentar, em nome de darmos por encerrada uma sessão proveitosa e de nos preparamos para rodadas de negociação que, amanhã, talvez haverão de significar, no episódio dos bingos, algo tão profícuo como o que vimos aqui hoje. De nossa parte, não tem por que haver recuo. Estamos dispostos e até apelamos aos Senadores no sentido de não obstruirmos e de votarmos.

Então, gostaria de ouvir o Senador Ney Suassuna, porque, se essa é a sua posição, estamos aqui para endossá-la. Portanto, Sr. Presidente, a partir de agora, sem descanso, estaremos aqui para começar outras rodadas de negociação, visando o melhor meio termo que seria aplicável à MP que trata dos bingos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra pela ordem à V. Ex^a, Senador Antonio Carlos Magalhães. Em seguida, falará V. Ex^a, Senador Maguito Vilela.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, tenho acompanhado, e V. Ex^a também, que a opinião pública reclama da falta de ação do Congresso em votar determinadas matérias. Isso acontece muito por culpa do Governo, que edita medidas provisórias em excesso. Mas estamos encontrando um caminho, por meio do Senador Ney Suassuna, de se votar imediatamente esta matéria.

A minha Bancada reuniu-se, sob a Presidência do Líder José Agripino, e apresentou uma proposta, que o Senador Maguito Vilela poderá, tenho certeza, atender, no sentido de não se votar a medida dos bingos agora, mas em 24 horas ou 48 horas.

Não desejamos uma comissão que, daqui a 30 dias, faça um projeto de lei, que tramitará por mais um ano e não resolverá a situação do pessoal do bingo, que está aí passando fome, desempregado. Poderíamos resolver esse assunto não apenas sob a responsabilidade do Senador Maguito Vilela, pois é justo que S. Ex^a queira o assentimento das demais Lideranças, de todas as Lideranças na elaboração de parecer, que proporia uma solução para o problema. Se isso não for feito, evidentemente, votar-se-á a medida provisória, e os que estão aqui acreditando que o bingo com cartela

vai voltar – que é o nosso caso, pois somos contrários caça-níqueis – basta olharem para a PEC paralela, que até hoje não voltou, e em relação à qual houve o compromisso de todas as Lideranças.

Sr. Presidente, faço este apelo a V. Ex^a, ao Senador Maguito Vilela, às principais Lideranças desta Casa e a todos os Partidos sem exceção, como o PT, o PSDB – não é preciso questionar o PFL, porque o Partido já resolveu. Enfim, a todos que querem encontrar uma solução para esse grave problema nacional, que está prejudicando muitos brasileiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra ao Senador Maguito Vilela e, em seguida, à Senadora Ideli Salvatti.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Pela ordem.) – Sr. Presidente, permita-me falar das opções que temos. Propus esse acordo porque ainda há sete oradores inscritos. Se cada um quiser falar, levaremos uma hora e dez minutos, e serão 21 horas e 30 minutos. Em razão da hora, alguns Senadores sairão. Se alguém pedir verificação de quórum na votação da matéria, não votaremos nada, e ficará por isso mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Mesa apenas completará o raciocínio de V. Ex^a, dizendo que, não havendo acordo, os Senadores ainda poderão se inscrever para encaminhar a votação – o que nos levaria a outras duas horas – de uma matéria que está absolutamente em consenso neste exato momento. Essa é uma procrastinação que até se torna um desrespeito àqueles que estão aguardando a discussão da Medida Provisória dos Bingos.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Pela ordem.) – Sr. Presidente, proponho que votemos esta matéria e encerremos. Assim ficaremos tranqüilos, porque haverá a votação de, pelo menos, uma matéria. Essa é a minha ponderação.

O Senador Maguito Vilela, Relator do item seguinte, tem todo o direito de se posicionar. Quero ouvi-lo, mas ressalto as nossas opções para esclarecer que poderemos assumir um ou outro posicionamento.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra ao Senador Maguito Vilela.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, logicamente não apresentarei um relatório que expresse única e exclusivamente a minha vontade. Sempre procurei ouvir os Líderes desta Casa sobre o posicionamento a respeito da matéria. Acato, naturalmente, a sugestão do Senador Antonio Carlos Magalhães, desde que todos os Líderes assumam o compromisso de votar amanhã. Não podemos mais procrastinar essa maté-

ria. Precisamos votar nomes de muitos embaixadores, porque vários países estão sem representação diplomática. Dessa forma, se a maioria ou a unanimidade dos Líderes concordarem, se assumirem o compromisso de votar amanhã – e eu vou ouvi-los –, segundo a opinião do Senador Antonio Carlos Magalhães, não há problema algum, é lógico; mas teremos que ouvir o Líder do Governo, a Líder do PT e todos os Líderes. Para mim não há problema, desde que assumamos o compromisso de votar amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB TO) – Concedo a palavra, pela ordem de inscrição, à Senadora Ideli Salvatti e, em seguida, a V. Ex^a, Senador José Agripino.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, lembro que, na semana passada, interrompemos o processo deliberativo com o compromisso de fazer a votação no dia de hoje. Hoje, passamos algumas horas debatendo a medida provisória. Até determinado ponto, foi extremamente positivo, inclusive porque surgiram propostas que aperfeiçoaram o texto e que foram acatadas pelo Senador Ney Suassuna. Esse foi um processo extremamente positivo. Mas, a partir de determinado ponto, ficou claro que estávamos em um processo de alongar a sessão, o que se tornou absolutamente visível.

A proposta do Senador Ney Suassuna, de fazermos o acordo para interromper as intervenções e o debate, superar os encaminhamentos, ou fazer encaminhamentos bastante objetivos para procedermos à votação, é para que possamos efetuar pelo menos a votação de umas das duas medidas provisórias. Volto a dizer que, na semana passada, estava combinado que fariamos hoje a votação neste plenário.

Tenho uma preocupação. Temos feito tratativas com a Câmara e, hoje, tivemos a oportunidade de falar diretamente com o Presidente João Paulo. Pois bem, a Câmara tem votado outras medidas provisórias que virão para cá e, como sempre, trancarão a pauta. Além da MP dos Bingos, haverá algumas votações que são uma questão de responsabilidade para com a Nação, que tem que estar acima de todo o debate político e ideológico dentro deste plenário, que, obviamente, tem que ser sempre respeitado.

Não temos mais condições de continuar com seis embaixadas brasileiras, seis países sem embaixadores. Não podemos correr o risco de perder convênios internacionais cujos prazos estão vencendo sem que sejam votados, assim como empréstimos importantes para Prefeituras e Estados que carecem de votação. A brecha para fazer essas votações seria o dia de hoje. Amanhã, corremos o risco de não fazê-las.

Gostaria de dizer ao Senador Antonio Carlos Magalhães que, se tivermos condições de produzir algum aperfeiçoamento na Medida Provisória dos Bingos até amanhã, o Senador Maguito Vilela foi muito claro, muito explícito, podemos começar. Contudo, de uma vez por todas, precisamos adotar uma posição clara de votação amanhã da MP dos Bingos e dessas outras matérias, que, volto a dizer, trazem prejuízo para a Nação brasileira! Estamos tentando, de todas as maneiras possíveis, respeitando as discussões, efetivar a votação!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB TO) – Pela ordem de inscrição, tem a palavra o Senador José Agripino. Em seguida, falarão os Senadores Arthur Virgílio, Renan Calheiros e José Jorge.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Sem Partido – AL) – Peço a inscrição para também falar pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é preciso recorrer os nossos tradicionais procedimentos. Viemos para cá hoje para votar a Medida Provisória da ANA, imaginando que o tema fosse pacífico e que seria discutido e votado. Encontramos dificuldades. Ao longo do debate, arredondamos o texto e estamos prontos para votá-lo. Até já declinei meu voto favorável.

É uma tradição nesta Casa - não que seja regimental - votar quando há consenso. Quando não há consenso, estabelece-se o debate no rito regimental, que prevê inclusive a obstrução.

O que proponho? O Senador Ney Suassuna, enquanto eu conversava há pouco com o Senador Efraim Moraes, Líder da Minoria, chegou e disse: "Que tal encerrarmos o debate agora e, amanhã, começarmos do zero a apreciação da MP dos Bingos?" Eu disse: "Topo na hora!". O Senador Arthur Virgílio também disse: "Topo na hora!"

Começar o debate do zero significa iniciar o que fizemos aqui hoje. Mas há outro ponto que, em consonância com o que disse o Senador Antonio Carlos Magalhães, eu proponho: por que não tentarmos o entendimento de Líderes em torno de um texto? Ninguém aqui vai dizer que vamos nos reunir para sair com o texto pronto e com o compromisso de votá-lo amanhã. Mas faz-se a tentativa. Essa tentativa, como Líder do PFL, disponho-me a fazer e até proponho que nos reunamos e tentemos encontrar um texto que seja consenso, que consulte o interesse nacional e não prejudique essas pessoas que estão aqui, peregrinando pelos corredores, não sei há quanto tempo. São os desempregados do bingo, são os desempregados da emoção do Waldomiro. Temos que fazer, no mínimo, o esforço de conciliação e de consenso. Se conseguir-

mos, ótimo. Caso contrário, não há o compromisso nosso de chegar amanhã e votar. Há o compromisso, sim, de apreciar, de aplicar o Regimento, de debater, de discutir à exaustão e, ao final, quem tiver mais votos ganha. Agora, se for obtido o consenso por antecipação, ótimo, porque se economiza no debate e se vota um texto que significa consenso.

Esta é a proposta que faço: vamos encerrar o debate agora sobre a ANA, vamos votar inclusive o destaque do Senador José Jorge e iniciaremos amanhã, com o encontro de Líderes; se chegarmos a um texto consensual, ótimo; se não, vamos aplicar o Regimento.

Da minha parte, buscarei encontrar o texto consensual.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Tem a palavra o Senador Arthur Virgílio e, em seguida, o Senador Renan Calheiros.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, se existe algo que a Oposição tem que refutar com energia é a tentativa de alguns de, às nossas costas, lançarem a idéia de que há um Congresso paralisado porque supostamente haveria um esforço obstrucionista. Não é verdade. Existe um excesso, certo carnaval de edição de medidas provisórias sob um rito de tramitação dessas MPs, que não cabe mais se fazer o carnaval. Essa é a primeira verdade.

Presidente Fulano fez, Beltrano também fez. Naquela época isso podia até não ser bom para o Congresso, mas podia ser feito sem grandes ônus para o Executivo. Agora, não pode, a não ser com grandes penas para o Executivo.

Temos a maior boa vontade em fazer a votação, mas não se trata de matéria simples para nós. Afinal de contas, o Governo dizia que era a favor da regulamentação. Temos documentos e mais documentos de pessoas importantes do Governo que tinham os maiores estudos, os maiores trabalhos ligados à legalização dos bingos. De repente, o Governo, premido pela crise Waldomiro, diz: agora não, agora vou “moralizar”. A MP data da segunda denúncia da revista **Época**. Será mera coincidência? Não sei. O debate de um dia inteiro vai nos dar a oportunidade de saber isso.

Queremos uma solução para os que estão ficando desempregados, porque o Governo quer tapar o buraco de uma crise às custas dos empregos deles. Queremos impedir lavagem de dinheiro sim. Queremos solução para valer no sentido de termos um Brasil livre da influência do crime organizado. Temos plena confiança no talento e na articulação do Líder Maguito Vilela.

Devo pontuar que não li nas palavras do Senador Antonio Carlos Magalhães, refletindo muito bem o seu Partido, algo do tipo: vamos votar e buscar um consenso em 48 horas. Entendi que o Senador propunha: vamos buscar um consenso em 48 e depois votar. Foi o que entendi.

Por outro lado, não estamos sequer dizendo que vamos procrastinar por 48 horas. Podemos amanhã – quem sabe? – encaminhar uma votação com cada força assumindo claramente o seu lado, depois de ampla discussão de uma tarde inteira, entrando pela noite, se for o caso, cada um exibindo a sua face. Por mais que tenhamos vontade de colaborar nesse trabalho brilhante que faz o Senador Maguito Vilela, que tem, há muito tempo, batalhado no sentido de ver isso chegar a bom termo no Brasil, não podemos dizer que, apesar de qualquer transtorno, de qualquer embaraço, de qualquer crise, de qualquer choque, de qualquer jeito, amarradadamente, como se tivéssemos devendo a um banco, teremos de fazer a votação amanhã, ou seja, há intenção nossa de convergir.

O Senador José Agripino propôs uma reunião de Líderes. Houve quem nos aconselhasse, a mim, ao Senador José Agripino e a companheiros nossos, no sentido de não nos metermos, ou seja, o Mateus é deles; eles que o embalem. Eles criaram essa crise, eles que a resolvam. Estamos saindo dessa posição de Pilatos. Estamos dispostos a discutir, a sopesar opiniões, a ver qual é a melhor atitude do Congresso em relação ao Brasil, levando em conta – tem razão a Senadora Heloísa Helena, mais uma vez, – a posição dos trabalhadores, levando em conta o que é melhor para o Brasil. Enfim, temos vontade de fazer isso.

Todos sabemos que não havia clima para votar essa matéria hoje. A maior prova de que já não havia clima vai desde o bom humor do Senador Aloizio Mercadante, que estava brincando comigo, ainda há pouco, falando sobre táticas obstrucionistas, até o fato de suscitar dúvida sobre a prevalência da idéia do Senador Ney Suassuna no sentido de encerrar rapidamente a votação da matéria relativa à Agência Nacional de Águas, que é muito importante e foi exaustiva e brilhantemente debatida por muitos, os quais me esclareceram ao manifestar suas opiniões. O simples fato de haver essa dúvida, provocou toda essa agitação. Estamos aqui, há mais de meia hora, ouvindo os Senadores falarem pela ordem cá, tudo com cabimento. Além disso, há a lista de oradores e a possibilidade de uso da palavra para encaminhamento. O Regimento é muito sábio quando dá à Minoria o direito de não morrer, quando dá à Minoria o direito de defender suas idéias, quando dá à Minoria o direito de, às vezes, forçar a Maioria a descer do pedestal e

ir ao encontro da Minoria. Assim poderemos chegar a uma boa síntese. Vamos ser dialéticos. Precisamos chegar a uma boa síntese, à síntese que seja a melhor para o País, como aconteceu com relação à Agência Nacional de Águas.

Sr. Presidente, minha palavra final é no sentido de que sejamos acacianamente objetivos, seguindo a proposta do Senador Ney Suassuna.

Por outro lado, vamos jogar com o máximo de boa-fé uns com os outros. Não aceitaremos a velha cantilena de que embaixadores não são nomeados. Sabem por quê? Porque não é bom o clima que se cria. Alguém diz que não há embaixadores, e eu digo: quem mandou o Presidente Lula emitir tantas medidas provisórias? Dizem que os acordos internacionais estão vencendo, e eu respondo: quem mandou o Presidente Lula ignorar que não pode emitir medidas provisórias como antes?

Por pressão do próprio PT, que queria aumentar a dignidade do Congresso – acredito que era essa a intenção –, mudou-se o rito anterior de apreciação das medidas provisórias. O rito novo é extremamente exigente e faz com que o Presidente da República sinta-se aliviado ao emitir uma medida provisória e, depois, sinta-se no inferno ao ter de lidar com as consequências do trancamento de pauta.

Estamos pura e simplesmente tentando chegar a um consenso. Com o respeito de ambas as partes, a nossa idéia é a de chegarmos à conclusão de que podemos fazer um apelo até aos companheiros que não são do nosso Partido e que estão inscritos para falar – S. Ex^as têm o direito de falar, se quiserem – no sentido de que abram mão desse direito. Votamos essa matéria. Sinalizamos que o Congresso está andando, sinalizamos que o Senado – com destaque do Senador José Jorge – tem vontade de fazer mexer a máquina do Congresso.

Amanhã enfrentaremos, da maneira mais objetiva e com espírito público, a medida provisória que trata dos bingos. Não há vontade de procrastinar. Há vontade de estabelecer verdades. Há vontade de se chegar a convencimentos, e há vontade de se fazer avanços, tendo em vista o País, ou seja, não queremos fazer biombo para o Governo, não queremos de jeito nenhum resolver os problemas políticos de urgência que o Governo tem. Queremos ver o que é melhor para o País, levando em conta todo um complexo que passa pelos interesses dos Governadores de Estado, passa pelos trabalhadores que estão ameaçados de perder seus empregos, passa, sem dúvida alguma, por todo um quadro político em que não é possível se passar uma borracha. Esse quadro político existe. Esse qua-

dro político está posto. Esse quadro político gerou uma crise, e não se termina crise por decreto. Pode-se até começar uma crise por um decreto infeliz, mas não se termina uma crise por decreto. Termina-se uma crise quando ela se esgota, quando as explicações vêm.

Então, imaginar que não estamos aqui querendo analisar amanhã a crise política brasileira vivenciada com antecedentes dessa MP seria supor que seríamos ingênuos. Seríamos hipócritas e ingênuos se pensássemos que as outras pessoas não sabem que temos toda essa intenção.

Ao fim, ao cabo, que saia, com a nossa voz livre, a conversão dessa medida provisória numa lei que represente o interesse desta Casa. O exemplo não está numa jogada truculenta que possa ser feita pela Minoria, até porque aqui cabe muito pouco esse comportamento. A saída está em procedermos como fizemos hoje com a matéria referente à Agência Nacional de Águas. O PSDB votaria contra, mas fomos convencidos pelo Senador Osmar Dias. Os Senadores Aloizio Mercadante e Juvêncio da Fonseca convenceram o Senador Osmar Dias de que seria possível resguardar a ética, e S. Ex^a disse então que avançava. O PSDB e o PFL avançaram junto com S. Ex^a. Estamos, enfim, prontos a fazer o melhor para o País. Mas há um **timing**, que não é necessariamente o do Governo; é um *timing* da Nação e que também pertence à Minoria, que não só por esse fato haveria de ser, ela própria, destituída de vontade. A Minoria tem vontade e, portanto, está disposta a exercê-la a favor do País, mas, sem dúvida alguma, sem se sentir atropelada ou bode expiatório da crise.

Para finalizar, vou repetir: não somos os culpados de não haver embaixador aqui ou acolá. Ao contrário, é um absurdo que o excesso de MPs faça com que o Brasil, aqui ou acolá, possa ficar sem embaixadores. Portanto, quero apenas dar a idéia de que, com boa-fé, podemos avançar, mas boa-fé significa não se imputar aos outros aquilo que se sabe, muito fortemente, que não é verdadeiro, que não corresponde à verdade dos fatos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Tem a palavra o Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não há como abstrair essa discussão. A Oposição, quer queiramos ou não, está no seu papel, está fazendo a sua parte. É natural, é democrático, é preciso respeitar isso. Todos temos de respeitar sim.

Fazemos um apelo à Oposição para votarmos aqui, a toque de caixa, algumas medidas provisórias,

que absurdamente são editadas. Já foi dito aqui pelo Senador Antonio Carlos Magalhães que o excesso de edição de medidas provisórias tem invertido os papéis na República: o Executivo está legislando e estamos aqui a apreciar as medidas provisórias do Executivo em detrimento de matérias que são importantíssimas, de interesse do Brasil e de Municípios, que estão ficando à margem, para trás. Ou convencemos o Governo a editar menos medidas provisórias, ou teremos de mudar a Constituição para que essas coisas não continuem a acontecer, isto é, que a pauta fique, sistematicamente, trancada sem que possamos cumprir o nosso papel.

Estou vivendo uma situação meio inusitada com relação à MP dos Bingos. O Senador Maguito Vilela é o Relator e conhece sobejamente o assunto. S. Ex^a claramente discutiu a matéria na Bancada e disse que sua posição não é pessoal; é uma posição coletiva, do Partido, dos Líderes, dos Governadores. S. Ex^a disse que ouviria todos e o fez. Há pouco, S. Ex^a me dizia que se os Líderes construiriam uma solução que interesse mais ao País, essa é solução que interessa ao Senador Maguito Vilela, do Relator.

Eu mesmo já disse na reunião da Bancada e quero repetir em alto e bom som para o Brasil: sou favorável à regulamentação dos bingos. Essa não foi uma solução para a crise. Temos que votar a reforma política, para deixar claro, de uma vez por todas, essa coisa de financiamento de campanha, e não extinguir os bingos como se isso fosse a solução para o problema.

Quero que haja probidade, transparência, segurança para o usuário, que não haja lavagem de dinheiro; quero que seja algo sério, que a Caixa Econômica Federal participe dela. Não entendo que acabar seja solução para nada, tanto que na Bancada do PMDB propus, como solução alternativa, uma comissão mista, repetindo o que fizemos por ocasião do Estatuto do Desarmamento, a fim de que, em trinta dias, com a urgência urgentíssima dos Líderes, regulamentarmos os bingos, resolvendo diferentemente da forma como o Governo pretendeu resolver o problema.

Sei que tanto essa proposta como a do Senador Leomar Quintanilha, que também é um membro destacado da nossa Bancada, se não amarrarmos com o Governo o que ele orientará e fará na Câmara dos Deputados em nada resultará. A PEC paralela é um exemplo. Votamos aqui com a maior boa-fé possível. Mais do que isso: a reforma da Previdência só passou nesta Casa por causa da PEC paralela. Ela está lá, perdida nos escaninhos.

A Reforma Política foi trocada por outra reforma, por uma emenda constitucional. Não sei por que

trocaram a PEC paralela; só sei, Sr. Presidente, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, que isso não pode mais acontecer.

Não dá para repetirmos aqui o que já se fez, xingar a Oposição, pois ela está cumprindo o seu papel, o que é democrático. É preciso fortalecer o papel da Oposição. Isto precisa ser dito: ou nós mudarmos a Constituição para termos uma tramitação diferente das medidas provisórias, ou vamos convencer o Governo a ouvir o bom senso e editar menos medidas provisórias, senão ficaremos nessa situação.

Que nos perdoe a Prefeita de São Paulo, mas S. Ex^a jamais terá o seu empréstimo votado, porque a pauta continuará sendo trancada. Lamentavelmente, é isso o que vai acontecer.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Com a palavra o Senado Aloizio Mercadante. Em seguida, terá a palavra o Senador José Jorge.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Em primeiro lugar, queria contribuir para essa reflexão, reafirmando o que tantas vezes expressei neste microfone.

A Oposição tem o direito de obstrução. Nós fomos de oposição tanto tempo, por sinal a maior parte da vida parlamentar e política, e entendemos que esse é um instrumento legítimo. Agora, a obstrução se faz em torno de um objetivo explícito, manifesto, a ser negociado; a obstrução não pode ser uma prática recorrente. Quando o objetivo da obstrução não é claro, as relações se dificultam.

Hoje, todavia, para mim estava claro. A Oposição estava obstruindo, no caso da Agência Nacional de Águas, devido ao problema do bingo. Isso não aparecia publicamente e é melhor que se discuta assim, porque acho que é melhor para a democracia e para todas as outras questões.

Quando começamos a discutir o caso da Agência Nacional de Águas, de fato havia o problema, que foi construído – o relator não estava presente –, mas nós o solucionamos de imediato. Solucionado aquele problema, estávamos prontos para votar a matéria. Seria melhor que a tivéssemos votado e feito acordo para transferir a votação da matéria referente aos bingos para amanhã.

Na quinta-feira passada, fiz um apelo para que discutíssemos a matéria naquele dia, mas a Cofins, matéria muito complexa, absorveu-nos muito na quarta-feira. Ficamos mais de uma semana negoclando, porque a matéria era, de fato, extremamente comple-

xa, e ainda houve um problema na Câmara. Demos um incentivo: acabamos com a taxação da Cofins em todos os insumos agrícolas. No entanto, na Câmara, restituiu-se o crédito presumido de quem não recolhia o imposto por causa do agronegócio, pois havia um problema entre agricultura e indústria. Tanto se trata de matéria complexa que, ainda assim, o Governo terá que editar uma nova medida provisória para resolver aquela pendência. Não podemos esperar que se faça um projeto de lei, senão as pessoas vão pagar o imposto agora, o que poderá arrebentar a agricultura brasileira ou a agroindústria.

Por que as medidas provisórias são instrumentos fundamentais ao Governo? O Governo anterior não só promulgava, como podia reeditar medidas provisórias que não eram votadas, e fazia mudanças, enxertando novos termos na medida provisória, porque a MP entra em vigência imediatamente. Vou citar alguns exemplos. Como o Governo fez um acordo com a indústria da construção civil, entre outras coisas, o desafeto ao patrimônio das incorporadoras só vai pagar 7% de todos os impostos federais, estimulando a construção de casas populares no Brasil. Isso foi apoiado por todo o setor da construção civil. O Governo não editou a MP para permitir que tramitasse como projeto de lei. Não se votando o projeto de lei, as casas populares não são feitas, o emprego não avança, o bem-estar da população não progride. Da mesma forma ocorre com o projeto de Parceria Público-Privada, matéria extremamente necessária para o investimento entre o setor privado e o Estado e está em forma de projeto de lei para votarmos. A CTNBio é um projeto fundamental que já há alguns meses tramita no Senado, mas ainda não o votamos. A Lei de Falências, que tramita há 11 anos, está no Senado para votarmos. A reforma do Poder Judiciário – essencial ao Brasil –, um problema de eficiência da justiça, está pronta para entrar na pauta para votarmos. O Projeto da Mata Atlântica está há quinhentos anos na pauta. Há um acordo para ser votado e não entra na pauta.

Então, tudo isso acaba fazendo com que o Governo edite medidas provisórias. Creio que ele está atento. Tenho certeza de que não haverá mais edição – já não tem ocorrido ultimamente esse fato. O Governo tem procurado apresentar projetos de lei. Estou citando vários casos que são fundamentais ao País. Outros são emendas constitucionais.

Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, temos de mexer no rito de tramitação das medidas provisórias. Todas entram pela Câmara e têm um prazo de qua-

renta e cinco dias para serem votadas. A Câmara tem tempo de amadurecê-las e votá-las. Ao chegarem ao Senado, são lidas e tranca-se a pauta.

Então, o Senado vive, com esse rito, um processo permanente de instabilidade legislativa. Temos de modificar o rito de tramitação. Espero que, imediatamente, façamos uma proposta para modificá-lo.

Proponho, como encaminhamento concreto, o que já foi sugerido por alguns Líderes: vamos votar imediatamente a matéria relativa à Agência Nacional de Águas – há uma emenda – e, amanhã, iniciamos os debates e votamos a MP dos Bingos, pois ela resolve boa parte do problema.

Por que devemos votar a MP dos bingos amanhã? A votação é fundamental para que possamos votar matérias indispensáveis ao País.

Lembro ao Plenário que há sete Medidas Provisórias que virão da Câmara para cá. Estamos sem Embaixador na Argentina; estamos em meio a uma negociação do Mercosul com a União Européia, cujas rodadas conclusivas estão se processando agora. É questão de Estado; é questão deste Plenário; é matéria de nossa competência constitucional homologar os novos Embaixadores. Não é a única embaixada, mas para essa é fundamental, porque é decisivo o momento de negociação com a União Européia, e não podemos ficar sem um embaixador na Argentina. Se votarmos amanhã, teremos condições de votar todas essas matérias.

Estamos totalmente abertos a buscar um entendimento. O Senador Renan Calheiros expressou inclusive um caminho para o entendimento: constituir uma comissão, com o prazo de trinta dias, o que a medida provisória não permite. Se ela permitisse, poderíamos fazer por meio de medida provisória e, no prazo de 30 dias, regulamentar de forma consistente, evitando todas as preocupações que os Líderes Arthur Virgílio e Renan Calheiros manifestaram em relação a como se dão hoje essas atividades.

Espero que, amanhã, possamos evoluir para tentar construir um acordo de mérito nessa matéria e, de qualquer forma, votarmos amanhã. Não podemos postergar mais, sob pena de todas as outras consequências que isso traz ao País. Devemos buscar construir um acordo e votarmos amanhã a questão da MP dos bingos.

A Liderança do Governo está totalmente aberta a buscar um acordo, o qual deve envolver a Câmara, porque lá já votaram essa matéria. Não adianta votarmos uma matéria e não progredir lá. Temos que ter um caminho que seja viável. A idéia da Comissão

Mista em trinta dias de prazo máximo é o tempo necessário para regulamentar a atividade.

Vejo nessa proposta um caminho bastante promissor para resolver essa questão da regulamentação. De qualquer forma, amanhã, proponho que votemos a MP dos bingos e que, hoje, concluamos a votação da medida relativa à Agência Nacional de Águas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Presidência concederá a palavra ao Senador José Jorge. Posteriormente, de duas, uma: ou retomaremos a lista de oradores, ou ficaremos indefinidamente aqui pedindo a palavra pela ordem para expressar opiniões pessoais sem resolvemos o problema. Assim, não; desse jeito, vamos cumprir e respeitar a lista de inscrições.

Concedo a palavra ao Senador José Jorge.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, é exatamente por isso que eu gostaria que não se deixasse falar sobre uma outra medida provisória que não estamos votando. Estávamos num processo de votação. Ou se faz o acordo ou não se faz.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr. Presidente, quero falar como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PMDB – TO) – Ou há acordo ou vamos continuar a lista de inscrições.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr. Presidente, vou pedir a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PMDB – TO) – V. Ex^a pode falar, Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na realidade, nós, da Oposição, temos sido muito compreensivos com o Governo, na colaboração para a votação dessas medidas provisórias.

Eu mandei fazer um levantamento, em que podemos ver que, de 19 de janeiro para cá, quando se iniciou a convocação extraordinária, Senadora Heloísa Helena, já votamos, neste plenário, trinta medidas provisórias e apenas dois projetos de lei. Então, a culpa não é da Oposição; a culpa é única e exclusivamente do excesso de medidas provisórias.

A Senadora Ideli Salvatti, a Líder da Base de apoio ao Governo, diz que concorda, desde que amanhã votemos a medida provisória sobre os bingos. Ora, amanhã, podemos começar a discutir a medida provisória sobre os bingos. Se chegar a um momento em que haja acordo para que se possa votar, votase; se não há acordo, não se vota. Não há oposição nenhuma no mundo, por mais babaca que pudesse-

mos ser, que vai concordar em votar algo sem saber o que é. Inclusive, temos aqui mensagem do Governo Lula para regulamentar o bingo. Nós temos um projeto da própria Senadora Ideli Salvatti que regulamenta o bingo.

Portanto, a questão é polêmica e não vejo entendimento para que possamos votar. Não há uma proposta alternativa; o relator ainda está esperando os líderes; os líderes ainda estão esperando o relator, e não há nenhuma proposta alternativa para resolver isso.

Então, penso que se pode fazer um acordo hoje para que se comece a votação amanhã. Se for possível votar, ótimo. Viva o Brasil! Viva todos nós aqui! Mas não podemos é concordar em votar um projeto sem saber o que é.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Tendo em vista o que esta Presidência ouviu dos Líderes, vamos então para o acordo. A Presidência vai declarar encerrada a discussão.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, eu pedi a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concederei a V. Ex^a a palavra pela ordem, em seguida da decisão da Presidência, tendo ouvido os Líderes.

Vamos declarar encerrada a votação e vamos votar esta matéria hoje. Aí os líderes buscarão imediatamente um acordo que não necessariamente implique votar amanhã ou não, dispensar amanhã ou não a obstrução, que é legítima. Nós estamos apenas cumprindo uma decisão do Plenário, que a Senadora Heloísa Helena lembra bem, e a Presidência tem por intenção apenas atender a legitimidade da decisão de todos.

Está, portanto, encerrada a discussão.

Concedo a palavra ao Senador Efraim Moraes, pela ordem.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Peço a V. Ex^a, Sr. Presidente, e ao Plenário, que concordo com o entendimento de se votar a matéria. Estou inscrito para falar mas retiro a minha inscrição. Sugiro votar a matéria hoje para começarmos a discutir amanhã, a partir do zero, até porque, hoje, há uma decisão do Procurador-Geral da República, Cláudio Fontelles, que diz que o arquivamento da CPI dos Bingos é constitucional. Vejam o quanto é importante decidir essa matéria.

Sr. Presidente, há um mandado de segurança proposto pela minha pessoa. na condição de Líder

da Minoria, pelos Senadores Jefferson Péres e Pedro Simon. É importante essa matéria sobre o bingo. Daí, talvez, a grande pressa do Governo em votar essa matéria, porque antes tem que ser decidida uma CPI que, tenho certeza, o Supremo mandará o Líder da Maioria indicar os nomes para que ela seja instalada, além de outras que não foram indicadas pelo Líder da Maioria.

Sr. Presidente, o Governo precisa acabar com essa história de que a Minoria é irresponsável, de que o Senado está parando as votações. Isso não é verdade. O Governo não está falando a verdade, porque, de fato, o Governo tem maioria nesta Casa. Basta votar. Não é culpa da Minoria. O próprio nome Minoria significa que somos menores, mas estamos aqui para defender o nosso direito regimental.

Portanto, o Governo precisa acabar com essa história. Quem está nos assistindo pela **TV Senado** saberá que o Governo também está enganando ao se pronunciar no microfone, porque não há qualquer trabalho da Minoria nesta Casa a não ser o regimental. O Governo precisa assumir que está sem controle na sua Base para votar a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, serei breve. Discordo da condução dos trabalhos nesta noite até para colaborar com V. Ex^a. Estamos aqui há uma hora, e V. Ex^a não encerrou a discussão do Item 1 da pauta. Já estamos discutindo o Item 2, decidindo se vamos votá-lo e se votaremos a pauta de amanhã. Perdoe-me, mas V. Ex^a não está agindo de acordo com o Regimento Interno na condução dos trabalhos nesta noite. V. Ex^a não encerrou a discussão do Item 1, e não votamos esse item. Portanto, não poderíamos estar discutindo a pauta do Senado Federal para amanhã. Peço a V. Ex^a que coloque em votação o Item 1. Quem quiser ficar discutindo a pauta do Senado, poderá permanecer no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Senador Osmar Dias, a Mesa recebe sempre como contribuição as palavras de V. Ex^a, mas esclarece apenas que já declarou encerrada a discussão da matéria antes de V. Ex^a usar da palavra.

Neste instante, a Presidência dará seqüênci a aos trabalhos. Dentro do entendimento, a Presidência, em nenhuma hipótese, poderia suprimir o direito legítimo das oposições de manterem as inscrições caso fosse a vontade dos seus membros.

Portanto, os líderes buscaram o acordo, que foi feito, e está encerrada a discussão. Passaremos ao encaminhamento e apenas o Senador José Jorge pediu para encaminhar. Em seguida, procederemos à votação da matéria.

O Item 2 da pauta ficará para amanhã, de acordo com o que foi discutido.

Hoje completaremos a votação total do Item 1. Em votação a matéria.

Tem a palavra o Senador José Jorge para encaminhar.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, serei o mais breve possível, na intenção de colaborar com V. Ex^a e com os companheiros, para que possamos encerrar essa etapa.

Na realidade, Sr. Presidente, eu apresentei um destaque a uma emenda do Senador Alvaro Dias, que penso ser bastante importante.

Não vou ler o destaque, apenas darei uma explicação. O Senador Ney Suassuna, inclusive, já conversou comigo e está disposto a aceitar esse meu destaque, mas gostaria que ele fosse votado amanhã – foi a proposta que ele me fez e com a qual concordo. Votaríamos hoje o principal e ficaria apenas esse destaque para votarmos amanhã.

O destaque é em relação à questão dos recursos. Quando forem criadas essas instituições por bacia, estas cobrarão pelo uso da água e esse dinheiro irá para a ANA, que o devolverá a essas mesmas instituições.

Se esses recursos da ANA forem contingenciados, ela receberá esse dinheiro e não terá como devolver. A emenda do Senador Alvaro Dias proíbe o contingenciamento desses recursos. É apenas isso, e não é inconstitucional. Quer dizer, o que houve na Câmara foi que consideraram que essa emenda feria a Lei de Responsabilidade Fiscal e não fere, mas não está dito em lugar nenhum que é inconstitucional.

Assim, faço um apelo ao Senador Ney Suassuna para que, se S. Ex^a não quiser dar o parecer favorável hoje à emenda, como ele me propôs, aceito que votemos hoje o principal e, amanhã, já com a cabeça fria, nós discutiremos e votaremos o destaque.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Está encerrado o encaminhamento.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, faço apenas uma colocação. Está tudo de acordo, estamos indo bem dessa forma. Amanhã, sentamos com os assessores e discutimos a emenda do Senador José Jorge.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – No momento oportuno, o Senador Ney Suassuna emitirá o parecer sobre o destaque do Senador José Jorge.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 533, DE 2004

Destaque de disposição para votação em separado.

Nos termos do art. 312, inciso II, do Regimento Interno, requeiro destaque, para votação em separado, do art. 1º da MP nº 165, de 2004 para que conste do PLV nº 23/04, em substituição ao art. 1º do PLV. Aprovado o art. 1º.

Sala das Sessões, 4 de maio de 2004 – **Ney Suassuna.**

REQUERIMENTO Nº 534, DE 2004

Destaque de disposição para votação em separado.

Nos termos do art. 312, inciso II, do Regimento Interno, requeiro destaque, para votação em separado, do art. 1º do Projeto de Lei de Lei de Conversão nº 23, de 2004 (MP nº 165/04).

Sala das Sessões, 4 de maio de 2004 – **Ney Suassuna.**

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Em votação os requerimentos que acabam de ser lidos.

As Sras e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

As matérias destacadas serão votadas oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 535, DE 2004

Senhor Presidente,

Nos termos do inciso II, do art. 312, do Regimento Interno, requeiro destaque para votação em separado da Emenda nº 13, oferecida à Medida Provisória nº 165, de 11 de fevereiro de 2004.

Sala das Sessões, 4 de maio de 2004. – **José Jorge.**

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PFL – TO) – Antes de submeter o requerimento a votos, informo ao Plenário que o parecer sobre a Emenda nº 13, de autoria do nobre Senador José Jorge, que o requerente pretende destacar, recebeu parecer pela inconstitucionalidade e injuridicidade.

Em votação o requerimento.

As Sras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Rejeitado o requerimento.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PFL – TO) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pela ordem.) – Há um acordo com o Relator, o Senador Ney Suassuna, que mudou o parecer, para discuti-lo amanhã, e não hoje.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Discutiremos amanhã, e não hoje. Então, votaríamos os dois primeiros. O outro ficaria para amanhã. Votaríamos o corpo principal e ficaria um parecer para amanhã. Amanhã, contaremos com os assessores, que não estão presentes. Nós Senadores estamos aqui, mas os assessores já foram para casa – esse assessor, pelo menos. Por essa razão, não temos condições de decidir. Precisamos de todas as explicações. Então, fizemos um acordo de votar só esse destaque amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Senador Ney Suassuna, se não for para concluirmos a votação hoje... Se deixarmos esse destaque para amanhã, a votação não será concluída hoje.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sim. Claro, Sr. Presidente! Esse foi o acordo feito.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Sem Partido – AL) – Mas o destaque é amanhã!

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Só o destaque ficaria para amanhã. Só o destaque em relação ao parecer de José Jorge. Isso já aconteceu nesta Casa inúmeras vezes.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PFL – TO) – Então a Presidência vai colocar em votação, novamente, o Requerimento do nobre Senador José Jorge, que, nos termos do inciso II do art. 302 do Regimento Interno, requer destaque para votação em separado da Emenda nº 13 oferecida à Medida Provisória nº 165, de 11 de fevereiro de 2004.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as}s e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será votado oportunamente o presente requerimento.

Vamos continuar a votação, começando pelo Projeto de Conversão.

Votação do Projeto de Lei de Conversão, que tem preferência regimental, ressalvados os destaques.

As Sr^{as}s Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passa-se à votação do art. 1º, destacado, da Medida Provisória 165, de 2004.

O dispositivo destacado também está de acordo com o entendimento das Lideranças.

Em votação.

As Sr^{as}s Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passa-se, agora, à votação do art. 10 do Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 2004, também destacado.

Em votação.

As Sr^{as}s Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam a retirada do art. 10 do Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 2004 queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada a retirada, o art. 10 do Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 2004, fica suprimido do texto.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Finalmente, chegamos ao destaque do nobre Senador José Jorge.

A Presidência consulta o Plenário, o Relator e o próprio Senador José Jorge se damos prosseguimento e encerramos a votação hoje ou se ficará realmente matéria para amanhã.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – O Relator me propôs que ficasse para amanhã. Como é o Relator que decide, pois ele pode pedir 24 horas, como aqui fez o Senador Delcídio por três vezes.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Sr. Presidente, já houve um acordo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Já tendo havido o acordo, vamos deixar.

Dante dessa decisão e tendo havido o acordo, vamos deixar a votação da matéria para amanhã, ficando os demais itens sobrestados em virtude da não conclusão da votação do Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 2004.

São os seguintes os itens sobrestados:

– 2 –

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 22, DE 2004

(Proveniente da Medida Provisória nº 168, de 2004)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 22, de 2004, que proíbe a exploração de todas as modalidades de jogos de bingo, bem como os jogos em máquinas eletrônicas, eletromecânicas ou mecânicas, conhecidas como “caça-níqueis”, independentemente dos nomes de fantasia e dá outras providências, proveniente da Medida Provisória nº 168, de 2004.

Relator revisor: Senador Maguito Vilela (PMDB-GO).

– 3 –

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 68, DE 2003

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 68, de 2003 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 1.810, de 2003, Relator: Senador Jonas Pinheiro), que autoriza a Prefeitura Municipal de São Paulo a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de cem milhões e quatrocentos mil dólares dos Estados Unidos da América, de principal, destinada a financiar, parcialmente, o Programa de Reabilitação da Área Central do Município de São Paulo – Procentro.

Parecer favorável, sob nº 1.952, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Garibaldi Alves Filho (em audiência, nos termos do Requerimento nº 1.582, de 2003).

– 4 –

SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 293, DE 1999 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 293, de 1999-Complementar, de autoria do Senador Gerson Camata, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo.

Parecer sob nº 1.933, de 2003, da Comissão Diretora, oferecendo a redação do vencido.

– 5 –

MENSAGEM Nº 17, DE 2004

Escolha de Chefe de Missão Diplomática

Discussão, em turno único, da Mensagem nº 17, de 2004 (nº 21/2004, na origem), pela qual o Presi-

dente da República submete à apreciação do Senado a indicação da Senhora *Leda Lúcia Martins Camargo*, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República de Moçambique.

– 6 –

MENSAGEM N° 21, DE 2004

Escolha de Chefe de Missão Diplomática

Discussão, em turno único, da Mensagem nº 21, de 2004 (nº 44/2004, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado a indicação do Senhor *Mauro Luiz Lecker Vieira*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Argentina.

– 7 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 104, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2002 (nº 5.226/2001, na Casa de origem), que altera o art. 159 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (dispõe sobre a Carteira Nacional de Habilitação).

Parecer sob nº 1.811, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

– 8 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 98, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 98, de 2003 (nº 7.511/2003, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera dispositivos da Lei nº 7.501, de 27 de junho de 1986, e dá outras providências. (Dispõe sobre o Plano de Classificação de Cargos do Ministério das Relações Exteriores)

Parecer favorável, sob nº 192, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Marcelo Crivella.

– 9 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 2, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2004 (nº 7.068/2002, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que dispõe sobre a transformação de funções comissionadas em cargos em comissão no Quadro de Pes-

soal da Secretaria do Tribunal Superior do Trabalho e dá outras providências.

Parecer favorável, sob nº 126, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Rodolfo Tourinho, com voto contrário do Senador Jefferson Péres.

– 10 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 854, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 854, de 2003 (nº 44/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da *Convenção sobre Procedimento de Consentimento Prévio Informado para o Comércio Internacional de Certas Substâncias Químicas e Agrotóxicos Perigosos, adotada em 10 de setembro de 1998, na cidade de Roterdã*.

Parecer favorável, sob nº 95, de 2004, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relatora *ad hoc*: Senadora Fátima Cleide.

– 11 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 858, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 858, de 2003 (nº 731/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do *Acordo sobre Dispensa de Tradução de Documentos Administrativos para Efeitos de Imigração entre os Estados Partes do Mercosul, a República da Bolívia e a República do Chile, celebrado em Florianópolis, em 15 de dezembro de 2000*.

Parecer favorável, sob nº 122, de 2004, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Rodolfo Tourinho.

– 12 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 892, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 892, de 2003 (nº 612/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do *Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia para a Construção de uma Ponte sobre o Rio Acre, nas proximidades das Cidades de Brasiléia e Cobija, assinado em Brasília, em 28 de abril de 2003*.

Parecer favorável, sob nº 13, de 2004, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Sibá Machado.

- 13 -

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 893, DE 2003**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 893, de 2003 (nº 817/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Décimo Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 36, firmado entre os Governos dos Estados Partes do Mercado Comum do Sul – Mercosul e o Governo da República da Bolívia, concluído em Montevidéu, em 19 de junho de 2001.*

Parecer favorável, sob nº 14, de 2004, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Jefferson Péres.

- 14 -

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 894, DE 2003**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 894, de 2003 (nº 818/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes, adotada, naquela cidade, em 22 de maio de 2001.*

Parecer sob nº 96, de 2004, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Juvêncio da Fonseca, favorável, com a Emenda nº 1 – CRE, de redação, que apresenta.

- 15 -

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 895, DE 2003**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 895, de 2003 (nº 959/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Cooperação Financeira relativo aos projetos “Projetos Demonstrativos Grupo A – PD/A – Subprograma Mata Atlântica” (PN 2001.6657.9) e “Amazonian Regional Protected Areas – Arpa” (PN 2002.6551.2), concluído entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha, celebrado em Brasília, em 10 de junho de 2003.*

Parecer favorável, sob nº 15, de 2004, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Rodolpho Tourinho.

- 16 -

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 940, DE 2003**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 940, de 2003 (nº 758/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Cooperação entre Instituições de Ensino Superior dos Países-Membros da Comunidade dos Países de*

Língua Portuguesa celebrado pelo Governo da República Federativa do Brasil no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, em Praia, Cabo Verde, em 17 de julho de 1998.

Parecer favorável, sob nº 123, de 2004, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Rodolpho Tourinho.

- 17 -

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 941, DE 2003**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 941, de 2003 (nº 820/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo sobre Concessão de Visto Temporário para Tratamento Médico a Cidadãos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, assinado em Brasília, em 30 de julho de 2002.*

Parecer favorável, sob nº 124, de 2004, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Rodolpho Tourinho.

- 18 -

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 945, DE 2003**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 945, de 2003 (nº 819/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Agência Espacial Européia sobre a Cooperação Espacial para Fins Pacíficos, celebrado em 1º de fevereiro de 2002, em Paris.*

Parecer favorável, sob nº 125, de 2004, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relatora *ad hoc*: Senadora Lúcia Vânia.

- 19 -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 516, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 516, de 2003 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.861, de 2003, da Comissão de Educação), que *autoriza o Poder Executivo a criar a Fundação Universidade Federal do Cariri (UFCariri).*

- 20 -

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 37, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 37, de 2003, de autoria do Senador Alberto Silva, que *institui o Grupo Parlamentar China-Brasil e dá outras providências.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 1.429, de 2003, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Rodolpho Tourinho,

e 293, de 2004, da Comissão Diretora, Relator: Senador Heráclito Fortes.

– 21 –

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 57, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 57, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que autoriza a cessão, para cobrança, da dívida ativa dos Municípios a instituições financeiras e dá outras providências.

Pareceres sob nºs 1.930 e 1.931, de 2003, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta;

– de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Jonas Pinheiro, favorável, com as Emendas nºs 3 e 4-CAE, que apresenta.

– 22 –

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 58, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 58, de 2003, de autoria do Senador José Jorge, que denomina “Sala Senador Apolônio Salles” a sala de reuniões da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado Federal.

Pareceres favoráveis, sob nºs 296 e 297, de 2004, das Comissões de Serviços de Infra-Estrutura, Relator: Senador Marco Maciel, e Diretora, Relator: Senador Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PFL – TO) – Os Srs. Senadores Alvaro Dias, Romero Jucá, Arthur Virgílio, Pedro Simon, Papaléo Paes, a Srª Senadora Serys Slhessarenko e os Srs. Senadores Delcídio Amaral e Augusto Botelho enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, inciso I e § 1º do Regimento Interno.

S. Exªs serão atendidos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é com grande satisfação que trago à tribuna do Senado Federal a minha manifestação de apoio às estratégias elencadas no Plano de Metas da Organização das Cooperativas Paranaenses – Ocepar – para o quinquênio 2005/2010. Felicito cada uma das 64 cooperativas agrícolas do Paraná, integrantes do sistema Ocepar, pela ampliação de suas unidades industriais, com vistas à concretização da meta fixada de triplicar as vendas externas do setor, até o ano de 2010.

Fiquei particularmente gratificado com o dado divulgado pelo Presidente da Ocepar, João Paulo Koslovski, de que cooperativas do Paraná são respon-

sáveis por mais de 50% das exportações do sistema cooperativista do agronegócio brasileiro.

A importância do mercado árabe para que essa expansão aconteça sob a égide projetada, ganha contornos estratégicos.

É estimulante poder destacar desta tribuna que as cooperativas do nosso Estado foram responsáveis por quase 60% de mais de um milhão de toneladas de trigo que o Brasil exportou, de dezembro de 2003 a março de 2004, direcionadas ao Marrocos e Egito.

O mercado árabe constitui um dos alvos preferenciais do plano de metas elaborado, em boa hora, pela Ocepar. Estou levando em conta que a participação do sistema cooperativista nas exportações do agronegócio ainda é tímida: apenas US\$1,3 bilhão, no volume de US\$30 bilhões registrados no ano passado.

Faço questão, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, de destacar o peso preponderante dos países árabes para o incremento das vendas externas das cooperativas do Paraná e do País. Em 2003, os Emirados Árabes Unidos foram o terceiro maior mercado das cooperativas brasileiras, a reboque apenas da Alemanha e da China. A previsão de crescimento das vendas do setor, no ano corrente, para as nações árabes é da ordem de 30%.

Gostaria de mencionar, com toda ênfase, que o Paraná contribui sobremaneira para o êxito do agronegócio brasileiro. Nesse sentido, o plano de metas traçado pela Ocepar representa um aporte considerável na participação efetiva das cooperativas paranaenses em prol da amplificação do agronegócio.

A propósito, no primeiro trimestre de 2004, as exportações do setor do agronegócio registraram recorde histórico: US\$7,84 bilhões. Essa cifra é 37% maior que a registrada no mesmo período de 2003. A União Européia ampliou suas compras em 40%, enquanto os embarques para a Ásia aumentaram 70,2%; para África, 77,6%, e Mercosul, em torno de 44%.

Um dado relevante que incorporo ao meu pronunciamento: as cooperativas brasileiras, em 2003, exportaram US\$103 milhões para os Emirados Árabes. Além disso, no ano passado, o Marrocos comprou das cooperativas brasileiras cerca de US\$ 60 milhões em produtos agropecuários.

As exportações do agronegócio foram impulsionadas pelo complexo de soja, carnes, madeira, açúcar e álcool.

Segundo João Paulo Koslovski, o sistema Ocepar tem participação “muito forte” no setor soja (grão, farelo, óleo), frango e exportam ainda suco de laranja, milho e trigo.

Para finalizar, Sr. Presidente, destaco mais uma vez a importância do relacionamento comercial en-

tre a organização das cooperativas paranaenses e o mercado árabe, e faço menção ao papel decisivo exercido pela Câmara de Comércio Árabe Brasileira no incremento do intercâmbio das cooperativas do Paraná com aquele mercado.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, no ano passado, o desempenho econômico do País não nos deu muitas razões para alegria. Algumas das melhores notícias tiveram um sabor amargo e um tom melancólico. Conseguimos evitar uma crise maior – é o que os mais otimistas dizem – e esse foi um de nossos saldos mais positivos. Contrariamos as expectativas de escalonamento da inflação, a moeda valorizou-se um pouco em relação ao dólar, os juros tiveram uma baixa, ainda que continuem altos, o risco Brasil caiu na medida que subiu a confiança dos investidores estrangeiros. A que preço, porém, conseguimos tudo isso? O PIB encolheu, o desemprego aumentou, a renda diminuiu.

Mas minha intenção hoje, Sr. Presidente, não é insistir no lamento, que só faz aumentar os efeitos depressivos da nossa melancolia econômica. Seria bom que olhássemos mais freqüentemente para além das nuvens carregadas que ainda ocupam uma boa parte do horizonte de nossa economia.

No meio das boas notícias, com sabor amargo, e das notícias que são pura e simplesmente más, um fato se destacou: o excelente desempenho da agricultura. O PIB caiu, é verdade, mas teria caído muito mais acentuadamente se não fosse o crescimento do agronegócio. Segundo dados do IBGE, a agropecuária expandiu-se 5%, em 2003, enquanto a indústria encolheu 1%, e os serviços, 0,1%. O setor agropecuário sozinho já é responsável por mais de 10% do PIB. Se somarmos à produção agropecuária o restante de atividades que constituem o agronegócio (indústria de insumos, agroindústria, distribuição), esse percentual sobe para mais de 33%. Esse é, sem sombra de dúvida, o maior negócio do Brasil, responsável por 37% dos empregos e por 42% das exportações totais do País.

E não faltam bons indícios, neste início de ano, que nos permitam estender nosso otimismo. Mesmo com a influência imprevisível do clima, que trouxe seca para o sul do País e excesso de chuva para o Nordeste e o Centro-Oeste, e com a ocorrência da praga da ferrugem asiática nas lavouras de soja, os prognósticos para o setor de agronegócios continuam excelentes. Isso, aliás, é mais uma mostra da força desse setor, que não mais depende tão estritamente do imponderável fator climático para ter um bom desempenho.

Há dados claros que indicam que, este ano, mais uma vez, o agronegócio vai aparecer como carro-chefe de nossa economia. Tomemos como termômetro, Sr. Presidente, as exportações. No primeiro trimestre deste ano, por exemplo, as exportações de milho cresceram mais de 400% em comparação com o mesmo período do ano passado. As exportações de soja continuam fortes, embora tenham diminuído um pouco com relação a 2003. Em janeiro, foram mais de 8 bilhões de toneladas, correspondendo a cerca de 32% do total projetado para o ano. As exportações de papel e celulose, também em janeiro, foram quase 23% superiores a 2003. Mesmo o trigo, cuja produção nacional, apesar do recorde histórico da safra de 2003/2004, corresponde apenas a cerca da metade do consumo interno, teve suas exportações aumentadas: mais de um milhão de toneladas já foram embarcadas até março deste ano, quando a expectativa era de que essa marca fosse atingida apenas em agosto.

Se o vigor das exportações é um bom indício, então podemos esperar um ano de boas notícias no agronegócio. Alguém, no entanto, poderia dizer que o bom desempenho das exportações, neste início de ano, é apenas o eco do sucesso do agronegócio no ano passado. Olhemos, então, para a produção. Ora, todos os prognósticos relativos à produção apontam para a repetição, amplificada, do sucesso do ano passado. Passemos em revista alguns deles.

Mesmo com o efeito adverso do clima neste início do ano, o IBGE prevê que a safra de grãos, este ano, ultrapassará a casa dos 130 milhões de toneladas, quase 6% maior do que a de 2003. Com relação ao ano passado, espera-se um aumento na produção de algodão herbáceo, do arroz em casca, do feijão em grão e da soja.

O aumento da produção de algodão, aliás, deve ser particularmente expressivo. Segundo as previsões, deve chegar a 35% de crescimento em relação à safra passada. Esse, a se confirmar, é um índice, especialmente eloquente, do progresso da agricultura brasileira. Desde a década de 1970, a cultura algodoeira fraquejava no Brasil. É só a partir de 1997/98 que a produção de algodão retoma vigor. A última safra, de 2002/2003, foi quase três vezes maior do que a safra de 1996/97. O crescimento previsto para este ano coroa a recuperação da lavoura algodoeira no País.

Também o álcool e o açúcar devem ter sua produção aumentada, em função, sobretudo, do crescimento de produtividade. Prevê-se que crescerá em 8% a produção de álcool.

No setor pecuário, a grande expectativa é a de ampliação dos mercados. O Brasil tem aperfeiçoado seu sistema de controle de qualidade da carne bovina,

com a intenção de conquistar os mercados mais exigentes da Europa e da Ásia, sobretudo. Ao manter-se livre das doenças que, recentemente, em vários países, afetaram não só os rebanhos bovinos, mas também as criações de aves, o Brasil tem uma excelente oportunidade para firmar-se no mercado internacional, enquanto o mercado interno, assim esperamos, reage ao reaquecimento da economia.

Por fim, mesmo com o início do ano frustrando algumas expectativas, o complexo soja, ou seja, toda a cadeia produtiva de grão, farelo e óleo de soja, deve manter, se não aumentar, sua participação fundamental na balança comercial brasileira. Dados da Associação Brasileira de Óleos Vegetais, a Abiove, indicam que, este ano, as vendas do complexo de soja ao mercado externo podem ultrapassar os US\$10 bilhões, ou seja, quase 30% a mais do que em 2003.

Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, não precisamos ser pessimistas convictos para mantermos algum ceticismo quanto às perspectivas da economia brasileira, em geral, em 2004. Talvez não estejamos em condições de esperar, para este ano ainda, o que o Presidente Lula chamou, uma vez, de “espetáculo do crescimento”. Esperemos, apenas, que estejamos lançando corretamente as bases para esse crescimento no futuro próximo. De todo modo, uma coisa podemos afirmar, com certeza, contra os pessimistas crônicos, endurecidos em seu ceticismo: graças ao desempenho do agronegócio, poderemos, também, este ano, contar certamente que o sol encontrará alguma fresta por entre as nuvens carregadas da crise, trazendo alguma luz para nossa economia.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) –

PESQUISADORA BRASILEIRA É PREMIADA POR TRABALHO CIENTÍFICO NA AMAZÔNIA

Sr. Presidente, Srs e Srs, Senadores, o Asparaginase, medicamento importado da Alemanha e Estados Unidos, e usado com êxito no combate ao câncer, poderá ser substituído com vantagem por fungos da Amazônia. Vantagem principal: não causa reações adversas, que ocorrem com o medicamento alemão, como o choque anafilático.

Essa possibilidade veio à tona durante o XXII Congresso de Microbiologia, recentemente realizado em Florianópolis, no qual foi premiada a pesquisadora da Fundação Oswaldo Cruz-Fiocruz, na Amazônia, Adriana Martins.

A doutora Adriana obteve a lâurea pelo trabalho em que trata da utilização de enzima obtida de fungos

e utilizada como anti-cancerígeno. Ela acaba também de completar a defesa de sua tese de mestrado sob o título: “Asparaginase II (enzima) de *Sacharomyces cerevisiae* (fungo da Amazônia).

Ao explicar que, embora eficaz em 90% dos casos, a Asparaginase, já em uso, causa reações nos pacientes, o que não ocorre com o fungo da Amazônia, que ela vem estudando.

O fungo pesquisado, como explica o trabalho da pesquisadora, além de eficiente, reduz substancialmente os custos, razão pela qual o SUS já não se vale do medicamento importado.

O projeto de Adriana Martins, como destaca o jornal, *Amazônia em Tempo*, vem sendo desenvolvido em parceria da Fiocruz com o Instituto de Pesquisa da Amazônia-INPA e com a Universidade Federal da Amazônia.

Ao fazer o registro dessa auspíciosa notícia, cumprimento a ilustre pesquisadora Adriana Martins, ao mesmo tempo em que destaco a imensa potencialidade da Amazônia, cuja diversidade biológica é, para todos nós, motivo de justo júbilo.

Outro assunto que me faz ocupar a tribuna, neste momento, para fazer o registro do artigo intitulado “FMI em foco”, de autoria do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, publicado no jornal **Correio Brasiliense**, de 2 de maio do corrente.

No seu artigo, o ex-Presidente faz uma avaliação sobre o papel das instituições internacionais que lidam com a economia global, como o Fundo Monetário Internacional, no desenvolvimento das economias chamadas “emergentes”.

O ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso destaca, também, que os governos devem ter “...a competência e a força para entender que estabilidade, responsabilidade fiscal e medidas encorajadoras da confiança e do investimento são necessidades nacionais e não imposição externa”.

Concluindo, Sr. Presidente, requeiro que o artigo publicado no jornal **Correio Brasiliense**, de 2 de maio do corrente, seja considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º do Regimento Interno.)

CORREIO BRAZILIENSE • Brasília, domingo, 2 de maio de 2004 • 21

Senador Arthur Virgílio

FMI em foco

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Sociólogo

OFMI moveu uma pedra na direção certa. Desde há muito o governo brasileiro manifesta sua inconformidade com a existência de duas formas de contabilizar os investimentos públicos: se na Europa, os gastos não são computados como déficit; se na América Latina, aumentam o déficit. Na reunião dos governadores do BID que se realizou em Fortaleza, em março de 2002, fiz um discurso forte mostrando essa discrepância. A segunda pessoa na hierarquia do Fundo, a economista americana Anne Krueger, estava presente. Depois disso conseguimos mudar o critério no que se refere aos investimentos feitos por empresas públicas não dependentes do Tesouro, como no caso da Petrobras.

Agora parece ter havido novo avanço: o Fundo aceitou ampliar experimentalmente seu critério, permitindo que alguns investimentos públicos feitos na área de infra-estrutura sejam excluídos do déficit. Isso, naturalmente, depois de criteriosa análise sobre a rentabilidade do investimento e seu impacto fiscal.

Hosana! Mas cuidado: essa decisão cautelosa não resolve a questão dos investimentos em geral que, no caso do Brasil, estão diminuindo desde 2002. E falar em crescimento econômico sem investimentos é jogar conversa fora. Cuidado também por outra razão: não adianta demonizar o FMI. De fato, a estabilização da moeda e a preocupação com manter a dívida sob controle (em nosso caso principalmente a interna) e, portanto,

em gerar um superávit primário que a torne solvável, são requisitos, embora não suficientes, para o crescimento sustentável da economia, independentemente dos programas com o FMI.

É bom reafirmar que cabe a discussão sobre o nível adequado de superávit primário, sobre a diminuição da taxa básica de juros e, portanto, sobre a redução efetiva da dívida como proporção do PIB. E nessa discussão deve-se considerar não só o superávit primário, mas o nominal (que no nosso caso está aumentando). Mas tudo isso, obviamente, no contexto de várias outras medidas capazes de gerar confiança e de estimular o crescimento.

Se demonizar o FMI não ajuda à economia, tampouco é conveniente endeusá-lo. O aval do Fundo a programas de estabilização deixou de ter o peso que um dia gozou junto a investidores e a credores privados. Por isso mesmo, o volume de empréstimos do Fundo para assegurar apoio a economias em dificuldades conjunturais aumenta a cada nova crise. E a verdade é que economias emergentes, como a brasileira, precisam de instituições que assegurem a liquidez quando necessário e, sobretudo, que funcionem como uma instância com credibilidade para, uma vez dado o aval, diminuir nosso grau de exposição às incertezas do mercado internacional.

A perda de eficácia do aval do Fundo junto aos mercados é as dificuldades de solvência das economias emergentes são processos que se vêm desenvolvendo ao longo das últimas décadas. Em reunião realizada em março passado

no Clube de Madri — instituição que presido e que é composta por 34 ex-chefes de Estado e primeiros-ministros —, avaliamos o papel do FMI tanto do ângulo econômico como político, para o fortalecimento (ou não) da democracia.

Na ocasião foram estudados casos de sucesso por vários especialistas do Brasil, da Coreia e da Polônia, mas houve também várias referências aos problemas que a instituição vem enfrentando para desempenhar seu papel e as consequências negativas de alguns de seus programas. O ex-presidente Clinton e o ex-primeiro ministro Leonel Jospin analisaram o quadro mais amplo das vicissitudes da economia internacional, no qual as políticas do Fundo operam.

De fato, como se estivessem reverberando a pertinência das posições de John Maynard Keynes na polêmica com Harry Dexter White na conferência de Bretton Woods, deu-se ênfase à importância da ampliação dos direitos especiais de saque para a superação das crises. Foram mencionadas, com certa nostalgia, as pretensões originais de Keynes de fazer do Fundo um verdadeiro Banco Central dos bancos centrais. Na discussão entraram em pauta as deficiências de governança do Fundo, a começar pelo desequilíbrio nos direitos de voto, que não guardam correspondência maior com a dimensão das economias nacionais.

Também se apontou a falta de transparência nos processos decisórios e do próprio mecanismo de escolha do diretor-gerente.

Os pleitos pela reforma da arquitetura das instituições criadas em Bretton Woods (e não só o Fundo) perderam impeto nos últimos

anos. A preocupação com o terrorismo acabou por valorizar mais o tema da defesa e da segurança do que o do desenvolvimento econômico. A ausência de interesse em Washington para a atualização das instituições que lidam com a economia global, e em particular do FMI, acelerou o desgaste delas perante o mercado. Mas as questões de base permanecem: como previu Keynes, os fluxos de comércio liberados requerem crescentemente fluxos de financiamentos.

Sem instituições globais fortes e competentes que socorram quase preventivamente os países em desenvolvimento, serão eles os maiores pagadores da conta dos desajustes financeiros internacionais. Por isso mesmo é tão importante colocar na perspectiva adequada a relação entre os governos e as instituições internacionais. Quanto mais fortes e competentes sejam elas e quanto mais democráticos e transparentes os processos de decisão, melhor para a economia global, mas, sobretudo, melhor para os mercados emergentes, tão sujeitos às tempestades especulativas e às atribulações próximas dos mercados financeiros.

Isto, entretanto, não basta para colocar os países no caminho do desenvolvimento. Sem que governos e sociedades saibam o que reivindicar e sem que também eles tenham a competência e a força para entender que estabilidade, responsabilidade fiscal e medidas encorajadoras da confiança e do investimento são necessidades nacionais e não imposição externa, do FMI ou de quem seja, continuarão esbravejando contra demônios imaginários ou adorando deuses de barro.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, venho chamar a atenção do país para o grave problema econômico e social que aflige agricultores e pecuaristas em quatro estados brasileiros da Região Sul, em função de uma prolongada estiagem e conseqüente perda de safras.

Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul vivem o drama da seca e amargam graves prejuízos no campo. Prejuízos já consolidados para diversas culturas: soja, feijão, arroz, milho, hortigranjeiros e criações. Um triste quadro que as escassas chuvas ocorridas não conseguiram reverter.

Desesperados, milhares de pequenos produtores e suas famílias ocuparam e bloquearam estradas na tentativa de alertar as autoridades para a situação. No Rio Grande do Sul, 382 municípios decretaram situação de emergência, representando cerca de 77% dos 497 municípios do estado. O total de atingidos nos quatro estados chega a 536 municípios.

O governador Germano Rigotto, mesmo num quadro de dificuldades financeiras, decidiu liberar mais R\$3 milhões para o Programa RS Rural e vai buscar mais recursos junto ao Banco Mundial, financiador do programa. Registre-se, aliás, que o governo estadual recebeu o Programa RS Rural com uma dívida de R\$38 milhões, compromisso que foi renegociado com o Banco Mundial.

Outro mecanismo que deverá ser acionado pelo governo do estado é o Seguro Agrícola Subsidiado do Milho, que protege agricultores familiares dos prejuízos causados pelas variações climáticas, entre elas a seca e o granizo. Estão cobertos por esse seguro os agricultores participantes do Programa Troca-Troca de Sementes.

Da parte do governo federal, algumas medidas paliativas de emergência foram anunciadas pelo ministro Miguel Rossetto, do Desenvolvimento Agrário, na quinta-feira passada. Foram prometidos R\$20 milhões para socorrer os produtores dos quatro estados.

Recursos considerados insuficientes, pois o acesso do produtor à ajuda federal de emergência foi limitado apenas àqueles que perderam mais de 50% da safra. Conforme dados do Movimento dos Pequenos Agricultores, apenas 64 mil famílias serão beneficiadas, num universo de trezentas mil em dificuldades. Além disso, esse dinheiro ainda não saiu dos cofres do Tesouro Federal.

O governo anunciou, ainda, um novo aumento de R\$150,00 no financiamento do custeio da safra, anteriormente estipulado em R\$500,00; e um projeto

de seguro-renda e seguro-agrícola, que ainda será discutido e detalhado.

São medidas tímidas que pouco representam em termos de ajuda efetiva.

Na realidade, estamos assistindo a um roteiro há muito conhecido. O governo federal está acostumado a atuar somente sobre as consequências, “correndo atrás da máquina”, quando deveria definir uma política preventiva, com programas ágeis e eficazes de assistência em situações de crise.

Venho falando sobre esse tema da agricultura há muito tempo. E destaco, mais uma vez, que está tramitando na Casa um projeto de criação de uma Comissão Permanente da Agricultura, pois o setor assume importância cada vez maior no Brasil moderno. É o Projeto de Resolução do Senado nº 25/95, que está sendo analisado na Comissão de Constituição e Justiça.

Outra proposta minha para o setor, o Projeto de Lei nº 126/98, define uma Política Agrícola para o País e estabelece a concessão de crédito rural diferenciado aos agricultores familiares e aos produtores assentados em áreas de reforma agrária. O tratamento favorecido exige, no entanto, uma retribuição à sociedade. O produtor familiar será favorecido na medida em que melhorar seu desempenho em termos de produção de alimentos, proteção ao meio ambiente e geração de empregos.

Na realidade, minha proposta inova ao transformar em lei o atual programa da agricultura familiar, o Pronaf. Como está hoje, na condição de um programa a ser executado pelo governo, pode variar de acordo com as circunstâncias enfrentadas pelo Tesouro. Transformado em lei, passar a ter aplicação obrigatória.

É uma medida oportuna porque embora a Lei nº 8.171/91 assegure o benefício apenas aos assentados em projetos de reforma agrária, os agricultores familiares ficam à mercê do Poder Executivo para receber os financiamentos através do Pronaf. O projeto foi aprovado no Senado e aguarda avaliação da Câmara dos Deputados.

Na verdade, o país ainda não tem um verdadeiro Seguro Agrícola digno do nome. Precisamos estabelecer uma forma de seguro agrícola capaz de atender à demanda e garantindo condições para que o produtor possa trabalhar com tranquilidade. Considero que este pode ser o primeiro tema a ser debatido numa futura Comissão de Agricultura do Senado.

O Brasil precisa de uma política ampla para a agricultura que beneficie desde a familiar de subsistência – que tem grande alcance social – até aquelas voltadas para a exportação, setor que vai muito bem, obrigado, com acesso à assistência e crédito e é res-

ponsável pela maior parte das divisas geradas pelo setor exportador da economia nacional.

Está na hora da sociedade debater em profundidade e nos quadros de um planejamento de longo prazo, o que pretende em termos estratégicos com a Política Agrícola, a Segurança Alimentar e a Reforma Agrária. São problemas que ainda precisam ser enfrentados com coragem, ousadia e criatividade.

Situações como a da seca no Sul podem deixar admirados muitos quantos se acostumaram a ver e ouvir falar da seca no Nordeste. O empobrecimento da Região Sul, especialmente a Metade Sul do Rio Grande do Sul, é um fato que já em 1960 foi denunciado pelo jornalista Franklin de Oliveira, em obra memorável: "Nordestização do Rio Grande do Sul".

Como observamos, não se trata de um problema novo. Com referência à estiagem no Sul, há tempos as lideranças do setor já alertavam para a possibilidade de quebra de safras e prejuízos aos produtores e criadores. Mas, a ajuda federal veio somente quando a crise estourou nas ruas, com bloqueios de estradas e intervenção de tropas da Polícia Militar.

Esse é o quadro para o qual solicito ação efetiva e imediata da União.

Para ilustrar a gravidade da situação, solicito à Mesa a inscrição dos anexos que apresento, com dados da Emater/RS:

"Os dados da Emater/RS-Ascar indicam, para a soja, uma produtividade média de 1.383 quilos por hectare, o que determina uma produção estimada em 5,4 milhões de toneladas. Esses números são, respectivamente, 38,48% e 36,86% menores do que os previstos no início da safra. Em relação à safra passada, a redução é de 48,14% na produtividade e 43,75% na produção, com diminuição de 4,1 milhões de toneladas de soja. A oleaginosa já foi colhida em 55% das lavouras, que ocupam uma área total de 3,9 milhões de hectares.

Para o milho, a Emater/RS-Ascar indica uma produtividade média de 2.947 quilos por hectare, projetando uma produção total de 3,97 milhões de toneladas. A redução em relação à estimativa inicial é de 21,75% e 21,55%, respectivamente. Sobre a safra passada, a diminuição é de 23,14% e 26,86%, o que significa a produção de 1,5 milhão de toneladas a menos. A colheita do grão já atinge 54% da área de 1,347 milhão de hectares.

Feijão e arroz.

Na segunda safra do feijão, a produtividade estimada é de 385 quilos por hectare, com produção de 13.443 toneladas, redução de 59,39% e de 62,08%, respectivamente, em relação à estimativa inicial. Com

relação à safra passada, a diminuição é de 63,51% na produtividade e de 66,62% na produção.

Os técnicos da Emater/RS-Ascar dizem que a segunda safra do feijão destina-se, em grande parte, à subsistência familiar e à reserva de sementes na pequena propriedade. Por isso, para a safra seguinte, estima-se que haverá grande dificuldade para os pequenos agricultores trabalharem com tranquilidade, pois, além da frustração da safrinha, a qualidade dos grãos não é considerada muito boa, podendo aumentar os problemas de germinação na próxima safra. A colheita já foi realizada em 26% da área de 35 mil hectares.

Já a cultura do arroz segue beneficiada com o tempo seco, aumentando diariamente o percentual de área colhida. Neste sentido, o índice já alcança os 80%, com produtividades bem acima das verificadas na safra passada. A produtividade deverá ficar muito próxima dos seis mil quilos por hectare, o que projetaria uma produção total entre 5,8 e seis milhões de toneladas. Com a manutenção do atual quadro climático, a colheita deverá ser concluída em poucos dias.

Hortigranjeiros.

A estiagem tem dificultado o abastecimento de hortigranjeiros no interior do Rio Grande do Sul. As oleócolas folhosas são as que mais têm sido prejudicadas com a falta de água, a grande insolação e as altas temperaturas que vêm ocorrendo desde o início do ano. A oferta é baixa, com grande redução em todos os níveis de mercados.

A colheita das variedades precoces de laranjas e bergamotas já se encontra adiantada no Vale do Caí. Cerca de 30% da variedade de bergamota Satsuma e 20% da laranja do céu Gaúcha já estão colhidas. A falta de chuvas também está afetando a produção de citros e determinando um desenvolvimento mais lento, o que deverá ocasionar atraso na maturação e produção de um fruto de tamanho menor.

A estiagem prejudicou, também, o tamanho das maçãs na variedade Gala, que acabou de ser colhida na Serra. A variedade Fuji, que também apresenta fruto menor, já tem 50% da safra colhida e em comercialização. O mercado não está aceitando frutos de tamanho muito pequeno, que deverão ser entregues às indústrias para processamento.

Criações.

A estiagem prolongada estagnou o crescimento dos campos e das pastagens de verão e continua impedindo o plantio das forrageiras de inverno. As chuvas ocorridas foram insuficientes para modificar o atual quadro de estiagem. A falta de pasto e de água

para consumo dos animais agrava-se cada vez mais, provocando a perda de peso do rebanho bovino.

Os pecuaristas costumam, nesta época, desmamar os terneiros, mas as condições são adversas, pois os campos estão secos e as pastagens de inverno sequer foram plantadas. No entanto, a não-realização do desmame comprometerá ainda mais a condição corporal dos ventres, podendo, inclusive, resultar em aumento da mortalidade no inverno.

Resta a alternativa de fornecer algum tipo de concentrado no cocho, mas essa prática não está ao alcance da maioria e certamente vai reduzir ainda mais as já escassas margens de lucro.

Para atenuar a dificuldade de alimentação do gado de leite, os criadores estão buscando alternativas de suplementação. Aqueles que dispõem de silagem estão antecipando o seu uso, o que gera preocupação pela possível falta nos meses críticos do inverno. O volume de leite produzido, comparativamente à média do período em outros anos, continua com severa redução, chegando, em média, a 40%, no Estado.

Comparação das estimativas de área, produção e produtividade no RS

Safra 2004

Milho

DADOS PRELIMINARES

Pesquisados em torno de 60% da área total estimada para o Estado.

– Produtividade atual estimada: 2.947 kg/ha

- Variação em relação à Safra Passada (3.834 kg/ha): -23,14%
- Variação em relação à Estimativa Inicial (3.766 kg/ha): -21,75%
- Variação em relação à média dos últimos 5 anos (3.057 kg/há): -3,60%

– Produção atual estimada: 3.970.163 toneladas

- Variação em relação à Safra Passada (5.428.243 t): -26,86%
- Variação em relação à Estimativa Inicial (5.060.649 t): -21,55%
- Variação em relação à média dos últimos 5 anos (4.512.978 t): -12,03%

– Área atual estimada: 1.347.188 hectares

- Variação em relação à Safra Passada (1.417.377 ha): -4,95%
- Variação em relação à Estimativa Inicial (1.343.773 ha): + 0,25%
- Variação em relação à média dos últimos 5 anos (1.516.272 ha): -11,15%

Soja

DADOS PRELIMINARES

– Pesquisados em torno de 69% da área total estimada para o Estado.

– Produtividade atual estimada: 1.383 kg/ha

- Variação em relação à Safra Passada (2.667 kg/ha): -48,14%
- Variação em relação à Estimativa Inicial (2.248 kg/ha): -38,48%
- Variação em relação à média dos últimos 5 anos (1.953 kg/ha): -29,19%

– Produção atual estimada: 5.388.593 toneladas

- Variação em relação à Safra Passada (9.579.293 t): -43,75%
- Variação em relação à Estimativa Inicial (8.534.172 t): -36,86%
- Variação em relação à média dos últimos 5 anos (6.275.699 t): -14,14%

– Área atual estimada: 3.896.307 hectares

- Variação em relação à Safra Passada (3.592.026 ha): + 8,47%
- Variação em relação à Estimativa Inicial (3.796.340 ha): +2,63%
- Variação em relação à média dos últimos 5 anos (3.190.882 ha): + 22,11%

Feijão 2ª SAFRA

DADOS PRELIMINARES

Pesquisados em torno de 48% da área total estimada para o Estado

– Produtividade atual estimada: 385 kg/ha

- Variação em relação à Safra Passada (1.055 kg/ha): -63,51%
- Variação em relação à Estimativa Inicial (948 kg/ha): -59,39%
- Variação em relação à média dos últimos 5 anos (786 kg/ha): -51,02%

– Produção atual estimada: 13.443 toneladas

- Variação em relação à Safra Passada (40.276 t): -66,62%
- Variação em relação à Estimativa Inicial (35.449 t): -62,08%
- Variação em relação à média dos últimos 5 anos (40.784 t): -67,04%

– Área atual estimada: 34.917 hectares

- Variação em relação à Safra Passada (38.229 ha): -8,66%
- Variação em relação à Estimativa Inicial (37.394 ha): -6,62 %
- Variação em relação à média dos últimos 5 anos (40.958 ha): -14,75%

Feijão 2ª safra-Variação da Produtividade (kg/ha) por Região Administrativa da Emater/RS

	Expectativa atual	Expectativa inicial	Variação %
	SI	SI	SI
	720	1.200	-40,00
	388	600	-35,33
	327	1.106	-70,43
	145	1.200	-87,92
	480	900	-46,67
	454	981	-53,72
	540	600	-10,00
	349	500	-64,78
	SI	SI	SI
	385	500	-59,39

Milho-Variação da Produtividade (kg/ha) por Região Administrativa da Emater/RS

	Expectativa atual	Expectativa inicial	Variação %
	1.256	2.512	-50,41
	3.479	4.710	-26,76
	2.099	3.400	-38,28
	3.936	4.981	-12,55
	1.387	2.569	-46,01
	1.903	2.341	-18,71
	1.358	2.312	-53,37
	2.745	2.889	-5,31
	4.014	4.987	-13,34
	3.381	4.300	-16,31
	2.947	3.500	-21,75

Variação da Produtividade (kg/ha) por Região Administrativa

	Expectativa atual	Expectativa inicial	Variação %
	1.261	2.031	-37,91
	1.841	2.439	-24,52
	1.187	1.935	-38,75
	1.665	2.156	-32,48
	1.307	1.976	-30,33
	-	-	-
	1.143	2.170	-47,45
	801	1.950	-59,05
	1.687	2.169	-34,33
	1.487	2.244	-33,73
	1.383	2.243	-38,48

Fonte: Ascar-Emater/RS
GPL - NIC
14 de abril de 2004

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, o último sábado, 1º de maio, dia em que se completaram dez anos da morte de Ayrton Senna, foi seguramente, um dia de respeito, encantamento e reflexão.

O respeito, Srs e Srs. Senadores, deve-se ao que representou e sempre representará esse grande brasileiro no imaginário de nosso povo. Afinal, todos sabemos que Ayrton Senna é das pouquíssimas pessoas verdadeiramente amadas em cada quarteirão, em cada bairro, em cada cidade do Brasil.

O encantamento, é claro, decorre das muitas alegrias que nos proporcionou, em especial no automobilismo de Fórmula 1: os três campeonatos mundiais, as quarenta e uma vitórias, as sessenta e cinco *pole-positions*, os dezenove recordes de pista, os seiscentos e quatorze pontos conquistados, e tantas outras marcas sempre associadas ao superlativo.

Acima de tudo, porém, penso que podemos dedicar este 1º de maio à reflexão: à reflexão sobre as muitas lições que nos foram deixadas por Ayrton Senna.

Já na infância, Sr. Presidente, manifestou-se um traço marcante de sua personalidade: a persistência, a determinação, a capacidade de enfrentar e vencer quaisquer dificuldades que se apresentassem no caminho.

Nem todos sabem que, ainda pequeno, um diagnóstico médico lhe atribuiu problemas de coordenação motora. seu pai comprou um pequeno *kart*, e foi com ele que o menino Ayrton começou a pôr em prática aquele traço de caráter que se transformaria na primeira de suas lições: a tenacidade, a firmeza, a perseverança, o perfeccionismo, os brios de campeão.

A partir daí, sua trajetória é por demais conhecida: ainda no *kart*, os campeonatos brasileiro e sul-americano, e a carreira bem-sucedida na Europa; a seguir, o desempenho brilhante na Fórmula Ford e na Fórmula 3 britânica; depois, a estréia na Fórmula 1, no Grande Prêmio do Brasil de 1984; ainda naquele ano, a antológica participação, sob chuva, no Grande Prêmio de Mônaco, num dia em que somente as maquinções antidesportivas conseguiram roubar-lhe a vitória; por

fim, os dez anos de sucesso contínuo, tragicamente interrompidos na curva Tamburello.

E foi ao longo desses dez anos, Sr^{as}s Senadoras, Srs. Senadores, que Ayrton Senna se encarregou de nos dar uma segunda lição, tão marcante e tão inspiradora como a primeira: a lição de patriotismo; a lição de um amor profundo e contagiente por nosso País.

Todos guardamos na memória a imagem que tanto se repetiu nas manhãs de domingo: após mais uma de suas vitórias, Senna diminuía a velocidade para empunhar a primeira bandeira do Brasil que lhe fosse estendida; e, com ela nos braços, desfilava aos olhos do mundo sua condição de brasileiro. Naqueles instantes, Sr. Presidente, naquela volta vibrante e triunfal, éramos redimidos de nossos dramas e de nossas frustrações. sentíamos, tão-somente, o orgulho da brasiliade, a esperança de um futuro melhor para nossa gente.

Por fim, Sr^{as}s e Srs. Senadores, quero ressaltar uma terceira lição que devemos ao grande piloto: a solidariedade aos necessitados, o desejo de oferecer oportunidades às crianças e jovens de nosso País.

Por artifícios do destino, dois meses antes do acidente fatal no circuito de Ímola, Ayrton Senna contara a sua irmã Viviane os planos de envolver-se em uma ação ordenada de apoio aos excluídos. Desse sonho, dessa visão generosa e solidária, nasceu o Instituto Ayrton Senna, que desde novembro de 1994 desenvolve programas nas áreas da educação formal e da educação complementar.

Nesses quase dez anos, o Instituto Ayrton Senna atendeu cerca de quatro milhões de crianças e jovens; estabeleceu parcerias com três mil, trezentas e setenta e cinco escolas, universidades e organizações não-governamentais; atuou em vinte e quatro Estados, em quatrocentos e sessenta e três Municípios; investiu cento e treze milhões de reais.

Tudo isso, Sr. Presidente, para viabilizar programas como o Escola Campeã, que trabalha com metodologias de fortalecimento das gestões municipal e escolar e que deverá atender, somente neste ano de 2004, mais de oitocentas mil crianças; programas como o Educação pelo Esporte e o Educação pela Arte, que buscam desenvolver os potenciais de crianças e jovens, por meio, respectivamente, de atividades esportivas e artísticas; programas como o Acelera Brasil, uma resposta concreta ao problema da repetência, na medida em que trata da aceleração do processo de aprendizagem no ensino fundamental.

Programas como esses, Sr. Presidente, e muitos outros executados pelo Instituto Ayrton Senna, certamente, ajudam a tornar reais os sonhos de solidariedade de nosso campeão.

Em síntese, Sr^{as}s e Srs. Senadores, são muitas as homenagens que já vêm sendo e continuarão a ser prestadas a Ayrton Senna, neste momento em que se aguçam as recordações: neste momento em que o lamentável acidente do Grande Prêmio de San Marino completa dez anos. mas todos sabemos que, por mais grandiosas que sejam tais homenagens, não estarão à altura do que o excepcional homem e piloto significa para o povo brasileiro.

Assim, talvez, a maior reverência que possamos prestar a Ayrton Senna seja a de conferir a devida atenção a suas lições: a lição de perseverança; a lição de patriotismo; a lição de solidariedade. com perseverança, patriotismo e solidariedade, senhor presidente, haveremos de transformar o Brasil num país cada vez mais forte, cada vez mais progressista, cada vez mais justo.

Muito obrigado!

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT)

– MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s. e Srs. Senadores, tenho hoje, na condição da senadora do PT, de senadora eleita pelo Estado de Mato Grosso, de senadora que ocupa, no Congresso Nacional, a presidência da Frente Parlamentar Mista para o Desenvolvimento Sustentável e Apoio às Agenda 21 Local, o prazer que poder registrar que o Governo Federal tem garantido investimentos em áreas relevantes para o projeto de desenvolvimento sustentável do País por meio das empresas estatais.

É um fato por demais relevante, que merece ser destacado e gostaria de discorrer aqui sobre alguns dos investimentos feitos por empresas do Grupo Eletrobrás na área ambiental. Num País em que a consciência ambiental ainda é um valor a se construir, o exemplo que vem sendo dado pelo Grupo Eletrobrás é altamente didático.

Observe-se, senhoras e senhores senadores, que a Política Ambiental do Grupo Eletrobrás estabelece parâmetros para o tratamento das questões sócio-ambientais associadas aos empreendimentos de geração e transmissão de energia elétrica das empresas do Grupo, composto hoje pelas seguintes empresas: a Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica (CGTEE), a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf), a Eletronorte, a Eletrosul, a Itaipu, Furnas e a Eletrownuclear.

Trabalhando a partir de dados que foram transmitidos ao meu gabinete pela Presidência da República, gostaria de destacar alguns dos programas de defesa do meio ambiente e dos recursos renováveis que vêm sendo desenvolvidos pelo Grupo Eletrobrás.

O primeiro programa que devo destacar é o chamado Programa Bioeletricidade.

É um programa que visa à substituição progressiva do diesel, usado para a geração de energia elétrica nos sistemas isolados das regiões Norte e Nordeste do País. Neste projeto o diesel, que é extraído do petróleo e é altamente poluente, vem sendo, paulatinamente, substituído por biodiesel obtido a partir de óleos vegetais.

O programa prevê também o aproveitamento de lixo e esgoto em centros urbanos para a produção de energia. O principal objetivo do programa é criar uma rede de sustentabilidade, fortalecendo a economia das regiões beneficiadas e gerando trabalho e renda para as famílias locais, além de contribuir para a redução das emissões de gases de efeito estufa. Quer dizer, quanto ao Protocolo de Kyoto, a Eletrobrás vem fazendo a sua parte.

Nós, que vivemos lá no Mato Grosso, estado marcado por distâncias enormes, distâncias infinitas, desejamos muito êxito e continuidade a tudo que o Programa Bioeletricidade vem conquistando nas regiões Norte e Nordeste, com a expectativa de que logo estes benefícios possam ser estendidos também aos municípios de Mato Grosso e de toda a região Centro-Oeste.

Outro projeto que devo aqui destacar é o das Comunidades Indígenas.

O Programa Indígena Waimiri Atroari, na Usina Hidrelétrica Balbina, e o Programa Parakanã, na Usina Hidrelétrica Tucuruí, representam uma parceria da Eletronorte com a Funai e comunidades indígenas. Destaque-se que eles existem há 15 anos e são referências internacionais no tratamento da questão indígena.

É importante informar, ainda, senhoras e senhores senadores, que, em 2003, nasceu o milésimo índio Waimiri Atroari, cujo povo estava desaparecendo quando o programa teve início. Existiam, então, apenas 374 pessoas naquela nação indígena. Era uma comunidade ameaçada, destroçada através dos anos pela ganância predadora de repetidas gerações. Graças às ações implantadas pela Eletrobrás, o povo Waimiri Atroari se recuperou em termos demográfico, humano e cultural. É um grande feito que merece o reconhecimento deste Senado e de toda nossa República.

Outro projeto que o Grupo Eletrobrás vem tocando com dedo, outro projeto exemplar, é o das Vamos Plantar, que beneficia comunidades de quatro estados brasileiros.

É um projeto que surgiu com o objetivo de criar condições para o plantio de culturas agrícolas de até três metros de altura na faixa de segurança das linhas de transmissão.

A meta é beneficiar quatro mil famílias, até 2005, nos quatro Estados em que a Eletrosul atua (Rio Gran-

de Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul). Através deste projeto exemplar, a Eletrosul fornece orientação técnica, custeia a limpeza do terreno e, por meio de convênios com prefeituras e outros órgãos do Poder Público, doa sementes e dá treinamento para a produção de alimentos de qualidade.

Nas áreas urbanas, a Eletrosul desenvolve o programa "Hortas Comunitárias", semelhante ao "Vamos Plantar". A empresa coordena toda a parte técnica e interage com os órgãos responsáveis, além de auxiliar na aquisição de material, irrigação e sementes para o plantio.

Outro projeto que quero destacar é o da Fabricação de tijolos a partir de cinza do carvão. O projeto de aproveitamento da cinza, que resulta da queima do carvão, na produção de tijolos é exemplo da preocupação da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica (CGTEE) com o desenvolvimento sustentável. O programa contribui para a redução dos impactos ambientais e possibilita geração de emprego e renda por meio de produção cooperada.

Outro projeto que merece destaque, projeto desenvolvido pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf), é o Programa de Apoio às Comunidades Extrativistas de Babaçu.

A Chesf vem apoiando as comunidades extrativistas de babaçu, enfocando as questões sociais sob o viés da preservação ecológica e da sustentabilidade e promovendo a educação ambiental. Dentre as ações desenvolvidas no âmbito do programa estão: a capacitação comunitária; oficinas alternativas para saúde/alimentação, com a demonstração de maneiras de utilizar o babaçu na alimentação e seu valor nutricional; orientações para utilização da semente da moringa no tratamento da água; e apoio para o beneficiamento do babaçu, como distribuição de máquinas forrageiras e a doação de animais para transporte.

No âmbito do Grupo Eletrobrás, devemos também destacar o Projeto Sítio Arqueológico de Piraquara de Fora.

Observem, Sras e Srs. Senadores, que a área onde hoje se encontra a Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto, em Angra dos Reis, apresenta vestígios arqueológicos de ocupação referentes a diversos momentos da história fluminense.

Dentro do Projeto Sítio Arqueológico de Piraquara de Fora, a Eletronuclear contratou o Laboratório de Antropologia Biológica do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro para a execução de um projeto de resgate, prospecção e preservação do sítio arqueológico.

Também estão previstas a elaboração de base cartográfica da área do projeto, a preparação de cursos

sobre Arqueologia Brasileira e a elaboração de material didático-pedagógico, para alunos e professores de 1º e 2º graus. O trabalho já foi aprovado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, com prazo de desenvolvimento de 10 meses e se destaca pela sua importância na preservação da história mais profunda não só daquela comunidade mas da própria humanidade.

Quero também destacar o trabalho que a empresa Furnas vem desenvolvendo no que se refere às Unidades de Conservação.

Em termos de proteção de espaços territoriais, Furnas beneficia, atualmente, 24 unidades de conservação instituídas pelo Poder Público nas esferas federal, estadual e distrital. Só quatro parques nacionais, duas reservas biológicas, sete parques estaduais, duas estações ecológicas, quatro parques ecológicos e cinco áreas de proteção ambiental. Essa ação de Furnas contribui para a proteção de uma área de mais de 1,7 milhão de hectares representativos de dois importantes ecossistemas brasileiros: o Cerrado e a Mata Atlântica. É um programa que deve contar com nosso mais entusiasmado apoio.

Por fim, Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, destaque para o Projeto Cultivando Água Boa.

O Programa “Cultivando Água Boa”, que vem sendo implementado pelo Grupo Eletrobrás através da Itaipu Binacional, compreende um conjunto de 64 projetos ambientais propostos para a Bacia Hidrográfica do Paraná III, a serem executados em parceria com os co-usuários dessa bacia.

Com o projeto, a Itaipu Binacional pretende mostrar que, assim como se cultivam os solos para que produzam bons frutos, as águas necessitam também de cuidados, para que possam manter sua qualidade.

Programas de gestão ambiental aplicada, como manejo conservacionista dos solos, agricultura orgânica, recomposição de reservas florestais, incentivo ao cultivo de plantas medicinais e piscicultura sustentável, entre outros, fazem parte do “Cultivando Água Boa”.

Sra e Srs. Senadores, o exemplo de todo este trabalho desenvolvido pela Eletrobrás precisa ser destacado e é por isto que faço questão deste pronunciamento no dia de hoje. Para deixar bem evidente o meu apoio, enquanto cidadã brasileira, enquanto senadora do PT, enquanto presidente, no Congresso Nacional, da Frente Parlamentar Mista para o Desenvolvimento Sustentável e Apoio às Agenda 21 Local, a todo este exemplar esforço que vem sendo desenvolvido pelo Grupo Eletrobrás e por todas as empresas que o compõem, na defesa e da preservação de nossos recursos renováveis.

Que só serão renováveis se houver, como observamos que está havendo, a partir deste informe da Presidência da República, uma preocupação preservacionista, como a preocupação preservacionista que vem orientando as ações das empresas do Grupo Eletrobrás.

É com grande satisfação que fazemos este registro neste tribuna, senhor Presidente, já que é uma demonstração de que o Governo Lula tem sabido, a um só tempo, garantir a geração de energia, nos livrando das graves crises que marcaram este setor durante o indigesto Governo de Fernando Henrique, e também zelar para que esta produção de energia seja feita dentro de parâmetros conservacionistas.

É o que tinha a dizer, Sr. Presidente, com justo orgulho.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, merecida homenagem presta hoje a Câmara dos Deputados à Itaipu Binacional, no momento em que o Brasil orgulhosamente comemora os trinta anos da Empresa. Em 17 de maio de 1974, era então criada a entidade binacional para gerenciar a construção da usina.

A exposição que a Câmara inaugura nesta data, no Espaço Mário Covas, intitulada “Itaipu 30 anos – energia para todos”, muito bem expressa a grandiosidade dessa usina que, sozinha, produz energia suficiente para atender a 24% do consumo brasileiro.

A energia gerada por Itaipu é um dos principais sustentáculos da economia do Brasil e do Paraguai. Sua produção abastece boa parte dos grandes consumidores industriais da região Sudeste e dela depende uma expressiva parcela do PIB brasileiro.

Energia é um insumo indispensável para o desenvolvimento econômico e a oferta de energia é vital para alavancar o progresso de uma nação. Nesse contexto, Itaipu exerce papel da mais alta relevância.

A produção de energia de Itaipu foi iniciada em 5 de maio de 1984, quando entrou em operação sua primeira unidade geradora. Hoje são 18 unidades geradoras e as duas últimas deverão entrar em funcionamento até outubro de 2005.

Sr. Presidente, Sras Senadoras e Srs. Senadores, o surgimento de Itaipu foi uma das grandes vitórias da diplomacia brasileira, pois demandou intensas negociações com o Paraguai e com a Argentina. E sua construção é um dos maiores exemplos da admirável capacidade técnica e empreendedora do nosso país. O Brasil é reconhecido internacionalmente por sua capacidade na área de engenharia.

Maior hidrelétrica do mundo, com potência instalada de 12.600 megawatts, Itaipu é uma das mais

grandiosas obras de engenharia do planeta e seus números são impressionantes. Em 2003, a usina produziu 89 milhões de megawats-hora de energia.

Mas, Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, apesar de seu extraordinário desempenho, Itaipu não se limita à produção de energia. Estende sua atuação a muitas outras áreas. A Empresa, como tem sido dito por seu presidente Jorge Samek, “tem uma história de respeito ao meio ambiente, de integração com a comunidade, de geração de renda para os municípios lindeiros, de envolvimento com o turismo regional e de responsabilidade social”.

Desde a fase de projeto, Itaipu sempre teve uma preocupação especial com o meio ambiente, com a finalidade de garantir a qualidade da água do reservatório e de preservar a fauna e a flora da região. A Empresa manteve toda a floresta nativa existente e ainda reflorestou as áreas que já encontrou devastadas. Plantou mais de vinte milhões de mudas de árvores na faixa de proteção do reservatório.

O programa de conscientização ambiental “Cultivando Água Boa” envolve toda a comunidade lindeira e objetiva a preservação das nascentes e margens dos rios e córregos que deságuam no lago pela margem brasileira.

Além de tudo isto, a Empresa adota medidas para reciclar e reaproveitar materiais, promove a educação ambiental de adultos e crianças em toda a área de abrangência do reservatório, mantém refúgios biológicos para preservar a flora e a fauna da região e incentiva práticas ecologicamente corretas na agricultura e na pesca.

O projeto de Agricultura Orgânica na Bacia Hidrográfica do Paraná mantém técnicos e pesquisadores dedicados à assistência a produtores e tem como meta fazer com que 10% do número de propriedades rurais da Bacia adote o sistema orgânico de produção até 2008.

O Canal da Piracema é outra iniciativa que demonstra o compromisso de Itaipu com o meio ambiente. É um rio artificial de 10 quilômetros de extensão, que une as águas do rio Paraná com o lago da hidrelétrica. É uma via de acesso de milhares de peixes às suas áreas de reprodução.

Em parceria com a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca do Governo Federal, Itaipu investe no programa de cultivo de peixes em tanques-redes. Em sua fase inicial, o programa beneficiou 56 famílias de pescadores e em 2004 será estendido a outras duzentas famílias. Cada pescador recebe, além dos tanques, quinhentos juvenis de peixes e assistência técnica para o cultivo e ficam com a responsabilidade de destinar 5% da produção para soltura no lago.

Itaipu patrocina também um programa de coleta solidária para catadores de papel que atuam na coleta seletiva do lixo em 16 municípios lindeiros ao reservatório. Os catadores recebem carrinhos confeccionados com material reciclável da usina, uniformes, luvas, botas, bonés e coletes.

Todas essas iniciativas demonstram o firme compromisso de Itaipu com as questões ambientais.

Com 1,46 milhão de quilômetros quadrados de área alagada, Itaipu tem uma relação de 8,6 megawatts por quilômetro quadrado de área alagada. Os municípios afetados pelo alagamento de terras para a formação do reservatório de Itaipu, recebem, desde 1991, compensação financeira, com base na Lei dos Royalties, cujos valores já ultrapassam os R\$7 bilhões. O Estado do Paraná e os 15 municípios paranaenses banhados pelo reservatório já receberam mais de 4 bilhões de reais, recursos que impulsionam os projetos e o desenvolvimento de toda a região. Também o município de Mundo Novo, em Mato Grosso do Sul, é beneficiário dos royalties de Itaipu. A receita das cidades que tiveram suas áreas inundadas é, em grande parte, decorrente do desenvolvimento do turismo propiciado pela construção de Itaipu.

No setor de turismo, Itaipu é hoje um dos principais pontos turísticos brasileiros. Somente no ano passado, a usina recebeu aproximadamente seiscentos mil visitantes. Quase 80% dos turistas que visitaram o Parque Nacional do Iguaçu quiseram conhecer a usina, que já foi visitada por mais de onze milhões de pessoas, de 170 diferentes países.

Para melhor atender a seus visitantes, Itaipu investe na melhoria de seu complexo turístico. Além do Centro de Recepção, a Empresa mantém um ecomuseu, que conta a história da construção da usina e da colonização do oeste do Paraná.

Sr. Presidente, Sras Senadoras e Srs. Senadores, Itaipu também investe no talento. Aproveitando a alta capacitação de seu corpo funcional, a Empresa criou e mantém o Parque Tecnológico Itaipu, projeto também binacional, destinado a apoiar o desenvolvimento tecnológico e social da região da tríplice fronteira.

O projeto reúne universidades e várias instituições públicas e privadas, numa rede de cooperação que pretende se transformar em centro de referência em tecnologia para toda a América do Sul.

Com a finalidade de estimular a geração de trabalho e renda, o Parque Tecnológico abriga laboratórios, incubadora de empresas, salas de treinamento e centros de convivência. E já se encontra em funcionamento uma fábrica de software, que emprega cerca de cinqüenta profissionais especializados.

Na área de saúde, Itaipu mantém, na margem brasileira, o Hospital Costa Cavalcanti, um dos mais modernos do Oeste Paranaense. Aberto à comunidade, o hospital mantém convênio com o SUS, atende emergências médicas e pacientes portadores de câncer. A Empresa tem participação ativa nas campanhas de combate à dengue.

Itaipu também dedica especial atenção à erradicação da exploração sexual infantil na região das três fronteiras, estando à frente de uma campanha coordenada pela Organização Internacional do Trabalho – OIT. A Empresa patrocina campanhas levadas ao ar pelos meios de comunicação da região.

Na área de capacitação de jovens de famílias de baixa renda, para ingresso no mercado de trabalho, Itaipu criou o Projeto de Iniciação e Incentivo ao Trabalho, do qual participam atualmente 186 jovens.

Por sua localização estratégica, Itaipu investe em programas de segurança empresarial e segurança da fronteira.

A estrutura interna de segurança inclui radares, centros de TV, inúmeras câmeras fixas e móveis, sistema de monitoramento a longa distância, e rigoroso sistema de controle de acesso.

Itaipu e o Departamento de Polícia Federal firmaram convênio para construção da sede do Núcleo Especial de Polícia Marítima, encarregado do policiamento ostensivo do reservatório, das vias navegáveis e das áreas de preservação ambiental da usina, em território brasileiro. A Empresa também participa do Programa das Nações Unidas para o Controle International de Drogas.

Sr. Presidente, Sr^{as}s Senadoras e Srs. Senadores, Itaipu é o resultado do espírito empreendedor e da visão de futuro daqueles que ousaram sonhar com o impossível.

Quero aqui prestar uma homenagem especial a todos os que ajudaram a construir esta grandiosa empresa, desde seus idealizadores, até os milhares de anônimos trabalhadores que contribuíram para a concretização deste projeto.

Quero parabenizar os dirigentes e todos os técnicos da Empresa que, com elevada capacitação, dedicação e profissionalismo, fazem de Itaipu um modelo e um exemplo de eficiência empresarial e de responsabilidade social, que enche de orgulho todos os brasileiros.

Muito obrigado.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s. e Srs. Senadores, venho à tribuna, na tarde de hoje, para registrar o transcurso, nesta segunda-feira, 3 de Maio, de mais um *Dia do Parlamento* e, por extensão,

também *Dia do Parlamentar*. No momento político por que passa o País e quando observamos a atuação das diversas casas de representantes populares – da mais modesta Câmara de Vereadores às duas Casas do Congresso Nacional, Câmara e Senado –, haverá sem dúvida um número significativo de cidadãos brasileiros, contribuintes, quando têm a felicidade de deter um emprego, que se perguntarão qual o sentido da representação hoje.

Haverá mesmo inúmeros contribuintes, em especial nas camadas mais esclarecidas, que tentarão estabelecer uma relação custo-benefício para saber se todos os recursos arrecadados, cotidianamente, sob a forma de impostos, taxas e contribuições, pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, estão sendo adequada, racional e licitamente utilizados para corrigir os gritantes desequilíbrios sociais brasileiros. Em um primeiro momento, esses contribuintes vão constatar a inquietante omissão do Estado em questões tão antigas quanto urgentes, como segurança pública, infra-estrutura, transportes, educação e por aí vai. Assim, aqueles que com seriedade se detiverem nesse tipo de análise, na frieza dos números, seguramente entenderão que há um verdadeiro descalabro, um inexplicável descompasso, uma odiosa assimetria entre o que se paga ao Estado e aquilo que ele devolve em obras, realizações e serviços, como é seu dever constitucional.

Pois bem, mesmo os escolares sabem que somos nós, Parlamentares, atuando em escala nacional, estadual ou municipal, que analisamos, discutimos e votamos os orçamentos. Somos nós, Parlamentares, que, pela ação política, em nossas intervenções nos inúmeros plenários, acompanhamos a execução orçamentária, pressionamos, cobramos e forçamos o Poder Executivo a agir de forma responsável e consequente, devolvendo à sociedade aquilo que ela, normalmente com muito sacrifício, recolhe na forma de tributos. E o que vimos fazendo de efetivo nesse sentido?

Que respeito, que admiração será possível dedicar aos parlamentos e a seus integrantes, nos distintos níveis, quando parece que nós, políticos, homens e mulheres no exercício de atividades voltadas para o que seria o interesse público, não conseguimos, em muitas ocasiões, nem mesmo equacionar, muito menos resolver agudos problemas que afligem nossa população? Que tipo de consideração é lícito esperar por parte da sociedade, quando todos sabemos que as diversas administrações deixam de cumprir com suas obrigações mais comezinhas, ficando tudo no âmbito das promessas eleitorais, que logo se vão mostrar meramente eleitoreiras?

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, se isso tudo fosse pouco, o que dizer do continuado abastardamento do processo legislativo brasileiro? Neste País, tudo evidencia que o Poder Legislativo perdeu, há muito, a capacidade de legislar, pois abundam, desde a sua instituição, pela Carta Política de 1988, as medidas provisórias. Neste quesito – legislar –, que é nossa mais alta prerrogativa, passamos a andar a um passo atrás de um Executivo sempre hipertrofiado, não raro bonapartista, que deixa o Congresso verdadeiramente zonzo, tal a profusão de medidas provisórias, em edições e reedições incessantes.

E isso porque a Constituição Federal insculpe, no *caput* de seu artigo 62, já para não deixar dúvidas, que a emissão de medida provisória obedecerá aos critérios de relevância e urgência. Nenhum cidadão sensato deixará de reconhecer e admitir ao Poder Executivo instrumento, com força de lei, para regular situações que, por sua relevância e urgência, não podem aguardar o rito ordinário do processo legislativo, que, aliás, permita-me o Sr. Presidente, merece uma radical revisão, considerando-se o ritmo e as exigências da vida contemporânea. Enfim, uma sociedade como a brasileira, tão repleta de peculiaridades e complexidades, pode e deve conceder ao Presidente da República mecanismo capaz de suprir adequadamente às demandas reguladoras emergentes. Daí que o Constituinte brasileiro de 1988, buscando inspiração no Direito italiano, fez introduzir em nosso ordenamento jurídico a chamada medida provisória. Veio, como sabemos, na condição de sucedânea do famigerado decreto-lei, tão ao gosto da ditadura militar que regeu o País entre 1964 e 1985. Recorde-se que muitos juristas não cansavam de classificar o decreto-lei como “uma criação esdrúxula”, pois dava a um ato do Executivo plena força de lei.

Concordou-se, durante o engenhoso e longo processo constituinte do final da década de 80, com nova dinâmica e sob nova denominação, em deixar ao auxílio do Chefe da Nação um instrumento dessa mesma natureza, para que fizesse frente, desse respostas às questões a reclamar regulação, mas desde que, repita-se, urgentes e relevantes. Porém, não é isso o que se vê nesta experiência que já se estende por quase 16 anos. É impensável vivermos sob o permanente abuso, eu diria a permanente usurpação do poder de legislar, conferido, constitucionalmente, à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal, na esteira da clássica tripartição de Montesquieu.

A fúria legiferante do Executivo, manifesta pela incontida emissão de medidas provisórias, compromete e desmoraliza Parlamento e Parlamentar perante toda a sociedade brasileira. O constrangimento, que não é

novo, no Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva assumiu um quadro tão embaraçoso, que o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado João Paulo Cunha, e do Senado Federal, Senador José Sarney, ambos aliados incondicionais do Presidente da República, não hesitaram em publicamente censurar as práticas legislativas do Palácio do Planalto.

O Deputado João Paulo declarou à imprensa que o excesso de medidas provisórias está atrapalhando o andamento dos trabalhos da Casa. E disse mais, valendo-se da espontaneidade do coloquialismo; pediu para o Governo “maneirar”, ou seja, agir com moderação. Vejam, Sr^{as}s e Srs. Senadores, falamos de um Parlamentar, o Deputado João Paulo, que, além de presidir a Câmara baixa, é membro do Partido, o PT, que detém o poder no País. S. Ex^a declarou-se em uma situação difícil, pois, com tantas medidas provisórias aguardando apreciação, inviabiliza-se a pauta regular dos trabalhos da Câmara.

Por seu turno, também o Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney, embora se preservando do coloquialismo que nem sempre é recomendável aos intelectuais, manifestou-se contrário à enxurrada patrocinada pelo Planalto. “O problema das medidas provisórias é que elas estão inflacionando a legislação brasileira. Precisamos de uma solução para isso”, declarou ao jornal **Folha de S. Paulo**, na última semana. Já em fevereiro, por ocasião da abertura dos trabalhos legislativos, o Presidente desta Casa havia asseverado que “nada mais subdesenvolvido que o pandemônio da legislação brasileira”.

João Paulo e Sarney, na condição de primeiros entre iguais, nada mais fizeram do que verbalizar inquietações que alcançam a quase totalidade dos Parlamentares brasileiros, independentemente de filiação partidária. Mais do que isso, deram, também, voz a uma convicção crescente dentro da sociedade brasileira: a inutilidade, ou mesmo o caráter contraproducente, do excesso de normas. Aliás, uma constatação que já haviam feito os romanos, os inspiradores de nosso modelo jurídico, na voz de um de seus maiores, Tácito, que afirmava *corruptissima republica plurimae leges*, isto é, o excesso de normas favorece a corrupção; e todos nós sabemos o quanto isto é, ainda hoje, verdadeiro!

Um outro tema que quero também registrar, nessa alocução pela passagem do *Dia do Parlamento*, diz respeito a algo que precisamos enfrentar e revisar com extrema urgência. Refiro-me à insuficiência da lei para a realização do Direito, uma constatação que une quase indistintamente todos os operadores do Direito em nosso País, porque, sobretudo, vai punir de forma implacável o cidadão que recorre à presta-

ção jurisdicional do Estado, para o esclarecimento de suas pretensões.

O Direito só se justifica como mecanismo legítimo e socialmente aceito de dominação e controle, na medida em que consegue ser a expressão do conjunto de idéias e crenças, tradução dos valores mais elevados de dada sociedade. Neste sentido, creio que, na ânsia de tudo regular, os legisladores pátrios, ao longo do tempo, perderam o pulso da sociedade brasileira e acabaram por enxertar, no ordenamento jurídico nacional, normas que são meros enfeites. E se existe algo

que fragiliza o Direito, é a norma ineficaz, ora porque efetivamente contradiz os pressupostos de implementação, ora porque não é observada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as}s e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas e 30 minutos, a seguinte

ORDEM DO DIA **Às 15:30 horas**

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 23, DE 2004

(Proveniente da Medida Provisória nº 165, de 2004)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição)

Continuação da votação, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 2004, que *dispõe sobre os contratos de gestão entre a Agência Nacional de Águas e as entidades delegatárias das funções de Agência de Águas relativas à gestão de recursos hídricos de domínio da União e dá outras providências*, proveniente da Medida Provisória nº 165, de 2004.

Relator revisor: Senador Cristovam Buarque (Bloco/PT-DF)

2

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 22, DE 2004

(Proveniente da Medida Provisória nº 168, de 2004)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 22, de 2004, que *proíbe a exploração de todas as modalidades de jogos de bingo, bem como os jogos em máquinas eletrônicas, eletromecânicas ou mecânicas, conhecidas como “caça-níqueis”, independentemente dos nomes de fantasia e dá outras providências*, proveniente da Medida Provisória nº 168, de 2004.

Relator revisor: Senador Maguito Vilela (PMDB-GO)

3**PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 68, DE 2003**

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 68, de 2003 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 1.810, de 2003, Relator: Senador Jonas Pinheiro), que autoriza a Prefeitura Municipal de São Paulo a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no valor de cem milhões e quatrocentos mil dólares dos Estados Unidos da América, de principal, destinada a financiar, parcialmente, o Programa de Reabilitação da Área Central do Município de São Paulo - Procentro.

Parecer favorável, sob nº 1.952, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Garibaldi Alves Filho (em audiência, nos termos do Requerimento nº 1.582, de 2003).

4**SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 293, DE 1999 -COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 293, de 1999-Complementar, de autoria do Senador Gerson Camata, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo.

Parecer sob nº 1.933, de 2003, da Comissão Diretora, oferecendo a redação do vencido.

5**MENSAGEM N° 17, DE 2004
Escolha de Chefe de Missão Diplomática**

Discussão, em turno único, da Mensagem nº 17, de 2004 (nº 21/2004, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado a indicação da Senhora *Leda Lúcia Martins Camargo*, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República de Moçambique.

6**MENSAGEM N° 21, DE 2004**
Escolha de Chefe de Missão Diplomática

Discussão, em turno único, da Mensagem nº 21, de 2004 (nº 44/2004, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado a indicação do Senhor *Mauro Luiz Lecker Vieira*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Argentina.

7**PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 104, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2002 (nº 5.226/2001, na Casa de origem), que *altera o art. 159 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro* (dispõe sobre a Carteira Nacional de Habilitação).

Parecer sob nº 1.811, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

8**PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 98, DE 2003**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 98, de 2003 (nº 7.511/2003, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera dispositivos da Lei nº 7.501, de 27 de junho de 1986, e dá outras providências*. (Dispõe sobre o Plano de Classificação de Cargos do Ministério das Relações Exteriores)

Parecer favorável, sob nº 192, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Marcelo Crivella.

9

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 2, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2004 (nº 7.068/2002, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que *dispõe sobre a transformação de funções comissionadas em cargos em comissão no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Superior do Trabalho e dá outras providências.*

Parecer favorável, sob nº 126, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Rodolpho Tourinho, com voto contrário do Senador Jefferson Péres.

10

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 854, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 854, de 2003 (nº 44/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção sobre Procedimento de Consentimento Prévio Informado para o Comércio Internacional de Certas Substâncias Químicas e Agrotóxicos Perigosos, adotada em 10 de setembro de 1998, na cidade de Roterdã.*

Parecer favorável, sob nº 95, de 2004, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relatora *ad hoc*: Senadora Fátima Cleide.

11

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 858 DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 858, de 2003 (nº 731/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo sobre Dispensa de Tradução de Documentos Administrativos para Efeitos de Imigração entre os Estados Partes do Mercosul, a República da Bolívia e a República do Chile, celebrado em Florianópolis, em 15 de dezembro de 2000.*

Parecer favorável, sob nº 122, de 2004, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Rodolpho Tourinho.

12

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 892, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 892, de 2003 (nº 612/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia para a Construção de uma Ponte sobre o Rio Acre, nas proximidades das Cidades de Brasiléia e Cobija, assinado em Brasília, em 28 de abril de 2003.*

Parecer favorável, sob nº 13, de 2004, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Sibá Machado.

13

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 893, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 893, de 2003 (nº 817/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Décimo Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 36, firmado entre os Governos dos Estados Partes do Mercado Comum do Sul – Mercosul e o Governo da República da Bolívia, concluído em Montevidéu, em 19 de junho de 2001.*

Parecer favorável, sob nº 14, de 2004, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Jefferson Péres.

14

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 894, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 894, de 2003 (nº 818/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes, adotada, naquela cidade, em 22 de maio de 2001.*

Parecer sob nº 96, de 2004, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Juvêncio da Fonseca, favorável, com a Emenda nº 1 – CRE, de redação, que apresenta.

15

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 895 DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 895, de 2003 (nº 959/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Cooperação Financeira relativo aos projetos “Projetos Demonstrativos Grupo A – PD/A – Subprograma Mata Atlântica” (PN 2001.6657.9) e “Amazonian Regional Protected Areas – Arpa” (PN 2002.6551.2), concluído entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha, celebrado em Brasília, em 10 de junho de 2003.*

Parecer favorável, sob nº 15, de 2004, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Rodolpho Tourinho.

16

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 940, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 940, de 2003 (nº 758/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Cooperação entre Instituições de Ensino Superior dos Paises-Membros da Comunidade dos Paises de Língua Portuguesa celebrado pelo Governo da República Federativa do Brasil no âmbito da Comunidade dos Paises de Língua Portuguesa, em Praia, Cabo Verde, em 17 de julho de 1998.*

Parecer favorável, sob nº 123, de 2004, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Rodolpho Tourinho.

17

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 941 DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 941, de 2003 (nº 820/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo sobre Concessão de Visto Temporário para Tratamento Médico a Cidadãos da Comunidade dos Paises de Língua Portuguesa, assinado em Brasília, em 30 de julho de 2002.*

Parecer favorável, sob nº 124, de 2004, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Rodolpho Tourinho.

18**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 945, DE 2003**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 945, de 2003 (nº 819/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Agência Espacial Européia sobre a Cooperação Espacial para Fins Pacíficos, celebrado em 1º de fevereiro de 2002, em Paris.*

Parecer favorável, sob nº 125, de 2004, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relatora *ad hoc*: Senadora Lúcia Vânia.

19**PROJETO DE LEI DO SENADO N° 516, DE 2003**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 516, de 2003 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.861, de 2003, da Comissão de Educação), que *autoriza o Poder Executivo a criar a Fundação Universidade Federal do Cariri (UFCariri).*

20**PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 37, DE 2003**

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 37, de 2003, de autoria do Senador Alberto Silva, que *institui o Grupo Parlamentar China-Brasil e dá outras providências.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 1.429, de 2003, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Rodolpho Tourinho, e 293, de 2004, da Comissão Diretora, Relator: Senador Heráclito Fortes.

21**PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 57, DE 2003**

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 57, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que autoriza a cessão, para cobrança, da dívida ativa dos Municípios a instituições financeiras e dá outras providências.

Pareceres sob nºs 1.930 e 1.931, de 2003, das Comissões

- de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon,

favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta;

- de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Jonas Pinheiro, favorável, com as Emendas nºs 3 e 4-CAE, que apresenta.

22**PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 58, DE 2003**

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 58, de 2003, de autoria do Senador José Jorge, que *denomina "Sala Senador Apolônio Salles" a sala de reuniões da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado Federal.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 296 e 297, de 2004, das Comissões de Serviços de Infra-Estrutura, Relator: Senador Marco Maciel, e Diretora, Relator: Senador Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 45 minutos.)

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR JOSÉ SARNEY NA SESSÃO DO DIA 30 DE ABRIL DE 2004, QUE, RETIRADO PARA REVISÃO PELO ORADOR, ORA SE PÚBLICA.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Senador José Jorge, V. Ex^a será atendido na forma regimental.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o nobre Presidente desta Casa, Senador José Sarney, que fala por cessão deste Senador Eduardo Siqueira Campos, que seria o próximo inscrito.

Senador Valdir Raupp, V. Ex^a também está regulamente inscrito, mas a Casa ouvirá as palavras do Presidente José Sarney e, em seguida, daremos continuidade à lista de oradores inscritos.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, venho à tribuna para rememorar a data de hoje. Há 150 anos, inaugurou-se a primeira estrada de ferro no Brasil, o que significava e significa um marco muito importante no progresso brasileiro.

Naquele dia, inaugurávamos a estrada que ia até Petrópolis. D. Pedro II, com a imperatriz e todo seu séquito, comemorava o evento que era, sem dúvida, um fato extraordinário até mesmo no mundo, uma vez que as ferrovias começavam a operar há pouco tempo. Depois da descoberta da máquina a vapor, primeiramente utilizada em navios, com a invenção da locomotiva, as estradas de ferro começaram a ser construídas.

O pioneiro dos meios de transportes no Brasil foi Irineu Evangelista de Sousa, que nos dava não só a primeira estrada de ferro mas o primeiro transporte intermodal no Brasil. Saía-se da Praça do Paço, no Rio de Janeiro, em uma barca, até a praia de Mauá, na Vila da Estrela. Daí, tomava-se o trem até a Raiz da Serra de Petrópolis. Naquele dia mesmo, D. Pedro II resolveu dar a Irineu Evangelista de Sousa o título de Barão de Mauá, justamente porque ali iniciava-se a ferrovia.

Era o momento em que o Brasil começava a descontinar os caminhos do progresso que se abria à frente das descobertas. O transporte ferroviário foi, no mundo, a grande alavanca do comércio e do desenvolvimento. O Brasil teve cerca de 40 mil quilômetros de ferrovias; agora, depois de 150 anos, foram reduzidas a 29 mil quilômetros. As ferrovias foram sucateadas, foram desaparecendo, perdendo para o transporte rodoviário,

que, sem dúvida alguma, é o modelo dominante, mas que, na realidade, não corresponde ao que nosso País necessita como infra-estrutura.

Quando Presidente da República, ante o processo de desmonte das ferrovias, inclusive com o estudo feito pelo Geipot no sentido de mandar acabar com os ramais ferroviários – muitos deles foram extintos –, procurei de todo modo incentivar e restaurar a mentalidade ferroviária na infra-estrutura do Brasil.

Para isso, utilizamos mesmo os fundos destinados às rodovias na construção de estradas de ferro. Com isso, conseguimos concluir a Ferrovia do Aço. Projetamos grandes ferrovias nacionais. Se o Brasil tivesse feito a Ferrovia Norte-Sul, se tivesse construído a Ferrovia Leste-Oeste, certamente não estaríamos hoje precisando discutir teorias econômicas, porque o País estaria crescendo e o ativo que se constituem para o Brasil os 70 milhões de hectares já estariam disponíveis para a agricultura, a serviço do progresso brasileiro.

Para traduzir a vontade que o País teve em investir nas ferrovias, basta dizer que, quatro anos depois da construção da primeira ferrovia no Brasil, da qual estamos comemorando os 150 anos, já também se inauguravam a de Recife a São Francisco e a União-Indústria, obra de Cristiano Ottoni. O Brasil acompanhava o ritmo dos grandes países. Os ingleses pegaram a Índia e cortaram o país com ferrovias para cima e para baixo. O mesmo fizeram os Estados Unidos, que em 1869 inauguraram sua primeira ferrovia transcontinental.

Hoje nós ouvimos um discurso anacrônico de que as ferrovias foram o instrumento de transporte do passado, não são do presente e não serão mais do futuro. Isso não é verdade, Sr. Presidente. Realmente, as ferrovias foram o transporte do passado, sofreram um período de decadência, mas hoje, com as novas tecnologias e os trens de alta velocidade, elas passaram a ser as esteiras rolantes de escoamento da produção. Se nós não tivermos ferrovias, não teremos transporte competitivo. Se nós não tivermos ferrovias, jamais poderemos pensar no crescimento do Brasil porque a cada 1% de crescimento anual nós teríamos que crescer 1,6% na infra-estrutura de transporte. E dentro dessa infra-estrutura nós, certamente, teríamos o transporte ferroviário.

Sonhei, como Presidente, até mesmo trazer novas tecnologias; planejamos e colocamos em edital de concorrência o trem-bala do Rio de Janeiro para São Paulo àquela época. Enfim, tínhamos a mentalidade ferroviária.

Devo também ressaltar que o processo de privatização compulsória das ferrovias brasileiras foi obvia-

mente um processo errado que não deu certo. Hoje, estamos constatando que não atingiu os seus objetivos.

Portanto, nesta data, eu quero relembrar ao País a necessidade de restaurarmos a consciência de que as ferrovias são importantes para o progresso brasileiro e, ao mesmo tempo, louvar e homenagear aqueles ferroviários que, ao longo do tempo, participaram desse processo e constituíram uma classe importante do desenvolvimento da infra-estrutura brasileira; ferroviários que, até hoje, estão aí esquecidos, mas cuja grande contribuição ao Brasil temos que reconhecer.

A Srª Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – Darei o aparte a V. Ex^a.

Quero ressaltar também, nesse aspecto, alguns líderes do presente que sempre lutam pelos ferroviários como o Deputado Carlos Santana, que, em toda sua vida política, tem sido um defensor da classe ferroviária e da necessidade de renovarmos a consciência ferroviária no Brasil.

Como Presidente de Honra dos Ferroviários — deram-me esse título que até hoje guardo com muita gratidão —, estou aqui relembrando esses 150 anos e dizendo que considero esta data marca importante para o Brasil porque é uma marca do progresso brasileiro.

Ouço a Senadora Ideli Salvatti e, em seguida, o Senador Álvaro Dias.

A Srª Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, quero me congratular com a manifestação de V. Ex^a, até porque ontem tive a oportunidade de fazer da tribuna um registro da representação que o Senador Marco Maciel e eu fizemos em encontro da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários, numa solenidade onde estava sendo debatida toda essa questão, não só a comemoração dos 150 anos, mas também a necessidade fundamental de retomarmos esse modal de transporte, fundamental a todo e qualquer país, principalmente a países com dimensões continentais como é o caso do Brasil. Tive a oportunidade de traçar comparativos entre os parcos 24% de transporte do Brasil feitos por ferrovias com outros países como o Canadá, com 46%; Estados Unidos, 43% e Rússia, 81%, sendo inadmissível que não tenhamos a capacidade política de dar a importância que a ferrovia tem para o nosso desenvolvimento, para a infra-estrutura de escoamento de produção, de cargas e de pessoas neste País continental. Registrei também todas as tratativas feitas pelo Governador Zeca do PT, em Mato Grosso, e toda a articulação na parceria público-privada com a ferrovia Novo Oeste que, infelizmente, como V. Ex^a registrou, nesse processo de privatização acel-

rado teve muitas seqüelas. Mas é esse o sistema que temos, é com ele que temos que dar a volta por cima e fazer com que a ferrovia tenha realmente esse papel importante no desenvolvimento. Parabenizo V. Ex^a por trazer mais uma vez ao plenário este que é um dos temas fundamentais para que o desenvolvimento brasileiro tenha sustentabilidade.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – Muito obrigado pelo aparte de V. Ex^a. Sei que muitos pronunciamentos foram feitos nesta Casa e também na Câmara dos Deputados, quando tivemos uma sessão solene a que compareci.

É muito bom que esse assunto tenha despertado também na área política a tão necessária consciência a respeito do transporte ferroviário no Brasil, que foi sucateado e abandonado. Mas estou falando hoje porque justamente há 150 anos, 30 de abril de 1854, tivemos esse fato que não poderia passar em branco no Senado da República. O aparte de V. Ex^a engrandece esta pequena comunicação. E tenho certeza de que todos estamos contribuindo para que as ferrovias possam renascer no Brasil.

Ouço o Senador Álvaro Dias.

O Sr. Álvaro Dias (PSDB – PR) – Presidente Sarney, apenas para um depoimento e um agradecimento. V. Ex^a fez referência aos esforços do seu Governo para estimular o sistema ferroviário nacional e impedir o seu sucateamento. Sou testemunha disso porque foi autorizado pelo seu Governo, estimulado pelo seu Governo, com a participação do qual iniciamos no Paraná a construção da ferrovia Paraná-Oeste, que se tornou realidade e hoje presta um extraordinário serviço no escoamento da produção — especialmente soja — do oeste do Paraná, que é um celeiro na produção de soja no nosso Estado e no nosso País. A ferrovia reduz o custo do transporte, por consequência reduz o custo da produção, oferecendo uma margem de lucro maior ao produtor e certamente economia superior ao País. Notadamente, quando se vê o porto Paranaguá com filas de 120 quilômetros de caminhões à beira da rodovia esperando vez, a importância da ferrovia se destaca. E é para agradecer a V. Ex^a, que possibilitou aquela realização, que nós o aparteamos neste momento. V. Ex^a tem autoridade para falar em ferrovia no nosso País.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – Muito obrigado, Senador Álvaro Dias, pela referência que faz às providências que, naquele tempo, tomamos conjuntamente; trabalhamos conjuntamente nas ferrovias do Paraná. Recordo-me que foi naquele tempo que fizemos a parceria privada que possibilitou aquela estrada de Mato Grosso até São Paulo, que hoje está sendo tão importante para o escoamento da produ-

ção, interligada com o sistema paulista, feita naquele tempo, por concorrência, pelo Olacyr de Moraes com o apoio do Estado.

Nós políticos – repito – devemos ter a consciência de que é preciso que as ferrovias estejam no primeiro plano do pensamento da criação da infra-estrutura nacional.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – Ouço, com muita honra, o Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PT – DF) – Presidente José Sarney, V. Ex^a, em primeiro lugar, trouxe algo que é muito bom que se traga aqui que é ressuscitar fatos históricos. O Senado deveria ser, na verdade, uma grande sala de história para nós e para o Brasil. Mas o que me fez pedir o aparte foi a oportunidade do tema. Na verdade, algo que ocorreu há 150 anos é mais moderno, do ponto de vista dos desejos de um país melhor, do que o que fazemos hoje. O que está aí é uma lógica diferente. O transporte ferroviário é um transporte comprometido com o público; o transporte que surgiu da indústria automobilística é comprometido com os indivíduos. Daí há uma diferença, inclusive, entre os sindicatos ferroviários e a indústria automobilística. Assim é uma preocupação que tenho com a Esquerda, da qual me sinto parte. A nossa Esquerda nasceu moderna na indústria automobilística. Nossa Esquerda é filha das fábricas de automóveis e se tornou privatista. Nesse caso, a oportunidade, por exemplo, do tema que apareceu de ontem para cá. Estamos tratando do salário pelo lado privado, tendo em vista a renda ao trabalhador, que é fundamental, mas estamos esquecendo o lado público do salário do trabalhador, que é a sua escola, o seu transporte, como dizia há pouco o Senador Valdir Raupp, e preocupados com aqueles que nem salário mínimo têm. Então, por trás dos cento e cinqüenta anos das ferrovias no Brasil, V. Ex^a está propondo um debate que este País precisa levar a sério: quebrar a lógica do desenvolvimento com base no aumento na demanda privada de cada um e passar a um desenvolvimento que atenda às necessidades da totalidade do povo brasileiro. Isso está por trás desse debate sobre ferrovias ou rodovias e por trás do que V. Ex^a trouxe hoje como simples lembrança de um fato histórico, muito oportuno, Presidente Sarney, para os dias de hoje.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – V. Ex^a recorda no seu aparte um fato extremamente importante, que passa despercebido e de que não íamos nem tratar. Realmente, o transporte ferroviário feito para os pobres, porque, nos séculos XVIII e XIX, o

transporte de pessoas era feito usando animais. Os ricos usavam as carroças, que eram das pessoas abastadas, e os pobres tinham de andar a pé. Quando implantamos o transporte ferroviário, ele se tornou o transporte dos pobres. Recordo que li, por exemplo, que nessa ferrovia, que completa cento e cinqüenta anos, foi estabelecido que os pobres pagavam só quinhentos réis pela passagem. Diziam “os descalços”, porque os pobres naquele tempo andavam descalços, não tinham sapatos.

Ao fazer essa ferrovia, fez-se o transporte intermodal, que naquele tempo foi uma solução genial. Mauá procurou fazer a estrada, interligando o transporte marítimo, das barcas, com o ferroviário – era uma mentalidade extraordinária para aquele tempo –, preocupado com o transporte dos pobres que até hoje é feito pelos trens suburbanos e metrôs. Então, como V. Ex^a disse, esse foi o transporte dos pobres e que hoje, nas grandes cidades, continua sendo daquelas pessoas que não têm acesso aos transportes de alta velocidade ou aos transportes particulares e privados, que são segregacionistas das classes mais privilegiadas.

Também recordo, já que estamos recordando, que corresponde a meu Governo o estabelecimento do vale-transporte, que foi dado a todos operários e empregados do Brasil e até hoje é um instrumento importante para o trabalhador. Verificamos que as pessoas não podiam guardar parte do salário que recebiam para pagar transporte porque havia a premência da compra da comida. Em vários dias da semana, o trabalhador não podia sair de casa porque não tinha dinheiro para o transporte. Daí o estabelecimento do vale-transporte quando eu era Presidente da República.

Ouço o Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Nobre Presidente José Sarney, a presença de V. Ex^a na tribuna é sempre uma aula para todos nós. Lamento que o aparte me tenha sido dado após V. Ex^a ter feito referência ao vale-transporte. Pensei que tinha havido um esquecimento por parte de V. Ex^a dessa grande conquista, talvez uma das maiores conquistas que o trabalhador brasileiro teve nos últimos tempos, exatamente no Governo de V. Ex^a. Eu queria pedir permissão para acrescentar à homenagem feita por V. Ex^a a um ferroviário da Câmara o nome de um ferroviário do Senado. Refiro-me ao Senador Alberto Silva, de origem ferroviária, que foi Governador do Piauí e hoje é um entusiasta das ferrovias brasileiras.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – E fez metrô em Teresina.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Fez metrô em Teresina, exatamente. Eu queria dar um testemunho:

fiz turismo em ferrovia na terra do Senador Mão Santa, nossa querida Parnaíba. Quantas e quantas vezes saí de Parnaíba para Luiz Corrêa no trem da Central, exatamente para tomar o chamado trem dos banhistas. Saía de manhã de Parnaíba, ia para Luiz Corrêa e voltava à tarde, sempre de trem. Era uma maneira de fomentar o turismo.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – Em Piripiri, também.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Exatamente. Saía-se de Teresina, era uma viagem vagarosa, e chegava-se a Parnaíba. Lamentavelmente isso faz parte do passado, V.Ex^a bem disse. Vamos torcer para que o Brasil retome as ferrovias como prioridade e que não fiquemos apenas na questão ferroviária, imortalizada pelo seu conterrâneo João do Vale. Quantas e quantas vezes o trem do João do Vale me despertou em Teresina para que eu pudesse ir à escola. Esse trem do João do Vale, a famosa Maria Fumaça, transportava riqueza do Piauí para o Maranhão. Espero que possamos voltar um dia, Presidente Sarney, a contar não só com essa estrada de integração como também com várias outras que, infelizmente, foram paralisadas no Brasil. Parabéns a V.Ex^a pela oportunidade do pronunciamento.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – Muito obrigado. V.Ex^a preenche uma lacuna no meu discurso, evitando o esquecimento do Senador Alberto Silva. Certamente, a Casa há de me desculpar, porque na minha idade começamos a esquecer.

O Senador Alberto Silva, realmente, é um homem que tem ligado a sua vida ao transporte ferroviário. Lembro-me da luta de S.Ex^a pelo metrô de Teresina.

V.Ex^a falou do ramal que ligava Teresina a Piripiri, que foi desativado naquele tempo, de acordo com o relatório do Geipot. Muitos queriam também desativar o de São Luís-Teresina. O ramal que ligava São Luís a Teresina estava incluído para ser extinto. Eu, naquela época, era Governador do Estado do Maranhão e não quis discutir a desativação, mas mandei fazer um estudo sobre a viabilidade da ferrovia, porque sabia que o relatório estava errado, quando pedia a extinção daquele ramal. Muitos outros ramais foram extintos. Por exemplo, a chamada estrada Bragantina – de Belém a Bragança – foi extinta. Naquela área da Amazônia era a única estrada que existia. Então, na realidade, é um setor que ficou esquecido. Criou-se a mentalidade de que ferrovia era uma coisa do passado, que ferrovia era uma coisa antiquada, quando, na realidade, não havia nada disso. Quer dizer, tinha que se incorporar as novas tecnologias às ferrovias brasileiras.

Ouço o Senador José Jorge, que me havia pedido um aparte.

O Sr. José Jorge (PFL-PE) – Senador José Sarney, agradeço a oportunidade de apartear V.Ex^a. Na realidade, eu quero me congratular com V.Ex^a pela atualidade do tema que discute no Congresso. O moderno, hoje, é exatamente o transporte modular, quer dizer, a integração de todos os tipos de transportes: rodoviário, ferroviário, fluvial, aéreo, tudo integrado, no sentido de que a mercadoria vá ponto a ponto com custo mínimo. Certamente, que em diversos tipos de transporte no Brasil não temos um sistema avançado tecnicamente. O setor ferroviário é que está mais atrasado, mesmo, porque, esteve, praticamente, desativado. Então, no momento em que V.Ex^a traz esse assunto à nossa pauta, acho que também podemos ter esperança de que esse sistema de transporte avance de forma integrada, reduzindo o custo/Brasil e permitindo que nossos produtos cheguem ao exterior de forma competitiva e cheguem mais baratos a todos os brasileiros. Parabéns a V.Ex^a.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – Obrigado, Senador José Jorge, V.Ex^a sempre com muita precisão e experiência de homem público, aborda um ponto novo. No caso dos transportes, hoje, realmente, o que é moderno, é o transporte intermodal, quer dizer, a conjugação de todos os tipos de transporte.

Queria dizer que Mauá já tinha essa visão. Para possibilitar a ferrovia, ele fez uma interligação do transporte ferroviário com o transporte marítimo. É com tristeza que vemos desaparecer no Brasil essa mentalidade de integração, de transporte intermodal. De certo modo, ela desapareceu e foi relegada a segundo plano. Como bem disse V.Ex^a, todos os nossos meios de transporte estão atrasados, sob esse aspecto. Não precisamos inventar coisas novas. Recordo, não por saudosismo para fazer referência pessoal, mas por necessidade, porque já antes de chegarmos à Presidência muitos haviam pensado nisso. Fizemos um plano de integração do transporte intermodal, incluindo hidrovias, ferrovias, transporte aéreo, o centro de distribuição; tudo isso parte de um estudo profundo feito naquele tempo. Iniciamos pensando nas hidrovias e no transporte de cabotagem. E é com tristeza, posso dizer, já que estamos invadindo a data histórica com a discussão desse problema de infra-estrutura de transportes, que vemos que, no Brasil, com essa costa imensa, abandonaram-se os portos, a navegação de cabotagem e, para tristeza nossa, desapareceram as bandeiras brasileiras de transporte internacional. Não temos hoje uma bandeira brasileira de transporte internacional! O que significa? Que, na balança de serviços, o nosso déficit se encontra na altura em que está. Se hoje resolvemos crescer 3%, 4%, 5% ao mês, esse crescimento vai esbarrar numa infra-estrutura incapaz

de dar-lhe suporte. E mais: na balança de serviços, o que vamos pagar de fretes internacionais aumentará muito mais, porque perdemos as bandeiras brasileiras de transporte internacional. É uma coisa triste para nós não termos mais uma bandeira de transporte marítimo internacional.

Ouço o Senador Leomar Quintanilha.

O Sr. Leomar Quintanilha (PMDB – TO) – Presidente José Sarney, quero associar-me àqueles que homenageiam V. Ex^a, pela lembrança de tão importante tema, que, apesar de começar rememorando os 150 anos da primeira ferrovia brasileira é um tema atualíssimo, é um tema candente nas necessidades nacionais. V. Ex^a, com a autoridade de quem já governou este País, que naquele momento tinha a compreensão da importância da multimodalidade e sobretudo da implantação da modal ferroviária neste País como forma de redução dos custos nos transportes dos bens deste País, não só internamente, mas alcançando os portos para que pudesse alcançar outros mercados, V. Ex^a se empenhou muito, mas foi mal compreendido com a implantação da Ferrovia Norte-Sul, pela qual hoje o Brasil todo clama; e nós, particularmente, do seu Estado irmão, seu Estado vizinho, que divide com o Maranhão, com quem tenho a honra, de com o nosso Senador Eduardo Siqueira Campos – que preside esta sessão –, com o Senador João Ribeiro temos nos empenhado e tratado como prioridade absoluta e número um da implantação da Ferrovia Norte-Sul, que V. Ex^a iniciou no seu mandato como Presidente da República. Ela, naturalmente, vai contribuir para a mudança de matriz dos transportes nacionais e vai eliminar a vantagem comparativa que tem os grandes centros em relação aos estados mediterrâneos, as imensas regiões mediterrâneas que este País tem e que, isoladas pelas distâncias, se sentem prejudicadas em relação ao seu custo de produção. Não só no recebimento dos seus insumos, mas também no escoamento da sua produção. Portanto, o tema que V. Ex^a traz, neste momento em que o Brasil se propõe a ser uma nação globalizada e participar, de forma competitiva, nessa disputa de mercados com os demais países, naturalmente a modal ferroviária se insere como uma prioridade absoluta, como uma prioridade imensa e que encontra ressonância nesta Casa. Cumprimento, portanto, V. Ex^a. E estaremos juntos nessa luta para que, não só essa modal, mas as demais modais, como a hidrovia, a navegação de cabotagem, que V. Ex^a também lembrou, possam contribuir para que o País acelere o seu processo de desenvolvimento, alcance a prosperidade que a nossa população tanto almeja.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – Obrigado, Senador Leomar Quintanilha, pelo seu aparte. V.

Ex^a é um representante tão presente do Estado do Tocantins, esse Estado que, sem dúvida alguma, é um exemplo do que se pode fazer no País e que muito deve ao Siqueira Campos, que foi o seu grande defensor. A gente que visita hoje o Tocantins vê aquela força do progresso invadindo, a transformação que ali ocorreu, e o apoio que sempre foi dado pelas lideranças e pelo povo daquela região sobre a construção da Ferrovia Norte-Sul.

Quero dizer que não tenho nenhum ressentimento quanto ao que ocorreu sobre a Norte-Sul; ao contrário, tenho a certeza de que uma boa idéia não pode ser morta. Ninguém pode matar uma boa idéia porque ela ressurge, renasce, ressuscita.

Outro dia, tive uma grande satisfação, quando estive com o Presidente da República, o Presidente Lula, que então me disse: "Fui contra a Norte-Sul, mas nem eu mesmo me explico por que fui contra a Norte-Sul. E quero dizer ao senhor que vou fazer tudo para concluir a Norte-Sul". E a Norte-Sul, hoje, é uma unanimidade nacional. Por quê? Porque é uma boa idéia, uma grande idéia que se tornou evidente.

Muitas vezes as lutas políticas – isso é natural, é compreensível – nos levam a cometer equívocos, e as paixões muitas vezes cegam as pessoas em determinados instantes. Mas, quando a idéia é boa, ela vem, ressuscita e finalmente é concluída. Como a nossa história não se esgota nem na nossa geração, vai em frente, sonho com o momento em que verei este Brasil cortado de Norte a Sul pela grande ferrovia; vejo também a ferrovia de Oeste para Leste. Nesse tempo, já não precisaremos estar falando aqui sobre teorias economias, FMI, porque a própria força do desenvolvimento e do progresso nacional vão sepultar as teorias para vivermos, na praticidade, a existência do grande Brasil, que é o presente e que será, sem dúvida, no futuro.

Ouço o Senador Crivella e depois concederei também um aparte ao Senador Mão Santa.

O Sr. Marcelo Crivella (PL – RJ) – Presidente Sarney, suas palavras são empolgantes. Gostaria de cumprimentá-lo em nome do meu Estado do Rio de Janeiro, onde se construiu a primeira ferrovia deste País. Esses dias, conversando com o presidente da Vale do Rio Doce, ele dizia que a China encomendou ao Brasil 50 milhões de toneladas de minério de ferro, mas que ele só ia conseguir entregar 20 milhões. Isso ocorre não por falta de minério de ferro, mas porque não temos ferrovias, porque não temos portos, porque não temos alguém com a visão de V. Ex^a, que possa dotar este País de uma infra-estrutura capaz de atrair capital estrangeiro e não de depender dele. Temos tudo para sermos soberanos, com todos esses recursos na-

turais, uma bênção extraordinária que Deus colocou em nosso País. Assim, quero cumprimentar V. Ex^a que, na política, é uma locomotiva. Ninguém melhor para fazer esse discurso do que a nossa locomotiva política, que tem rebocado a nós todos aqui como vagões da sua liderança e que, tenho certeza, Presidente Sarney, ainda será, com a visão que V. Ex^a tem, uma direção certa, como essa da Ferrovia Norte-Sul, para levar o progresso do nosso País ao lugar que ele merece e já deveria estar há muito tempo. Muito obrigado pela honra do aparte, Presidente.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – Muito obrigado, Senador Crivella. V. Ex^a continua sendo um homem preocupado com as coisas do nosso País e continua orando também pelo Brasil.

Ôcô com muita honra — como antigamente se dizia “para finalizar essa coroa de sonetos”, que são os apartes que estou recebendo —, o Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Presidente Sarney, o nosso representante Heráclito já falou tão bem. Eu queria aqui reviver um pensamento de Alberto Silva. Quando Alberto Silva governou o Piauí, uma vez ele disse: “Era bom era ter vinte anos de Sarney”. Deus escreve certo por linhas tortas, estamos com vinte anos, 85, da presença. Agora, eu queria dizer o meu testemunho. Tenho maior privilégio que os outros Senadores. Primeiro, quero mostrar que a valia da personalidade de V. Ex^a tem muito a ver com o Piauí, o seu avô piauiense. E sou filho de maranhense, então é muito fácil. Mas o mundo me fez entender as coisas e, diante do Professor Cristovam Buarque, quero citar um homem como ele, Aristóteles, como o Professor Cristovam Buarque, que disse que o homem é um animal político. Não conheço nem um nessa definição que seja tão grandioso quanto o Presidente Sarney. Vou dar um testemunho. A vida foi uma luta e não foi fácil. O Presidente Sarney enfrentou altas oligarquias e o maior sistema de comunicação do tempo de Chateaubriand, quando negociações fizeram renunciar dois Senadores para que S. Ex^a fosse Senador. S. Ex^a foi contra. Isso é uma história longa. Mas eu queria dizer do Presidente Sarney, eu queria dizer, brasileiros e brasileiras, que eu vi, Deus me permitiu trabalhar com o Presidente Sarney, com o Presidente Collor, com o Presidente Itamar e com o Presidente Fernando Henrique. E aqui, com minha formação cristã, “em verdade, em verdade, vos digo” que o mais generoso, o mais competente de todos eles é o Presidente Sarney. Queria dar o meu testemunho. Olha, estar de cima, ser Presidente deve ser bom como o quê! Só fui de rótulo e foi bom! O Presidente Fernando Henrique diz que tem saudades da piscina e do helicóptero. Mas eu tive

um privilégio. Consolidada a democracia neste País, vencidas pela paciência dez mil greves, eu, Prefeito, recebi em minha cidade, Parnaíba, o ex-Governador, o homem que consolidou a democracia neste País: o ex-Presidente e Presidente Sarney. Poucos dias depois eu vi um homem com a satisfação do cumprimento de uma missão, Heráclito. Recebi o Presidente Sarney, que ia à vizinha cidade de Araioses*, porque o rio Parnaíba da minha cidade é o Maranhão. Recebi o ex-Presidente grandioso, o que fez ressuscitar a democracia consolidando-a, dando-lhe a vida — e por isso estamos aqui. O Presidente ia inaugurar um grupo escolar e um calçamento, a convite do Prefeito dias depois. E quero dar o retrato do homem: era o retrato da satisfação do cumprimento da missão. Mas a cada dia aprendemos com V. Ex^a, o que é outro privilégio. Queria dizer que V. Ex^a falou em Mauá. Eu, governando o Piauí, fui fazer um convênio com a Fundação Getúlio Vargas, com a UESP. E estava lá Alberto Costa e Silva, seu companheiro da Academia de Letras, filho de Da Costa e Silva, o maior poeta do Piauí. Na conversa Alberto Costa e Silva dizia que os maiores homens, Senador Cristovam Buarque, os dois maiores do século XIX foram o político Pedro II e o empresário Mauá. Mas eu queria trazer para esta festa, esta festa da ferrovia e do trabalho que tinha que nascer: “um bem nunca vem só”, como diz Padre Vieira. E o Presidente Sarney os traz. No dia da inauguração da pedra fundamental, Mauá fez um carrinho de pedreiro, um carrinho de mão, de jacarandá, uma madeira especial. Atentai bem para o que Cristovam Buarque disse aqui: não libertamos o operário, que ainda está como escravo. Naquele tempo só quem trabalhava era o escravo e ele, o brasileiro Mauá, teve um gesto: convidou Pedro II para carregar as primeiras pedras. E isso foi tido, vamos dizer, como uma ofensa, porque era assim como entendíamos o trabalho: o trabalho era considerado uma vergonha. Hoje devemos inspirar-nos em Rui Barbosa, que disse: “Deve-se dar primazia ao trabalho e ao trabalhador”, que amanhã comemora o seu dia e que hoje homenageamos.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – Sr. Presidente, devo terminar o meu discurso. Todos nós sabemos que não comandamos os nossos pronunciamentos nesta Casa. Às vezes, eles tomam um rumo que não desejamos ou, pelo menos, não traçamos. Não vou pedir para esquecer o que disse nem o sentido do meu discurso, mas vou pedir para esquecermos as homenagens que transformaram esta comunicação, que desviou-se um pouco para a minha pessoa.

Isso se deve à generosidade, ao coração grandioso dos nossos Senadores que aqui estão, sempre generosos no julgamento dos seus Colegas. Portanto,

quero agradecer ao Senador Mão Santa pela generosidade com que se juntou às outras generosidades nas referências à minha pessoa, interligando-me ao problema das ferrovias no Brasil. Ele, que é da cidade de Parnaíba, cidade essa que tem uma importância grande na minha vida, porque comecei como candidato a Deputado Federal, na década de 50, indo a Parnaíba, atravessando o rio Parnaíba em canoas de remo, rompendo aquelas madrugadas. Verifiquei um fato: os rios também têm sentimentos, os rios também têm vontades. Eles são como as pessoas. E descobri que o rio Parnaíba, que divide o Maranhão com o Piauí, gosta mais do Piauí, porque, no momento em que ele se aproxima do mar, enrosca-se nas terras piauienses. Vai lá. Dá um abraço. E depois volta para desembocar naquele delta extraordinário que é o delta do rio Parnaíba. Eu aprendi isso naquelas viagens longas, de noites inteiras, deitado nas canoas, em bagaço de cana, para que as costas da gente não ficassem só na madeira, em busca do início da carreira política que me trouxe até hoje aqui. Portanto, a cidade da Parnaíba está sempre na minha lembrança, no meu coração e V. Ex^a sabe bem disso, porque tantas vezes esteve comigo na cidade de Parnaíba.

Bem, Sr. Senadores, eu vim aqui para homenagear e não para ser homenageado. Eu vim aqui para

dizer que o passado é importante, que a lembrança do passado é sempre muito importante, porque quem não olha para o passado não tem olhos para ver o futuro.

Eu já disse algumas vezes e devo repetir, então, no final do meu discurso. Devemos nos lembrar de Mauá, de Pedro II, naquele momento, porque o Brasil vai continuar e nós temos que recordar esse caminho. E quero repetir que uma Nação não se faz senão com três coisas: com os historiadores, com os políticos e com os poetas; os historiadores para pensarem no passado; os políticos para tratarem do presente; e os poetas, sem dúvida, para sonharem com o futuro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Sr. Presidente José Sarney, esta Presidência desejaria apenas complementar tudo que disseram aqueles que o apartearam. O pronunciamento de V. Ex^a é sempre importante para esta Casa e para o País. Este é um problema de V. Ex^a: um discurso em que V. Ex^a iria fazer uma homenagem acaba se transformando numa grande homenagem a V. Ex^a. Eu destacaria que, dentre todo o legado que deixou V. Ex^a na Presidência da República, dentre eles houve a convocação da Assembléia Nacional Constituinte que ensejou ao País, dentre tantas conquistas, o nascimento do nosso querido Tocantins.

**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS
PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**

**Emendas
AO
PROJETO DE LEI
N.º 04/2004-CN**

**MENSAGEM
N.º 0060, de 2004 – CN
(Nº 00163/2004, na origem)**

Ementa: Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de R\$ 140.000.000,00 (cento e quarenta milhões de reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, e dá outras providências.

Índice de Emendas

PLN: 004/2004 EMENDA

Total por Parlamentar

ANÍBAL GOMES	00011 e 00012	2
ANIVALDO VALE	00001 a 00004	4
CARLOS MELLES	00039 e 00040	2
CLAUDIO CAJADO	00007	1
EDUARDO SCIARRA	00027	1
JOÃO CALDAS	00025 e 00026	2
JOÃO LEÃO	00021 a 00024	4
JOSÉ CARLOS MACHADO	00008	1
JOSÉ PRIANTE	00009 e 00010	2
LUCIANO CASTRO	00038	1
RICARDO BARROS	00041	1
ROSE DE FREITAS	00042 a 00045	4
SANDRO MABEL	00028 a 00037	10
WELINTON FAGUNDES	00005 e 00006	2
WILSON BRAGA	00046 e 00047	2
ZÉ GERARDO	00013 a 00020	8

Total de Emendas: 47

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00001

PL 004/2004-CN

Mensagem 060/2004

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO
PLNº 04/2004-CNPÁGINA
1 DE 1

TEXTO

Acrescente-se ao Programa de trabalho do Ministério dos Transportes – 39252 DNIT, programa 0237-CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS, no seguinte subtítulo:

Suplementar:

UO: 39252 – Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes-DNIT

Programa: 0237 – Corredor Araguaia-Tocantins

Funcional Programática: 26.782.0237.106G.0004

Subtítulo: Adequação de trechos rodoviários na BR-316 no Estado do Pará – adequação do trecho Viaduto Belém-Entroncamento KM 0 – Santa Maria – Divisa PA/MA

GND: 4

Modalidade de Aplicação: 90

Valor: R\$ 20.000.000,00

Cancelamento:

UO: 39252 – Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes-DNIT

Programa: 0230 – Corredor Leste

Funcional Programática: 26.782.0230.1336.0101

Subtítulo: Adequação de trechos rodoviários na BR-381 no Estado de Minas Gerais – trecho Belo Horizonte – divisa SP/MG –

GND: 4

Modalidade de Aplicação: 30

Valor: R\$ 20.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A suplementação proposta visa a alocação de recursos para a adequação de trechos rodoviários na BR-316/PA.

Trata-se de uma necessidade para o Estado do Pará, sendo uma obra que compõem o complexo viário na entrada da capital paraense, no entroncamento do Km 0 (zero), objetivando equacionar os graves problemas gerados com a sobrecarga de tráfego.

Seguidamente, vem sendo proposto pela Bancada Paraense a alocação de recursos na Lei Orçamentária Anual, no sentido de se tentar solucionar os problemas da BR-316, que encontra-se em estado deplorável, com situação precária e trânsito caótico.

Cabe ressaltar que o Governo Federal ficou de implementar ações de infra-estrutura de transporte para as rodovias federais, a suplementação atenderá as necessidades de escoamento da produção e o transporte direto de passageiros no Estado.

CÓDIGO 3123	NOME DO PARLAMENTAR Deputado ANIVALDO VALE	UF PA	PARTIDO PSDB
DATA 27 / 04 / 04	ASSINATURA		

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00002

PL 004/2004-CN

Mensagem 060/2004

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO
PLNº 04/2004-CNPÁGINA
1 DE 1

TEXTO

Acrescente-se ao Programa de trabalho do Ministério dos Transportes – 39252 DNIT, programa 0236-CORREDOR OESTE-NORTE, no seguinte subtítulo:

Suplementar:

UO: 39252 – Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes-DNIT

Programa: 0236 – Corredor Oeste-Norte

Funcional Programática: 26.782.0236.1516.0004

Subtítulo: Construção de trechos rodoviários BR-230 no Estado do Pará – Construção do trecho Marabá –Altamira – Itaituba – Anel Viário de Altamira

GND: 4

Modalidade de Aplicação: 99

Valor: R\$ 20.000.000,00

Cancelamento:

UO: 39252 – Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes-DNIT

Programa: 0233 – Corredor Mercosul

Funcional Programática: 26.782.0233.1208.0101

Subtítulo: Adequação de trechos rodoviários na BR-101 no Estado de Santa Catarina – trecho Palhoça – divisa SC/RS

GND: 4

Modalidade de Aplicação: 90

Valor: R\$ 20.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Ao longo dos anos, a BR-230 no Estado do Pará, vem acumulando prejuízos e transtornos aos produtores, e a população carente, principalmente no período do escoamento da produção.

A região tem influência da BR-230 transamazônica e, é uma das áreas mais dinâmicas do Estado do Pará, onde se concentram a maior produção regional de cacau, mamão, banana, cana-de-açúcar além da franca expansão de grãos de pimenta do reino, acerola, e outros produtos típicos do Estado.

Associada a essas culturas localiza-se nessas áreas a mais importante produção madeireira do norte e uma das mais significativas criações de bovinos do País, contudo a carência de infra-estrutura nessa região é dramática, a precariedade das condições do tráfego da BR-230 tem sido um fator crônico de prejuízos econômicos e social.

A alocação de recursos na Lei Orçamentária Anual é uma constante mobilização da Bancada e do Governo Paraense, no sentido de se tentar solucionar os problemas da BR-230; tratando-se de uma rodovia intermodal, que encontra-se em estado deplorável, com situação precária e trânsito caótico.

É uma rodovia federal que na atual situação em que se encontra, não contribui para o desenvolvimento sócio econômico do País, devido a falta de infra-estrutura, de conservação e manutenção adequada, que tem os custos crescentes do frete na movimentação de cargas e de passageiros.

CÓDIGO

3123

NOME DO PARLAMENTAR

Deputado ANIVALDO VALE

UF

PA

PARTIDO

PSDB

DATA

27 / 04 / 04

ASSINATURA

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00003

PL 004/2004-CN

Mensagem 060/2004

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO
PLNº 04/2004-CNPÁGINA
1 DE 1

TEXTO

Acrescente-se ao Programa de trabalho do Ministério dos Transportes – 39252 DNIT, programa 0236-CORREDOR OESTE-NORTE, no seguinte subtítulo:

Suplementar:

UO: 39252 – Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes-DNIT

Programa: 0236 – Corredor Oeste-Norte

Funcional Programática: 26.782.0236.1490.0004

Subtítulo: Construção de trechos rodoviários na BR-163 no Estado do Pará – Construção do trecho divisa MT/PA – Santarém – Anel Viário de Santarém.

GND: 4

Modalidade de Aplicação: 99

Valor: R\$ 20.000.000,00

Cancelamento:

UO: 39252 – Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes-DNIT

Programa: 0230 – Corredor Leste

Funcional Programática: 26.782.0230.1336.0101

Subtítulo: Adequação de trechos rodoviários na BR-381 no Estado de Minas Gerais – trecho Belo Horizonte – divisa SP/MG –

GND: 4

Modalidade de Aplicação: 30

Valor: R\$ 20.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Trata-se de obra prioritária do Governo Paraense.

A BR-163, no trecho divisa MT/PA – Santarém, tem como ponto fundamental de interligação do Centro-Oeste brasileiro para o escoamento da produção de grãos e de passageiros, mais precisamente da região do entorno deste eixo rodoviário, localizado no Estado de Mato Grosso com o Estado do Pará. Obra que reduzirá significativamente os custos de frete da movimentação de cargas, tendo como objetivo principal equacionar os graves problemas gerados com a sobrecarga de tráfego, além dos diversos prejuízos causados pelo falta de uma manutenção adequada as necessidades do transporte rodoviário.

Seguidamente, vem sendo proposto pela Bancada Paraense a alocação de recursos na Lei Orçamentária Anual, no sentido de se tentar solucionar os problemas da BR-163; é uma rodovia que encontra-se em estado deplorável, com situação precária e trânsito caótico, uma rodovia federal quase inexistente que insiste em sobreviver.

As ações de infra-estrutura de transporte para as rodovias federais, para atender as necessidades de escoamento da produção e o transporte direto de passageiros no Estado do Pará, até o momento não mereceu a devida atenção por parte do Poder Executivo.

CÓDIGO 3123	NOME DO PARLAMENTAR Deputado ANIVALDO VALE	UF PA	PARTIDO PSDB
DATA 27 / 04 / 04	ASSINATURA		

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00004

PL 004/2004-CN

Mensagem 060/2004

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO PLNº 04/2004-CN	PÁGINA 1 DE 1
TEXTO		
<p>Acrescente-se ao Programa de trabalho do Ministério dos Transportes – 39252 DNIT, programa 0237-CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS, no seguinte subtítulo:</p> <p>Suplementar: UO: 39252 – Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes-DNIT Programa: 0237 – Corredor Araguaia-Tocantins Funcional Programática: 26.782.0237.7443.0004 Subtítulo: Construção de Trechos Rodoviários na BR-308 no Estado do Pará GND: 3 Modalidade de Aplicação: 90 Valor: R\$ 10.000.000,00</p> <p>Cancelamento: UO: 39252 – Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes-DNIT Programa: 0230 – Corredor Leste Funcional Programática: 26.782.0230.1336.0101 Subtítulo: Adequação de trechos rodoviários na BR-381 no Estado de Minas Gerais – trecho Belo Horizonte – divisa SP/MG – GND: 4 Modalidade de Aplicação: 30 Valor: R\$ 10.000.000,00</p>		

JUSTIFICAÇÃO

A BR-308 no Estado do Pará, necessita da alocação de recursos orçamentários para a construção e a pavimentação de um dos mais importantes eixos de ligação intermodal do Estado do Pará na divisa com o Estado do Maranhão. A agricultura e a pecuária se faz presente na produção de grãos, o gado de corte e o escoamento do pescado, é uma contribuição significativa para o desenvolvimento sócio econômico da região norte, sendo imprescindível a construção deste trecho rodoviário, que atenderá a demanda de escoamento da produção e do transporte de passageiros, fazendo a interligação dos Estados do Pará e do Maranhão (Bragança - Viseu).

) O acesso aos Portos Paraenses, principalmente para a Capital, através da BR-308, alavancaria o progresso da região e proporcionaria a população e ao produtor rural um custo menor no transporte rodoviário.

Cabe ressaltar que é importante para o estado do Pará e seus Municípios situados naquela região, empenhar esforços para conseguir alocar recursos orçamentários que venham a melhorar as condições de trafegabilidade, atendendo ao produtor da zona rural e a população que trabalham na geração de riquezas no Estado do Pará.

Atualmente a BR-308/PA, encontra-se interrompida para o tráfego de cargas e de passageiros devido a precariedade das pontes no Estado Paraense.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR		UF	PARTIDO
3123	Deputado ANIVALDO VALE		PA	PSDB
DATA			ASSINATURA	
27 / 04 / 04				

EMENDA - 00005**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****PL 004/2004-CN**

Mensagem 060/2004

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI	PÁGINA
	04/2004	1 DE 1

TEXTO

INCLUA-SE:

Ao plano de trabalho do Ministério dos Transportes – DNIT, o seguinte sub-projeto:
- Adequação de Trechos Rodoviários na BR 070 no Estado de Mato Grosso

Funcional Programática: 26.782.0236.10BY.0002
Valor: R\$ 8.000.000,00

CANCELAMENTO:

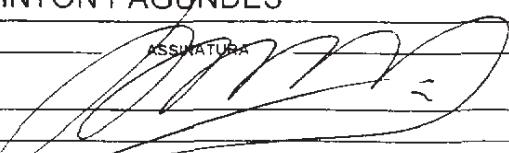
- Adequação de Trechos Rodoviários na BR-101 no Estado de Santa Catarina – Trecho Palhoça
– Divisa SC/RS

Funcional Programática: 26.782.0233.1208.0101
Valor: R\$ 8.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Senhor Relator:

O objetivo dessa emenda é criar condições para que o Ministério dos Transportes possa concluir obras fundamentais para melhorar a trafegabilidade e garantir uma maior segurança aos usuários da BR-070 em Mato Grosso.

CÓDIGO 1831	NOME DO PARLAMENTAR Deputado WELINTON FAGUNDES	UF MT	PARTIDO PL
DATA 27/4/2004	ASSINATURA		

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

EMENDA - 00006

PL 004/2004-CN

Mensagem 060/2004

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI	PAGINA
	04/2004	1 DE 1

TEXTO

INCLUA-SE;

Ao plano de trabalho do Ministério dos Transportes – DNIT, o seguinte sub-projeto:
- Adequação de Trechos Rodoviários na BR 364 no Estado de Mato Grosso

Funcional Programática: 26.782.0236.10BZ.0002

Valor: R\$ 20.000.000,00

CANCELAMENTO:

- Adequação de Trechos Rodoviários na BR 381 no Estado de Minas Gerais – Trecho Belo Horizonte – Divisa SP/MG

Funcional Programática: 26.782.0230.1336.0101

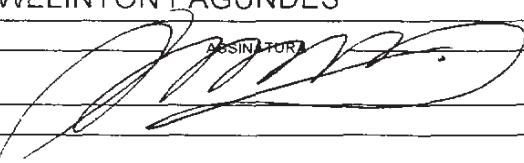
Valor: R\$ 20.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Senhor Relator,

O objetivo dessa emenda é criar condições para que o Ministério dos Transportes possa concluir obras fundamentais para melhorar a trafegabilidade e garantir uma maior segurança aos usuários da BR 364 em Mato Grosso.

- Adequação do trecho Jaciara/Juscimeira em um percurso de 12 km, a rodovia apresenta o maior índice de acidente. Existe uma obra em andamento através de convênios com os municípios de Jaciara (MT) e São Pedro da Cipa (MT);
- Contorno rodoviário da cidade de Alto Araguaia
- Adequação do trecho Trevo do Lagarto / Jangada.
- Conclusão do contorno viário de Cuiabá.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
1831	Deputado WELINTON FAGUNDES	MT	PL
DATA	ASSINATURA		
27/4/2004			

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR****EMENDA - 00007****PL 004/2004-CN**

Mensagem 060/2004

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

004/2004

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

INCLUA-SE: CONSERVAÇÃO PREVENTIVA E ROTINEIRA EM RODOVIAS NO ESTADO BAHIA, FUNCIONAL PROGRAMÁTICA Nº 0220.2841.0029, O VALOR 2.000.000,00 (DOIS MILHÕES DE REAIS)

CANCELAMENTO: ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NA BR 381 NO ESTADO DE MINAS GERAIS TRECHO BELO HORIZONTE DIVISA MG/SP FUNCIONAL PROGRAMÁTICA, Nº 0230.1336.0101 VALOR 2.000.000,00 (DOIS MILHÕES DE REAIS).

JUSTIFICAÇÃO

A SITUAÇÃO DAS ESTRADAS BRASILEIRAS, TEM ALARMADO OS DIVERSOS SETORES DEPENDENTES DO SISTEMA DE TRANSPORTES NACIONAL. FAZ-SE NECESSÁRIA UMA MELHOR DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS, TENDO EM VISTA A CONTEMPLAÇÃO DE FORMA IGUALITÁRIA DOS MESMOS, POSSIBILITANDO UM ATENDIMENTO EMERGENCIAL A DIVERSAS LOCALIDADES E PONTOS CRÍTICOS NO ESTADO DA BAHIA, EM ESPECIAL A BR 242 QUE JÁ NÃO POSSUI COBERTURA ASFÁLTICA EM DIVERSOS PONTOS.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

CLAUDIO CAJADO

BA

PFL-BA

DATA

26/4/2004

ASSINATURA

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

EMENDA - 00008

PL 004/2004-CN

Mensagem 060/2004

INSTRUÇÕES NO VERSO

**PROJETO DE LEI
04/2004**

**PÁGINA
1/1**

TEXTO

Suprime-se o valor de R\$ 5.520.000,00 (cinco milhões e quinhentos e vinte mil reais) referentes à funcional programática 26.782.0230.1336.0101 do Anexo I (Suplementação) e acresça-se idêntica quantia valor à funcional programática 26.782.0229.1212.0101 do mesmo anexo que passará a ter a seguinte redação:

Anexo I - Suplementação

Órgão - 39000 - Ministério dos Transportes

UO - 39252 - DNIT

Programa 0229 - Corredor São Francisco

Funcional Programática - 26.782.0229.1212.0101

ESF = F; GND = 4; RP = 2; MOD = 30; IU = 0; FTE = 148; Valor = R\$ 5.520.000,00.

Programa 0230 - Corredor Leste

Funcional Programática - 26.782.0230.1336.0101

ESF = F; GND = 4; RP = 2; MOD = 30; IU = 0; FTE = 148; Valor = R\$ 67.576.000,00

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa atenuar os danos causados pela obra inacabada da BR 101 no Estado Sergipe que já se estende por mais de 07 (sete) anos. Esta BR há tanto iniciada não pôde ser concluída em razão da falta de recursos orçamentários. Para agravar ainda mais a situação o Estado de Sergipe foi assolado pela destruição das enchentes, causando maiores transtornos à população.

Por essa razão, não parece acertado que o Estado de Minas Gerais que já conta no orçamento de 2004 com dotação superior a R\$ 62.000.000,00 só para o Programa 0230, ainda seja suplementado em mais R\$ 76.966.000,00 para o mesmo fim.

Além do que, em uma fase que a execução orçamentária de todo o país é ínfima, só do valor dotado no orçamento para este Estado em 2004, a quantia empenhada já é superior a R\$ 51.000.000,00 (82,9%), o que denota inegável privilégio em comparação a outros entes federados.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

**UF
SE**

**PARTIDO
PFL**

DATA
29/10/2003

ASSINATURA

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

EMENDA - 00009

PL 004/2004-CN

Mensagem 060/2004

PROJETO DE LE

PLN 04/2004

1 DE 1

INSTRUÇÕES NO VERSO

TEXTO

INCLUIR

39252.26.783.0225.6543.0002 – SUPERVISÃO TECNICA PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE ENGENHARIA DOS TRANSPORTES

FTE: 111- CIDE

MOD: 90 – APLICAÇÃO DIRETA

GND: 3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

VALOR: 3.000.000

CANCELAMENTO

39252.26.782.0233.1208.0101- ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NA BR-101 NO ESTADO DE SANTA CATARINA - TRECHO PALHOÇA-DIVISA SC/RS

FTE: 111 – CIDE

MOD: 90 – APLICAÇÃO DIRETA

GND: 4 – INVESTIMENTOS

VALOR: 3.000.000

JUSTIFICAÇÃO

REFORÇAR AS DOTAÇÕES PROGRAMADAS NO DNI, COM VISTAS A ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E SUPERVISÃO TECNICA DE ENGENHARIA NO TRANSPORTES FERROVIÁRIOS NO ESTADO DO PARA.

O CRESCIMENTO ECONOMICO DO ESTADO ESTÁ ASSOCIADO NA NECESSIDADE DO ESCOAMENTO DA SUA PRODUÇÃO, CONSIDERANDO TODOS OS NIVEIS DE TRANSPORTES.

O TRANSPORTE FERROVIARIO, PRINCIPALMENTE NA LIGAÇÃO DA REGIÃO SUL COM A REGIÃO NORDESTE É UMA EXIGÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO PARA.

CÓDIGO

JOSE PRIANTE

PA

PMDB

DATA

29/4/2004

ASSINATURA

EMENDA - 00010**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

PL 004/2004-CN

Mensagem 060/2004

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI PLN 04/2004	PÁGINA 1 DE 1
---------------------	-------------------------------	------------------

TEXTO

INCLUIR

39252.26.782.0220.2834.0015 – RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS NO ESTADOS DO PARÁ

FTE: 111- CIDE

MOD: 90 – APLICAÇÃO DIRETA

GND: 4 - INVESTIMENTOS

VALOR: 8.000.000

CANCELAMENTO

39252.26.782.0233.1208.0101- ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NA BR-101 NO ESTADO DE SANTA CATARINA - TRECHO PALHOÇA-DIVISA SC/RS

FTE: 111 – CIDE

MOD: 90 – APLICAÇÃO DIRETA

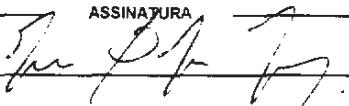
GND: 4 – INVESTIMENTOS

VALOR: 8.000.000

JUSTIFICAÇÃO

REFORÇAR AS DOTAÇÕES PARA RESTAURAÇÃO DAS RODOVIAS NO ESTADO DO PARÁ. A EMENDA JUSTIFICA-SE EM FUNÇÃO DO EXCESSO DE CHUVAS OCORRIDAS NESTE PERÍODO E O GRANDE TRAFEGO DE CAMINHÕES NA REGIÃO.

CÓDIGO	JOSE PRIANTE	PA	PMDB
--------	--------------	----	------

DATA	ASSINATURA
29/4/2004	

EMENDA - 00011**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****PL 004/2004-CN**

Mensagem 060/2004

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI	PAGINA
	PLN 04/2004	01DE 01

TEXTO

SUPLEMENTAR NO PROJETO DE LEI N.º 04 DE 2004 NA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 39252 – DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTE – DNIT, O PROGRAMA DE TRABALHO ABAIXO:

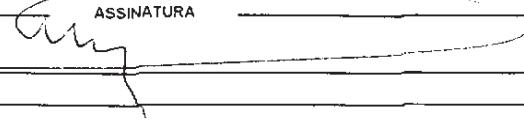
26 782 0220 4400 0001
 RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS – NACIONAL
 GND: 04 FTE: 111 VALOR: 5.000.000,00

CANCELAMENTO:

26 782 0233 1208 0101
 ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NA BR-101 NO ESTADO DE SANTA CATARINA
 – TRECHO PALHOÇA - DIVISA SC/RS
 GND: 4 FTE: 111 VALOR: 5.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A APROVAÇÃO DA EMENDA AQUI APRESENTADA, TORNA-SE NECESSÁRIA UMA VEZ QUE A PASSAGEM SOBRE AS PONTES SOBRE O RIO BANABUIU E SOBRE RIO JAGUARIBE É EXTREMAMENTE ESTREITO TORNANDO POSSÍVEL O TRÁFEGO DE SOMENTE UM VEÍCULO POR VEZ CAUSANDO, INÚMEROS ACIDENTES. SITUAÇÃO INACEITÁVEL PARA A BR 116/CE QUE LIGA O CEARÁ AO SUL DO PAÍS.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	ANÍBAL GOMES	CE	PMDB
DATA	ASSINATURA		
29/4/2004			

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00012****PL 004/2004-CN**

Mensagem 060/2004

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI
PLN 04/2004PÁGINA
01 DE 01

TEXTO

SUPLEMENTAR NO PROJETO DE LEI N.º 04 DE 2004 NA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 39252 – DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES – DNIT, O PROGRAMA DE TRABALHO ABAIXO:

26 782 0220 2834 0023
RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS – NO ESTADO DO CEARÁ
GND: 4 FTE: 111 VALOR: 5.000.000,00

CANCELAMENTO:

26 782 0233 1208 0101
ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NA BR-101 NO ESTADO DE SANTA CATARINA – TRECHO PALHOÇA - DIVISA SC/RS
GND: 4 FTE: 111 VALOR: 5.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A SUPLEMENTAÇÃO DAS DOTAÇÕES DE RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS NO CEARÁ, FAZ-SE NECESSÁRIO PELO EXCESSO DE CHUVA NA REGIÃO FAZENDO COM QUE AS REFERIDAS ESTRADAS APRESENTEM INÚMEROS PONTOS SEM CONDIÇÃO DE TRÁFEGO.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

ANÍBAL GOMES

CE

PMDB

DATA

ASSINATURA

29/4/2004

EMENDA - 00013**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

PL 004/2004-CN

Mensagem 060/2004

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI
nº 04/2004-CNPÁGINA
DE

TEXTO

- Incluir no Projeto “Restauração de Rodovias Federais no Estado do Ceará”, da programação do Ministério dos Transportes (Unidade 39252), o crédito de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) na seguinte funcional programática:

- 26.782.0220.2834.0023 – Restauração de Rodovias Federais no Estado do Ceará.

Esfera: 1 ; GND: 4 ; Fonte: 111; Modalidade de Aplicação: 90 ; RP: 2 ; IU: 0.

- Cancele-se na funcional programática abaixo o montante de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais):

- 26.782.0233.1208.0101 – Adequação de Trechos Rodoviários na BR-101 no Estado de Santa Catarina – Trecho Palhocá – Divisa SC/RS.

JUSTIFICAÇÃO

Através desta, pretende-se complementar os recursos destinados no OGU 2004 à restauração de rodovias federais no Estado do Ceará, o que certamente contribuirá para a melhoria da infra-estrutura de transporte rodoviário do estado do Ceará, e como consequência a redução do número de acidentes, assaltos, bem como o desafogamento do tráfego de veículos.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

ZÉ GERARDO

CE

PMDB

DATA

29/4/2004

ASSINATURA

EMENDA - 00014**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

PL 004/2004-CN

Mensagem 060/2004

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI
nº 04/2004-CNPÁGINA
DE

TÍTULO

- Incluir no Projeto “Conservação Preventiva e Rotineira de Rodovias no Estado do Ceará”, da programação do Ministério dos Transportes (Unidade 39252), o crédito de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) na seguinte funcional programática:

- 26.782.0220.2841.0023 – Conservação Preventiva e Rotineira de Rodovias no Estado do Ceará.

Esfera: 1 ; GND: 4 ; Fonte: 111; Modalidade de Aplicação: 90 ; RP: 2 ; IU: 0.

- Cancele-se na funcional programática abaixo o montante de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais):
- 26.782.0233.3766.0101 – Adequação de Trechos Rodoviários na BR-101 no Estado do Rio Grande do Sul – Trecho Divisa SC/RS – Osório.**

JUSTIFICAÇÃO

Esta Emenda tem por objetivo complementar os recursos destinados a conservação preventiva, rotineira e emergencial de rodovias no estado do Ceará, o que certamente contribuirá para a melhoria da infra-estrutura de transporte rodoviário do estado do Ceará, e como consequência a redução do número de acidentes, assaltos, bem como o desafogamento do tráfego de veículos.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

ZÉ GERARDO

CE

PMDB

DATA

29/4/2004

ASSINATURA

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00015****PL 004/2004-CN**

Mensagem 060/2004

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO

nº 04/2004-CN

TEXTO

- Incluir no Projeto “Adequação de Trechos Rodoviários no Estado do Ceará”, da programação do Ministério dos Transportes (Unidade 39252), o crédito de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) na seguinte funcional programática:

- **26.782.0235.10ET.0002 – Adequação de Trechos Rodoviários no Estado do Ceará.**
Esfera: 1 ; GND: 4 ; Fonte: 100; Modalidade de Aplicação: 90 ; RP: 2 ; IU: 0.

• Cancele-se na funcional programática abaixo o montante de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais):
- **26.782.0230.1336.0101 – Adequação de Trechos Rodoviários na BR-381 no Estado de Minas Gerais – Trecho Belo Horizonte – Divisa SP/MG.**

JUSTIFICAÇÃO

Esta Emenda tem por objetivo complementar os recursos destinados adequação de Trechos Rodoviários no Estado do Ceará, o que certamente contribuirá para a melhoria do tráfego de veículos na localidade, evitando acidentes que tem sido frequentes.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

CE

PMDB

DATA

ASSINATURA

29/4/2004

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

EMENDA - 00016

PL 004/2004-CN

Mensagem 060/2004

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI nº 04/2004-CN	PAGINA DE
---------------------	---------------------------------	--------------

TEXTO

- Incluir no Projeto “Adequação de Trechos Rodoviários no Estado do Ceará”, da programação do Ministério dos Transportes (Unidade 39252), o crédito de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) na seguinte funcional programática:
- **26.782.0235.10ET.0002 – Adequação de Trechos Rodoviários no Estado do Ceará.**
 Esfera: 1 ; GND: 4 ; Fonte: 100; Modalidade de Aplicação: 90 ; RP: 2 ; IU: 0.
- Cancele-se na funcional programática abaixo o montante de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais):
- **26.782.0230.1336.0101 – Adequação de Trechos Rodoviários na BR-381 no Estado de Minas Gerais – Trecho Belo Horizonte – Divisa SP/MG.**

JUSTIFICAÇÃO

Esta Emenda tem por objetivo complementar os recursos destinados adequação de Trechos Rodoviários no Estado do Ceará, especificamente a duplicação das BR's 222, 116 e 020, o que certamente contribuirá para a melhoria do tráfego de veículos nessas localidades, evitando acidentes que tem sido frequentes, além de facilitar o escoamento de mercadorias que são transportadas de uma localidade à outra, face ao comércio realizado internamente no Estado do Ceará.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	ZÉ GERARDO	CE	PMDB
DATA	ASSINATURA		
29/4/2004			

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00017**

PL 004/2004-CN

Mensagem 060/2004

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI
nº 04/2004-CNPÁGINA
DE

TEXTO

- Incluir no Projeto “Adequação de Trechos Rodoviários no Estado do Ceará”, da programação do Ministério dos Transportes (Unidade 39252), o crédito de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) na seguinte funcional programática:
 - **26.782.0235.10ET.0002 – Adequação de Trechos Rodoviários no Estado do Ceará.**
Esfera: 1 ; GND: 4 ; Fonte: 100; Modalidade de Aplicação: 90 ; RP: 2 ; IU: 0.
 - Cancele-se na funcional programática abaixo o montante de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais):
 - **26.782.0230.1336.0101 – Adequação de Trechos Rodoviários na BR-381 no Estado de Minas Gerais – Trecho Belo Horizonte – Divisa SP/MG.**

JUSTIFICAÇÃO

Esta Emenda tem por objetivo complementar os recursos destinados adequação de Trechos Rodoviários no Estado do Ceará, especificamente nas BR's 222, 116 e 020, o que certamente contribuirá para a melhoria do tráfego de veículos nessas localidades, evitando acidentes que tem sido frequentes, além de facilitar o escoamento de mercadorias que são transportadas de uma localidade à outra, face ao comércio realizado internamente no Estado do Ceará.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

ZÉ GERARDO

CE

PMDB

DATA

ASSINATURA

29/4/2004

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****-EMENDA - 00018**

PL 004/2004-CN

Mensagem 060/2004

INSTRUÇÕES NO VERSO**PROJETO DE LEI
nº 04/2004-CN****PÁGINA
BE****TEXTO**

- Incluir no Projeto “Adequação de Trechos Rodoviários no Estado do Ceará”, da programação do Ministério dos Transportes (Unidade 39252), o crédito de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) na seguinte funcional programática:

- 26.782.0235.10ET.0002 – Adequação de Trechos Rodoviários no Estado do Ceará.

Esfera: 1 ; GND: 4 ; Fonte: 100; Modalidade de Aplicação: 90 ; RP: 2 ; IU: 0.

- Cancele-se na funcional programática abaixo o montante de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais):
- 26.782.0233.3766.0101 – Adequação de Trechos Rodoviários na BR-101 no Estado do Rio Grande do Sul – Trecho Divisa SC/RS-Osório.

JUSTIFICAÇÃO

Esta Emenda tem por objetivo complementar os recursos destinados adequação de Trechos Rodoviários no Estado do Ceará, especificamente a duplicação da BR 222, o que certamente contribuirá para a melhoria do tráfego de veículos nessa localidade, evitando acidentes que tem sido frequentes, além de facilitar o escoamento de mercadorias que são transportadas de uma localidade à outra, face ao comércio realizado internamente no Estado do Ceará.

CÓDIGO**NOME DO PARLAMENTAR****UF****PARTIDO****ZÉ GERARDO****CE****PMDB****DATA****ASSINATURA**

29/4/2004

EMENDA - 00019**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

PL 004/2004-CN

ESTA

Mensagem 060/2004

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI nº 04/2004-CN	PÁGINA DE
---------------------	---------------------------------	--------------

TEXTO

- Incluir no Projeto “Adequação de Trechos Rodoviários no Estado do Ceará”, da programação do Ministério dos Transportes (Unidade 39252), o crédito de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) na seguinte funcional programática:
- 26.782.0235.10ET.0002 – Adequação de Trechos Rodoviários no Estado do Ceará.**
 Esfera: 1 ; GND: 4 ; Fonte: 100; Modalidade de Aplicação: 90 ; RP: 2 ; IU: 0.
- Cancele-se na funcional programática abaixo o montante de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais):
- 26.782.0233.1208.0101 – Adequação de Trechos Rodoviários na BR-101 no Estado de Santa Catarina – Trecho Palhoça – Divisa SC/RS.**

JUSTIFICAÇÃO

Esta Emenda tem por objetivo complementar os recursos destinados adequação de Trechos Rodoviários no Estado do Ceará, especificamente a duplicação da BR 116, o que certamente contribuirá para a melhoria do tráfego de veículos nessa localidade, evitando acidentes que tem sido frequentes, além de facilitar o escoamento de mercadorias que são transportadas de uma localidade à outra, face ao comércio realizado internamente no Estado do Ceará.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	ZÉ GERARDO	CE	PMDB
DATA	ASSINATURA		
29/4/2004			

EMENDA - 00020

UETA

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****PL 004/2004-CN**

Mensagem 060/2004

INSTRUÇÕES NO VERSO**PROJETO DE LEI****nº 04/2004-CN****PÁGINA****DE****TEXTO**

- Incluir no Projeto “Adequação de Trechos Rodoviários no Estado do Ceará”, da programação do Ministério dos Transportes (Unidade 39252), o crédito de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) na seguinte funcional programática:

- 26.782.0235.10ET.0002 – Adequação de Trechos Rodoviários no Estado do Ceará.
 Esfera: 1 ; GND: 4 ; Fonte: 100; Modalidade de Aplicação: 90 ; RP: 2 ; IU: 0.

- Cancele-se na funcional programática abaixo o montante de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais):
- 26.782.0230.1336.0101 – Adequação de Trechos Rodoviários na BR-381 no Estado de Minas Gerais – Trecho Belo Horizonte – Divisa SP/MG.**

JUSTIFICAÇÃO

Esta Emenda tem por objetivo complementar os recursos destinados adequação de Trechos Rodoviários no Estado do Ceará, especificamente a duplicação da BR 020, o que certamente contribuirá para a melhoria do tráfego de veículos nessa localidade, evitando acidentes que tem sido frequentes, além de facilitar o escoamento de mercadorias que são transportadas de uma localidade à outra, face ao comércio realizado internamente no Estado do Ceará.

CÓDIGO**NOME DO PARLAMENTAR****UF****PARTIDO****ZÉ GERARDO****CE****PMDB****DATA****ASSINATURA**

29/4/2004

EMENDA - 00021***EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL***

PL 004/2004-CN

Mensagem 060/2004

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO
PL 04 / 2004 - CNPÁGINA
1 DE 1**TEXTO:**

SUPLEMENTAR na UO 39252 – Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT, o seguinte:

Funcional Programática: 26.782.0220.2834.0029 - Restauração de Rodovias Federais no Estado da Bahia.

GND: 4

Modalidade: 90

Fonte: 900

Valor: R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais)

CANCELAMENTO

Funcional Programática: 26.782.0230.1136.0101

GND: 4

Modalidade: 30

Fonte: 148

Valor: R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais)

JUSTIFICAÇÃO:

O Estado da Bahia possui diversas rodovias federais cortando seu território, que apresentam péssimas condições de trafegabilidade, prejudicando o escoamento agrícola, o turismo, e os demais usuários da rodovia.

Contando com à aprovação desta esperamos contribuir para deixar a malha em boas condições de tráfego, de maneira a reduzir acidentes em trechos críticos.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
3239	JOÃO LEÃO	BA	PL
DATA	ASSINATURA		

EMENDA - 00022***EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL***

PL 004/2004-CN

Mensagem 060/2004

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO
PL 04 / 2004 – CNPÁGINA
1 DE 1**TEXTO:**

SUPLEMENTAR na UO 39252 – Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT, o seguinte:

Funcional Programática: 26.782.0220.2841.0029 - Conservação Preventiva e Rotineira de Rodovias no Estado da Bahia.

GND: 4

Modalidade: 90

Fonte: 900

Valor: R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais)

CANCELAMENTO

Funcional Programática: 26.782.0230.1136.0101

GND: 4

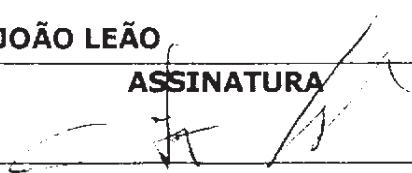
Modalidade: 30

Fonte: 148

Valor: R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais)

JUSTIFICAÇÃO:

Para impedir que o pequeno percentual da malha rodoviária que se apresenta em boas condições de tráfego, não fique em péssimas condições temos que investir na conservação para não sermos prejudicados num futuro próximo, como esta acontecendo nos dias de hoje, pois a prevenção tem custos muito menores do que a restauração.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
3239	JOÃO LEÃO	BA	PL
DATA	ASSINATURA		
			

EMENDA - 00023***EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL***

PL 004/2004-CN

Mensagem 060/2004

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO
PL 04 / 2004 – CNPÁGINA
1 DE 1**TEXTO:**

SUPLEMENTAR na UO 39252 – Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT, o seguinte:

Funcional Programática: 26.782.0229.7144.0004 - Construção de Trechos Rodoviários na BR 135 no Estado da Bahia Construção do Trecho Divisa PI/BA - Divisa BA/MG

GND: 4

Modalidade: 90

Fonte: 100

Valor: R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais)

CANCELAMENTO

Funcional Programática: 26.782.0230.1136.0101

GND: 4

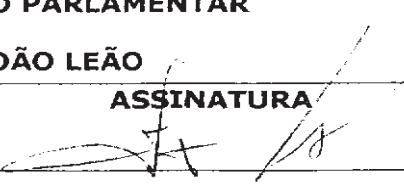
Modalidade: 30

Fonte: 148

Valor: R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais)

JUSTIFICAÇÃO:

A BR 135 é o principal eixo de ligação entre as regiões centro-sul e o nordeste. Em muitos dos seus trechos o transito está praticamente interrompido, dificultando o acesso e o escoamento dos produtos afetos à região, comprometendo a culminância da super safra do Oeste para as regiões produtoras de grãos, que reduz o acesso a Fortaleza em mais de 300 Km, beneficiando também os Estados do Piauí, Ceará e Maranhão, pois interliga com Goiás, Distrito Federal, Minas Gerais e o restante do Brasil.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
3239	JOÃO LEÃO	BA	PL
DATA	ASSINATURA		
			

EMENDA - 00024***EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL***

PL 004/2004-CN

Mensagem 060/2004

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO
PL 04 / 2004 – CNPÁGINA
1 DE 1**TEXTO:**

SUPLEMENTAR na UO 39252 – Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT, o seguinte:

Funcional Programática: 26.782.0229.105S.0101 - Adequação de Trechos Rodoviários na BR 101 no Estado da Bahia Trecho Divisa SE/BA - Divisa BA/ES

GND: 4

Modalidade: 90

Fonte: 900

Valor: R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais)

CANCELAMENTO

Funcional Programática: 26.782.0233.1208.0101

GND: 4

Modalidade: 90

Fonte: 111

Valor: R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais)

JUSTIFICAÇÃO:

O Estado da Bahia possui diversas rodovias federais cortando seu território, dentre elas a BR 101, que apresenta péssimas condições de trafegabilidade, prejudicando o escoamento agrícola, o turismo e os demais usuários da rodovia.

Contando com à aprovação desta esperamos contribuir para deixar a malha em boas condições de tráfego, de maneira a reduzir acidentes em trechos críticos.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
3239	JOÃO LEÃO	BA	PL
DATA	ASSINATURA		

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

EMENDA - 00025

PL 004/2004-CN

Mensagem 060/2004

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI	PÁGINA
	PLN Nº 04	01 DE 01

TEXTO

Suplemente-se Programa de Trabalho do Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes - DNIT - 39.252.

o seguinte subprojeto: 26.782.0220.2841.0027

Titulo: Conservação Preventiva e Rotineira de Rodovias - No Estado de Alagoas

GND:4 - INV

Modalidade: 90

Fonte:900

Valor: R\$ 8.000.000,00

Cancelar:

Titulo: Adequação de trechos rodoviários na BR-381 no Estado de Minas Gerais - Trecho Belo Horizonte - Divisa SP/MG

UO: 39.252

Funcional Programática: 26.782.0230.1336.0101

Valor: R\$ 8.000.000,00

Modalidade: 30

GND: 4

Fonte:148

JUSTIFICAÇÃO

Esta Emenda Visa Suplementar Recursos Orçamentários Para Implantação De Melhorias Nas Rodovias Do Estado De Alagoas. Por Se Tratar De Uma Unidade Federativa Muito Carente De Recursos Financeiros, É De Suma Importância A Conservação Das Rodovias No Estado De Alagoas Para A Ligação Dos Estados Do Nordeste Com O Centro Sul Do Brasil. Com A Conservação Das Rodovias, Haverá Uma Maior Movimentação Econômica No Estado E No Resto Da Região Nordeste; O Transporte Se Tornará Menos Custoso E Mais Eficiente, Incentivando O Investimento No Estado, Aquecendo A Sua Economia E Melhorando A Qualidade De Vida Da População Alagoana.

CÓDIGO	167	NOME DO PARLAMENTAR			UF	PARTIDO
	Joao Caldas				AL	PL
DATA	3/5/2004	ASSINATURA				

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

EMENDA - 00026

PL 004/2004-CN

Mensagem 060/2004

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI
PLN Nº 04

01 DE 01

TEXTO

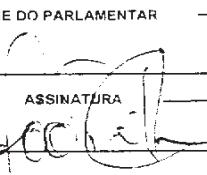
Suplemente-se Programa de Trabalho do Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes - DNIT - 39.252.
o seguinte subprojeto: 26.782.0235.7624.0101
Título: Adequação de Trechos Rodoviários na BR-101 no Estado de Alagoas - Trecho Divisa AL/PE - Divisa AL/SE
GND:4 - INV
Modalidade: 90
Fonte:900
Valor: R\$ 20.000.000,00

Cancelar:

Título: Adequação de trechos rodoviários na BR-381 no Estado de Minas Gerais - Trecho Belo Horizonte - Divisa SP/MG
UO: 39.252
Funcional Programática: 26.782.0230.1336.0101
Valor: R\$ 20.000.000,00
Modalidade: 30
GND: 4
Fonte:148

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda visa suplementar recursos orçamentários para implantação de melhorias na Rodovia BR 101 no Estado de Alagoas. Por se tratar de uma Unidade Federativa muito carente de recursos financeiros, é de suma importância a adequação da Rodovia Federal BR-101 no Estado de Alagoas para a ligação dos Estados do Nordeste com o Centro Sul do Brasil. Com a melhoria desta rodovia, haverá uma maior movimentação econômica no Estado e no resto da Região Nordeste; o transporte se tornará menos custoso e mais eficiente, incentivando o investimento no Estado, aquecendo a sua economia e melhorando a qualidade de vida da população alagoana.

CÓDIGO	167	NOME DO PARLAMENTAR			PARTIDO
DATA	3/5/2004	ASSINATURA	UF	AL	PL

EMENDA - 00027

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

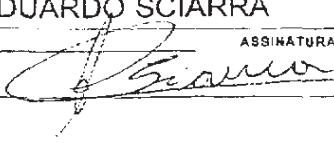
PL 004/2004-CN

Mensagem 060/2004

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO 04/2004	PÁGINA DE
TEXTO		
<p>SUPLEMENTAR:</p> <p>ÓRGÃO : DNIT FUNCIONAL PROGRAMÁTICA : 26.782.0233.10CN.0002 Construção de Rodovias Federais no Estado do Paraná VALOR : R\$ 10.000.000,00 GND : 4 MODALIDADE : 90</p> <p>CANCELAR : ÓRGÃO : DNIT FUNCIONAL PROGRAMÁTICA : 26571.0225.6241.0001 Estudos de Impacto Ambiental e Adequação de Projetos de Infra-estrutura de transportes GND : 3 MODALIDADE : 90 Valor : R\$ 2.000.000,00 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA : 26782.0233.1208.0101 Adequação de Trechos Rodoviários na BR-101/SC no Estado de Santa Catarina / SC Trecho Palhoça – Div. SC/RS Valor : R\$ 8.000.000,00</p>		

JUSTIFICAÇÃO

Viabilizar a construção de projetos prioritários no Estado do Paraná, destacando entre êles a BR-476/PR Adrianópolis – Bocaiúva do Sul, BR-487/PR Campo Mourão – Porto Camargo.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	EDUARDO SCIARRA	PR	PFL
DATA	ASSINATURA		
03/05/2004			

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

EMENDA - 00028

A

PL 004/2004-CN

Mensagem 060/2004

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO C

004/2004

01 DE 01

TEXTO

SUPLEMENTAÇÃO

Inclua-se onde couber no anexo I do Projeto de Lei nº 004/2004-CN, Programa de Trabalho - Suplementação, o seguinte subprojeto/subatividade:

- Construção de Trechos Rodoviários no Corredor São Francisco - BR 367/MG - Minas Nova - Almenara - Salto da Divisa

GND 04 / FONTE 111

VALOR: 10.000.000,00 (Dez Milhões de Reais)

CANCELAMENTO:

Adequação de Trechos rodoviários na BR-101 no Estado de Santa Catarina - Trecho Palhoça - Divisa - SC/RS

GND 04 - Fonte 111

VALOR: 10.000.000,00(Dez Milhões de reais)

JUSTIFICAÇÃO

A Presente Proposta Apresentada Ao Projeto De Lei Nº 04/2004-Cn Que Abre Aos Orçamentos Fiscal E Da Seguridade Social Da União, Crédito Suplementar Em Favor Do Ministério Dos Transportes, No Valor De R\$ 140.000.000,00 (Cento E Quarenta Milhões De Reais). Para Os Fins Que Especifica, Visa Unicamente Prover Esta Importante Projeto Que É A Construção De Trechos Rodoviários No Corredor Leste, Construção De Trechos Rodoviários No Corredor São Francisco - Br 367/Mg - Minas Nova - Almenara - Salto Da Divisa, De Recursos Suficientes Para O Bom Andamento Das Obras, Que Além De Promover O Desenvolvimento Integrado De Nossa Estado Dentro Do Contexto Regional, Traz Ainda Geração De Emprego E Renda, Portanto, Senhor Relator, Diante Do Exposto Esperamos Poder Contar Com A Acolhida Do Nobre Relator A Esta Justa Reivindicação.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

DATA

3/5/2004

ASSINATURA

EMENDA - 00029

A

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

PL 004/2004-CN

Mensagem 060/2004

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI:
004/2004PÁGINA:
01 DE 01

TEXTO

SUPLEMENTAÇÃO

Inclua-se onde couber no anexo I do Projeto de Lei nº 004/2004-CN, Programa de Trabalho - Suplementação, o seguinte subprojeto/subatividade:

- Construção de Trechos Rodoviários no Corredor Leste, BR-265/MG - Div. RJ/MG - Ilincéia - Div. MG/SP

GND 04 / FONTE 111

VALOR: 10.000.000.00 (Dez Milhões de Reais)

CANCELAMENTO:

Adequação de Trechos rodoviários na BR-101 no Estado de Santa Catarina - Trecho Palhoça - Divisa - SC/RS

GND 04 - Fonte 111

VALOR: 10.000.000.00(Dez Milhões de reais)

JUSTIFICAÇÃO

A Presente Proposta Apresentada Ao Projeto De Lei Nº 04/2004-Cn Que Abre Aos Orçamentos Fiscal E Da Seguridade Social Da União. Crédito Suplementar Em Favor Do Ministério Dos Transportes, No Valor De R\$ 140.000.000,00 (Cento E Quarenta Milhões De Reais), Para Os Fins Que Especifica, Visa Unicamente Prover Esta Importante Projeto Que É A Construção De Trechos Rodoviários No Corredor Leste, BR-265/MG - Div. RJ/MG - Ilincéia - Div. MG/SP, De Recursos Suficientes Para O Bom Andamento Das Obras, Que Além De Promover O Desenvolvimento Integrado De Nosso Estado Dentro Do Contexto Regional, Traz Ainda Geração De Emprego E Renda, Portanto, Senhor Relator, Diante Do Exposto Esperamos Poder Contar Com A Acolhida Do Nobre Relator A Esta Justa Reivindicação.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Dir. Sandro Michel

P2

DATA

ASSINATURA

3/5/2004

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

EMENDA - 00030

PL 004/2004-CN

Mensagem 060/2004

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE

004/2004

01 DE 01

TEXTO

SUPLEMENTAÇÃO

Inclua-se onde couber no anexo I do Projeto de Lei nº 004/2004-CN, Programa de Trabalho - Suplementação, o seguinte subprojeto/subatividade:

- Construção de Trechos Rodoviários no Corredor Araquaia-Tocantins na BR 070/GO - Coqualzinho - Araguarças

GND 04 - FONTE 111

VALOR: 10.000.000,00 (Dez Milhões de Reais)

CANCELAMENTO:

Adequação de Trechos rodoviários na BR-101 no Estado de Santa Catarina - Trecho Palhoça - Divisa - SC/RS

GND 04 - Fonte 111

VALOR: 10.000.000,00(Dez Milhões de reais)

JUSTIFICAÇÃO

A Presente Proposta Apresentada Ao Projeto De Lei N° 04/2004-Cn Que Abre Aos Orçamentos Fiscal E Da Seguridade Social Da União. Crédito Suplementar Em Favor Do Ministério Dos Transportes, No Valor De R\$ 140.000.000,00 (Cento E Quarenta Milhões De Reais), Para Os Fins Que Especifica, Visa Unicamente Prover Esta Importante Projeto Que É A Construção De Trechos Rodoviários No Corredor Araquaia-Tocantins Na Br 070/Go - Coqualzinho - Araguarças De Recursos Suficientes Para O Bom Andamento Das Obras, Que Além De Promover O Desenvolvimento Integrado De Nosso Estado Dentro Do Contexto Regional, Traz Ainda Geração De Emprego E Renda. Portanto, Senhor Relator, Diante Do Exposto Esperamos Poder Contar Com A Acolhida Do Nobre Relator A Esta Justa Reivindicação.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

SANDRO MABEL

GO

PL

DATA

ASSINATURA

3/5/2004

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

EMENDA - 00031

PL 004/2004-CN
Mensagem 060/2004

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE	004/2004	01 DE 01
----------------------------	-------------------	-----------------	-----------------

TEXTO

SUPLEMENTAÇÃO

Inclua-se onde couber no anexo I do Projeto de Lei nº 004/2004-CN, Programa de Trabalho - Suplementação, o seguinte subprojeto/subatividade:

- Adequação de Trechos Rodoviários no Corredor Araguaia- Tocantins - BR-080/GO - Divisa DF/GO - Padre Bernardo
GND 04 - FONTE 111

VALOR: 10.000.000,00 (Dez Milhões de Reais)

CANCELAMENTO:

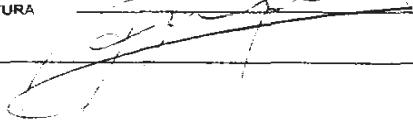
Adequação de Trechos rodoviários na BR-101 no Estado de Santa Catarina - Trecho Palhoça - Divisa - SC/RS

GND 04 - Fonte 111

VALOR: 10.000.000,00(Dez Milhões de reais)

JUSTIFICAÇÃO

A Presente Proposta Apresentada Ao Projeto De Lei N° 04/2004-Cn Que Abre Aos Orçamentos Fiscal E Da Seguridade Social Da União, Crédito Suplementar Em Favor Do Ministério Dos Transportes, No Valor De R\$ 140.000.000,00 (Cento E Quarenta Milhões De Reais), Para Os Fins Que Especifica, Visa Unicamente Prover Esta Importante Projeto Que É A Adequação De Trechos Rodoviários No Corredor Araguaia- Tocantins - Br-080/Go - Divisa Df/Go - Padre Bernado De Recursos Suficientes Para O Bom Andamento Das Obras, Que Além De Promover O Desenvolvimento Integrado De Nosso Estado Dentro Do Contexto Regional, Traz Ainda Geração De Emprego E Renda, Portanto, Senhor Relator, Diante Do Exposto Esperamos Poder Contar Com A Acolhida Do Nobre Relator A Esta Justa Reivindicação.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	SANDRO MABEL	GO	PL
DATA	ASSINATURA		
3/5/2004			

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

EMENDA - 00032

PL 004/2004-CN

Mensagem 060/2004

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE

004/2004

01 DE 01

TEXTO

SUPLEMENTAÇÃO

Inclua-se onde couber no anexo I do Projeto de Lei nº 004/2004-CN, Programa de Trabalho - Suplementação, o seguinte subprojeto/subatividade:

- RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS – NO ESTADO DE GOIÁS

GND 04 - FONTE 111

VALOR: 10.000.000,00 (Dez Milhões de Reais)

CANCELAMENTO:

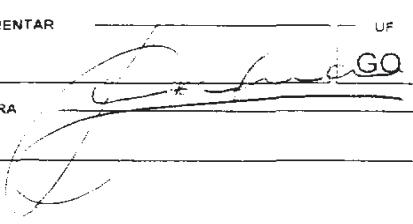
Adequação de Trechos rodoviários na BR-101 no Estado de Santa Catarina - Trecho Palhoça - Divisa - SC/RS

GND 04 - Fonte 111

VALOR: 10.000.000,00(Dez Milhões de reais)

JUSTIFICAÇÃO

A Presente Proposta Apresentada Ao Projeto De Lei Nº 04/2004-Cn Que Abre Aos Orçamentos Fiscal E Da Seguridade Social Da União, Crédito Suplementar Em Favor Do Ministério Dos Transportes, No Valor De R\$ 140.000.000,00 (Cento E Quarenta Milhões De Reais), Para Os Fins Que Especifica, Visa Unicamente Prover Esta Importante Projeto Que É A Restauração De Rodovias Federais – No Estado De Goiás, De Recursos Suficientes Para O Bom Andamento Das Obras, Que Além De Promover O Desenvolvimento Integrado De Nosso Estado Dentro Do Contexto Regional, Traz Ainda Geração De Emprego E Renda. Portanto, Senhor Relator, Diante Do Exposto Esperamos Poder Contar Com A Acolhida Do Nobre Relator A Esta Justa Reivindicação.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	SANDRO MABEL	GO	PL
DATA	ASSINATURA		
3/5/2004			

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

EMENDA - 00033

TA

PL 004/2004-CN

Mensagem 060/2004

PROJET

004/2004

TEXTO

INSTRUÇÕES NO VERSO

SUPLEMENTAÇÃO

Inclua-se onde couber no anexo I do Projeto de Lei nº 004/2004-CN. Programa de Trabalho - Suplementação, o seguinte subprojeto/subatividade:

- CCONSERVAÇÃO PREVENTIVA E ROTINEIRA DE RODOVIAS - NO ESTADO DE GOIAS
GND 04 - FONTE 111

VALOR: 10.000.000,00 (Dez Milhões de Reais)

CANCELAMENTO:

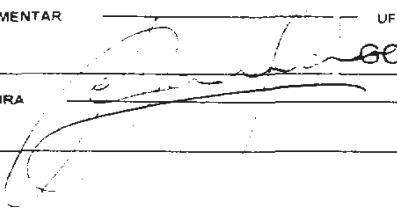
Adequação de Trechos rodoviários na BR-101 no Estado de Santa Catarina - Trecho Palhoça - Divisa - SC/RS

GND 04 - Fonte 111

VALOR: 10.000.000,00(Dez Milhões de reais)

JUSTIFICAÇÃO

A Presente Proposta Apresentada Ao Projeto De Lei N° 04/2004-Cn Que Abre Aos Orçamentos Fiscal E Da Seguridade Social Da União. Crédito Suplementar Em Favor Do Ministério Dos Transportes. No Valor De R\$ 140.000.000,00 (Cento E Quarenta Milhões De Reais), Para Os Fins Que Especifica. Visa Unicamente Prover Esta Importante Projeto Que É A Conservação Preventiva E Rotineira De Rodovias - No Estado De Goias, De Recursos Suficientes Para O Bom Andamento Das Obras. Que Além De Promover O Desenvolvimento Integrado De Nosso Estado Dentro Do Contexto Regional, Traz Ainda Geração De Emprego E Renda, Portanto, Senhor Relator. Diante Do Exposto Esperamos Poder Contar Com A Acolhida Do Nobre Relator A Esta Justa Reivindicação.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR		UF	PARTIDO
	SANDRO MABEL		SC	PL
DATA	ASSINATURA			
3/5/2004				

EMENDA - 00034

'A

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****PL 004/2004-CN**

Mensagem 060/2004

PROJETO E

004/2004

01 DE 01

TEXTO

SUPLEMENTAÇÃO

Inclua-se onde couber no anexo I do Projeto de Lei nº 004/2004-CN, Programa de Trabalho - Suplementação, o seguinte subprojeto/subatividade:

- Construção de Trechos Rodoviários na BR-414 no Estado de Goiás - Cocalzinho-Niquelândia - Estaca 2198 - Dois Irmãos - Estaca 3092

GND 04 - FONTE 111

VALOR: 10.000.000,00 (Dez Milhões de Reais)

CANCELAMENTO:

Adequação de Trechos rodoviários na BR-101 no Estado de Santa Catarina - Trecho Palhoça - Divisa - SC/RS

GND 04 - Fonte 111

VALOR: 10.000.000,00(Dez Milhões de reais)

JUSTIFICAÇÃO

A Presente Proposta Apresentada Ao Projeto De Lei N° 04/2004-Cn Que Abre Aos Orçamentos Fiscal E Da Seguridade Social Da União, Crédito Suplementar Em Favor Do Ministério Dos Transportes, No Valor De R\$ 140.000.000,00 (Cento E Quarenta Milhões De Reais), Para Os Fins Que Especifica, Visa Unicamente Prover Esta Importante Projeto Que É A Construção De Trechos Rodoviários Na BR-414 No Estado De Goiás - Cocalzinho-Niquelândia, De Recursos Suficientes Para O Bom Andamento Das Obras, Que Além De Promover O Desenvolvimento Integrado De Nosso Estado Dentro Do Contexto Regional, Traz Ainda Geração De Emprego E Renda, Portanto, Senhor Relator, Diante Do Exposto Esperamos Poder Contar Com A Acolhida Do Nobre Relator A Esta Justa Reivindicação.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

PL

SANDRO MABEL

DATA

ASSINATURA

3/5/2004

EMENDA - 00035**PL 004/2004-CN**

Mensagem 060/2004

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI	PÁGINA
	004/2004	01 DE 01

TEXTOS

SUPLEMENTAÇÃO

Inclua-se onde couber no anexo I do Projeto de Lei nº 004/2004-CN, Programa de Trabalho - Suplementação, o seguinte subprojeto/subatividade:

- ADEQUAÇÃO DE CONTORNOS RODOVIÁRIOS NA BR-153 NO ESTADO DE GOIÁS – TRECHO – ENT.GO431 – ENT.BR-060 (CONTORNO DE ANÁPOLIS)

GND 04 - FONTE 111

VALOR: 10.000.000,00 (Dez Milhões de Reais)

CANCELAMENTO:

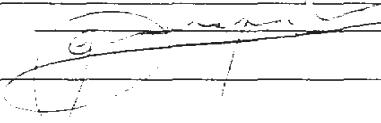
Adequação de Trechos rodoviários na BR-101 no Estado de Santa Catarina - Trecho Palhoça - Divisa - SC/RS

GND 04 - Fonte 111

VALOR: 10.000.000,00(Dez Milhões de reais)

JUSTIFICAÇÃO

A Presente Proposta Apresentada Ao Projeto De Lei N° 04/2004-Cn Que Abre Aos Orçamentos Fiscal E Da Seguridade Social Da União. Crédito Suplementar Em Favor Do Ministério Dos Transportes. No Valor De R\$ 140.000.000,00 (Cento E Quarenta Milhões De Reais). Para Os Fins Que Especifica. Visa Unicamente Prover Esta Importante Projeto Que É A Adequação De Contornos Rodoviários Na Br-153 No Estado De Goiás – Trecho – Ent.Go431 – Ent.Br-060 (Contorno De Anápolis), De Recursos Suficientes Para O Bom Andamento Das Obras. Que Além De Promover O Desenvolvimento Integrado De Nosso Estado Dentro Do Contexto Regional, Traz Ainda Geração De Emprego E Renda. Portanto, Senhor Relator, Diante Do Exposto Esperamos Poder Contar Com A Acolhida Do Nobre Relator A Esta Justa Reivindicação.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	SANDRO MABEL	GO	PL
DATA	ASSINATURA		
3/5/2004			

EMENDA - 00036

A

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

PL 004/2004-CN

Mensagem 060/2004

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI
004/2004PÁGINA
01 DE 01

TEXTO

SUPLEMENTAÇÃO

Inclua-se onde couber no anexo I do Projeto de Lei nº 004/2004-CN. Programa de Trabalho - Suplementação, o seguinte subprojeto/subatividade:

- CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO ESTADO DE GOIÁS
GND 04 - FONTE 111

VALOR: 10.000.000,00 (Dez Milhões de Reais)

CANCELAMENTO:

Adequação de Trechos rodoviários na BR-101 no Estado de Santa Catarina - Trecho Palhoça - Divisa - SC/RS

GND 04 - Fonte 111

VALOR: 10.000.000,00(Dez Milhões de reais)

JUSTIFICAÇÃO

A Presente Proposta Apresentada Ao Projeto De Lei Nº 04/2004-Cn Que Abre Aos Orçamentos Fiscal E Da Seguridade Social Da União. Crédito Suplementar Em Favor Do Ministério Dos Transportes, No Valor De R\$ 140.000.000,00 (Cento E Quarenta Milhões De Reais), Para Os Fins Que Especifica. Visa Unicamente Prover Esta Importante Projeto Que É A Construção De Trechos Rodoviários No Estado De Goiás, De Recursos Suficientes Para O Bom Andamento Das Obras, Que Além De Promover O Desenvolvimento Integrado De Nosso Estado Dentro Do Contexto Regional, Traz Ainda Geração De Emprego E Renda. Portanto, Senhor Relator, Diante Do Exposto Esperamos Poder Contar Com A Acolhida Do Nobre Relator A Esta Justa Reivindicação.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

SANDRO MABEL

GO

PL

DATA

ASSINATURA

3/5/2004

EMENDA - 00037**PL 004/2004-CN**
Mensagem 060/2004

A

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****INSTRUÇÕES NO VERSO****PROJETO DE LEI**
004/2004**PAGINA**
01 DE 01**TEXTO****SUPLEMENTAÇÃO**

Inclua-se onde couber no anexo I do Projeto de Lei nº 004/2004-CN, Programa de Trabalho - Suplementação, o seguinte subprojeto/subatividade:

- ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NA BR-153 NO ESTADO DE GOIÁS – TRECHO APARECIDA DE GOIÂNIA – ITUMBIARA – (Acesso Goiatuba-Serrinha) Entroncamento BR 452 (B) – Div. GO/MG

GND 04 - FONTE 111

VALOR: 10.000.000,00 (Dez Milhões de Reais)

CANCELAMENTO:

Adequação de Trechos rodoviários na BR-101 no Estado de Santa Catarina - Trecho Palhoça - Divisa - SC/RS

GND 04 - Fonte 111

VALOR: 10.000.000,00(Dez Milhões de reais)

JUSTIFICAÇÃO

A Presente Proposta Apresentada Ao Projeto De Lei Nº 04/2004-Cn Que Abre Aos Orçamentos Fiscal E Da Seguridade Social Da União, Crédito Suplementar Em Favor Do Ministério Dos Transportes, No Valor De R\$ 140.000.000,00 (Cento E Quarenta Milhões De Reais), Para Os Fins Que Especifica, Visa Unicamente Prover Esta Importante Projeto Que É A Adequação De Trechos Rodoviários Na Br-153 No Estado De Goiás – Trecho Aparecida De Goiânia – Itumbiara – (Acesso Goiatuba-Serrinha) Entroncamento Br 452 (B) – Div. Go/Mg , De Recursos Suficientes Para O Bom Andamento Das Obras, Que Além De Promover O Desenvolvimento Integrado De Nossa Estado Dentro Do Contexto Regional, Traz Ainda Geração De Emprego E Renda, Portanto, Senhor Relator, Diante Do Exposto Esperamos Poder Contar Com A Acolhida Do Nobre Relator A Esta Justa Reivindicação.

CÓDIGO**NOME DO PARLAMENTAR****UF****PARTIDO****SANDRO MABEL****GO****PL****DATA****ASSINATURA****3/5/2004**

EMENDA - 00038

A

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**PL 004/2004-CN
Mensagem 060/2004

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI
NÚMERO
4/2004PÁGINA
1 DE 1

TEXTO

Suplementar:

Órgão: 39000- Ministério dos Transportes

Unidade Orçamentária: 39252-Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes-DNIT

Projeto: Construções de Trechos Rodoviários na BR-401 no Estado de Roraima – Construção do Trecho Km 100 – Normandia.

Funcional Programática: 26.782.0238.7456.0004

Valor R\$ 4.000.000,00

GND: 4

Fonte: 111

Modalidade de Aplicação: 30

Cancelar:

Órgão: 39000-Ministério dos Transportes

Unidade Orçamentária: 39252-Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes-DNIT

0233 – Corredor Mercosul

Projeto: Adequação de Trechos Rodoviários na BR-101 no Estado de Santa Catarina – Trecho Palhoça – Divisa SC/RS.

Funcional Programática: 26.782.0233.1208.0101

Valor R\$ 4.000.000,00

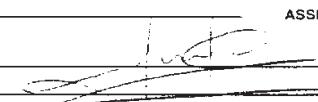
GND: 4

Fonte:111

Modalidade de Aplicação: 90

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda visa suplementar a dotação orçamentária para construção de trechos rodoviários na BR-401 no Estado de Roraima, com a finalidade de asfaltar o trecho compreendido do Km 100 (trevo) à sede do Município de Normandia/RR.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	Luciano Castro	RR	PL
DATA	ASSINATURA		
3/5/2004			

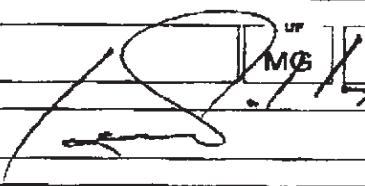
EMENDA - 00039

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

 PL 004/2004-CN
 Mensagem 060/2004

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI PLN 04/2004 - SUP	PÁGINA 01 DE 01
TEXTO REDUZIR A SUPLEMENTAÇÃO do Programa de Trabalho 26.782.0233.1208.0101 – ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NA BR-101 NO ESTADO DE SANTA CATARINA – TRECHO PALHOÇA - DIVISA SC/RS de: R\$ 39.150.000 para R\$ 33.930.000.		
INCLUIR A SUPLEMENTAÇÃO do Programa de Trabalho 26.782.0230.7152.0004 – CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NA BR-265 NO ESTADO DE MINAS GERAIS – CONSTRUÇÃO DO TRECHO DIV.RJ/MG - ILICÍNEA - DIV. MG/SP Valor: R\$ 5.220.000		

JUSTIFICAÇÃO	
<p>A presente emenda visa recolocar os recursos que foram retirados da BR-265 através do PLN 24/2003.</p> <p>A Rodovia Federal BR 265 é uma grande alternativa como corredor de transporte, beneficiando de forma clara e direta toda região sudeste do País.</p> <p>Seu traçado corta o Estado de Minas Gerais de Leste a Oeste, permite uma completa integração entre as regiões produtoras e consumidoras constituindo um importante e decisivo canal para o desenvolvimento e escoamento da produção regional.</p> <p>A BR 265 é um eixo transversal da Fernão Dias que liga a Região da Zona da Mata Mineira, Rio de Janeiro e Espírito Santo à Região de Ribeirão Preto no Estado de São Paulo cortando todo o Sul/Sudoeste de Minas Gerais, servindo uma região que sedia Universidades Federais, parques industriais diversificados, os municípios que mais produzem café no Brasil, a maior bacia de leite B do País, o maior complexo de cimento e cal, extração de níquel, o maior centro mineiro de curtumes, vasta fruticultura, além de potencializar o turismo na região do Lago de Furnas, importante fator de geração de emprego e renda.</p> <p>Os segmentos não pavimentados da rodovia, tiveram suas obras iniciadas com grandes investimentos feitos pelo Ministério dos Transportes por meio do DNER/DNIT e encontram-se hoje paralisadas, causando graves prejuízos para a economia nacional.</p> <p>Este eixo rodoviário permitirá estabelecer uma via preferencial para o fluxo viário Leste / Oeste na região Sudeste do país, e também oferecerá a interligação aos principais corredores viários da região. Atendendo a uma formidável demanda de desenvolvimento e integração nacional, possibilitando um trajeto de prosperidade real e futuro imediato.</p>	

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR		UF	PARTIDO
3155	CARLOS MELLES		MG	PFL
DATA	ASSINATURA			
3/5/2004				

EMENDA - 00040

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

PL 004/2004-CN

Mensagem 060/2004

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

PLN 04/2004 - SUP

PÁGINA
01 DE 01

TEXTO

REDUZIR A SUPLEMENTAÇÃO do Programa de Trabalho **26.782.0233.3766.0101** –
ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NA BR-101 NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – TRECHO DIVISA SC/RS – OSÓRIO de:
R\$ 19.215.000 para R\$ 17.127.000.

INCLUIR A SUPLEMENTAÇÃO do Programa de Trabalho **26.782.0230.7154.0006** –
CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NA BR-146 NO ESTADO DE MINAS GERAIS – CONSTRUÇÃO DO TRECHO PATOS DE MINAS/ARAXÁ - DIVISA MG/SP.
Valor: R\$ 2.088.000

JUSTIFICAÇÃO

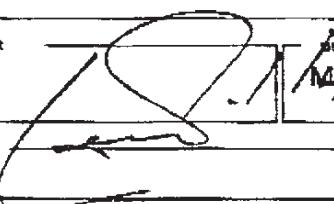
A presente emenda visa recolocar os recursos que foram retirados da BR-146 através do PLN 24/2003.

A Rodovia Federal BR 146, com início em Patos de Minas – MG e término em Bragança Paulista – SP, forma juntamente com as BR 365, 251, 116 e 381, um complexo viário de fundamental importância para a ligação do Nordeste Brasileiro às regiões Sul e Sudeste do País.

O corredor de transporte formado pela BR 146, corta regiões ricas na produção agropastoril (Café, Milho, pecuária de leite e corte) e mineral (Nióbio e Calcáreo). Além disto, é uma rodovia com enorme importância Turística, já que seu traçado atinge o lago de Furnas e a Serra da Canastra, passando por municípios com grande potencial e atratividade turística.

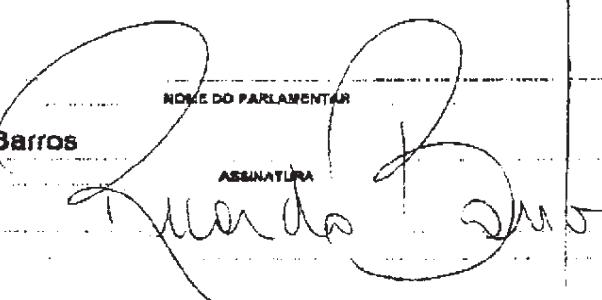
Dentre as cidades pólos e regiões cortadas pela BR 146, vale destacar Patos de Minas, com forte vocação agropastoril, Araxá que é um grande expoente nacional na indústria de Mineração e Turismo, região da Serra da Canastra e do Lago de Furnas que formam hoje um dos grandes pólos de eco-turismo do País, a ligação de Passos com Guaxupé que formam uma das maiores regiões produtoras de café e leite B, fruticultura e minério, Poços de Caldas com sua forte presença turística com artesanato local e minério, e a partir daí a região industrializada do Estado de São Paulo.

Os segmentos não pavimentados da Rodovia, tiveram suas obras iniciadas com grandes investimentos feitos pelo Ministério dos Transportes através do DNER/DNIT e encontram-se hoje paralisadas, causando graves prejuízos para a economia Nacional.

CÓDIGO	CARLOS MELLES		NOME DO PARLAMENTAR			PARTIDO
3155				AP MG		PFL
DATA			ASSINATURA			
3/5/2004						

A EMENDA - 00041

PL 004/2004-CN
Mensagem 060/2004

INSTRUÇÕES NO VERSO		PROJETO DE LEI NÚMERO PL 04/2004 TEXTO	PÁGINA DE
SUPLEMENTAR:			
ÓRGÃO : DNIT FUNCIONAL PROGRAMÁTICA : 26.702.0233.10CN.0002 Construção de Rodovias Federais no Estado do Paraná Valor : R\$ 10.000.000,00 GND : 4 MODALIDADE : 80			
CANCELAR : ÓRGÃO : DNIT FUNCIONAL PROGRAMÁTICA : 26571.0220.6241.0001 Estudos de Impacto Ambiental e Adequação de Projetos de Infra-estrutura de transportes GND : 3 MODALIDADE : 80 Valor : R\$ 2.000.000,00 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA : 26762.0233.1208.0101 Adequação de Trechos Rodoviários na BR-101/SC no Estado da Santa Catarina / SC Trecho Palhoça - Div. BC/RB Valor : R\$ 8.000.000,00			
JUSTIFICAÇÃO			
Viblizar a construção de projetos prioritários no Estado do Paraná, destacando entre eles a BR-478/PR Adrianópolis – Bocalúva do Sul, BR-101/SC Trecho Palhoça - Div. BC/RB e a BR-187/PR Campo Mourão – Porto Camargo.			
CÓDIGO	Ricardo Barros	NOME DO PARLAMENTAR	UF PR
DATA	ASSINATURA		PARTIDO PP
30/9/2003 29/9/2003			

0700-20084*

RENAME/SEGMENT SAV PAGES HELP

2024-03-20 18:55:11.999999

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00042****PL 004/2004-CN**

Mensagem 060/2004

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI	PÁGINA
	04/2004-CN	01 DE 01

TEXTO

No Anexo I do PL 04/2004- CN, processem-se as seguintes alterações :

Órgão :39000-Ministério dos Transportes :

UO: 39252 – DNIT

SUPLEMENTAÇÃO:**26.782.0230.10CL.0002- Construção de Trechos Rodoviários no Estado do Espírito Santo;****ESF: F;****GND: 4;****MOD: 90;****Valor: R\$18.100.000,00****CANCELAMENTO:****26.782.0233.1208.0101 – Adequação de Trechos Rodoviários na BR 101 no Estado de Santa Catarina – Trecho Palhoça – Divisa SC/RS****Valor :R\$18.100.000,00****JUSTIFICAÇÃO**

ESTE RECURSO OBJETIVA ATENDER À IMPLANTAÇÃO DO SEGMENTO ITARANA À AFONSO CLAUDIO NA BR 484/ES OBRA ESTA QUE INTEGRARÁ VÁRIOS MUNICÍPIOS E QUE VIABILIZARÁ O ESCOAMENTO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS .

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	ROSE DE FREITAS	ES	PMDB

DATA	ASSINATURA
3/5/2004	

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00043****PL 004/2004-CN**

Mensagem 060/2004

INSTRUÇÕES NO VERSO**PROJETO DE LEI**
04/2004-CN**PÁGINA**
01 DE 01**TEXTO**

No Anexo I do PL 04/2004- CN, processem-se as seguintes alterações :

Órgão :39000-Ministério dos Transportes :

UO: 39252 – DNIT

SUPLEMENTAÇÃO:**26.782.0230.10CL.0002- Construção de Trechos Rodoviários no Estado do Espírito Santo;****ESF: F;****GND: 4;****MOD: 90;****Valor: R\$15.000.000,00****CANCELAMENTO:****26.782.0233.3766.0101 – Adequação de Trechos Rodoviários na BR 101 no Estado do Rio Grande do Sul – Trecho Divisa SC/RS- Osório****Valor :R\$15.000.000,00****JUSTIFICAÇÃO****OBJETIVA-SE COM ESTE RECURSO CONTRUIR O SEGMENTO QUE LIGA IÚNA À CASTELO PASSANDO POR MUNIZ FREIRE TRECHO ESTE DA BR 379/ES****CÓDIGO****NOME DO PARLAMENTAR****UF****PARTIDO****ROSE DE FREITAS****ES****PMDB****DATA****3/5/2004****ASSINATURA**

EMENDA - 00044**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

PL 004/2004-CN

Mensagem 060/2004

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI 04/2004-CN	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	------------------------------	--------------------

TEXTO

No Anexo I do PL 04/2004- CN, processem-se as seguintes alterações :

Órgão :39000-Ministério dos Transportes :

UO: 39252 – DNIT

SUPLEMENTAÇÃO:

26.782.0230.10CL0002 Construção de Trechos Rodoviários no Estado do Espírito Santo – No Estado do Espírito Santo.

ESF: F;

GND: 4;

MOD: 90;

Valor: R\$350.000,00

CANCELAMENTO:

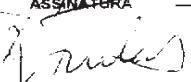
26.782.0233.1208.0101 – Adequação de Trechos Rodoviários na BR 101 no Estado de Santa Catarina – Trecho Palhoça – Divisa SC/RS

Valor :R\$350.000,00

JUSTIFICAÇÃO

ESTE RECURSO OBJETIVA A IMPLANTAÇÃO DO SEGMENTO DE ADEQUAÇÃO VIANA A VITOR HUGO DA BR 262/ES

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	ROSE DE FREITAS	ES	PMDB

DATA	ASSINATURA
3/5/2004	

EMENDA - 00045

A

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

PL 004/2004-CN

Mensagem 060/2004

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DL ---

04/2004-CN

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

No Anexo I do PL 04/2004- CN, processem-se as seguintes alterações :

Órgão :39000-Ministério dos Transportes :

UO: 39252 – DNIT

SUPLEMENTAÇÃO:**26.782.0220.2834.0032- Restauração de Rodovias Federais- No Estado do Espírito Santo****ESF: F;****GND: 4;****MOD: 90;****Valor: R\$6.000.000,00****CANCELAMENTO:****26.782.0233.1208.0101 – Adequação de Trechos Rodoviários na BR 101 no Estado de Santa Catarina – Trecho Palhoça – Divisa SC/RS****Valor :R\$6.000.000,00****JUSTIFICAÇÃO**

ESTE RECURSO TEM POR OBJETIVO A RESTAURAÇÃO DO SEGMENTO CACHOEIRO DO ITAPEMIRIM À MUQUI DA BR 393/ES QUE SE ENCONTRA MUITO DETERIORADA.

CÓDIGO**NOME DO PARLAMENTAR****UF****PARTIDO****ES****PMDB****DATA**

3/5/2004

ASSINATURA

EMENDA - 00046

PL 004/2004-CN
Mensagem 060/2004

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****INSTRUÇÕES NO VERSO****PROJETO DE LEI**
PLN - 04/2004 - CN**PÁGINA**
01 DE 01**TEXTO**

INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I – 26.782.0233.1208.0101 –
ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO ESTADO DA PARAIBA.

SUPLEMENTAÇÃO:

PROGRAMATICA: 26.782.0235.1236.0101

ÓRGÃO: 39252

VALOR: 10.000.000,00

MA: 90

GND: 4

CANCELAMENTO:

PROGRAMATICA: 26.782.0233.1208.0101

ÓRGÃO: 39252

VALOR R\$ 10.000.000,00

MA: 90

GND: 4

JUSTIFICAÇÃO

A PRESENTE EMENDA, VISA SUPLEMENTAR RECURSOS FINANCEIROS PARA A
ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS, BR 230, NO ESTADO DA PARAIBA,
ESTANDO A EMENDA EM TELA, INSERIDA NO ORÇAMENTO DO DNIT, PARA O
CORRENTE ANO.

CÓDIGO**NOME DO PARLAMENTAR****DEPUTADO FEDERAL WILSON SANTIAGO****UF****PARTIDO****PB PMDB****DATA**

27/4/2004

ASSINATURA

EMENDA - 00047**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

PL 004/2004-CN

A

Mensagem 060/2004

INSTRUÇÕES NO VERSO**PROJETO DE LEI****PÁGINA****PLN Nº 04/2004 - CN****01 DE 01****TEXTO**

INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I - 26.782.0233.3766.0101 -
ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS, EM MUNICÍPIOS NO TRECHO DA BR 230, NO
ESTADO DA PARAÍBA.

SUPLEMENTAÇÃO:

PROGRAMATICA: 26.782.0235.1236.0101

ÓRGÃO: 39252

VALOR: 10.000.000,00

MA: 90

GND: 4

CANCELAMENTO:

PROGRAMATICA: 26.782.0233.3766.0101

ÓRGÃO: 39252

VALOR R\$ 10.000.000,00

MA: 90

GND: 4

JUSTIFICAÇÃO

PRETENDE-SE COM ESTA EMENDA, ALOCAR RECURSOS FINANCEIROS PARA
ADEQUAR TRECHOS RODOVIÁRIOS NA BR-230. O OBJETIVO PRINCIPAL É DAR
ACESSO AOS MUNICÍPIOS NO ESTADO DA PARAÍBA, QUE ESTÃO LOCALIZADOS
NO LONGO TRECHO DESSA BR 230.

CÓDIGO**NOME DO PARLAMENTAR****UF****PARTIDO****DEPUTADO FEDERAL WILSON SANTIAGO****PB****PMDB****DATA**

27/4/2004

ASSINATURA

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 779 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução do Senado Federal n.º 07, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **003633/04-7**,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 478/2004, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 2963, de 25/03/2004, que nomeou **JOSERLÂNIA JORLANE LEITE DO NASCIMENTO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Fernando Bezerra, em virtude de não ter tomado posse no prazo previsto pelo § 1º do Art. 13 da Lei n.º 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 04 de maio de 2004.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 780 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução do Senado Federal n.º 07, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **003.129/04-7**,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 500/2004, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 2965, de 29/03/2004, que nomeou **MARCELO ALVARES SIMÕES** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Valdir Raupp, em virtude de não ter tomado posse no prazo previsto pelo § 1º do Art. 13 da Lei n.º 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 04 de maio de 2004.



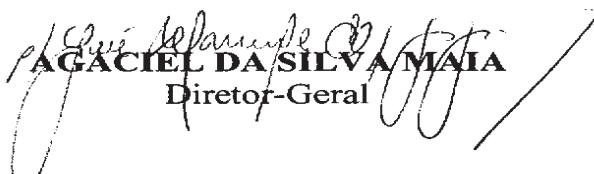
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 781 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 003.129/04-7,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARCELO ALVARES SIMÕES** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Valdir Raupp.

Senado Federal, em 04 de maio de 2004.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 782 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução do Senado Federal n.º 07, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 003471/04-7,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 506/2004, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 2965, de 29/03/2004, que nomeou **MAURA LUCIANE C. DE SOUZA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Cristovam Buarque, em virtude de não ter tomado posse no prazo previsto pelo § 1º do Art. 13 da Lei n.º 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 04 de maio de 2004.



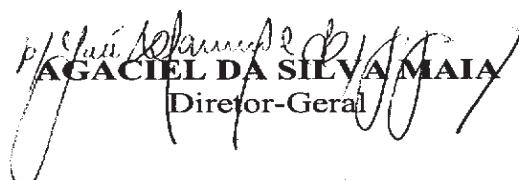
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 783 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **003471/04-7**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MAURA LUCIANE C. DE SOUZA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Cristovam Buarque.

Senado Federal, em 04 de maio de 2004.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 784 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução do Senado Federal n.º 07, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **003226/04-2**,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 505/2004, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 2965, de 29/03/2004, que nomeou **ALICE PESSOA DE ABREU** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Cristovam Buarque, em virtude de não ter tomado posse no prazo previsto pelo § 1º do Art. 13 da Lei nº 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 04 de maio de 2004.



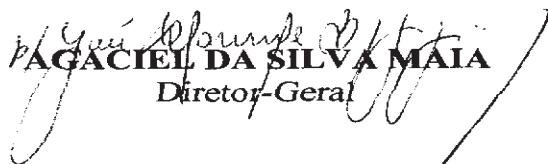
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 785 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **003226/04-2**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ALICE PESSOA DE ABREU** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Cristovam Buarque.

Senado Federal, em 04 de maio de 2004.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 786 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **006.112/04-8**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **FLÁVIA MAYSA CUNHA CAJUEIRO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador João Tenório.

Senado Federal, em 04 de maio de 2004.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 787 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 006.112/04-8,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **MARIA DE LURDES CAVALCANTE**, matrícula n.º 34.431, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Gabinete do Senador João Tenório.

Senado Federal, em 04 de maio de 2004.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 788 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 006.239/04-8,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **RITA DE CASSIA SARDI FONTES**, matrícula n.º 35.410, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Gabinete da Liderança do PTB.

Senado Federal, em 04 de maio de 2004.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 789 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta dos Processos n.º 006229/04-2 e 006230/04-0,

R E S O L V E exonerar **GILSON ARAÚJO DE SOUSA**, matrícula n.º 34544, do cargo de Assistente Parlamentar, AP-6 do Gabinete do Senador Antero Paes de Barros e nomeá-lo, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no mesmo Gabinete.

Senado Federal, em 04 de maio de 2004.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 790 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 005480/04-3,

RESOLVE designar o servidor **JOSÉ FLORES ALVES JÚNIOR**, matrícula 4098, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete da Liderança do PSB, a partir de 15 de abril de 2004.

Senado Federal, 04 de maio de 2004.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL (52^a LEGISLATURA)

	BAHIA		
PFL	Rodolpho Tourinho	PFL	Heráclito Fortes
PFL	Antonio Carlos Magalhães	PMDB	Mão Santa
PFL	César Borges	PTB	RIO GRANDE DO NORTE
		PMDB	Fernando Bezerra
		PFL	Garibaldi Alves Filho
PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino
PL	Marcelo Crivella	PT	SANTA CATARINA
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen
	MARANHÃO	PT	Ideli Salvatti
PMDB	João Alberto Souza	PSDB	Leonel Pavan
PFL	Edison Lobão		ALAGOAS
PFL	Roseana Sarney		Heloísa Helena
	PARÁ	PMDB	Renan Calheiros
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	Teotônio Vilela Filho
PT	Ana Júlia Carepa	PFL	SERGIPE
PTB	Duciomar Costa	PDT	Maria do Carmo Alves
		PSB	Almeida Lima
		PMDB	AMAZONAS
PFL	José Jorge	PSDB	Gilberto Mestrinho
PFL	Marco Maciel	PDT	Arthur Virgílio
PSDB	Sérgio Guerra	PDT	Jefferson Peres
		PSDB	PARANÁ
PT	Eduardo Suplicy	PDT	Alvaro Dias
PT	Aloizio Mercadante	PT	Flávio Arns
PFL	Romeu Tuma	PDT	Osmar Dias
		PT	ACRE
PL	Aelton Freitas	PT	Tião Viana
PSDB	Eduardo Azeredo	PSB	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	Hélio Costa	PT	Sibá Machado
	GOIÁS		MATO GROSSO DO SUL
PMDB	Maguito Vilela	PDT	Juvêncio da Fonseca
PFL	Demóstenes Torres	PT	Delcídio Amaral
PSDB	Lúcia Vânia	PMDB	Ramez Tebet
		PT	DISTRITO FEDERAL
		PFL	Valmir Amaral
PSDB	MATO GROSSO	PT	Cristovam Buarque
PSDB	Antero Paes de Barros	PMDB	Paulo Octávio
PFL	Jonas Pinheiro	PFL	TOCANTINS
PT	Serys Slhessarenko	PSDB	Eduardo Siqueira Campos
		PFL	João Ribeiro
		PFL	Leomar Quintanilha
		PMDB	AMAPÁ
		PSB	José Sarney
PMDB	RIO GRANDE DO SUL	PMDB	João Capiberibe
PMDB	Pedro Simon	PFL	Papaléo Paes
PT	Paulo Paim	PMDB	RONDÔNIA
PTB	Sérgio Zambiasi	PT	- Paulo Elifas
		PMDB	- Fátima Cleide
	CEARÁ	PT	- Valdir Raupp
PSDB	Reginaldo Duarte	PMDB	RORAIMA
PPS	Patrícia Saboya Gomes	PPS	- Mozarildo Cavalcanti
PSDB	Tasso Jereissati	PDT	- Augusto Botelho
		PMDB	- Romero Jucá
	PARAÍBA		
PMDB	Ney Suassuna		
PFL	Efraim Morais		
PMDB	José Maranhão		
	ESPÍRITO SANTO		
PPS	João Batista Motta		
PSDB	Marcos Guerra		
PL	Magno Malta		
	PIAUÍ		
PMDB	Alberto Silva		

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (27 titulares e 27 suplentes)

**Presidente: Senador Ramez Tebet (PMDB-MS)
Vice-Presidente: Senador Paulo Octavio (PFL-DF)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Flávio Arns
Eduardo Suplicy	3. Serys Slhessarenko
Delcídio Amaral	4. Duciomar Costa
Roberto Saturnino	5. Magno Malta
Antonio Carlos Valadares	6. Aelton Freitas
Geraldo Mesquita Júnior	7. (vago)
Fernando Bezerra	8. (vago)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Mão Santa	2. Luiz Otávio
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Gerson Camata*
João Alberto Souza	5. Sérgio Cabral
Pedro Simon	6. Ney Suassuna
Valdir Raupp	7. Maguito Vilela
PFL	
César Borges	1. Antonio Carlos Magalhães
Efraim Morais	2. Demóstenes Torres
Jonas Pinheiro	3. João Ribeiro
Jorge Bornhausen	4. José Agripino
Paulo Octavio	5. José Jorge
Rodolpho Tourinho	6. Marco Maciel
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. Arthur Virgílio
Sérgio Guerra	2. Álvaro Dias
Eduardo Azeredo	3. Lúcia Vânia
Tasso Jereissati	4. Leonel Pavan
PDT	
Almeida Lima	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

*Desfiliou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO DE TURISMO

TEMPORÁRIA (07 titulares e 07 suplentes)

**Presidente: Senador Paulo Octávio (PFL -DF)
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB - SC)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aelton Freitas	1. Antonio Carlos Valadares
Serys Shessarenko	2. Ideli Salvatti
PMDB	
Garibaldi Alves Filho	1. Mão Santa
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
PFL	
Paulo Octavio	1.
João Ribeiro	2. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Eduardo Azeredo

*Vaga cedida ao PPS.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO DE MINERAÇÃO

TEMPORÁRIA (07 titulares e 07 suplentes)

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT - PA)
Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho (PFL - BA)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Julia Carepa	1. Delcídio Amaral.
Aelton Freitas	2. Magno Malta
PMDB	
Luiz Otávio	1. Hélio Costa
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata**
PFL	
Rodolpho Tourinho	1. Efraim Morais
João Ribeiro	2. Almeida Lima (PDT)*
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Eduardo Azeredo

*Vaga cedida pelo PFL

**Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 15.08.2003.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO DESTINADA A ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO
DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS TEMPORÁRIA
(09 titulares e 09 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges (PFL - BA)
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra (PTB - RN)
Relator: Senador Ney Suassuna**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Roberto Saturnino	1. Eduardo Suplicy.
Fernando Bezerra	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata*
PFL	
César Borges	1. Jonas Pinheiro
Paulo Octávio	2. José Jorge
PSDB	
Sérgio Guerra	1.Lúcia Vânia
PDT - PPS	
(vago)	(vago)

*Desfiliou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
 Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
 Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
 E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO FOME ZERO TEMPORÁRIA
(07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Rodolpho Tourinho (PFL - BA)
Vice-Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT - SP)
Relator: Senador Romero Jucá (PMDB - RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Delcídio Amaral.
Fernando Bezerra	2. Serys Slhessarenko
PMDB	
Ney Suassuna	1. Garibaldi Alves Filho
Romero Jucá	2. Luiz Otávio
PFL	
Jonas Pinheiro	1. Demóstenes Torres
Rodolpho Tourinho	2. Paulo Octávio
PSDB	
Lúcia Vânia	1. Leonel Pavan

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(29 titulares e 29 suplentes)

Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senador Papaléo Paes* (PMDB-AP)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1. Delcídio Amaral
Eurípedes Camargo	2. Fernando Bezerra
Fátima Cleide	3. Tião Viana
Flávio Arns	4. Antonio Carlos Valadares
Sibá Machado	5. Duciomar Costa
(vago)	6. (vago)
Aelton Freitas	7. Serys Slhessarenko
Geraldo Mesquita Júnior	8. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Leomar Quintanilha	2. Hélio Costa
Maguito Vilela	3. Ramez Tebet
Sérgio Cabral	4. José Maranhão
Ney Suassuna	5. Pedro Simon
Amir Lando	6. Romero Jucá
Papaléo Paes*	7. Gerson Camata**
PFL	
Edison Lobão	1. Antonio Carlos Magalhães
Jonas Pinheiro	2. César Borges
José Agripino	3. Demóstenes Torres
Paulo Octávio	4. Efraim Moraes
Maria do Carmo Alves	5. Jorge Bornhausen
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Lúcia Vânia	2. Tasso Jereissati
João Tenório	3. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	4. Sérgio Guerra
Reginaldo Duarte	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
Juvêncio da Fonseca	2. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

*Desfiliou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

** Desfiliou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz

Reuniões: Quintas - Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA CRIANÇA DO
ADOLESCENTE E DA JUVENTUDE
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senadora Roseana Sarney (PFL-MA)
Relatora: Senadora Patrícia Saboya Gomes (PPS-CE)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1.(vago)
Fátima Cleide	2. (vago)
PMDB	
Amir Lando	1. (vago)
Juvêncio da Fonseca*	2. (vago)
PFL	
Roseana Sarney	1. (vago)
PSDB	
Lúcia Vânia	1. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. (vago)

*Desfiliou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

Atualizada em 10.09.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ)

Vice-Presidente: (vago)

Relator: Senador Leomar Quintanilha (PFL -TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1. (vago)
Aelton Freitas	2. (vago)
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago)
(vago)	2. (vago)
PFL	
Leomar Quintanilha*	1. (vago)
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

* Desfiliou-se do PFL, passando a integrar a bancada do PMDB em 08.10.2003

Atualizada em 08.10.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz

Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS
DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Flávio Arns (PT-PR)
Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro (PFL-MT)
Relator: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Flávio Arns	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
PFL	
Jonas Pinheiro	1. (vago)
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. (vago)

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Papaléo Paes*(PMDB-AP)
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho (PDT-RR)
Relator: Senador Mão Santa (PMDB-PI)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Slhessarenko	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Papaléo Paes*	2. (vago)
PFL	
Maria do Carmo Alves	1. (vago)
PSDB	
Reginaldo Duarte	1. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

*Desfiliou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

Atualizada em 17.09.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
 Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3113515 Fax: 3113652
 E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Edison Lobão (PFL-MA)
Vice-Presidente: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Shhessarenko	1. Eduardo Suplicy
Aloizio Mercadante	2. Ana Júlia Carepa
Tião Viana	3. Sibá Machado
Antonio Carlos Valadares	4. Duciomar Costa
Magno Malta	5. Geraldo Mesquita Júnior
Fernando Bezerra	6. João Capiberibe
Marcelo Crivella	7. Aelton Freitas
PMDB	
Amir Lando	1. Ney Suassuna
Garibaldi Alves Filho	2. Luiz Otávio
José Maranhão	3. Ramez Tebet
Renan Calheiros	4. João Alberto Souza
Romero Jucá	5. Maguito Vilela
Pedro Simon	6. Sérgio Cabral
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Paulo Octávio
César Borges	2. João Ribeiro
Demóstenes Torres	3. Jorge Bornhausen
Edison Lobão	4. Efraim Morais
José Jorge	5. Rodolpho Tourinho
PSDB	
Álvaro Dias	1. Antero Paes de Barros
Tasso Jereissati	2. Eduardo Azeredo
Arthur Virgílio	3. Leonel Pavan
PDT	
Jefferson Péres	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 10.12.2003

Secretária: Gildete Leite de Melo
 Reuniões: Quartas - Feiras às 10:00 horas. - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3113972 Fax: 3114315
 E - Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS
“INDICAÇÕES APONTADAS” NO RELATÓRIO FINAL DA “CPI DO JUDICIÁRIO” E
RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS
COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)**

Criada através do Requerimento nº 12-CCJ, de 1999, aprovado em 15/12/1999.

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Tasso Jereissati

Vice-Presidente: Pedro Simon

Relator Geral: Senador Demóstenes Torres

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Pedro Simon	1. João Alberto Souza
Garibaldi Alves Filho	2. Papaléo Paes
PFL	
Demóstenes Torres	1. Efraim Morais
César Borges	2. João Ribeiro
PT	
Serys Shhessarenko	1. Sibá Machado
PSDB	
Tasso Jereissati	1. Leonel Pavan
OUTROS PARTIDOS (PDT, PTB, PSB, PPS e PL)	
Magno Malta	1. Fernando Bezerra

Atualizada em 02.09.03

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E - Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Osmar Dias (PDT-PR)
Vice-Presidente: Senador Hélio Costa (PMDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Fátima Cleide	1. Tião Viana
Flávio Arns	2. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	3. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	4. (vago)
Duciomar Costa	5. (vago)
Aelton Freitas	6. (vago)
(vaga cedida ao PMDB)	7. (vago)
Heloísa Helena	8. (vago)
PMDB	
Hélio Costa	1. Mão Santa
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Papaléo Paes
Gerson Camata*	4. Luiz Otávio
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
José Maranhão	6. Amir Lando
Valmir Amaral (por cessão do Bloco de Apoio ao Governo)	
PFL	
Demóstenes Torres	1. Edison Lobão
Jorge Bornhausen	2. Jonas Pinheiro
José Jorge	3. José Agripino
Efraim Morais	4. Marco Maciel
Maria do Carmo Alves	5. Paulo Octavio
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Eduardo Azeredo
Reginaldo Duarte	3. João Tenório
Antero Paes de Barros	4. Lúcia Vânia
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres
Almeida Lima	2. Juvêncio da Fonseca
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

* Desfiliou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
 Reuniões: Terças - Feiras às 11:30 horas - Plenário nº 15 - Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3113498 Fax: 3113121
 E - Mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 (doze) titulares e 12 (doze) suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)
Vice-Presidente: (vago)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Roberto Saturnino	1. (vago)
Fátima Cleide	2. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	3. Papaléo Paes*
PMDB	
Hélio Costa	1. Gerson Camata***
Sérgio Cabral	2. Juvêncio da Fonseca**
(vago)	3. Luiz Otávio
PFL	
Roseana Sarney	1 Paulo Octavio
Demóstenes Torres	2. José Agripino
Edison Lobão	3. (vago)
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Reginaldo Duarte
PDT	
Almeida Lima	2. (vago)

* Desfiliou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

**Desfiliou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

*** Desfiliou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 15.09.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
 Plenário nº 15 - Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3113498 Fax: 3113121
 E - Mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV
PERMANENTE
9 (nove) titulares
9 (nove) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

4.3) SUBCOMISSÃO DO LIVRO
PERMANENTE
7 (sete) titulares
7 (sete) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

4.4) SUBCOMISSÃO DO ESPORTE
PERMANENTE
7 (sete) titulares
7 (sete) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

5) - COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE
(17 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
Vice-Presidente: Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
(vago)	1. Ana Júlia Carepa
Heloísa Helena	2. Delcídio Amaral
Antonio Carlos Valadares	3. Geraldo Mesquita Júnior
Aelton Freitas	
Duciomar Costa	
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata*	
João Alberto Souza	
PFL	
César Borges	1. Jorge Bornhausen
Efraim Morais	2. Paulo Octavio
João Ribeiro	
Antonio Carlos Magalhães	
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	
PDT	
Osmar Dias	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	

* Desfiliou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
 Reuniões: Quartas - Feiras às 11:00 horas - Plenário nº 6 - Ala Nilo Coelho.
 Telefone: 3113935 Fax: 3111060
 E - Mail: jcarvalho@senado.gov.br

**5.1) SUBCOMISSÃO DESTINADA A FISCALIZAR AS
AGÊNCIAS REGULADORAS PERMANENTE
(05 titulares e 05 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT -PA)
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral (PMDB - DF)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	2. Duciomar Costa
PMDB	
Valmir Amaral	1. Romero Jucá
PFL	
Leomar Quintanilha*	1. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Antero Paes de Barros

* Desfiliou-se do PFL, passando a integrar a bancada do PMDB em 08.10.2003

Atualizada em 08.10.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas - Feiras às 11:00 horas - Plenário nº 6 - Ala Nilo Coelho
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E - Mail: jcarvalho@senado.gov.br

**5.2) SUBCOMISSÃO DE OBRAS INACABADAS PERMANENTE
(05 titulares e 05 suplentes)**

**Presidente: Senador Efraim Moraes (PFL -PB)
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB - SC)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aelton Freitas	1. Ana Júlia Carepa
Delcídio Amaral	2. Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	
Gerson Camata*	1. Luiz Otávio
PFL	
Efraim Moraes	1. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Arthur Virgílio

* Desfiliou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 15.09.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas - Feiras às 11:00 horas - Plenário nº 6 - Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E - Mail: jcarvalho@senado.gov.br

6) - COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Magno Malta (PL-ES)
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1. Serys Slhessarenko
Eurípedes Camargo	2. (vago)
Magno Malta	3. (vago)
Aelton Freitas	4. (vago)
(vago)	5. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Renan Calheiros
Ney Suassuna	2. Amir Lando
José Maranhão	3. Gilberto Mestrinho
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. (vago)
PFL	
Edison Lobão	1. Demóstenes Torres
Efraim Morais	2. Jonas Pinheiro
Maria do Carmo Alves	3. (vago)
Rodolpho Tourinho	4. Roseana Sarney
PSDB	
(vago)	1. Lúcia Vânia
(vago)	2. (vago)
Reginaldo Duarte	3. Antero Paes de Barros
PDT	
Jefferson Péres	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 05.11.2003

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
 Telefone 3111856 Fax: 3114646
 E - Mail: mariadul@senado.br

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella (PL-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Flávio Arns
Heloísa Helena	2. Fátima Cleide
João Capiberibe	3. Aloizio Mercadante
Marcelo Crivella	4. Duciomar Costa
Fernando Bezerra	5. Aelton Freitas
Tião Viana (por cessão do PMDB)	Sibá Machado (por cessão do PMDB)
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Pedro Simon
João Alberto Souza	2. Ramez Tebet
Luiz Otávio	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. (vago)
(vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)	5. (vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Edison Lobão
João Ribeiro	2. Maria do Carmo Alves
José Agripino	3. Rodolpho Tourinho
Marco Maciel	4. Roseana Sarney
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Antero Paes de Barros
Eduardo Azeredo	2. Tasso Jereissati
Lúcia Vânia	3. Sérgio Guerra
PDT	
Jefferson Péres	1. Juvêncio da Fonseca
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 23.10.03

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
 Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
 Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas
 E - Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**
7 (sete) titulares 7 (sete) suplentes

Presidente: Senador Marcelo Crivella
Vice-Presidente: Senador João Capiberibe
Relator: Senador Rodolpho Tourinho

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Marcelo Crivella	1. Duciomar Costa
João Capiberibe	2. Aelton Freitas
PMDB	
Hélio Costa	1. Ramez Tebet
Luiz Otávio	2. Juvêncio da Fonseca*
PFL	
Marco Maciel	1. Roseana Sarney
Rodolpho Tourinho	2. Maria do Carmo Alves
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Antero Paes de Barros

*Desfiliou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

Atualizada em 18.09.2003

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
 Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
 Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
 E - Mail: luciamel@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
7 (sete) titulares 7 (sete) suplentes

Presidente: Senador Jefferson Péres
Vice-Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
João Capiberibe	1. Sibá Machado
Fátima Cleide	2. (vago)
PMDB	
Valdir Raupp	1. Gilberto Mestrinho
PFL	
Marco Maciel	1. João Ribeiro
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Lúcia Vânia
PDT	
Jefferson Péres	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
 Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
 Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas
 E - Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador José Jorge (PFL-PE)
Vice-Presidente: Senador João Batista Motta (PPS-ES)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Eurípedes Camargo	2. Antonio Carlos Valadares
Serys Slhessarenko	3. Heloísa Helena
Sibá Machado	4. Ana Júlia Carepa
Fátima Cleide	5. Duciomar Costa
Duciomar Costa	6. Fernando Bezerra
Magno Malta	7. Marcelo Crivella
PMDB	
Gerson Camata*	1. Mão Santa
Amir Lando	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valmir Amaral	4. Renan Calheiros
Gilberto Mestrinho	5. Ney Suassuna
José Maranhão	6. Romero Jucá
PFL	
João Ribeiro	1. César Borges
José Jorge	2. Jonas Pinheiro
Marco Maciel	3. Efraim Morais
Paulo Octavio	4. Maria do Carmo Alves
Rodolpho Tourinho	5. Roseana Sarney
PSDB	
Leonel Pavan	1. (vago)
Sérgio Guerra	2. Arthur Virgílio
João Tenório	3. Reginaldo Duarte
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

* Desfilhou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: Celso Parente
 Reuniões: Terças - Feiras às 14:00 horas. - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3114607 Fax: 3113286

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO
(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1ª Eleição Geral:

19.04.1995

3ª Eleição Geral:

27.06.2001

2ª Eleição Geral:

30.06.1999

4ª Eleição Geral:

13.03.2003

Presidente: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA
Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
(Vago)	MS	1128	1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL⁵					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Maria do Carmo Alves	SE	1306
PT¹					
Heloísa Helena	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(vago)	DF	2285	3. Eduardo Suplicy	SP	3213
PSDB⁵					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. Reginaldo Duarte	CE	1137
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca	MS	1128	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB¹					
(Vago)			1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB , PL e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. (Vago)		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					2051
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					

(atualizada em 16.04.2004)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP) - Telefones: 311-4561 e

311-5256

sscop@senado.gov.br

www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 25.03.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1^a Designação: 16.11.1995

2^a Designação: 30.06.1999

3^a Designação: 27.06.2001

4^a Designação: 25.09.2003

COMPOSIÇÃO

SENADORES	PARTIDO	ESTADO	RAMAL
Eurípedes Camargo ¹	Bloco/PT	DF	2285
Demóstenes Torres ¹	Bloco/PFL	GO	2091
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			

Notas:

¹ Designados na Sessão do SF do dia 25.09.2003.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko

Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMD
Senador Papaléo Paes
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB⁵
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC)
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE)

Atualizada em 16.04.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Presidente nato: Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Deputado João Paulo Cunha (PT-SP)	PRESIDENTE Senador José Sarney (PMDB-AP)
1º VICE-PRESIDENTE Deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE)	1º VICE-PRESIDENTE Senador Paulo Paim (BLOCO/PT-RS)
2º VICE-PRESIDENTE Deputado Luiz Piauhylino (PSDB-PE)	2º VICE-PRESIDENTE Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
1º SECRETÁRIO Deputado Geddel Vieira Lima (PMDB-BA)	1º SECRETÁRIO Senador Romeu Tuma (PFL-SP)
2º SECRETÁRIO Deputado Severino Cavalcanti (PPB-PE)	2º SECRETÁRIO Senador Alberto Silva (PMDB-PI)
3º SECRETÁRIO Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	3º SECRETÁRIO Senador Heráclito Fortes (PFL-PI)
4º SECRETÁRIO Deputado Ciro Nogueira (PFL-PI)	4º SECRETÁRIO Senador Sérgio Zambiasi (BLOCO/PTB-RS)
LÍDER DA MAIORIA Deputado Nelson Pellegrino (PT-BA)	LÍDER DA MAIORIA Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)
LÍDER DA MINORIA Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	LÍDER DA MINORIA Senador Efraim Morais (PFL-PB)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO Deputado Luiz Eduardo Grenhalgh (PT-SP)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Senador Edison Lobão (PFL-MA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Carlos Melles (PFL-MG)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)

Atualizado em 19.04.2004

CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

- 1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
- Mandato estendido até 5/6/2004, conforme Decreto Legislativo nº 77/2002-CN

Presidente: JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO

Vice-Presidente: JAYME SIROTSKY

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SORAES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	JOSÉ ALBERTO FOGAÇA DE MEDEIROS	SIDNEI BASILE
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	MIGUEL CIPOLLA JR.
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	FREDERICO BARBOSA GHEDINI
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	FRANCISCO PEREIRA DA SILVA	ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO	MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ALBERTO DINES	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JAYME SIROTSKY	JORGE DA CUNHA LIMA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	CARLOS CHAGAS	REGINA DALVA FESTA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RICARDO MORETZSOHN	ASSUMPÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE

Composição atualizada em 27.04.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: (61) 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 - Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação

(constituída na Reunião de 26/06/2002)

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Alberto Dines (Representante da sociedade civil) *
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil) *

* Designados na 9ª Reunião de 2003 do Conselho de Comunicação Social

02 - Comissão de Tecnologia Digital

(constituída na Reunião de 26/06/2002, para atender à Consulta nº 1, de 2002-CCS, formulada pela Presidência do Senado Federal ao Conselho de Comunicação Social)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão) – desde 14/10/2002
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio) – desde 14/10/2002
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) – desde 14/10/2002

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

(constituída na Reunião de 02/09/2002)

- Regina Dalva Festa (Representante da sociedade civil) – Coordenadora
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)

04 - Comissão de TV a Cabo

(constituída na Reunião de 17/03/2003, para emissão de parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 175/2001, e mantida para atender à proposta do Parecer nº 2/2003-CCS, aprovado na Reunião de 07/04/2003, no sentido da realização de análise da situação da TV a Cabo no Brasil e apresentação de medidas e iniciativas com vista à solução dos problemas enfrentados pelo setor)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

(constituída na Reunião de 07/04/2003, para análise da concentração e controle cumulativo nas empresas de comunicação social em pequenas e médias cidades brasileiras)

- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Alberto Dines (Representante da sociedade civil)
- Ricardo Moretzsohn (Representante da sociedade civil)

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)
Mesa Diretora eleita em 28.05.2003

Presidente: Deputado DR. ROSINHA	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Senador RODOLPHO TOURINHO	Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROBERTO JEFFERSON

MEMBROS NATOS⁽¹⁾

Senador EDUARDO SUPILY Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputada ZULAIÉ COBRA Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
--	---

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT – PTB – PSB)	
IDELI SALVATTI (PT/SC)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	2. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB/SE)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. LUIZ OTÁVIO (PMDB/PA)
ROMERO JUCÁ (PMDB/RR)	2. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
PFL	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
RODOLPHO TOURINHO (PFL/BA)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
PSDB	
EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)	1. LEONEL PAVAN (PSDB/SC)
PDT	
JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)	Vago
PPS	
MOZARILDO CAVALCANTI (PPS/RR)	1. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB/ES)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. PAULO DELGADO (PT/MG)
PFL	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. PAULO BAUER (PFL/SC)
PMDB	
OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)	1. EDISON ANDRINO (PMDB/SC)
PSDB	
EDUARDO PAES (PSDB/RJ)	1. JULIO REDECKER (PSDB/RS)
PPB	
LEODEGAR TISCOSKI (PPB/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PPB/SP)
PTB	
ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
PL	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. WELINTON FAGUNDES (PL/MT)
PSB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JAMIL MURAD (PCdoB/SP)
PPS	
JOÃO HERRMANN NETO (PPS/SP)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado CARLOS MELLES

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado ARLINDO CHINAGLIA (PT-SP)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador RENAN CALHEIROS (PMDB-AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado JOSÉ CARLOS ALELUIA (PFL-BA)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador EFRAIM MORAIS (PFL -PB)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Deputado CARLOS MELLES (PFL-MG)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador EDUARDO SUPlicY (PT -SP)

Atualizado em 19.04.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai



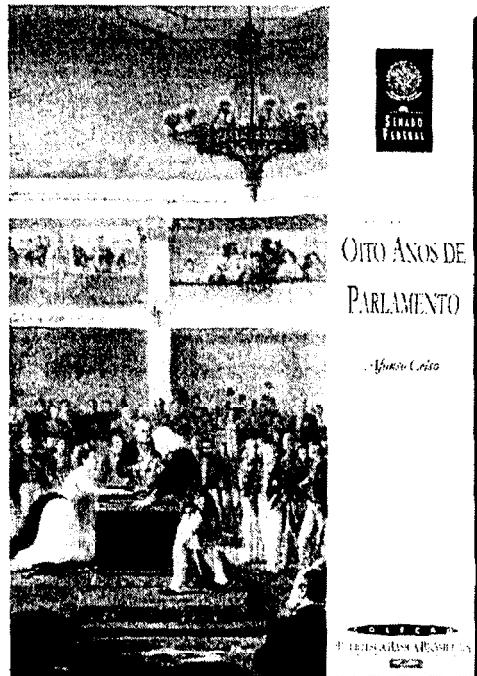
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Oito Anos de Parlamento

Coleção Biblioteca Básica Brasileira

Relato da experiência de Afonso Celso de Assis Figueiredo Júnior como Deputado na Câmara dos Deputados, representando a província de Minas Gerais de dezembro de 1881 a novembro de 1889. Com 163 páginas e introdução do Senador Lúcio Alcântara.

Preço por exemplar: R\$ 15,00



Conheça nosso catálogo na Internet
www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - ¹Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:	CEP:	UF:	
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



EDIÇÃO DE HOJE: 210 PÁGINAS